FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.328 — QUARTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2023 — R$ 6,00

País não tem plano contra ataques em escolas

Não há no Brasil política nacional para prevenir que escolas sejam alvo de ataques, como o que ocorreu em São Paulo na segunda (27).

Para especialistas, a falta de diretrizes deixa instituições sozinhas para lidar com esse tipo de violência, que tem crescido no país — foram 22 casos desde 2002, 9 deles nos últimos 8 meses. O Ministério da Educação diz que trabalha em plano amplo. **Cotidiano B4**

ENTREVISTA
Steve Bannon

Processos contra Bolsonaro não têm importância

Ideólogo da ultradireita global diz à **Folha** que os processos que líderes como Jair Bolsonaro enfrentam não prejudicam o futuro do movimento conservador, e sim fortalecem os acusados. Próximo de Eduardo Bolsonaro, ele o vê como "presidente do Brasil um dia". **Política A6**

Incêndio em centro de imigrantes no México mata 40

Ao menos 40 pessoas morreram em incêndio em centro de imigração em Ciudad Juárez, na fronteira do México com os EUA. O local abrigava 68 homens latino-americanos. Até a noite de ontem, 28 seguiam internados. Não havia informação sobre brasileiros. **Mundo A13**

Mãe e filha, ambas ex-alunas da Escola Estadual Thomazia Montoro, prestam homenagem a vítima de ataque na segunda (27); agressor tentou comprar arma de fogo *Bruno Santos/Folhapress*

Covid mata 700 mil e vitima grupos mais vulneráveis

Idosos acima de 80 e imunossuprimidos concentram óbitos; doença ainda é uma das principais causas de morte no país

Passados três anos do primeiro brasileiro morto por Covid-19, o país chega à marca de 700 mil óbitos pela doença com um cenário marcado por paradoxos. Ao mesmo tempo em que a pandemia teve desaceleração recente devido ao avanço na vacinação, a cobertura vacinal ainda é baixa em algumas faixas etárias, como menores de cinco anos.

O novo marco de vítimas vem acompanhado de uma mudança no perfil dos mais atingidos em comparação a outros períodos —a incidência é maior em pessoas acima de 80 anos e em imunossuprimidos.

Com mais imunizados, a média mensal de mortos foi caindo. Se a passagem de 500 mil para 600 mil vítimas demorou 111 dias, a última centena de milhar foi alcançada somente após quase um ano e meio.

Ainda assim, a Covid se mantém entre as cinco principais causas de morte no Brasil, segundo levantamento do DeltaFolha baseado no SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), do Ministério da Saúde. **Saúde B1**

Notícias falsas sobre vacina voltam a circular na internet **B2**

Intervalo de tempo entre 600 mil e 700 mil mortes foi maior que os anteriores

Turista deve ficar atento a protestos na França
Protestos violentos contra reforma da Previdência dificultam a vida de turistas e fecham alguns locais famosos, mas país segue seguro à visitação. **A12**

Tarcísio recebe alta após cirurgia, e secretário o substitui em agenda **A8**

ilustrada C1 a C5

Novos ares

SP-Arte volta com imagem do Brasil renovada entre galeristas e colecionadores após eleição

ilustrada C4
Vik Muniz picota dinheiro e faz homenagem à Disney em mostra

esporte B9
Cléber Machado afirma que 'grana' foi o motivo de sua demissão da Globo

CVM vê falhas em anúncio de aporte da Americanas

A área técnica da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) concluiu que a Americanas descumpriu dever de divulgar fato relevante sobre aporte de R$ 10 bilhões de acionistas de referência quando a informação vazou. A empresa nega ter violado regras. **Mercado A22**

Regra fiscal ajuda, mas não tem relação direta com juros, diz BC

Uma regra fiscal "sólida e crível" pode ajudar no processo de desinflação, mas seu anúncio não tem relação direta com a queda de juros, afirmou o Banco Central em ata do Copom. O colegiado fala duas vezes em "serenidade e paciência" para condução da política monetária.

O texto ressalta que a nova proposta pode "reduzir incerteza na economia". Embora com acenos à Fazenda —o titular, Fernando Haddad, vê termos "mais condizentes" com perspectiva de melhora—, a ata reforça postura dura do BC, avaliam economistas. **Mercado A15**

ISSN 1414-5723

EDITORIAIS A2

Na ponta do lápis
Sobre projeções do governo para o déficit fiscal.

700 mil
Acerca de marca funesta de mortes por Covid-19.

Conselho da Petrobras rejeita 2 indicados de Lula
Mercado A20

Deirdre McCloskey
Banco central dos EUA não tem poder de definir taxas de juros mundiais
Opinião A2

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Leandro Assis e Triscila Oliveira

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Na ponta do lápis

Governo estima déficit menor neste ano, mas solidez do ajuste ainda está por ser testada

Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo publica a cada dois meses uma reestimativa das receitas e despesas esperadas no ano, como meio de avaliar a evolução da situação orçamentária. Trata-se de instrumento importante de transparência e controle das contas públicas.

A partir de tais relatórios bimestrais, a política fiscal é recalibrada. Quando se acredita que a arrecadação ficará abaixo do previsto anteriormente, por exemplo, pode ser necessário reduzir gastos. Em outros momentos, conclui-se que há margem para a ampliação de programas e investimentos.

Essa procedimento louvável nem sempre é executado do modo mais adequado, porém. Já houve casos, que atingiram o paroxismo sob Dilma Rousseff (PT), de projeções irrealistas, em geral para esconder números desfavoráveis ou adiar cortes orçamentários indigestos.

Não se vê nada tão grave na primeira avaliação de receitas e despesas deste 2023, que prevê queda substancial do déficit primário (excluindo encargos da dívida pública). Ainda assim, os dados suscitam algumas dúvidas —especialmente diante da incerteza que ronda a agenda econômica de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Calcula-se que o déficit do ano será de ainda exorbitantes R$ 107,6 bilhões, ante R$ 228,1 bilhões na lei orçamentária aprovada pelo Congresso. Muito da melhora se deve a providências corretas tomadas pelo governo, e a conta final não diverge em demasia dos R$ 125 bilhões estimados pela Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado.

Nota-se, porém, que o vaticínio oficial se ampara mais na alta da receita esperada do que no controle da despesa. A arrecadação foi prevista com base em um crescimento de 1,6% do PIB, enquanto as projeções de mercado rondam 0,9%.

Não se considerou, ademais, o gasto de R$ 4,5 bilhões com o aumento do salário mínimo a partir de maio, e foi contabilizado ganho de R$ 26 bilhões decorrente de recursos do PIS/Pasep não sacados por trabalhadores —recurso que o Banco Central, responsável pela apuração definitiva do déficit público, não pretende levar em conta.

São questões pontuais, mas que merecem atenção. Ainda mais porque as conclusões do relatório foram usadas pelo ministro Fernando Haddad, da Fazenda, para pressionar o BC a reduzir os juros.

O compromisso de Lula com o equilíbrio orçamentário, do qual depende a queda das taxas, ainda está por ser testado. Mais do que previsões e medidas para este ano, aliás, importa a regra fiscal para a eliminação do déficit a longo prazo.

A credibilidade da política econômica precisa ser construída com objetivos realistas e, sobretudo, com a disposição de cumpri-los.

700 mil

Brasil atinge marca trágica de mortes na pandemia, que arrefece mas ainda exige ação do poder público

O Brasil bateu a funesta marca oficial de 700 mil mortes por Covid-19, mas o número real é ainda maior. Estudo da UFMG estima que a subnotificação em 2020 foi de pelo menos 18%. Métodos indiretos de contagem, como o excesso de mortalidade, elevam ainda mais as cifras.

A boa notícia é que o pior da pandemia já passou. A má é que ela ainda não acabou, com cerca de 300 óbitos por semana. Um contraste notável com os 4.000 óbitos por dia registrados nos piores momentos, mas suficiente para assegurar que o doença ainda permaneça como causa de morte relevante no país.

O principal motivo para o arrefecimento da crise sanitária foram as vacinas, que devem ser celebradas como um triunfo do engenho humano. Desenvolvidas em tempo recorde, funcionaram surpreendentemente bem e mudaram o perfil de contaminação.

No início, viam-se pacientes jovens e saudáveis com quadros pulmonares gravíssimos, invariavelmente precisando de suporte ventilatório (intubação). Agora, os óbitos estão mais concentrados em grupos específicos, como idosos com comorbidades que acabam perecendo devido a doenças preexistentes exacerbadas pela Covid-19.

É possível também que o vírus tenha evoluído para formas menos letais. A ômicron e suas subvariantes, hoje dominantes no mundo, não seriam tão mortais quanto a delta ou a cepa original —um debate aberto entre virologistas.

De todo modo, ainda há tarefas para autoridades sanitárias. A mais urgente é reforçar a vacinação em grupos vulneráveis (idosos e imunocomprometidos) ou que apresentam baixa cobertura (crianças com menos de cinco anos).

Também seria importante disseminar o uso de terapias antivirais, como o Paxlovid, para pacientes com maior risco de agravamento da Covid-19 —elas são capazes de reduzir o risco de morte, mas precisam ser iniciadas de forma relativamente precoce.

Deve-se ainda prestar assistência aos muitos pacientes que desenvolveram a chamada Covid longa, que inclui sintomas bastante debilitantes, ou que passaram a conviver com transtornos mentais, notadamente os de ansiedade.

Resolver sequelas que a epidemia deixou sobre o SUS também é necessário, como a queda no número de transplantes e o aumento da mortalidade materna. Ambos parecem estar associados ao estresse por que o sistema passou e do qual ainda não se recuperou.

Teoria em ação

Hélio Schwartsman

É bonito quando uma teoria descreve um fenômeno e, depois, nós nos deparamos com ele no mundo real. O caso mais célebre talvez tenha sido o das observações astronômicas de Arthur Eddington e Frank Dyson, feitas durante um eclipse solar total em 1919, que constataram a deflexão gravitacional da luz de estrelas. O achado foi interpretado como uma confirmação da Teoria da Relatividade Geral, de Albert Einstein.

É claro que, nas ciências sociais, as coisas nunca ocorrem de forma tão dramática como na física, mas acabamos de ter um gostinho disso com as manifestações em Israel contra o governo de Binyamin Netanyahu. Semanas de protestos encimados por uma greve geral que chegou a fechar o aeroporto Ben Gurion conseguiram fazer com que o premiê congelasse uma proposta de reforma do Judiciário que subverte o equilíbrio dos Poderes e, portanto, a democracia.

Penso que os eventos em Israel funcionam como uma vívida corroboração das ideias de Daron Acemoglu e James Robinson sobre desenvolvimento expostas em "O Corredor Estreito". Nessa obra, que é uma espécie de sequência do best-seller "Por Que Nações Fracassam", a dupla de economistas sustenta que, para alcançar a combinação de liberdade individual com prosperidade econômica, países precisam encontrar um raro balanço entre o poder do Estado, capaz de impor uma ordem pró-desenvolvimento, e o da sociedade, que precisa conter os apetites totalitários das engrenagens estatais.

Em algum grau, isso ocorre o tempo todo. Eleitores dos EUA e do Brasil deram uma demonstração disso quando negaram um segundo mandato a Trump e Bolsonaro, líderes com fortes tendências autoritárias. Mas o caso israelense é mais paradigmático porque porções significativas da população tomaram literalmente as ruas e ensaiaram um movimento de desobediência civil contra medidas que ameaçam de modo bastante explícito as instituições. Mais claro, só se desenharem.

helio@uol.com.br

Lula, Moro e a Lava Jato

Bruno Boghossian

Às portas da campanha eleitoral, Lula avisou que não pretendia entrar no jogo de alguns adversários. "Não vou dar importância para o boneco de barro chamado Moro", disse, numa entrevista em janeiro de 2022.

A decisão era tática. Ainda que Lula quisesse enfrentar Moro, a ideia era evitar que a Lava Jato virasse ponto candente da eleição, dando munição a rivais interessados em associar o petista à corrupção.

O próprio presidente puxou a Lava Jato de volta ao centro da arena política na última semana, ao dizer que, na prisão, pensava em se vingar de Moro. No dia seguinte, levantou suspeitas sem provas sobre a operação policial que desarticulou um plano para atacar o ex-juiz.

Com o selo da Presidência, Lula se sentiu tranquilo o suficiente para retomar aquele embate. A chegada ao Planalto, segundo a visão que desenhou nos últimos anos, seria um capítulo de sua vitória contra a força-tarefa. Além disso, o petista tentou dar uma bordoada em Moro no momento em que o ex-juiz desfilava sob os holofotes. O jogo rasteiro a que o presidente recorreu ao espalhar uma teoria da conspiração sobre o rival, porém, já se tornou uma mancha nessa briga.

Manter vivo o antagonismo com a Lava Jato pode ser útil no esforço de Lula para cristalizar a imagem de que a operação tinha objetivos políticos. Mas a jogada também renovou o fôlego de integrantes da força-tarefa que assumiram esse papel político. Até então, Moro andava meio esquecido no Senado. No conflito com Lula, passou a semana aplaudido por bolsonaristas —o que não deve deixar o ex-presidente confortável no papel de líder da oposição.

Outros efeitos colaterais deverão ser mais incômodos para o grupo de Curitiba. Nesta terça-feira (28), o novo juiz da operação pediu que a PF investigue uma acusação feita pelo advogado Rodrigo Tacla Duran. Ele diz que sofreu extorsão de um amigo de Moro em troca de benefícios no tribunal. Com os olhares voltados novamente para a Lava Jato, o caso tende a atrair mais atenção.

Internet produz jovens assassinos

Mariliz Pereira Jorge

Andrew Tate é uma estrela do TikTok com vídeos que foram vistos 12 bilhões de vezes. Bilhões! Se você se irrita com a estupidez das pessoas fazendo dancinhas, deveria se preocupar com o conteúdo produzido por esse ex-lutador de kickboxing que prega que mulheres devem apanhar, ser sufocadas, responsabilizadas por seus estupros.

O que um sujeito como Tate pode ter a ver com o adolescente de 13 anos que matou uma professora e esfaqueou outras cinco pessoas? Uma pontinha do que existe em abundância hoje na internet: comunidades que radicalizam adolescentes e homens jovens a ponto de transformá-los em assassinos. No ano passado, o inglês The Guardian publicou uma investigação que mostra como os algoritmos tiraram Tate da obscuridade e o transformaram numa celebridade e como os usuários são levados a conteúdos mais violentos.

O ódio às mulheres tem sido falado desde o episódio "coach da campari", mas há outros fatores que atraem os jovens: a identificação. Os membros dessas comunidades compartilham isolamento social, ansiedade, baixa autoestima, sentimento de rejeição, fracasso social e, às vezes, falta de perspectiva profissional.

Esses jovens buscam nesses grupos o que imaginam ser sua única chance de redenção: vingar-se da sociedade na qual não conseguem se encaixar, protagonizando assassinatos que lhes deixariam "famosos", mas que, de fato, os transformam em heróis nos antros que frequentam.

Em 2018, me interessei pelo assunto quando dez pessoas foram mortas no Canadá. A investigação revelou que o assassino compartilhou seus planos, foi estimulado e aplaudido. Sua inspiração era um jovem de 22 anos que matou seis alunos nos EUA, deixou um manifesto intitulado "Meu Mundo Perturbado" e disse que as mortes eram sua vingança contra a humanidade. Não foi à toa que o estudante de São Paulo usa como identificação nas redes o nome de um dos autores da chacina em Suzano.

Os juros e o Fed

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Você pode ter ouvido falar sobre a falência de alguns bancos comerciais aqui nos Estados Unidos.

A "culpa" está sendo atribuída ao banco central dos EUA, o Federal Reserve.

Eu tenho dito que a maior parte das coisas em que as pessoas acreditam sobre a economia está errada. Então vejamos.

Os bancos apostaram em taxas de juros variando em torno de 1% ao ano. Nesse caso, uma promessa de pagar, digamos, US$ 100 por ano é muito valiosa. O preço atual da promessa, um título, é portanto alto.

Entretanto, quando as taxas de juros são mais altas, o fluxo futuro de US$ 100 por ano passa a ser, obviamente, bem menos atraente.

É como a sua casa. Quando as taxas de juros sobem, a sua casa não é tão valiosa porque o fluxo futuro de uso dela é mais "descontado".

Com altas taxas de juros, é melhor que você coloque o seu dinheiro nesses ativos de alto rendimento. O título tem que render o que outros ativos remunerados rendem.

Os bancos que estavam supercomprometidos com as taxas de juros de 1% descobriram de uma forma repentina, no final de 2022, que os títulos que eles detinham como ativos haviam baixado drasticamente de preço.

A lógica do título está correta.

Mas então dizem que o Federal Reserve elevou a taxa de juros para 3%, 4% ou 5%. É um absurdo. O banco central dos Estados Unidos não "define taxas de juros".

Você pode verificar isso muito mais facilmente observando o histórico recente das taxas de juros existentes em todo o mundo.

Elas se movem juntas. Por quê? Porque as pessoas são sensatas.

E se o Brasil está pagando 15% de juros enquanto os Estados Unidos estão pagando 4%, as pessoas preferem colocar o seu dinheiro no Brasil até que os juros dos dois países se convirjam.

Se eles não convergirem, é apenas porque as pessoas não acreditam que o Brasil vá pagar ou então que a sua taxa de câmbio irá se desvalorizar para baixar a taxa de juros efetiva em dólar. O Zimbábue paga taxas de juros anuais de 250% sobre seus títulos.

E daí? O Federal Reserve não define as taxas de juros mundiais, e as taxas de juros mundiais aumentaram acentuadamente desde 2022.

O Federal Reserve não tem nada a ver com isso. Os Estados Unidos são grandes, mas não o suficiente para "definir" taxas de juros. Toda a conversa sobre o que o Fed fez ou fará com as taxas de juros é economia ruim.

O rabo não abana o cão.

O Federal Reserve não teve culpa. Mas também não pode controlar a inflação mundial ou a norte-americana.

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O debate que realmente importa para as escolhas ao Supremo

Pensamento do postulante deve ser conhecido e exposto publicamente

A grande e comemorada vitória de Lula no último pleito representa um alento para todos aqueles e aquelas que acreditam em um país mais justo, soberano, solidário e que tenha a dignidade humana como eixo da atuação estatal. A possibilidade de indicar novos nomes para a Suprema Corte representa, da mesma forma, uma oportunidade ímpar para mitigar os efeitos da escalada autoritária e, também, para as definições sobre questões estratégicas do país, cujos reflexos atingem muitos aspectos da nossa sociabilidade.

Assim, as novas indicações ao Supremo Tribunal Federal trarão repercussão profunda para o direito, política, meio ambiente, empresas, sindicatos, organizações populares, mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+, com impacto direto na vida de milhões de brasileiros e brasileiras nos próximos anos. No entanto, tem nos preocupado e incomodado um grave rebaixamento do debate em torno do tema, até aqui circunscrito a um e outro artigo na mídia, via de regra para divulgação de nomes apresentados sem maiores reflexões.

Vale relembrar o que diz o texto da Constituição a respeito da exigência para o cargo: mais que 35 e menos de 70 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. Portanto, não há como fugir dessas condições. O notável saber jurídico é aquele que pode ser atingido com uma produção teórica sólida, trajetória acadêmica, exercício do magistério, carreira profissional de destaque, entrevistas, artigos, participação em eventos, obras publicadas etc. Esse notável saber visa justamente possibilitar que o candidato ou candidata possa ser escrutinado publicamente e pelo Senado Federal.

Ou seja, é preciso que o pensamento do postulante possa ser conhecido e exposto publicamente. Tanto melhor que esse pensamento venha acompanhado pela experiência comprovada e testada pelo tempo e tenha vinculação direta ao estudo do direito com toda a sua transversalidade. Essa condição permite transparência no processo e é o que entidades e organizações sociais que debatem o tema têm colocado como fator relevante ao processo de escolha.

Importante, ainda, é que o candidato ao cargo tenha a exata dimensão de quão trágica foi a última década no país para o sistema de justiça brasileiro quando se tem como parâmetro a dignidade humana, o enfrentamento da desigualdade e a contenção do Estado policial. Seguem aviltantes a degradação das condições carcerárias e a seletividade do sistema penal. Em relação às desigualdades sociais, a chamada razão neoliberal impôs à Justiça uma conivência com políticas econômicas que retiraram direitos, rifaram o patrimônio público, aprofundaram abismos sociais e contribuíram para a exclusão de milhões de brasileiros e brasileiras, com o agravamento das crises sociais, políticas e ambientais.

[...]

A Suprema Corte precisa urgentemente de um nome que tenha história, pensamento consolidado e construído publicamente ao longo dos anos maturidade, compromisso histórico e firme contra o arbítrio e extrema sensibilidade social

O fenômeno da criminalização da política é desdobramento direto da criminalização de movimentos e organizações sociais que pleiteiam as promessas do pacto que resultou na Constituição da República de 1988. O neoliberalismo e a crise econômica jogaram o país e o mundo numa espiral autoritária crescente, que coloca em xeque e destrói o que restou da racionalidade iluminista, base histórica das ciências jurídicas. O jurista ou a jurista postulante ao cargo precisa ter presente e ser crítico a esse trágico cenário social.

É hora, portanto, de a sociedade e a classe jurídica levar o tema a sério. O país clama por uma Justiça que não se isole numa bolha arrogante e prepotente de dramática memória, principalmente se pensarmos em seu papel para interditar, aprisionando um presidente (Lula) praticamente eleito. Afinal, como ilustrou Saramago, temos que "Sair da ilha para ver a ilha".

A Suprema Corte precisa urgentemente de um nome que tenha história, pensamento consolidado e construído publicamente ao longo dos anos maturidade, compromisso histórico e firme contra o arbítrio e extrema sensibilidade social. Não é momento para ensaios ou apostas duvidosas, pois não há margem de erro nesta escolha.

Márcia Semer, doutora em direito do Estado (USP); **Juarez Tavares**, advogado, é professor da Uerj e professor convidado na Universidade de Frankfurt am Main; **José Geraldo de Sousa Junior**, ex-reitor da Universidade de Brasília; **Marcio Sotelo**, ex-procurador geral do Estado de São Paulo; e **Patrick Mariano**, doutor em filosofia e teoria geral do direito (USP)

Dengue é sazonal; combate ao mosquito, não

Enfrentamento é tarefa coletiva e exige atenção redobrada após o verão

Eleuses Paiva
Secretário da Saúde do estado de São Paulo

A infestação do Aedes aegypti, mosquito responsável pela transmissão da dengue, pode ocorrer durante todas as estações do ano. Entretanto, essa é uma doença sazonal, ou seja, há meses do ano em que ocorre maior transmissão. Tal comportamento também varia bastante de um ano para o outro; afinal, todos se lembram de "anos ruins" para a doença. Nas semanas seguintes ao verão, em virtude do aumento das temperaturas e das chuvas, que contribuem para o aumento de criadouros por conta do acúmulo de água, o número de casos da doença também pode aumentar.

O monitoramento de casos e óbitos é permanente, assim como o cuidado com o manejo dos dados, garantindo a transparência das informações. Em 2022 os números tiveram um aumento expressivo, chegando a 332,1 mil casos confirmados e 287 óbitos, o que obriga estarmos atentos neste ano para executarmos as ações que protejam a população paulista. Dessa forma, a pedido do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), estamos realizando uma campanha publicitária que há anos não víamos em São Paulo.

Forte e impactante, ela tem o objetivo de mostrar para a população a importância do controle da proliferação do mosquito. Além disso, neste mês de março, realizamos a Semana Estadual de Mobilização Social, em parceria com os 645 municípios do estado e outros órgãos públicos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é tripartite. As responsabilidades relacionadas ao dever de oferecer assistência e proteção à saúde da população é da União, dos estados e dos municípios. O estado de São Paulo fornece amplo apoio técnico aos municípios no controle do Aedes, que é responsável não apenas pela transmissão da dengue, mas também da zika e chikungunya. Conforme diretriz do SUS, o trabalho de campo para o combate ao mosquito transmissor compete primordialmente aos municípios, porém o estado reconhece as dificuldades de algumas regiões e as apoia, quando necessário.

[...]

O monitoramento de casos e óbitos é permanente, assim como o cuidado com o manejo dos dados, garantindo a transparência das informações. Em 2022 os números tiveram um aumento expressivo, chegando a 332,1 mil casos confirmados e 287 óbitos, o que obriga estarmos atentos neste ano

Recentemente, houve o desabastecimento do inseticida utilizado no trabalho de campo dos agentes dos municípios. O Ministério da Saúde adquire o produto, e cada estado realiza a logística de distribuição em seu território para as prefeituras. O estado, ao ser notificado sobre o problema, prontamente adquiriu 15 mil litros do produto, que já estão sendo distribuídos a todas as regiões, priorizando os locais com cenário epidemiológico mais emergente.

O enfrentamento ao mosquito é uma tarefa contínua e coletiva; por isso, contamos imensamente com a ajuda da população, que é fundamental. É preciso que haja atenção, cuidado e monitoramento para eliminar focos de água parada, que servem de criadouros dentro das residências.

Outra ação importante é a denúncia de terrenos baldios com entulho e de locais com descarte irregular de lixo às autoridades municipais para que se tomem as respectivas providências. Nesse contexto, atitudes simples, organização e limpeza podem salvar vidas.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Discussão sobre oferecer água gratuita para clientes levanta críticas de bares e restaurantes em São Paulo Newton Santos/Hype/Folhapress

Apoio

"Partidos de centro reclamam de espaço em ministérios e já indicam menos votos a Lula" (Política, 27/3). Ajudar o Brasil estes políticos do centrão não querem. Mas os benefícios, que são muitos, aceitam. Querem cargos, querem indicação para afilhados, querem concessão. Um absurdo. Uma vergonha. São culpados por esta situação. Elegeram o Bolsonaro e deu no que deu. Agora há chance de mudança e continuam os mesmos.
Alexander Barbierato (São Paulo, SP)

Nada de novo

"Zema pede à Assembleia aumento de 258% em seu próprio salário" (Política, 27/3). Zema é repulsivo. Espero que os mineiros se deem conta da pessoa que colocaram para governar este estado. Esta medida é simplesmente escandalosa!
Beatriz Alvares (Campinas, SP)

*

Eis o que esses caras neoliberais são na prática: Estado mínimo para políticas sociais e máximo para seus interesses pessoais e rentistas do mercado financeiro. E o bobo alegre doa seu voto para reeleger esses saqueadores da coisa pública.
Mozart Cabral (Pomedore, SC)

*

Até onde sei, o Novo mantém preferencialmente quadros de militantes bem-sucedidos. A maioria empresários, justamente para demonstrar desprendimento e austeridade quando dá assunção a mandatos eletivos. Com esse autobenefício, nada de novo no front da política brasileira.
Carlos Roberto de Moura Costa (Aracaju, SE)

Conluio

"Moro diz que não teme investigações e afirma que Tacla Duran é 'criminoso confesso'" (Mônica Bergamo, 27/3). Espero que, finalmente e depois de quatro anos, Tacla Duran possa dar seu depoimento e desmascarar de vez o que foi o conluio entre Sérgio Moro e Deltan Dallagnol na Lava Jato. Não se pode fiar por teorias da conspiração, mas foi suspeita a coincidência do plano do PCC contra autoridades, com o fato de a juíza ser a mesma de antes envolvida com o ex-ministro e com essas novas evidências de articulações criminosas na Lava Jato.
Adilson Roberto Gonçalves (Campinas, SP)

Suspeito

"Isenção de Bolsonaro a pastores entra na mira de Receita e TCU após suspeita de ato atípico" (Política, 28/3). Os males destes tristes trópicos são: 1. colonização, 2. capitalismo e 3. a moderna teocracia evangélica.
Anna Amélia Meule (Uberlândia, MG)

Rivalidade

"Dino bloqueia Nikolas Ferreira e outros opositores em redes sociais" (Política, 27/3). Uma pessoa pública, por sinal ocupante de cargo remunerado pelos contribuintes, tem a obrigação de expor-se aos comentários da população, mesmo os mais críticos, desde que não ofensivos à honra, uma vez que tirar esse direito de um cidadão equivale a proibir pessoas específicas de contestá-lo. O correto, se não gosta de ser contestado, seria cancelar a própria participação na rede.
Caubi Maciel da Nóbrega (Porto Alegre, RS)

Eau, acqua, água

"STF vai decidir se bares e restaurantes são obrigados a servir água filtrada de graça" (Comida, 28/3). Imagino que esses donos de estabelecimento que reclamam de oferecer água gratuita quando vão para a Europa pedem a "eau du robinet" na França, oferecida imediatamente quando o cliente senta na mesa, ou a "acqua di rubinetto", na Itália. Mas aqui onde a água é abundante, o tratamento não é custoso, não se pode oferecer água de graça.
Lucy Kelly Pereira (São Paulo, SP)

*

Que país é esse? Que Justiça é essa? A mais alta corte discutindo esse tipo de coisa.
Helio Araujo (São Paulo, SP)

*

É o mínimo que um estabelecimento deve fazer pelos clientes. Não deveria nem perguntar, já deveriam chegar com uma jarra de água. Detalhe, sou empresário e cumpro essa lei sem reclamar.
Eduardo Souza (Brasília, DF)

Chocolate

"Brasil perdeu 430 lojas de chocolate em 2 anos" (Painel S.A., 28/3). Com esse preço praticado, deveriam fechar todas. Quando pequeno, há diversas décadas, procurávamos ninhos de ovos de Páscoa na casa dos nosso pais e nas duas casas do nossos avós. A coleta total rendia uns dez ovos, alguns coelhinhos e algumas caixas de bombons. Qual é a criança que faz uma coleta dessas hoje em dia? Nenhuma!
Marcos Fernando Dauner (Joinville, SC)

Humor decente

"'Imagine que deseja manter relação com a torradeira e ela também te quer'" (Ricardo Araújo Pereira, 26/3). Ricardo Araújo Pereira foi corretíssimo no seu teste de uso do ChatGPT. Foi maldoso, ferino e impiedoso com a máquina, que é exatamente o que se espera de um humorista decente. Fez o serviço sujo da maneira mais requintada possível, como é de seu feitio. Precisávamos de alguém assim para pôr o chato ChatGPT em seu devido lugar: a prateleira de bibelôs kitsch da falsa modernidade cibernética.
Sergio Sambi Colotto (São Paulo, SP)

Gincana superfaturada

"Entenda os dilemas do Lollapalooza, que chegou à sua 10ª edição no Brasil" (Ilustrada, 27/3). O Lollapalooza BR é uma gincana superfaturada e não reembolsável de custo-benefício zero, que respeita apenas a conta bancária de seus desorganizadores. Se existe uma cultura de cancelamento vigente, esse festival de erros teria que ser o próximo.
Marcello Felix (São Paulo, SP)

Leitor e leitor

O leitor Mauro Fadul Kurban (Painel do Leitor, 25/3) afirmou que "Israel não é dos melhores exemplos de democracia". O fato de judeus árabes e israelenses estudarem juntos e terem os mesmos direitos ao voto e a serem eleitos, entre outras garantias, seria argumento para demonstrar a democracia que é Israel. A proteção às minorias, como raramente se vê, é outro ponto da argumentação. Israel é uma democracia, sim. E a única do Oriente Médio.
Sabrina Abreu, diretora de Comunicação e Cultura da StandWithUs Brasil (São Paulo, SP)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Cartão de visita

O governador de SP, Tarcísio de Freitas (Republicanos), convidou Julio Castiglioni, que comandou a privatização do porto de Vitória (ES), para ser o novo presidente do Metrô. A desestatização é considerada por Tarcísio um modelo para a venda do porto de Santos, que enfrenta resistência do governo federal. Castiglioni deixou o porto em abril e transferiu-se para a iniciativa privada. O governo paulista aguarda apenas que ele resolva pendências profissionais para fazer o anúncio.

PRÓXIMA ESTAÇÃO Na semana passada, o Metrô enfrentou uma greve, que gerou desgaste para Tarcísio. O governo foi criticado pelo sindicato por não ter cumprido acordo de liberação de catraca para passageiros, fato negado pela empresa. Pessoas ligadas ao governador afirmam que não há relação entre a paralisação e o convite a Castiglioni, que foi feito há algumas semanas.

PORTEIRA... Um grupo de deputados estaduais paulistas encabeçado por Guto Zacarias (União Brasil) e Danilo Balas (PL) conseguiu 37 assinaturas e protocolou pedido de instalação da CPI do MST na Assembleia, para investigar invasões de terras no estado.

...ABERTA A expectativa agora é saber se o presidente da Alesp, André do Prado (PL), decidirá pela instalação da CPI dentre as mais de 15 que foram protocoladas recentemente. O fato de Zacarias ser vice-líder do governo Tarcísio pode contar favoravelmente.

HERMANO Ex-presidente do Equador, Rafael Correa participará de encontro com movimentos sociais, centrais sindicais, organizações estudantis e entidades da sociedade civil na quinta (30), em galpão do MST no centro de SP. Presidente entre 2007 e 2017, Correa vive na Bélgica, após ter sido condenado em seu país por corrupção. Ele diz que foi vítima de "lawfare" (perseguição judicial), como Lula.

POÇO... Levantamento feito para o Observatório Social do Petróleo aponta que patrocínios culturais da Petrobras atingiram seus valores mais baixos nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL). A Federação Nacional dos Petroleiros, que mantém a entidade, pretende se reunir com a ministra da Cultura, Margareth Menezes, para apresentar o levantamento e pedir que a Petrobras volte a investir no setor.

...SECO Em 2016, ano em que Temer assumiu a Presidência, o investimento foi de R$ 71 milhões, metade da soma aplicada no ano anterior. O valor caiu para R$ 61 milhões em 2017, R$ 38 milhões em 2018, R$ 37 milhões em 2019 e R$ 18 milhões em 2020, quando os investimentos em cultura tiveram recorde negativo. Em 2021, no governo Bolsonaro, o montante foi de R$ 37 milhões.

SILÊNCIO Um dos coordenadores do grupo sobre educação na transição de Lula (PT), o professor da USP Daniel Cara diz que o atual governo não indicou se adotará medidas sugeridas no relatório para evitar atentados a escolas. O texto foi discutido em dezembro, mas desde então, diz, não houve qualquer gesto que indicasse intenção de implementar as medidas.

TIC-TAC O relatório sugere investir em formação a professores e servidores para identificar alterações de comportamentos nos jovens, monitoramento de sites e fóruns anônimos e manutenção de canal de comunicação direto com as escolas. Propõe ainda fomentar o combate à desinformação nas salas de aula. "A questão concreta e efetiva não é se vai acontecer outro ataque, mas quando", diz.

SÍMBOLO 1 O fotógrafo Sérgio Silva, que perdeu a visão de um olho ao cobrir as manifestações de junho de 2013 em SP, publicou um vídeo nesta terça (28), véspera do julgamento em que pede indenização ao estado pelo ferimento. Na ocasião, ele foi atingido por uma bala de borracha disparada pela Polícia Militar.

SÍMBOLO 2 "A violência que me atinge também é uma violência contra a liberdade de imprensa", diz ele no vídeo. Como mostrou o Painel, o processo em que Silva pede indenização passará por novo julgamento no Tribunal de Justiça. No primeiro, ele foi considerado culpado pelo ferimento, uma vez que teria se colocado em "situação de risco".

MARATONA O ex-governador de SP João Doria autografou 1.053 exemplares da biografia que lançou nesta segunda (27) na capital paulista, durante sete horas. O livro, escrito pelo jornalista Thales Guaracy, relata as trajetórias empresarial e política dele. Entre os presentes estiveram o ex-presidente Michel Temer, o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, a empresária Luiza Trajano e o padre Júlio Lancellotti.

VISITA À FOLHA Elizabeth Bagley, embaixadora dos EUA no Brasil, esteve no jornal nesta terça-feira (28). Acompanhava-na David Hodge, cônsul-geral, Natalia Molano, adida de imprensa, Andy Vo, adido econômico, e Juliana Siqueira, coordenadora de comunicação.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Isenção de Bolsonaro a pastores evangélicos entra na mira de Receita e TCU

Órgãos do governo suspeitam que decisão às vésperas da eleição tenha ocorrido de forma atípica; ex-secretário vê tramitação legal

Fabio Serapião e Ranier Bragon

BRASÍLIA A isenção tributária a pastores evangélicos publicada pela Receita Federal às vésperas da campanha eleitoral de 2022, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), está passando por reavaliação interna do Fisco sob suspeita de ter ocorrido de forma atípica.

O ADI (Ato Declaratório Interpretativo) nº 1, de 29 de julho de 2022, ampliou o alcance da isenção previdenciária a pastores —forte núcleo de apoio a Bolsonaro, então candidato à reeleição— e também é investigada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), esse ato declaratório foi considerado atípico por integrantes do Fisco. Ao fim na nova análise no órgão, a normativa poderá ser total ou parcialmente revista.

Um dos pontos detectados, segundo envolvidos na análise, é que a edição do ato não passou pela avaliação técnica da subsecretaria de tributação da Receita.

O ADI foi assinado por Julio Cesar Vieira Gomes, então chefe do Fisco. Hoje ele também está na mira da investigação sobre a tentativa de Bolsonaro em reaver joias presenteadas pela Arábia Saudita e apreendidas no aeroporto de Guarulhos (SP).

Julio Cesar nega ter havido atipicidade no ato e diz que todas as normas da sua gestão foram regulares e seguiram a tramitação devida.

A Receita enviou as informações sobre o caso ao TCU em fevereiro. O tribunal abrira já em 2022 procedimento para investigar possíveis irregularidades na edição do ADI e solicitou informações ao Fisco.

No último dia 17 de março, a Secretaria de Controle Externo de Contas Públicas do TCU pediu informações complementares à Receita e que esclareça se o ato não exorbitou o poder do órgão de regulamentação, tendo em vista que a "isenção tributária deve ser interpretada de forma literal, nos termos do Código Tributário Nacional".

Bolsonaro citou o ADI do Fisco em seu primeiro ato da campanha de reeleição, em 16 de agosto, em um encontro com lideranças religiosas em Juiz de Fora (MG).

Na ocasião, ele abriu seu discurso respondendo a um pedido de solução para as cobranças da Receita. "A reivindicação já foi aceita, [o ato] está publicado no Diário Oficial da União", disse, acrescentando que a medida só não estava sendo cumprida ainda por "perseguição" aos pastores.

Por trás do ato está a chamada prebenda, remuneração recebida pelos pastores e líderes religiosos por serviços prestados às igrejas.

A lei isenta a prebenda do recolhimento de contribuição previdenciária se tiver relação com a atividade religiosa e não dependa da natureza ou quantidade de trabalho.

A Receita, porém, detectou nos últimos anos que algumas igrejas usavam a prebenda para driblar a fiscalização e distribuir uma espécie de participação nos lucros aos pastores que reuniam os maiores grupos de fiéis (beneficiando lideranças de templos em grandes cidades ou bairros, por exemplo) ou as maiores arrecadações de dízimo.

O Fisco aplicou multas milionárias e exigiu o pagamento da alíquota previdenciária de 20% sobre os valores pagos a pastores, dirigentes e lideranças religiosas. O entendimento dos auditores era que a isenção não se aplicava a mecanismos de remuneração variável.

A partir daí, a busca pelo perdão tributário e pela flexibilização das regras virou pauta prioritária da bancada evangélica no Congresso.

Em 2015, no governo Dilma Rousseff (PT), uma primeira lei estipulou que valores diferenciados, pagos em dinheiro ou como ajuda de custo de moradia, transporte e formação educacional também seriam isentos de tributação.

O Fisco reagiu exigindo recibos desses gastos e multou quem não conseguiu comprovar a natureza das despesas. Adotou também o entendimento de que a nova lei não retroagia, ou seja, as multas expedidas antes de sua publicação continuavam valendo.

Em 2020, Bolsonaro sancionou uma lei que previa expressamente a retroatividade da isenção previdenciária mais ampla sobre a prebenda. A intenção era anistiar as multas que ainda pairavam sobre pastores aliados.

Mas a controvérsia no âmbito da fiscalização continuou, já que, segundo integrantes do governo, os auditores não viram nenhuma mudança no alcance das isenções.

Em setembro de 2021, por exemplo, uma solução de consulta publicada pela Coordenação-Geral de Tributação afirmou que, caso o pagamento pela prestação se dê com características inerentes a remuneração por serviços prestados pelo ministro de confissão religiosa, o valor recebido deveria ser considerado na base de cálculo da contribuição previdenciária.

O mesmo entendimento valeria para valores pagos "de forma excedente ao necessário para fins de subsistência da pessoa".

A manutenção das multas chegou a ser classificada por Bolsonaro como perseguição aos evangélicos. Nesse contexto surgiu o ADI assinado pelo então secretário da Receita.

O ato diz que o pagamento de valores diferenciados, no montante ou na forma, "não caracteriza esses valores como remuneração sujeita à contribuição". O texto cita como fatores de diferenciação "antiguidade na instituição, grau de instrução, irredutibilidade dos valores, número de dependentes, posição hierárquica e local do domicílio".

A norma também diz que só será considerada remuneração tributável a parcela paga em condições "comprovadamente" relacionadas à natureza e à quantidade do trabalho executado. Por ser assinado pelo secretário especial, o documento se sobrepõe a qualquer solução de consulta divergente sobre o tema.

Na época, o Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal) disse que a medida extrapolava a competência da Receita para atos normativos.

"Ao reduzir as condicionantes para o que se considera remuneração tributável para fins de incidência previdenciária, a Receita Federal faz com que mais remunerações se considerem isentas. Uma ação que prejudica tanto a arrecadação presente quanto créditos tributários já constituídos e produz efeitos danosos nas contas da seguridade social", afirmou.

No ano passado, a lista pública de devedores inscritos na Dívida Ativa da União apontava as entidades religiosas com débito de R$ 1 bilhão, dos quais R$ 951 milhões relacionados à Previdência.

O então presidente Bolsonaro participa de culto com pastores evangélicos na Câmara Pedro Ladeira - 3.ago.22/Folhapress

> **"** Ao reduzir as condicionantes para o que se considera remuneração para fins de incidência previdenciária, a Receita Federal faz com que mais remunerações se considerem isentas. Uma ação que prejudica tanto a arrecadação presente quanto créditos tributários já constituídos e produz efeitos danosos nas contas da seguridade social
>
> **Sindifisco Nacional** questionando o ato de julho de 2022 que ampliou a isenção tributária para pastores

Secretário diz que atos seguiram as regras vigentes

OUTRO LADO

Julio Cesar Vieira Gomes, secretário da Receita de dezembro de 2021 a dezembro de 2022, afirmou em nota que todos os atos normativos adotados em sua gestão seguiram as regras, com tramitação regular nos órgãos internos.

"O procedimento [...] sempre observou as regras vigentes, com tramitação regular pelos órgãos técnicos competentes", afirmou.

No ano passado, em nota, a Receita afirmou que o ADI só consolidava "num único documento o entendimento já vigente sobre essa matéria, que já estava veiculado em lei e diversos diplomas jurídicos, como Soluções de Consultas e Pareceres", e que a diversidade de documentos gerava divergências internas.

A nota disse que a consolidação "permitiu otimizar a publicidade, tanto para os auditores fiscais quanto para os contribuintes, trazendo ganhos de segurança jurídica, redução de litígios e de conformidade."

A **Folha** não conseguiu contato com Jair Bolsonaro. O Ministério da Fazenda não se manifestou.

Lula com Bolsonaro na cena

Os dois dividirão o palco, e os presságios são ruins

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Confirmadas as expectativas, a partir desta quinta Jair Bolsonaro estará no Brasil, procurando espaço para fazer contraponto a Lula. Será uma situação inédita, com um ex-presidente, derrotado nas urnas por pequena margem (1,8% ponto percentual), opondo-se ao titular. Até agora, os ex-presidentes recolheram-se em elegante silêncio. Além disso, Bolsonaro e o Lula 3.0 têm a marca comum de uma agressividade de tóxica para a paz política.

O ex-capitão mostrou-se um criador de casos em toda a sua carreira política. Nos quatro anos de governo, brigou com as vacinas, com a China e com as urnas eletrônicas, para citar apenas três exemplos. Já Lula, que se define como uma "metamorfose ambulante", fez sua campanha prometendo uma pacificação política e entrou no Planalto brigando com o presidente do Banco Central e vendo uma "armação" do senador Sergio Moro numa investigação da Polícia Federal.

Lula foi eleito por um arco de forças que defendiam a democracia. Quem acha que esse é um simples palavrório deve se lembrar da tarde de 8 de janeiro em Brasília. O arco democrático é algo diferente da frente de partidos que apoiou Lula. No primeiro estão pessoas como o ex-ministro Pedro Malan. No segundo está a força do Partido dos Trabalhadores. Bolsonaro e os golpistas juntaram esses dois blocos, mas, desde que chegou ao governo, Lula pouco fez para manter o arco. Pelo andar da carruagem, pouco fará.

Bolsonaro foi alimentado pelo sentimento antipetista e foi batido pela sua agressividade irracional e errática. Regressando, ele quer liderar a direita que tirou do armário, mobilizou e acabou por avacalhar. Pode ser que ele sonhe ser um novo Carlos Lacerda, que o francês Charles De Gaulle chamou de "demolidor" de presidentes. Lacerda foi um grande governador da cidade do Rio de Janeiro. Falta ao ex-capitão um legado semelhante.

Bolsonaro volta menor, até porque o conservadorismo nacional já dispõe de dois quadros racionais: os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e de Minas Gerais, Romeu Zema. O ex-presidente, contudo, precisa voltar a se alimentar com o antipetismo. Já se abasteceu nele, com sucesso. Precisa da colaboração do PT, e daquilo que se supõe ser a esquerda, para voltar a crescer.

Num cenário no qual Lula 3.0 e Bolsonaro compartilhem a cena abundam os maus presságios. São trazidos pelas características de dois personagens atraídos pela onipotência. A do ex-capitão está no seu DNA. A de Lula é recente e, de certa forma, pontual. Por mais que se entendam as razões da malquerença de Lula por Sergio Moro, a sua elevação à categoria de ideia fixa é inútil e derrogatória para um presidente. As caneladas de Lula em Michel Temer mostram sua disposição de estreitar o arco de forças que se comprometeram com a democracia. O ex-presidente manteve-se neutro na disputa, defendendo seu governo, a democracia e a Constituição. Atacá-lo foi no mínimo uma inutilidade.

Os maus presságios cristalizam-se no risco de um debate de polarizações irracionais. O Brasil já foi governado por um presidente que hostilizava a vacinação durante uma epidemia. Depois da derrota, Bolsonaro disse que teria feito melhor se deixasse a Covid por conta do seu ministro da Saúde. Pedir desculpas a Luiz Henrique Mandetta e a Nelson Teich? Nem pensar.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Comissão de Ética abre investigação sobre diárias de Juscelino e joias da Arábia Saudita

Renato Machado e Marianna Holanda

BRASÍLIA A Comissão de Ética Pública da Presidência da República decidiu nesta terça-feira (28) instaurar procedimento para apurar a conduta de agentes públicos no caso das joias que vieram da Arábia Saudita no governo Jair Bolsonaro (PL).

O colegiado também decidiu abrir processo para investigar a conduta do atual ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), pelo uso irregular de diárias do governo, quando participou de evento particular em São Paulo. Ele se torna o primeiro ministro do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a ser investigado pela comissão.

A questão das joias não constava inicialmente na pauta. Um conselheiro afirmou que o órgão foi "provocado" nos dois casos —não instaurou de ofício o procedimento.

Na reunião, os conselheiros deveriam decidir se davam prosseguimento à apuração. Foi também designado um relator, que será responsável por ouvir as partes envolvidas. Não há prazo para a conclusão das investigações.

Serão apuradas as condutas do ex-ministro das Minas e Energia Bento Albuquerque, de seu ex-assessor André Soeiro e do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Em outubro de 2021, um militar que assessorava Albuquerque desembarcou no Brasil, vindo da Arábia Saudita, com um kit de joias na mochila. Os bens não haviam sido declarados e foram apreendidos pela Receita. O caso foi divulgado inicialmente pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Um outro conjunto, de joias masculinas, estava na bagagem de um dos integrantes da comitiva chefiada e não foi interceptado na alfândega. Após determinação do TCU (Tribunal de Contas da União), esse kit foi entregue por advogados do ex-presidente, no dia 24, à Caixa Econômica Federal em Brasília.

No mesmo dia, um kit de armas presenteadas pelos Emirados Árabes Unidos foi entregue à Polícia Federal, também por ordem do TCU.

Um terceiro conjunto de joias dadas a Bolsonaro pelo governo saudita, porém, segue com o ex-presidente. Segundo O Estado de S. Paulo, estão no pacote, estimado em mais de R$ 500 mil, um relógio Rolex, uma caneta da marca Chopard e um anel em ouro branco, entre outros itens.

No caso do ministro Juscelino Filho, a investigação vai apurar sua conduta por uso de diárias irregulares e de um avião da FAB para participar de um evento privado.

Em janeiro, o ministro teve duas agendas oficiais e aproveitou a estadia na capital paulista para participar de evento ligado a cavalos Quarto de Milha, como revelou o jornal O Estado de S. Paulo.

No início deste mês, o presidente Lula decidiu mantê-lo no cargo. Um dos objetivos era evitar o aumento da rejeição do União Brasil ao governo, que busca construir uma base aliada.

Juscelino recebeu diárias por dias sem agenda de trabalho em São Paulo, São Luís e até no exterior. O total de diárias recebidas em duas viagens internacionais —a Portugal e Espanha— soma R$ 34,2 mil.

política

Brendan Smialowski - 3.mar.23/AFP

Steve Bannon, 69
Uma das principais vozes da ultradireita no mundo, foi estrategista-chefe da Casa Branca no começo do governo Donald Trump. É apresentador do podcast War Room. Em 2018 lançou o The Movement, grupo para conectar as lideranças da direita populista pelo planeta

Steve Bannon

Processos contra Bolsonaro na Justiça não têm importância

Estrategista da ultradireita afirma que retorno do ex-presidente ao Brasil será positivo e defende integração de líderes conservadores

> “Lula tem pouco apoio popular, e você percebe pela quantidade de pessoas que protestaram contra as eleições. É óbvio que houve roubo no Brasil e provavelmente foi mais escandaloso do que com Trump. Mas isso não vai importar. Trump voltará em 2024 e Bolsonaro voltará

> Sou muito próximo de Eduardo [Bolsonaro]. Ele será o presidente do Brasil um dia

> O movimento da direita é mais popular do que nunca. As pessoas estão percebendo que as elites estão destruindo a economia. Olhe para a inflação fora de controle dos Estados Unidos, o sistema bancário à beira do colapso. Em 6 de janeiro [nos EUA] e no Brasil as pessoas não deviam quebrar a lei, mas...

SÉRIES FOLHA
O FUTURO DO BOLSONARISMO

ENTREVISTA

Thiago Amâncio

WASHINGTON Os processos que líderes da direita como o brasileiro Jair Bolsonaro e Donald Trump enfrentam na Justiça não prejudicam o futuro do movimento conservador e, pelo contrário, apenas fortalecem os acusados, afirma Steve Bannon, ideólogo da ultradireita global.

Estrategista-chefe da Casa Branca no começo do mandato do republicano e bastião da direita radical, Bannon, 69, defende Eduardo Bolsonaro como sucessor do pai e afirma que o regresso do ex-presidente ao Brasil, marcado para esta quinta-feira (30), será “incrível”.

Em entrevista à **Folha**, ele repete as alegações falsas de fraude nas eleições e afirma que o futuro da direita populista no mundo é conectado.

Condenado por desacato ao Congresso americano ao desrespeitar convocações para depor na comissão que investigou o atentado ao Capitólio em 2021, Bannon elogiou em 8 de janeiro deste ano os radicais no Brasil que atacaram os três Poderes em Brasília e os chamou de “guerreiros da liberdade”.

À **Folha** ele diz que quem cometeu crimes devem sofrer as consequências disso, mas afirma que é preciso investigar se não foram incentivados por agentes federais.

*

Presidentes direitistas nos Estados Unidos e no Brasil perderam suas campanhas à reeleição. Minha primeira pergunta é... Eu discordo, não acho que perderam. Trump não perdeu em 2020 e Bolsonaro certamente não perdeu no Brasil [não há indícios de fraude e as eleições nos dois casos foram consideradas limpas e justas].

Com base no que o sr. diz isso? Lula tem pouco apoio popular, e você percebe pela quantidade de pessoas que protestaram contra as eleições. É óbvio que houve roubo no Brasil e provavelmente foi mais escandaloso do que com Trump. Mas isso não vai importar. Trump voltará em 2024 e Bolsonaro voltará, então será uma boa lição para mostrar às pessoas o quanto as instituições podem ser corrompidas facilmente contra o desejo do povo.

Hoje Trump e Bolsonaro estão fora do poder. Qual o futuro da direita? Não é o futuro, é o presente, está mais robusta do que nunca. Veja os resultados de Trump nas pesquisas, à frente do [governador da Flórida, Ron] DeSantis e de Biden. Nosso movimento está mais forte a cada dia. É o mesmo com Bolsonaro. Meu único problema com Bolsonaro é que acho que ele não deveria ter deixado o país e estou muito feliz que está voltando.

Foi uma estratégia ruim? Minha recomendação seria que não saísse, mas ele saiu, veio aos EUA, foi à CPAC [conferência da direita trumpista em Washington], fez um discurso histórico e comoveu a plateia de maneira incrível. E acho que vai voltar [ao Brasil] e vai ser incrível, vai ser reeleito presidente. Espero que Lula não destrua a economia do Brasil até lá.

Com que frequência o sr. fala com a família Bolsonaro? Não quero dizer com que frequência exatamente, mas sou muito próximo de Eduardo. Ele será o presidente do Brasil um dia.

Quão conectada é a direita global hoje? Esse é um dos motivos pelos quais eu me dedico tanto à Europa, ao Japão, converso com grupos pró-democracia na China, que é meu trabalho principal hoje, fizemos a CPAC no México. Eu me dedico tanto ao Brasil porque estamos muito conectados.

Mas não ouvimos falar mais do The Movement [grupo lançado por Bannon em 2018 para unir a direita populista no mundo, com Eduardo Bolsonaro como representante na América do Sul]. Tem muita coisa acontecendo nos bastidores. Mas queremos garantir que temos uma operação robusta em países específicos. Populismo e nacionalismo são específicos de países, você precisa fazer o que funciona nesses países. Não somos como a Internacional Comunista, onde tudo é global e interconectado. Somos conectados porque pensamos de modo igual, mas cada país é um e isso toma muito tempo.

Mas todos se conhecem e se dão bem. Viktor Orbán na Hungria, [Marine] Le Pen na França, Nigel Farage [Reino Unido], Giorgia Meloni [primeira-ministra da Itália], os Bolsonaro, o movimento trumpista, nacionalistas favoráveis a [Narendra] Modi na Índia, a [Shinzo] Abe no Japão.

Mas lembre-se, ainda é um movimento jovem. Se você pensa na esquerda, estão por aí há 80 anos. A nova direita é um fenômeno forte nos últimos dez anos e na maior parte do tempo passamos trabalhando em organizações domésticas.

Le Pen perdeu na França, candidatos da direita também perderam eleições recentes na Colômbia e no Chile... É preciso olhar para a direção que estamos seguindo. Não vamos ganhar todas as eleições. Algumas ganhamos, chegamos ao poder na Itália, e algumas perdemos. O ponto é que a direção fica mais forte a cada dia. Le Pen está muito mais forte hoje. Ela perdeu a Presidência, mas basicamente ganhou o controle do Parlamento. Você pode escolher eleições individuais ao redor do mundo onde a esquerda ganhou. Mas o mais importante em um movimento com menos de dez ou 12 anos é olhar a direção que estamos tomando. Estamos ganhando aderência a cada dia.

Além disso estamos certos sobre a economia. A ordem mundial neoliberal e neoconservadora [corrente da direita que teve seu auge nos EUA com George W. Bush] está colapsando e ninguém vê isso melhor que o Brasil. Olhe as políticas de Lula, a inflação e o desemprego vão sair de controle.

Discorda de especialistas que apontam que estamos vendo um declínio da direita? Discordo completamente, é uma piada da esquerda. Olhe o que acontece na França, olhe Giorgia Meloni, olhe a popularidade de Modi, olhe Trump. Na eleição roubada ele teve 74 milhões de votos, e Biden não chegou nem perto disso. Bolsonaro vai voltar ao Brasil de modo retumbante. Olhe o tamanho dos protestos. Nunca vi multidões daquele tamanho em minha vida. Vocês tiveram protestos auto-organizados. Foram os maiores protestos nos tempos modernos [checagem do Projeto Comprova diz que não é possível afirmar isso] e a imprensa estava com tanto medo que não reportou. E quando Bolsonaro voltar, tudo vai estourar. Ele é enormemente popular, Lula é incrivelmente impopular.

Mas muitas pessoas foram presas no Brasil por causa do 8 de janeiro, assim como nos EUA em 2021. Isso não enfraquece o movimento da direita? Primeiramente ninguém deve quebrar a lei. Sabemos que em 6 de janeiro [nos EUA] houve um tremendo incentivo de agentes federais, mas ninguém deveria quebrar a lei. Mas você está totalmente errado. O movimento da direita é mais popular do que nunca. As pessoas estão percebendo agora que as elites estão destruindo a economia. Olhe para a inflação fora de controle dos Estados Unidos, o sistema bancário à beira do colapso. Estamos financiando uma guerra na qual as pessoas não têm interesse, a Guerra da Ucrânia. Em 6 de janeiro e no Brasil as pessoas não deviam quebrar a lei, mas...

Mas o sr. chamou os manifestantes de “guerreiros pela liberdade”. Sim, eles eram guerreiros pela liberdade. Quem quebrou a lei, quebrou a lei. Mas foi uma parcela pequena de pessoas perante as centenas de milhares que estavam lá. Quem quebrou a lei deve sofrer as consequências disso, se for provado que não foram instigados por agentes federais. Lula é um criminoso transnacional em sociedade com o Partido Comunista Chinês, é parceiro do pior regime da história moderna. Essas pessoas [que protestaram contra ele] são definitivamente guerreiros da liberdade.

Trump está encarando um possível indiciamento. Todos os processos contra Trump são uma piada e ele cresce nas pesquisas a cada dia e arrecada mais dinheiro com cada um deles. Então isso não é um problema. Se ele for indiciado, terá mais poder que nunca. Eles não vão parar Trump em uma batalha jurídica, isso é impossível.

Bolsonaro também enfrenta uma série de problemas na Justiça brasileira. Claro, a instituição mais corrupta no Brasil é a Suprema Corte, foi como a eleição foi roubada. É claro que Bolsonaro enfrenta problemas na Justiça, mas isso não importa.

O sr. também foi indiciado. Eu fui condenado por desacato ao Congresso e estou recorrendo. Tenho sete recursos diferentes na Justiça e sou muito orgulhoso disso. O comitê [da Câmara que investigou o ataque] do 6 de janeiro foi uma piada. Não teve impacto nenhum sobre o povo americano. E eu me levantei contra isso, disse que não iria jogar esse jogo. Eles me condenaram por desacato e isso será revertido em um tribunal federal.

Mas como a direita vai voltar ao poder com tantos problemas na Justiça? Nada disso teve qualquer impacto até agora. É o contrário. As pessoas estão vendo que é uma vergonha. Estamos arrecadando mais dinheiro, subindo nas pesquisas, e a imprensa da direita é mais poderosa do que nunca.

Mas nas midterms [eleições de meio de mandato, em 2022] a performance do Partido Republicano foi longe do esperado. Não é uma resposta? Nós conquistamos o controle da Câmara. Isso foi grande perto do dinheiro que os democratas tinham. Estamos mudando os rumos do país. Perdemos algumas corridas importantes, mas isso sempre vai acontecer. A nação está tomando outro rumo. E, por acaso, quem tomou conta da Câmara foi a direita, com Marjorie Taylor-Greene e [Matt] Gaetz [deputados da ultradireita americana]. Os processos na Justiça têm impacto zero e só nos fortalecem, porque as pessoas percebem o absurdo que são.

Emirados Árabes chamam ex-secretário da Defesa de Bolsonaro para estatal

Indicado para embaixada reuniu-se com empresa que representará e quer parceria em cibersegurança

Igor Gielow

SÃO PAULO De olho no mercado de defesa brasileiro, os Emirados Árabes Unidos convidaram uma alta autoridade do Ministério da Defesa no governo de Jair Bolsonaro (PL) para dirigir uma filial da sua estatal do setor no Brasil.

Como secretário de Produtos de Defesa, Marcos Degaut fez diversas viagens ao país árabe e outros, visando abrir mercados para empresas brasileiras. Em maio do ano passado, esteve ao lado de Eduardo Bolsonaro, filho do então presidente, em uma reunião no Edge Group, em Abu Dhabi.

O conglomerado reúne 25 empresas de diversas áreas e agora chegará ao Brasil. Segundo Degaut, ele ainda não assumiu o cargo porque o Edge Group está em processo de instalação no país.

Degaut (ao centro, à direita) e Eduardo Bolsonaro no Edge Group, em 2022 Edgegroup no Twitter

Questionado acerca do fato de ter deixado um cargo estratégico na Defesa e agora ir trabalhar para um potencial cliente do governo federal, ele descarta conflito de interesses. "Para isso que serve a quarentena. E a Seprod [Secretaria de Produtos de Defesa] não faz aquisições, ela trabalha em formulação de fomento da indústria", diz.

Degaut deixou o governo em agosto de 2022, e seu período de quarentena de seis meses já foi cumprido. Ele era conhecido no Itamaraty como o homem de Bolsonaro nos Emirados, um dos países mais próximos do então clã presidencial —ficaram famosas as nebulosas visitas de Eduardo, deputado federal pelo PL-SP, a Dubai e Abu Dhabi.

Em 20 de abril do ano passado, o presidente enviou ao Senado mensagem indicando Degaut para ser o novo embaixador do Brasil no país árabe. A cúpula da Casa travou a indicação, em um episódio nunca totalmente esclarecido que dois presidentes de empresas de defesa importantes atribuem a rixas políticas, elogiando as qualificações técnicas do ex-secretário na área.

"Eu renunciei à indicação em agosto por motivo de saúde", afirmou Degaut. Na mesma época, quatro meses após o Senado protelar a análise de seu nome, ele deixou o governo.

"Jamais pedi para ser indicado. Acho que a indústria nacional via os Emirados como uma grande aposta, ressentia algo mais proativo, e fez a indicação ao presidente", afirmou. Degaut também nega proximidade com os filhos do ex-chefe. "Não sou, nem nunca fui amigo do Eduardo. Ele foi muito cordial nas reuniões em que participamos", disse.

Uma das empresas controladas pelo Edge Group é a Beacon Red, conhecida anteriormente como Dark Matters, estrela de teorias conspiratórias envolvendo empresas de cibersegurança usadas por governos para espionar cidadãos.

Ela havia sido fundada em 2014 por Faisal Al Bannai, presidente do Edge desde a fundação da estatal, em 2019. A empresa rejeita acusações de malfeitos com as capacidades tecnológicas que domina.

Juntar o sobrenome Bolsonaro e reunião com uma firma com esse perfil alimentou rumores óbvios, ainda mais no auge da campanha do presidente e seus aliados contra o sistema eletrônico de votação. Nenhum deles foi provado.

Segundo Degaut, nas reuniões que teve com o Edge Group, atividades da Beacon Red "jamais foram discutidas com o Ministério da Defesa".

O tema, contudo, segue em pauta. A primeira prioridade do grupo no Brasil será negociar uma parceria com a Kryptus, a principal empresa brasileira de cibersegurança, que cuida de certificação de urnas eletrônicas a criptografia para as Forças Armadas e Abin, passando por bancos, órgãos públicos e clientes privados.

"Há um início de conversas", afirmou Degaut. "A Kryptus exporta tecnologia brasileira para mais de 20 países e para isso ativamente procura e mantém parcerias com as principais empresas globais, tanto para negócios no segmento enterprise [soluções de alta complexidade a pedido do cliente] como no segmento governo e defesa", disse o presidente da empresa, Roberto Gallo.

"Atualmente, a Kryptus não possui parceria com o Edge Group e nem confirma conversas neste sentido", completou. Em 2020, a empresa já havia recebido um aporte de R$ 20 milhões coordenado pela Embraer Defesa.

Sobre os rumores de mercado de que o Edge poderia se interessar pela combalida Avibrás, fabricante de mísseis e sistemas de armas paulista que está em recuperação judicial, Degaut é ambíguo. "Não existe nada sobre a Avibrás, mas isso não impede que possa haver", afirmou.

O futuro executivo, que foi servidor federal por 32 anos e trabalhou nas Presidências de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Michel Temer (MDB), afirma que sua prioridade é capacitar empresas brasileiras com potencial exportador, não a compra delas.

"Eu entendo que empresas como a Kryptus têm de permanecer estratégicas, e pela lei isso significa dois terços de controle nacional", afirmou. Ele disse ter recebido propostas "de empresas de diversos países que visitei, americanas, italianas, do Egito", mas que elas tinham viés "predatório" sobre a indústria nacional.

Os Emirados, afirma, não. O plano é trabalhar com empresas de defesa de diversos países para triplicar o faturamento global da companhia, que foi de US$ 7 bilhões em 2021 [R$ 40,4 bilhões já corrigidos, no câmbio de hoje], até 2025. "O Edge quer estar entre as cinco maiores empresas do setor no mundo", disse.

"Precisamos superar o gargalo do financiamento. É muito difícil competir com o americano, o chinês, o europeu", afirmou, dizendo que o Edge poderia trazer dinheiro para parceiros nacionais que tenham algo a dar em troca, como tecnologias específicas.

Pacheco contraria Lira e quer paridade em comissões mistas

Presidente do Senado diz que levará a líderes proposta para mudar rito de MPs

João Gabriel, Thaísa Oliveira e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta terça (28) que vai levar aos líderes a proposta da Câmara dos Deputados para a análise das medidas provisórias (MPs), mas defendeu número igual de deputados federais e senadores.

"A paridade de 12 senadores e 12 deputados existe há mais de duas décadas", disse.

Ele afirmou ainda que a paridade "não é quantitativa, mas sim qualitativa, com peso igual entre as duas Casas" e destacou que o Senado "quer que o acordo obedeça estritamente a Constituição Federal".

As duas Casas vivem um impasse sobre o rito de apreciação das MPs, alterado provisoriamente em 2020 com a redução das atividades no Congresso devido à pandemia.

Depois de dizer na sexta (24) que as comissões mistas não andariam nem "um milímetro" na Câmara, Arthur Lira (PP-AL) voltou atrás nesta segunda (27) e levou ao Senado a proposta de aumentar o número de deputados federais e reduzir o de senadores.

A sugestão é compor as comissões mistas com três deputados federais para cada senador e estabelecer prazo para análise —atualmente são 12 parlamentares de cada Casa.

Pacheco se reuniu a sós com Lira nesta terça e, depois, com os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

No fim do dia, o presidente do Senado ainda se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por cerca de duas horas e meia no Palácio da Alvorada. Segundo relatos, Lula pediu parcimônia entre ele e Lira para não colocar em risco assuntos que são importantes para o país.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) durante sessão no plenário da Casa Pedro França - 23.mar.23/Agência Senado

Assessores do governo alertaram que ao menos quatro MPs não podem ser enviadas ao Congresso por meio de projetos de lei —como as dos programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, e a que criou ministérios.

Os efeitos de outras MPs, como a que retomou o Programa de Aquisição de Alimentos, também estão sendo avaliados. Em meio ao impasse, sete MPs estão paradas no Congresso há mais de 50 dias.

Pessoas próximas ao presidente do Senado afirmam que ele saiu otimista do encontro com Lula, e que tanto Jaques Wagner como Randolfe Rodrigues sinalizaram que estão de acordo com a volta das comissões mistas.

Pacheco disse ao petista que vai levar a proposta da Câmara aos líderes, mas destacou que a Constituição deixa claro o papel de cada uma das Casas. A reunião de líderes do Senado ocorre às quintas-feiras, mas deve ser antecipada para esta quarta (29).

"Reuni-me, nesta terça-feira, por mais de duas horas, com o presidente Lula. Na conversa, tratamos da tramitação das medidas provisórias e disse ao presidente que estamos trabalhando no encaminhamento da busca de um consenso", disse Pacheco em nota.

"Também ressaltei ao presidente Lula que daremos celeridade devida ao arcabouço fiscal. Dentro disso, houve o reconhecimento mútuo de que a taxa de juros no Brasil está muito alta e afirmei ao presidente a importância de encontrarmos caminhos sustentáveis para a redução da taxa o mais rápido possível."

De acordo com pessoas do governo, a conversa ocorreria na ida dos dois à China, mas a viagem foi cancelada por recomendação médica ao presidente, que está com pneumonia.

Com o prazo cada vez mais apertado para aprovação (que é de 120 dias), o governo pretende enviar projetos de lei em regime de urgência para substituir medidas provisórias que já tinham sido editadas.

As comissões mistas foram suspensas em março de 2020, mês em que a pandemia foi declarada. Desde então, as MPs estavam sendo votadas no plenário das duas Casas, começando pela Câmara.

Com isso, Lira passou a controlar o ritmo de tramitação. Como os deputados federais não têm prazo para discutir o texto, os senadores dizem que se transformaram em meros "carimbadores" do que já foi negociado e decidido.

Em fevereiro, Pacheco editou um ato para, com o fim das restrições da pandemia, retomar o andamento anterior, com comissões mistas —o que não agradou ao presidente da Câmara.

Caso o Senado não concorde com a proposta da Câmara, o Planalto irá definir quais MPs apresentadas pelo governo Lula são prioritárias. Elas deverão, então, ser analisadas em comissão mista no rito previsto pela Constituição.

"Não havendo acordo, o governo fez um apelo à Câmara, e a Câmara deverá fazer ao Senado, que três ou quatro MPs essenciais, abramos exceção e indiquemos os líderes para compor essas comissões", disse Lira na segunda-feira.

Pacheco cumprimentou os deputados pela "compreensão" em torno da necessidade de manter as comissões mistas e disse que não há disputa de poder nem de prerrogativas entre Câmara e Senado.

"Aqui eu devo render também o meu reconhecimento ao presidente da Câmara, Arthur Lira, que nesses dois anos ele buscou, de fato, dar esse tempo para o Senado de apreciação", disse Pacheco a jornalistas depois de se reunir com o presidente da Câmara.

"Mas isso não pode ficar ao arbítrio do presidente do Senado, do presidente da Câmara. Seria muito bom que houvesse uma regra de se estipular tempo para as comissões."

Audiência de Flávio Dino na CCJ tem deboche sobre Terra plana e bate-boca entre base e bolsonaristas

Cézar Feitoza

BRASÍLIA A primeira audiência na Câmara dos Deputados com um ministro do governo Lula (PT) foi marcada por bate-boca entre opositores e aliados do Palácio do Planalto.

Flávio Dino (Justiça) foi à CCJ (Comissão de Constituição de Justiça) da Casa, negou omissão das forças federais nos ataques golpistas de 8 de janeiro e acusou bolsonaristas de disseminarem fake news sobre sua visita ao Complexo da Maré (RJ).

Uma das principais razões de desavença foi a decisão de Dino de acusar deputados e senadores bolsonaristas ao STF (Supremo Tribunal Federal) pela divulgação de falsidades associando sua ida à Maré a um suposto envolvimento com grupos criminosos.

Um dos alvos do processo, o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ) afirmou que Dino não poderia apresentar notícia-crime contra parlamentares.

"A Constituição diz que deputados e senadores são invioláveis, penal e civilmente, por quaisquer de suas palavras, opiniões e votos. Eu queria saber do ministro qual o entendimento da palavra 'quaisquer'. Não há exceção", disse.

Em resposta, Dino afirmou que a imunidade parlamentar não é um "direito absoluto", como reconhecido pelo STF.

"A imunidade parlamentar não é escudo para o cometimento de crime nem camisa de força para maluquice. É um instituto constitucional, e eu preciso lidar com carinho para que ele seja preservado".

Deputados da base e da oposição protagonizaram uma série de discussões. O principal embate ocorreu após fala de Nikolas Ferreira (PL-MG), que tentou repreender Dino por respostas irônicas.

"O senhor tem que tratar essa comissão com respeito, sem deboche ou sorrisinho de canto, porque aqui não tem palhaço nem circo e a gente precisa ter respeito com o Parlamento", afirmou. Em resposta, ouviu gritos de "moleque", "peruca", "palhaço" e "chupetinha" —não foi possível identificar, porém, quem usou a expressão homofóbica para atacá-lo.

O ministro Flávio Dino (Justiça) participa de audiência na CCJ da Câmara Pedro Ladeira/Folhapress

> "A imunidade parlamentar não é escudo para o cometimento de crime nem camisa de força para maluquice
>
> **Flávio Dino**
> ministro da Justiça

> "O senhor tem que tratar essa comissão com respeito, sem deboche ou sorrisinho de canto, porque aqui não tem palhaço
>
> **Nikolas Ferreira (PL-MG)**
> deputado federal

Nikolas é alvo de representações no Conselho de Ética da Câmara por fazer discurso transfóbico no plenário, usando uma peruca, no Dia Internacional das Mulheres.

Deputados da oposição disseram considerar o ministro desrespeitoso ao responder a uma pergunta do deputado André Fernandes (PL-CE), que o acusou falsamente de responder a mais de 200 processos na Justiça, segundo pesquisa que o parlamentar disse ter feito em um site jurídico.

O ministro recorreu ao deboche. "Deputado da CCJ dizer que pesquisou no Jusbrasil: eu vou contar para os meus alunos como anedota, como piada. O senhor acaba de entrar no meu livro de memórias", disse o ministro, que explicou que o sistema de buscas do site identifica registros de candidaturas e prestação de contas à Justiça Eleitoral, entre outros resultados.

"Dizer com base no Jusbrasil que eu respondo a processos se insere no mesmo continente mental de quem acha que a Terra é plana", completou.

Em resposta, o deputado André Fernandes, investigado em inquérito no STF por incitar os atos de vandalismo em 8 de janeiro, pediu "respeito".

Dino também usou de ironia ao dizer que não teria problema em voltar outras vezes à Câmara para discutir assuntos relacionados ao Ministério da Justiça. "Não tenho medo do embate: um momento como este, para mim, é um alento na alma".

Ele disse que o governo não foi omisso nos ataques de 8 de janeiro e que manteve contato com os governadores Cláudio Castro (Rio de Janeiro), Tarcísio Freitas (São Paulo) e Ibaneis Rocha (Distrito Federal), na véspera dos atos, para pedir atenção às manifestações bolsonaristas.

"No caso de Brasília, é público e notório, o próprio Ibaneis já disse: disseram uma coisa para ele e ocorreu outra. [...] A Polícia Militar do Distrito Federal, infelizmente, não cumpriu aquilo que estava escrito no planejamento operacional da Secretaria de Segurança Pública do DF", afirmou.

Tarcísio recebe alta em Londres depois de retirar cálculo renal

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), recebeu alta hospitalar nesta terça-feira (28) após passar por procedimento em Londres para a retirada de um cálculo renal.

Tarcísio precisou interromper os compromissos da missão internacional na segunda (27) devido a uma crise. Após sentir fortes dores, ele foi atendido ainda no hotel por um médico da embaixada brasileira e, depois, levado a um hospital.

Em Londres, o governador está sendo representado na agenda de compromissos pelo secretário de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz. Ele também viajará a Madri, na Espanha, para compromissos previstos para quarta (29).

A participação de Tarcísio nos demais compromissos da missão, que continua na quinta (30) em Paris, dependerá da avaliação médica.

O objetivo da missão é o de atrair investimentos e apresentar o pacote de projetos do Programa de Iniciativa Privada. A gestão apresentou, em fevereiro, mais de dez projetos de concessões e parcerias com a iniciativa privada, a maioria na área de transportes.

O plano inclui a transferência da sede administrativa do governo, atualmente no Morumbi (zona oeste), para os Campos Elíseos, no centro da capital paulista. Foram citadas ainda a privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Água e Energia) e da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico) —neste caso, em até dois anos.

O pacote também inclui obras prometidas há décadas, como a conclusão do trecho norte do Rodoanel e o trem intercidades para ligar a capital a cidades como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos.

Além disso, estão previstas a criação de novas linhas de trem e metrô e um túnel para facilitar a travessia entre Santos e Guarujá.

Lucas Ferraz representou o governador nos encontros desta terça (28) em Londres e fará o mesmo na quarta (29), em Madri, na Espanha.

Juiz da Lava Jato envia acusações contra Moro à PF para inquérito

CURITIBA O juiz federal Eduardo Appio, à frente dos casos remanescentes da Lava Jato em Curitiba, encaminhou um ofício à Polícia Federal do Paraná nesta terça (28) com as acusações feitas pelo réu Rodrigo Tacla Duran contra o ex-juiz Sergio Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol, hoje congressistas.

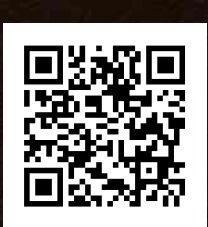
No documento, Appio afirma que o conteúdo está sendo encaminhado à PF para "instauração urgente de inquérito policial visando a apuração da prática, em tese, de crime de extorsão (alegadamente agentes políticos federais)". Moro e Deltan rechaçam as acusações.

Os relatos foram feitos nesta segunda-feira (27) por Tacla Duran, em audiência marcada pelo juiz Appio dentro do processo no qual o advogado responde pelo crime de lavagem de dinheiro.

No ofício encaminhado ao delegado Rivaldo Venâncio, que recentemente assumiu a cadeira de superintendente regional da PF, Appio informa que está anexando uma cópia da ata da audiência.

Por volta das 18h, contudo, Venâncio responde a Appio, sugerindo que o assunto fique com o STF (Supremo Tribunal Federal), "considerando o teor do ofício". "Restituo respeitosamente a Vossa Excelência, com sugestão de análise de eventual encaminhamento ao STF", assina o delegado.

O próprio juiz Appio já havia informado durante a audiência que o assunto seria de competência do STF. Por isso não pediu detalhes sobre o que ele tentava narrar —o advogado fala que houve perseguição de Deltan por não ter aceitado uma extorsão praticada por pessoas próximas a Moro. Declarações semelhantes tinham sido feitas por ele em 2017.

Catarina Scortecci

Ministros defendem regulação, e redes sociais negam omissão

Representantes das plataformas participam de audiência pública no Supremo

José Marques

BRASÍLIA Em audiência pública nesta terça (28) no STF (Supremo Tribunal Federal), representantes do Google e do Facebook negaram omissão no combate a conteúdos ilegais e de desinformação e na remoção de publicações que violam suas políticas.

As manifestações foram feitas após ministros do Supremo e do governo federal voltarem a defender a regulação das redes sociais.

As companhias se posicionaram em evento que discute a responsabilidade das plataformas pelo conteúdo gerado pelos usuários, o que pode resultar na flexibilização do Marco Civil da Internet, lei que regula o tema no Brasil.

A audiência pública no STF sobre o Marco Civil da internet, nesta terça (28) Nelson Jr./Divulgação STF

A audiência foi convocada em razão de duas ações de repercussão geral (que incidem em casos similares), de relatoria dos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, que serão julgadas no Supremo sobre o tema.

O evento vai até esta quarta (29). Também serão ouvidos integrantes do governo, estudiosos e entidades civis, além de outras big techs que podem ser afetadas pelas ações.

O ponto central da audiência é a constitucionalidade ou a necessidade de regulamentação complementar do artigo 19 do Marco Civil da Internet.

Esse dispositivo diz que "com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura", os provedores somente poderão ser responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, "após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente".

Ao abrir os trabalhos, o ministro Dias Toffoli disse que o tema central das ações em julgamento é a "responsabilidade civil de provedores de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros".

Ele citou parcerias que as redes sociais firmaram, por exemplo, com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e afirmou que a audiência acontece "num momento marcado pelo maior amadurecimento e reflexão por parte das instituições nacionais e estrangeiras e das próprias entidades".

Toffoli disse ainda que houve o aumento da depressão e suicídio entre adolescentes e citou os ataques às sedes dos três Poderes em 8 de janeiro.

Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news, disse que o modelo atual de regulação das redes é "absolutamente ineficiente", "falido" e "destrói reputações e destrói dignidades".

Outros ministros presentes na audiência, como Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes, também voltaram a se manifestar a favor da regulação das plataformas.

Gilmar Mendes disse que os ataques de 8 de janeiro têm relação com o "uso abusivo da internet", e Barroso acrescentou que há sérias ameaças à democracia e aos direitos fundamentais em discursos de ódio e teorias da conspiração proliferados na internet.

Também se manifestaram neste sentido Flávio Dino (Justiça), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) e Silvio Almeida (Direitos Humanos).

Silvio disse que o momento atual é "extremamente grave" e que, nesta segunda (27), "vimos o exemplo do que significa dissociar democracia de liberdade e responsabilidade".

"Tiroteios em escolas dos Estados Unidos, ataques em escolas do Brasil, todos estes planejados e estimulados por meio de redes sociais", disse ele, em associação ao ataque em uma escola na Vila Sônia, na zona oeste paulistana.

O Facebook Brasil foi representado na audiência pelo advogado Rodrigo Ruf, que disse que a empresa é contra a declaração de inconstitucionalidade do artigo 19, embora "apoie o salutar debate sobre regulação complementar".

> "Responsabilizar plataformas digitais, como se elas próprias fossem as autoras do conteúdo que hospedam ou exibem, levaria a um dever genérico de monitoramento de todo o conteúdo produzido pelas pessoas
>
> **Guilherme Sanchez**
> advogado do Google

Segundo ele, a Meta (dona do Facebook e Instagram) tem investido bilhões de dólares para o cumprimento dos seus termos de uso e políticas, e "deu imediato cumprimento a centenas de ordens judiciais dos tribunais superiores, inclusive no contexto das investigações dos atos criminosos de 8 de janeiro".

Guilherme Sanchez, advogado do Google, disse que somente no Brasil em 2022 o YouTube removeu mais de 1 milhão de vídeos que violavam as políticas da empresa contra desinformação, discurso de ódio, violência, assédio e segurança infantil. "Esse número contrasta com uma quantidade muito menor de requisições judiciais para a retirada de conteúdo", afirmou.

"Responsabilizar plataformas digitais, como se elas próprias fossem as autoras do conteúdo que hospedam ou exibem, levaria a um dever genérico de monitoramento de todo o conteúdo produzido pelas pessoas. Isso iria desnaturar inteiramente o ambiente plural da internet e criar uma pressão para remover qualquer discurso minimamente controverso."

Nas últimas semanas, ministros do Supremo têm insistido no discurso sobre a necessidade de uma regulamentação das redes sociais para evitar a proliferação de conteúdo de desinformação.

No último dia 7, o decano do STF, ministro Gilmar Mendes, disse que a regulação das redes sociais deve ser feita o quanto antes e que as condições para que isso aconteça foram fortalecidas após os ataques golpistas de 8 de janeiro.

Antes, Barroso também havia defendido em conferência na Unesco a responsabilização das plataformas da internet antes de ordem judicial em casos de conteúdo que sejam incitação a crimes, terrorismo e pornografia infantil.

No Congresso tramita o projeto de lei das Fake News, que trata do tema. O Poder Executivo também negocia uma proposta a ser incorporada a esse projeto de lei.

Entenda o que está em discussão

Qual o debate sobre a regulação das redes sociais? Após os atos golpistas de 8 de janeiro, o governo Lula elaborou proposta de MP obrigando as redes a removerem conteúdo que violasse a Lei do Estado Democrático, com multa caso houvesse o descumprimento generalizado das obrigações. Diante da resistência do Congresso, o Planalto recuou e discute incluir essas medidas no chamado PL das Fake News

O que é o Marco Civil da Internet? É uma lei sobre direitos e deveres para o uso da internet no país. O artigo 19 do marco isenta as plataformas de responsabilidade por danos gerados pelo conteúdo de terceiros, ou seja, elas só estão sujeitas a pagar uma indenização, por exemplo, se não atenderem uma ordem judicial de remoção. A constitucionalidade do artigo é questionada no Supremo

Qual a discussão sobre o artigo 19? A regra foi aprovada buscando assegurar a liberdade de expressão. Uma das justificativas é que as redes seriam estimuladas a remover conteúdos legítimos para evitar a responsabilização. Por outro lado, críticos dizem que a regra desincentiva as empresas a combaterem conteúdo nocivo

A proposta do governo impacta o Marco Civil? O entendimento é que o projeto abra mais uma exceção na lei. Hoje, as empresas são obrigadas a remover imagens de nudez não consentidas mesmo antes de ordem judicial. O governo quer que conteúdo golpista também se torne uma exceção à imunidade concedida pela lei, mas as empresas não estariam sujeitas a multa caso um ou outro conteúdo violador fosse encontrado na plataforma

Como o Congresso tem reagido à discussão? Parte do Legislativo critica a proposta do Planalto afirmando que a responsabilização levaria as empresas a se censurarem para evitar sanções. Também são estudadas a criação de um órgão regulador para as plataformas e a imunidade parlamentar nas redes, ponto defendido por Arthur Lira, presidente da Câmara

COMO FUNCIONA EM OUTROS PAÍSES?

- **EUA** A legislação imuniza as plataformas por conteúdos de terceiros e não as responsabiliza caso o conteúdo seja removido em boa-fé. Projetos e ações na Justiça discutem ampliar a responsabilidade das empresas
- **União Europeia** Diretiva do bloco estabelece que as redes só podem ser responsabilizadas se não agirem após denúncia. Uma nova lei de serviços digitais mantém essa imunidade, mas estabelece obrigações para as plataformas, como relatórios de transparência e de conteúdos removidos
- **Reino Unido** Empresas não podem ser punidas por conteúdo de terceiros. Uma proposta estabelece que elas deverão garantir a aplicação de seus próprios termos de uso e o direito dos usuários de recorrer das decisões de moderação

Audiência no Supremo revela um racha entre Google e Meta

ANÁLISE

Patrícia Campos Mello

É repórter especial e colunista. Formada em jornalismo pela USP, tem mestrado pela NYU. Escreveu os livros 'A Máquina do Ódio' e 'Lua de Mel em Kobane'

SÃO PAULO O início da audiência pública sobre o Marco Civil da Internet no STF revela um racha entre as chamadas big techs.

Enquanto a Meta, dona do Facebook e do Instagram, manteve-se inflexível na oposição a qualquer tipo de punição por conteúdo de terceiros, o Google mostrou que já conta com alguma mudança no regime de responsabilidade e partiu para a fase de redução de danos.

Em seu discurso na audiência pública, o advogado sênior do Google Brasil, Guilherme Cardoso Sanchez, propôs uma série de medidas para que as possíveis exceções de imunidade no artigo 19 da lei sejam delimitadas, específicas, e não resultem no desmoronamento completo do Marco Civil.

O Marco Civil, de 2014, é a principal lei que regula a internet no Brasil e determina que as plataformas só podem ser responsabilizadas civilmente por conteúdos de terceiros se não cumprirem ordens judiciais de remoção.

"Caso se entenda pela ampliação das hipóteses legais para a remoção extrajudicial de conteúdo, é necessário estabelecer garantias procedimentais e critérios", disse Sanchez em sua fala durante a audiência.

"O legislador pode até discutir aperfeiçoamentos a esse sistema [Marco Civil], mas trocar a segurança do artigo 19 por um regime de responsabilização baseado em critérios abertos ou pouco precisos levaria a um cenário extremamente problemático."

Sanchez apontou as consequências de retirar a imunidade das plataformas em casos pouco específicos ou subjetivos. "Incentivaria as plataformas a presumirem a ilegalidade de todo conteúdo controverso, porque essa é a forma mais racional de evitar o risco de responsabilidade civil; desestimularia o comportamento responsável das pessoas, na medida em que a conta de sua irresponsabilidade seria transferida para as empresas; e incentivaria uma enxurrada de novas ações judiciais de indenização contra as plataformas".

Segundo o Google, para evitar a banalização dos pedidos de remoção e o incentivo à censura é necessário que as notificações apontem "o conteúdo que se considera ilícito de forma inequívoca", apresentem justificativas que expliquem de forma exata o motivo da suposta ilicitude da postagem, e prazos e procedimentos adequados.

Ou seja, a manifestação do Google demonstra que a empresa tem consciência de que o ambiente de discussão de regulação da internet no Brasil mudou completamente.

No início de 2020, quando começou a tramitar o PL das Fake News no Congresso, a discussão era centrada na necessidade de ampliar a educação midiática e preservar a liberdade de expressão.

Agora, após a pandemia de Covid, o ataque ao Capitólio americano em janeiro de 2021 e a violência golpista em Brasília em janeiro de 2023, há uma enorme pressão para responsabilizar as empresas por conteúdo que tenham impactos no mundo real.

Parte das empresas calcula que será necessário fazer concessões, como aceitar responsabilização por conteúdo monetizado ou impulsionado, ou por exceções muito específicas ao artigo 19 do Marco Civil.

Aparentemente, essa não é a posição da Meta, dona do Facebook e Instagram.

Em seu discurso, Rodrigo Ruf, gerente jurídico do Facebook, afirmou reconhecer que mais pode ser feito pela integridade das plataformas e que apoia discussão de regulação complementar. Para isso, no entanto, propôs apenas "seguir aprimorando a aplicação das suas políticas".

Ele também criticou a imunidade parlamentar oferecida pelo PL 2630 e falou que as empresas devem fazer autorregulação.

Ou seja, a proposta da Meta é simplesmente aprimorar a aplicação de suas políticas, fazer mais do mesmo.

Em fala na abertura da audiência, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que "todos concordam que modelo atual é ineficiente, o modelo atual é falido no mundo todo". E completou, usando uma expressão que repete em suas críticas: "Não é possível continuarmos achando que as redes sociais são terra de ninguém".

"As plataformas mostram que também querem evoluir, não há antagonismo, há maneiras diversas de enxergar o mesmo problema, mas todos reconhecem que o problema existe e é necessário alterar o modelo."

Não está claro se a Meta acha que o modelo atual tem problemas.

Normalmente, as big techs são retratadas como um bloco único, unidas em combate contra todas as regulações. E é claro que tanto Google quanto Meta continuam alertando para os perigos reais das mudanças no Marco Civil.

E as duas afirmam que já que já removem, em larga escala, muito conteúdo ilegal ou que fere as regras de moderação —ainda que não saibamos exatamente quanto, porque eles só apresentam números agregados, não dividem por tipo de conteúdo retirado, nem comparam com o universo total de conteúdos.

Mas, enquanto a Meta quer apenas fazer mais do mesmo, o Google já contempla um aumento de responsabilidade, com exceções bem delineadas ao Marco Civil, dentro de parâmetros que reduzam a ameaça à liberdade de expressão.

É importante apontar que os casos em análise pelo STF não são os melhores para se discutir se as redes devem, ou não, ser responsabilizadas por conteúdos de terceiros antes de receberem notificação.

No recurso extraordinário relatado pelo ministro Luiz Fux, uma professora de Minas Gerais pediu que o Orkut (que pertencia ao Google) tirasse do ar uma comunidade de contra ela, com críticas e ofensas. Ela não foi atendida e pede ao Google, além da remoção, indenização por danos morais.

No recurso relatado pelo ministro Dias Toffoli, uma mulher pediu ao Facebook a remoção de um perfil falso que fingia ser ela e ofendia várias pessoas. O Facebook se recusou a agir. Ela pede a derrubada do perfil e indenização por danos morais.

Nos dois casos, entra-se no terreno pantanoso de liberdade de crítica —muito diferente de pedir remoção de postagens de políticos incitando milhares de apoiadores a invadirem o Congresso e pedir intervenção militar para reverter o resultado da eleição.

Mas a audiência pública e as decisões do STF tratam de um tema que vai muito além desses dois recursos —e devem servir de baliza para a atual discussão dentro do Executivo e do Congresso (PL 2630) sobre a regulação ampla das redes sociais.

Agências veem politização em ação do governo contra fake news

Secom lançou site de checagem que não segue princípios de verificação; ministro admite que não há isenção

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Agências de checagem de fatos acusam o governo Lula (PT) de "apropriação indevida" e "politização do combate à desinformação" pelo lançamento do site BrasilContraFake, supostamente de checagem de fatos, pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência, no último sábado (25).

Em tuíte no domingo (26), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva caracterizou a iniciativa como uma "plataforma de checagem de informações e combate à desinformação".

"O Brasil sofreu muito com mentiras nas redes sociais nos últimos anos. Precisamos fortalecer uma rede da verdade. O @govbr lançou nesta semana uma plataforma de checagem de informações e combate à desinformação", afirmou.

Para os checadores, não existe checagem de fatos feita pelo governo, porque o processo necessariamente precisa ser independente e apartidário. E o site não segue os princípios básicos da checagem, como indicar de onde foram retiradas as informações usadas nas checagens e qual é a metodologia utilizada para determinar a veracidade, além de ter transparência no processo de escolha do conteúdo que será verificado.

"Temos reservas a essa iniciativa. Não sabemos se essa plataforma adotará os critérios da IFCN (International Fact-Checking Network), que baliza o trabalho das agências de checagem em todo o mundo", diz Alexandre Gimenez, responsável pelo UOL Confere. "Também existe uma questão ética envolvida, já que parte do trabalho de uma agência de checagem é verificar informações divulgadas pelo próprio governo."

A Agência Lupa aponta que alguns conteúdos "verificados" são, na realidade, notas de "esclarecimento" do governo.

Em publicação sobre o aumento do desmatamento em fevereiro, afirma a Lupa, o governo confirma que os dados são verdadeiros (sem apresentar nenhum link para as bases de dados relevantes sobre o tema), mas diz também que "políticas públicas ambientais são marcadas pela efetividade a médio e longo prazo, e não imediata". "Ou seja, a nota apenas tenta eximir o governo de responsabilidade pelos resultados atuais", afirma a agência.

"Isso não é checagem de fatos, é assessoria de comunicação do governo", diz Daniel Bramatti, editor do Estadão Verifica. "O governo tem o direito de esclarecer informações erradas sobre políticas públicas, mas isso não é checagem, não queremos uma Fakebras, uma visão estatal sobre o que é fato e o que não é."

A plataforma veicula também desmentidos de relatos falsos relacionados ao governo, como o boato de que o Executivo teria determinado o fechamento das comportas da transposição do São Francisco, mas não aponta para as fontes originais nas quais a versão correta poderia ser encontrada.

Ao desmentir a afirmação falsa de que Lula teria sido impedido de entrar no avião presidencial e no Palácio do Alvorada, o site usa a própria Secom como fonte, dizendo: "Que fake news bolsonaristas alimentem ilusões dos seus seguidores é antidemocrático e um desrespeito de quem divulga essa mentira".

Além disso, o BrasilContraFake também apresenta conteúdos baseados em verificações dos sites de checagem Fato ou Fake, Aos Fatos e Lupa, com referência e link direto. Mas alguns deles nem sequer foram consultados.

"Trata-se de uma apropriação indevida do conceito de checagem de fatos e do conteúdo de checadores", diz Natália Leal, diretora-executiva da Agência Lupa, cujas checagens foram citadas sem autorização.

Para Leal, o site do governo vai criar uma confusão sobre o que é a verificação de fatos, além de enfraquecer os checadores de verdade.

"É contraditório para um governo que tem tratado o combate à desinformação como prioridade fazer essa politização do combate à desinformação", diz a diretora-executiva da Lupa.

Segundo Paulo Pimenta, ministro da Secom, a intenção da plataforma nunca foi ser uma agência de checagem de fatos nem concorrer com os checadores. "Estamos apenas reunindo esclarecimentos de informações falsas sobre diversos ministérios e medidas do governo. Não fazemos checagem, até porque somos governo, não somos isentos", disse Pimenta à **Folha**.

Indagado sobre o fato de a plataforma se apresentar como sendo de "checagem de informações", ele disse que a Secom pode ajustar o nome para algo como "conferência de informações" para eliminar a confusão.

Em relação ao uso não autorizado do conteúdo dos checadores, Pimenta diz que o site apenas cita as verificações como fontes e dá crédito. "Reconhecemos a importância do trabalho dos checadores, que fazem um serviço de utilidade pública."

O ministro da Secom, Paulo Pimenta (PT), no Palácio do Planalto Gabriela Biló - 18.jan.23/Folhapress

Nikolas é multado por desinformação contra Lula pelo TSE

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) confirmou por 6 a 1 decisão que determinou a retirada de vídeo postado pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) contra Lula (PT). No dia 25 de outubro, de acordo com os autos, ele disse em vídeo nas redes sociais que Lula desviou R$ 242,2 bilhões da saúde pública com base em matérias jornalísticas descontextualizadas . O deputado foi multado em R$ 30 mil pela corte.

mundo

Manifestantes acendem fogueira durante protesto contra a reforma da Previdência do governo de Emmanuel Macron, em Paris Christophe Archambault/AFP

Menores e menos violentos, atos na França consolidam crise de Macron

Décima jornada de mobilizações leva 750 mil às ruas contra nova Previdência e presidente em baixa

Fernanda Mena

TOULOUSE (FRANÇA) Menos numerosa e menos violenta, a 10ª jornada de greves e manifestações contra a impopular reforma da Previdência de Emmanuel Macron reuniu ao menos 750 mil pessoas em cerca de 200 cidades da França na terça (28), segundo o Ministério do Interior. Na última quinta, havia 1 milhão nas ruas.

Segundo a junta intersindical que articula os atos desde janeiro e já convocou nova mobilização para 6 de abril, esta jornada mobilizou 2 milhões de pessoas, contra 3,5 milhões na semana passada.

Os protestos foram marcados por grande efetivo policial, incrementado depois dos incêndios e da depredação de lojas e do mobiliário público vistos na manifestação da semana passada. O ministro do Interior, Gérard Darmanin, convocou 13 mil oficiais para acompanhar os atos desta terça-feira —um aparato, de acordo com ele, inédito.

Ele informou que as forças de segurança francesas haviam identificado cerca de mil manifestantes responsáveis pelo quebra-quebra da semana passada, que levou comerciantes e agências bancárias a erguerem tapumes para proteger suas vitrines e fachadas.

Mesmo assim, a jornada desta terça não foi livre de conflitos significativos, como aqueles ocorridos em Paris, Toulouse, Rennes, Lyon, Estrasburgo, Bordeaux e Nantes, em especial depois que as lideranças sindicais deram os atos como encerrados, e as ruas foram tomadas por estudantes e black blocs.

Em Nantes, uma agência bancária foi incendiada por manifestantes, que ergueram barricadas igualmente incendiadas. Em Toulouse, fogo foi ateado a sacos de lixo e ao mobiliário urbano, e a polícia usou jatos de água e bombas de gás lacrimogêneo para dispersar manifestantes —recursos também utilizados pelas forças policiais em Rennes.

Em Paris, as manifestações reuniram 93 mil pessoas, segundo a prefeitura, contra 119 mil na semana passada. Os atos na capital terminaram no início da noite, na Praça da Nação, com enfrentamentos entre black blocs e policiais, fogo nas pilhas de lixo, bombas de gás lacrimogêneo e ao menos 55 pessoas presas.

28%

é a popularidade do presidente Emmanuel Macron, segundo levantamento do Ifop. O número se aproxima da marca mais baixa da história do político francês, 26%, atingida em 2018 durante a crise dos coletes amarelos

As cerca de 10 toneladas de lixo que transformaram a cidade-luz em um lixão a céu aberto e viraram fogueiras nos últimos protestos, no entanto, devem desaparecer nos próximos dias. Isso porque a CGT (Confederação Geral do Trabalho) anunciou o fim da greve dos garis da capital, depois de três semanas de paralisação. Os coletores voltam ao trabalho nesta quarta (29).

Nos últimos dias, lideranças sindicalistas propuseram ao governo francês medidas para arrefecer os ânimos dos manifestantes do país. Laurent Berger, secretário-geral da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) propôs a Macron colocar a reforma "em pausa" por um ou dois meses e buscar interlocutores para uma mediação da crise política e social francesa. "Precisamos encontrar uma saída", disse ele à rádio France Inter. "A ideia é entrar em um processo de mediação."

A proposta foi bem recebida por partidos centristas, como o Movimento Democrático, cujo líder, Jean-Paul Mattei, declarou ser importante encontrar alguém que "tenha certa distância" dos dois polos da crise, governo e manifestantes, e possa ser um "elo para promover o diálogo".

O porta-voz do governo, Olivier Véran, recusou a proposta de mediação: "Não há necessidade de mediação para se falar com os sindicatos". Mas a primeira-ministra Elisabeth Borne anunciou que convidará as lideranças da junta intersindical para uma conversa na próxima semana.

A popularidade do presidente Macron chegou a um nível considerado alarmante: 28%, segundo o Instituto Francês de Pesquisa de Opinião (Ifop). A marca está próxima da mais baixa da história do líder francês, 26%, atingida em novembro de 2018, durante a crise dos coletes amarelos. Borne o acompanhou nesta baixa: sua popularidade chegou a 29%.

Turista deve ficar atento a protestos em cidades maiores

TURISMO

Matheus Ferreira

SÃO PAULO Protestos contra a reforma da Previdência afetaram a infraestrutura turística da França. Com as manifestações, turistas se questionam se devem ou não adiar a visita à região que, só em 2022, recebeu cerca de 44 milhões de viajantes.

Entidades do setor hoteleiro do país afirmam que 20% de suas reservas para abril foram canceladas, embora a Atout France, agência francesa para o desenvolvimento do turismo, informe que "as manifestações não tiveram nenhum impacto no turismo".

*

É seguro viajar?
Sim, mas alguns países recomendam que turistas tenham cuidado. Austrália, Canadá e EUA, por exemplo, já emitiram avisos de "increased caution" (aumento de cautela) para viajantes que estão indo à França nos próximos dias.

Em Paris, Bordeaux, Lille, Lyon e Rennes, cidades mais populosas, podem ocorrer atritos com a polícia, ocasionando episódios de repressão com jatos de água e gás lacrimogêneo. Em regiões rurais do interior, a previsão é que haja maior tranquilidade.

Como lidar com os atos?
De acordo com diretrizes internacionais, turistas devem evitar áreas em que ocorrem os protestos. Se encontrar manifestações nas ruas, o viajante precisa manter a calma. Além disso, deve buscar, aos poucos, se afastar da multidão. Se estiver fora do hotel ou do alojamento é importante conhecer o nome do local ao qual está indo e como voltar. Para evitar preocupações, avise amigos e familiares sobre a localização.

Pontos turísticos estão funcionando?
Locais famosos fecharam em determinados momentos devido à greve. A Torre Eiffel, por exemplo, foi tomada por manifestantes nesta terça-feira (28). Na segunda-feira (27), o Museu do Louvre fechou as portas devido à adesão dos servidores à paralisação.

Meu voo pode ser cancelado?
A Autoridade Francesa de Aviação Civil solicitou a todas as companhias aéreas que reduzam voos que saiam ou que cheguem no aeroporto de Paris-Orly até 31 de março. A operação da Air France no Brasil, com voos apenas para o aeroporto Charles de Gaulle, não deve ser afetada. Já Latam e Iberia, companhias que fazem o trecho afetado, podem ter cancelamentos.

Estilo vertical e autoritário do presidente francês enfraquece democracia, diz filósofa

ENTREVISTA
MYRIAM REVAULT D'ALLONNES

TOULOUSE (FRANÇA) A conturbada condução da reforma da Previdência pelo governo da França evidencia uma visão enviesada do presidente Emmanuel Macron do que é uma democracia, numa versão restrita ao exercício do voto e aos procedimentos parlamentares, despolitizada e sem negociações.

Para a filósofa política Myriam Revault D'Allonnes, professora emérita da Escola Prática de Altos Estudos (EPHE), em Paris, e autora do livro "O Espírito do Macronismo", lançado em 2021 na França e sem tradução no Brasil, a concepção "corporativa" de governo e de sociedade de Macron se traduz em práticas "autoritárias e verticais" que incendiaram os protestos de rua contra o projeto previdenciário do governo.

"O governo da França tem aumentado o uso de procedimentos que impedem os debates e que, cada vez mais, parecem enfraquecer a vitalidade democrática", avalia D'Allonnes, que é também pesquisadora associada do Centro de Pesquisas Políticas da Science Po (Cevipof).

De fato, as manifestações que levaram milhões de franceses às ruas vinham perdendo força quando a primeira-ministra, Elisabeth Borne, evocou o artigo 49.3 para aprovar a reforma da Previdência horas antes de uma votação de resultado incerto na Assembleia Nacional. Esse dispositivo constitucional permite que o governo aprove medidas sem submetê-las à votação parlamentar, e é considerado pouco democrático.

Myriam Revault D'Allonnes
É especialista em filosofia ética e política, professora emérita da Escola Prática de Altos Estudos (EPHE), em Paris, e pesquisadora associada do Centro de Pesquisas Políticas da Science Po. É autora de "L'Esprit du Macronisme" (o espírito do macronismo)

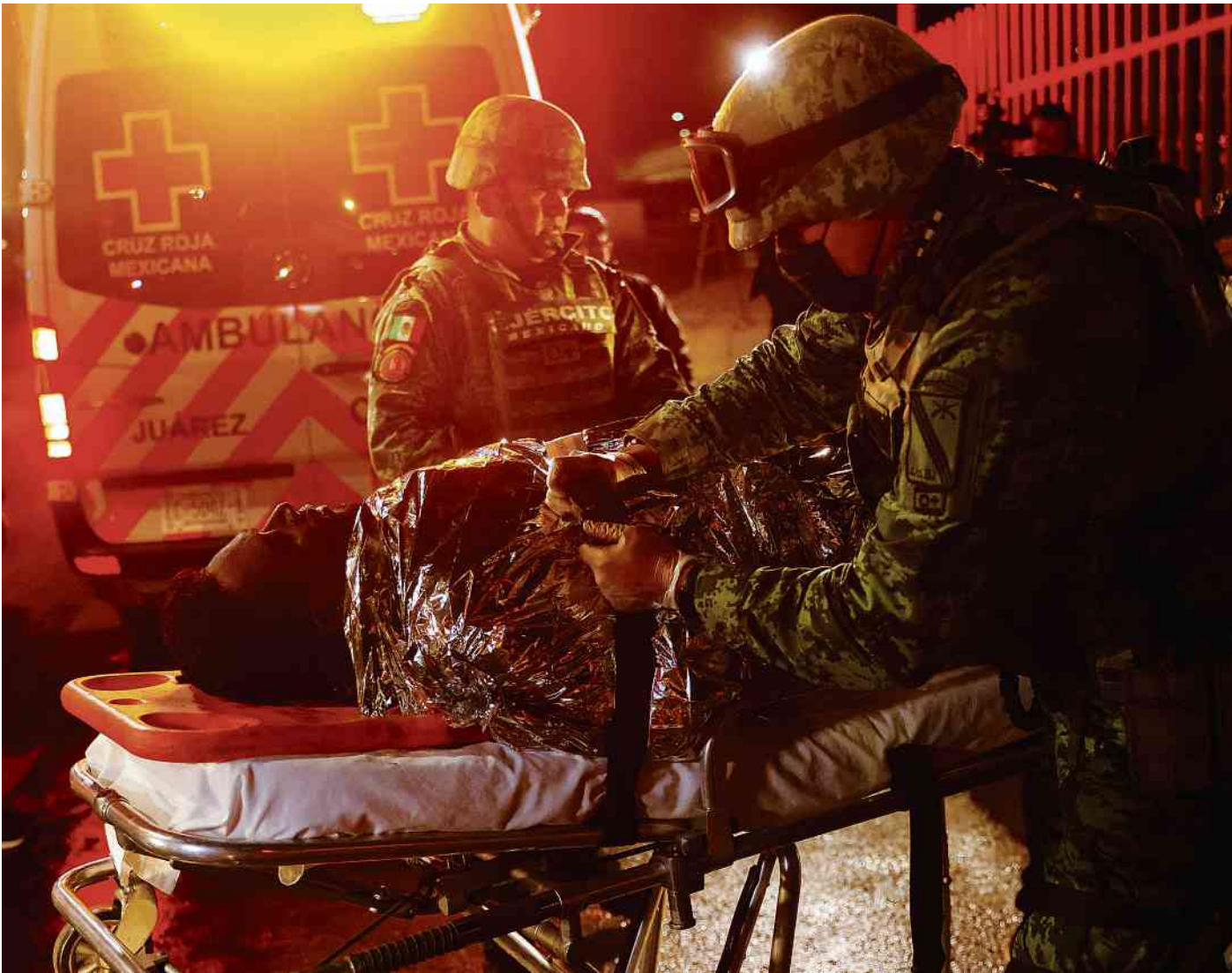
*

Quais são as principais características do que a senhora chamou de "o espírito do macronismo"? O "macronismo" não é uma doutrina ou uma ideologia no sentido de um corpo de ideias organizado e coerente, mas, sim, uma racionalidade global, uma visão do mundo e do vínculo social. O modelo é o dos negócios e da gestão [privada]. Os indivíduos devem se comportar como "atores empreendedores". Macron apela à "inovação" em vez do progresso, ao desenvolvimento das competências em vez de um projeto político de longo prazo. O modelo corporativo torna-se o de governo, com o risco de produzir um efeito deletério, que é a ausência de debate sobre questões reais de uma sociedade democrática.

Como o uso do artigo 49.3 para aprovar a reforma previdenciária ilustra o macronismo? O artigo 49.3 é um dispositivo legal que foi introduzido com a 5ª República. Recomenda-se utilizá-lo somente em casos excepcionais. Outros governos o utilizaram para evitar emendas que pudessem travar projetos. Mas uma "vitória" parlamentar alcançada pelo artigo 49.3 escamoteia a votação e é sempre percebida como um teste de força que enfraquece a legitimidade do regime.

Na situação atual, o governo tem aumentado o uso de procedimentos que impedem os debates e que, cada vez mais, parecem enfraquecer a vitalidade democrática. É aquilo que Laurent Berger [secretário-geral da Confederação Francesa Democrática do Trabalho], chamou de "vício democrático". O uso do 49.3 está se tornando cada vez mais mal aceito pela opinião pública, e seu uso é sintoma da prática vertical e autoritária de Emmanuel Macron.

Por que os protestos contra a reforma previdenciária cristalizaram um tom antimacronista? O que era inicialmente um protesto maciço contra uma reforma tida como desajeitada, mal preparada e sobretudo injusta transformou-se em um movimento muito mais global que manifesta, basicamente, uma recusa do tipo de sociedade proposta pelo macronismo. Mas é também uma recusa política: o estilo de governo de Macron, vertical e autoritário, é recusado em nome da prática democrática.

Como o macronismo e seu modus operandi podem deteriorar a democracia francesa? Macron contribuiu para reforçar consideravelmente um processo de despolitização e de desconfiança em relação às instituições. Mas [os manifestantes] precisam encontrar algo mais do que a indiferença e o desprezo por parte do governo. Do contrário, correm o risco da violência e de cair na armadilha populista e autoritária. **FM**

Bombeiros resgatam feridos após incêndio em centra para migrantes em Ciudad Juárez, no México Jose Luis Gonzalez - 27.mar.23/Reuters

Fogo em centro para migrantes no México deixa 40 mortos

Incêndio em Ciudad Juárez, na fronteira com os EUA, agrava crise humanitária em meio a politização do tema

Thiago Amâncio

WASHINGTON Ao menos 40 pessoas morreram em um incêndio na noite desta segunda (27) em um centro de detenção de imigrantes em Ciudad Juárez, na fronteira do México com os Estados Unidos, agravando a crise humanitária na região em meio ao recorde histórico de pessoas em busca de asilo em solo americano.

O incêndio começou às 22h de segunda no local que abrigava 68 homens, todos eles das Américas do Sul e Central, segundo o Instituto Nacional de Migração (INM) mexicano, que administra o local. A maior parte dos migrantes vem da Guatemala (28), e há também pessoas de Honduras (13), Venezuela (12), El Salvador (12), Colômbia (1) e Equador (1), segundo a procuradoria-geral do México. Há 28 pessoas em estado grave internadas em hospitais da região, afirma o INM.

Dados da agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP, na sigla em inglês) apontam que, de janeiro a dezembro de 2022, mais de 3 milhões de migrantes foram interceptados tentando ingressar em território americano sem permissão legal, um aumento de 33% em relação aos 2,7 milhões registrados no ano anterior. No topo da lista de nacionalidades flagradas estão migrantes de México, Cuba, Nicarágua, Guatemala, Honduras e Venezuela.

Um relatório recente da Organização Internacional para as Migrações (OIM) apontou que desde 2014 cerca de 7.661 migrantes morreram ou desapareceram a caminho dos EUA. Destes, 988 faleceram em acidentes ou por viajarem em condições subumanas.

Vizinha de El Paso, no Texas, Ciudad Juárez é uma das principais portas de entrada nos Estados Unidos e acumula milhares de migrantes nas ruas à espera de resposta para cruzar para o país.

São muitas as tensões com os agentes federais na região, e na véspera o INM havia realizado uma operação para retirar das ruas pessoas que aguardavam na cidade. De acordo com o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, o incêndio começou após detidos colocarem fogo em um colchão ao saberem que seriam mandados de volta a seus países.

A situação na região se agravou após duas políticas da era Donald Trump. A mais importante foi a chamada política "Permaneça no México", que forçava os imigrantes, mesmo aqueles que tinham outras nacionalidades, a aguardarem do lado mexicano da fronteira a resposta aos pedidos de asilo. A política foi suspensa depois pelo atual presidente, Joe Biden, mas em dezembro um juiz federal ordenou que fosse retomada até que processos que os estados abriram na Justiça contra o governo fossem julgados.

A segunda política é a chamada "Título 42" que, sob a justificativa de conter a circulação do coronavírus, permite a expulsão de migrantes sem que possam pedir asilo no país, usando o argumento sanitário para avançar a agenda republicana. Biden tentou derrubar a medida, mas a Suprema Corte a manteve em vigor.

Biden, embora tenha sido eleito prometendo uma abordagem mais humana nas políticas migratórias, tem dado sinais controversos ao relançar medidas do seu antecessor. Em fevereiro, propôs uma nova regra que pressupõe como ilegíveis para a concessão de asilo pessoas que entrarem de forma irregular no país, a não ser que provem que tiveram o asilo negado em outras nações antes de cruzarem a fronteira.

"Na ausência de tal medida, o número esperado de migrantes viajando aos Estados Unidos sem autorização deve aumentar significativamente, a um nível que pode comprometer a habilidade dos departamentos [de Segurança Interna e de Justiça] de pôr em prática de forma segura, efetiva e humana a lei imigratória dos Estados Unidos", diz projeto da norma, que entrou em consulta pública.

Apesar das ações do governo Biden, a crise na fronteira com o México está no centro do discurso republicano hoje. Em comício no sábado (25) em Waco, no Texas, Trump, em pré-campanha à Casa Branca, prometeu promover deportações em massa se reeleito. "Vamos usar todos os recursos necessários estaduais, locais, federais e militares para promover a maior operação de deportação da história dos Estados Unidos", afirmou ele.

Justiça decide que Mike Pence terá que depor sobre 6 de Janeiro

SÃO PAULO A Justiça dos EUA determinou nesta terça-feira (28) que o ex-vice presidente Mike Pence terá de testemunhar no grande júri —grupo de cidadãos escolhidos para analisar um caso— que investiga as tentativas de Donald Trump de interferir nos resultados da eleição de 2020.

A decisão, proferida pelo juiz federal James E. Boasberg, de Washington, é um revés para os dois republicanos, que encamparam uma batalha legal para que Pence, intimado a depor em fevereiro, não tivesse de falar sobre o caso.

Pence terá de falar ao júri que analisa o 6 de Janeiro, episódio no qual uma multidão de apoiadores de Trump, insuflada pelo ex-presidente, invadiu o Capitólio, a sede do Legislativo americano, durante a cerimônia de certificação da vitória do hoje presidente Joe Biden.

O ex-vice-presidente, que possivelmente tentará ser o candidato republicano à Casa Branca em 2024, teria que detalhar as conversas que teve com Trump nos momentos que antecederam a invasão do local, naquele que foi o maior ataque recente à democracia dos EUA.

Segundo informou a rede americana CNN, Pence, no entanto, teria o direito de se recusar a responder às perguntas feitas pelo grande júri. E o ex-vice presidente pode ainda apelar da decisão desta terça-feira.

À época da invasão, ele estava em seus últimos dias como presidente do Senado do americano —a Constituição dos EUA determina que o vice-presidente também preside a Casa.

Segundo as apurações do 6 de Janeiro até aqui, Trump teria exercido pressão para que Pence não aceitasse a confirmação da vitória de Biden no Congresso e também teria chamado seu vice de "covarde" repetidas vezes por ele se recusar a seguir essas instruções.

Irritados com a inação do vice, os radicais no 6 de Janeiro gritavam "enforquem Mike Pence" enquanto invadiam o Congresso.

A defesa de Pence apela para um cláusula da Constituição que protege membros do Congresso —ele presidia o Senado— de processos legais que estejam relacionados a seu trabalho, conferindo-lhe imunidade.

No mesmo 6 de janeiro da invasão, Pence publicou uma carta na qual afirmava que não participaria da tentativa de golpe —ainda que não nesses termos.

TODA MÍDIA | *Nelson de Sá*
nelson.sa@grupofolha.com.br

Além de Tim Cook, abertura chinesa traz Jack Ma do exílio

Jack Ma, fundador do Alibaba, que andava sumido pelo mundo, dias atrás apareceu com amigos na Art Basel, a feira de arte que virou marco para o relançamento econômico não só de Hong Kong, mas da China.

Na segunda, foi para Hangzhou visitar uma escola que ele mesmo financiou, de ensino fundamental e médio. Conversou com professores e disse que era a sua profissão favorita, ele que, antes de bilionário, foi professor de inglês.

Os passos de Ma, de volta ao palco na China, foram revelados pelo South China Morning Post, jornal que é do próprio Alibaba.

Mas havia mais do que arte e educação na surpresa do retorno do empresário chinês. Bloomberg, Caixin e outros destacaram no dia seguinte que o Alibaba seria dividido em seis grandes grupos, que fariam lançamentos de ações.

Na manchete do serviço financeiro americano, "Ações do Alibaba disparam após revisão histórica anunciar uma onda de IPOs", desdobrando o "império".

A Bloomberg arriscou que poderia voltar até o IPO da Ant, ligada ao Alibaba, previsto há dois anos como o maior da história, na casa dos trilhões —e que acabou vetado por Pequim após críticas de Ma aos reguladores financeiros. Foi então que ele sumiu, para só voltar agora.

Cook e os professores

Pouco antes, também Tim Cook, da Apple, apareceu na China e se encontrou com dois professores de zona rural que trabalham agora com educação digital, como ele publicou em sua página no Weibo.

E em seguida também ele mostrou a que veio, com imagens no Xinwen Lianbo, o Jornal Nacional da CCTV, de seu encontro com o novo primeiro-ministro, Li Qiang.

The New York Times

In the Amazon, a Tribe Is Being Poisoned

DE HELICÓPTERO, NYT VÊ CORRIDA DO OURO DESTRUIR 'PARAÍSO AMAZÔNICO'
O New York Times dedicou capa e duas páginas inteiras na segunda-feira (27) para a reportagem "Corrida ilegal do ouro envenena povos indígenas em paraíso amazônico". Foi também manchete online ao longo do domingo, "A maior tribo isolada da Amazônia está morrendo", referência aos yanomamis, cujo território é o alvo da corrida. O correspondente Jack Nicas e o fotógrafo Victor Moriyama acompanharam agentes federais em viagem de helicóptero de cerca de 400 quilômetros atrás dos mineradores, que geraram "uma crise humanitária para o grupo indígena", com fome e doenças.

Nórdicos unificam Forças Aéreas para enfrentar Rússia

Com 247 caças, Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca tomam decisão inédita

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO Em mais um efeito colateral da invasão russa da Ucrânia, as Forças Aéreas dos quatro países nórdicos tomaram a inédita decisão de unificar suas frotas, planejamento, operações e patrulhas.

Em conjunto, Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca têm 247 caças, poderio conjugado equivalente ao individual dos principais membros europeus da Otan (aliança militar liderada pelos EUA), como França e Turquia.

Na sexta-feira (24), os comandantes das quatro Aeronáuticas anunciaram o acordo, que no papel não cita a palavra Rússia, mas que eles mesmo admitem existir apenas pelo temor de futuras agressões de Moscou.

O arranjo em si havia sido assinado uma semana antes durante encontro na principal base americana na Europa, em Ramstein (Alemanha), o que indica o patrocínio dos EUA. Noruega e Dinamarca integram a Otan, enquanto Finlândia e Suécia pediram para ingressar no clube após o início da guerra —processo que ainda está em curso.

"O objetivo é operar como uma única força, desenvolvendo um conceito nórdico para ações conjuntas baseado na conhecida metodologia da Otan", disse o comunicado.

Não foram dados detalhes ou prazos para implementação do plano, que inclui do planejamento estratégico ao compartilhamento de bases e aviões. Há aqui aspectos complementares: a Suécia tem uma frota mais diversa, mas carece dos melhores recursos de patrulha marítima da Noruega, por exemplo.

Historicamente, quando não estavam em guerra entre si, os países da região sempre tiveram atritos com o grande império a leste pela proximidade geográfica, com reflexos na realidade militar local.

Na Guerra Fria, Estocolmo desenvolveu em casa a terceira mais poderosa Força Aérea do mundo, já que era aliada ocidental, mas não fazia parte da Otan. Um efeito colateral disso é que usa seus caças, o Gripen que também foi adotado pelo Brasil, enquanto os vizinhos terão todos em breve apenas o F-35 americano.

A medida nórdica dá continuidade à metamorfose da paisagem de segurança europeia desde que Vladimir Putin começou a se estranhar com o Ocidente, ainda no seu primeiro mandato como presidente da Rússia (2000-2004), e explodiu com a guerra no ano passado, que gerou uma onda de rearmamento.

Em 2004, a Otan começou a operar de forma conjunta caças sobre os Estados Bálticos, três ex-repúblicas soviéticas que se sentem particularmente vulneráveis a eventuais ambições expansionistas de Moscou. Elas haviam entrado na aliança militar em 1999, algo considerado por Putin uma traição da promessa ocidental de não expandir as fronteiras militares a leste após a vitória na Guerra Fria, com o colapso da União Soviética em 1991.

Fracas do ponto de vista militar, Estônia, Letônia e Lituânia nem têm Força Aérea própria. Membros da Otan com caças enviam aviões para patrulhas na região —neste ano já voaram por lá F-35 holandeses, Eurofighter britânicos, F-16 portugueses e romenos.

A anexação da Crimeia por Putin em 2014 fez o esquema ser ainda mais reforçado, e outra iniciativa surgiu, de compartilhamento de frotas de aviões-tanque e de transporte, um ativo também caro e de difícil manutenção por governos menores. Até o desenvolvimento conjunto de um caça ítalo-britânico-japonês está na mesa.

O arranjo báltico poderá ser usado para compensar os caças MiG-29 soviéticos que Polônia e Eslováquia começaram a enviar para cobrir as perdas do modelo por Kiev. O governo ucraniano, contudo, pede mais: quer aviões ocidentais como o F-16, algo que ainda é visto como tabu na Otan.

Se os ares são o ponto mais evidente da cooperação, ela está tomando forma também em terra. A União Europeia acertou este mês a entrega de € 1 bilhão em munição de 155 mm de seus arsenais e o valor equivalente em obuses novos para Kiev.

Poucos acreditam que os números serão cumpridos integralmente, mas a iniciativa é inaudita no continente desde que os EUA e a União Soviética armaram seus aliados de lado a lado da Cortina de Ferro após a Segunda Guerra Mundial.

No passado recente, a integração política e econômica da Europa, simbolizada pela UE e pelo euro, inspiraram projetos militares à margem da Otan —uma forma de tentar reconquistar alguma independência ante Washington, ilusório que fosse.

Agora, como a própria sede do acordo nórdico mostra, as cartas são combinadas com os americanos. Os EUA são responsáveis por 75% dos US$ 115 bilhões que Kiev recebeu de ajuda militar do começo da guerra até janeiro, e querem ver os europeus pagando mais contas.

O principal alvo é a Alemanha, dona da maior economia do continente. Até aqui, foram vencidos alguns obstáculos, como a objeção que havia em Berlim ao envio de tanques de sua fabricação para a Ucrânia —na segunda-feira (26), 18 unidades das próprias Forças Armadas alemãs chegaram ao país invadido, assim como um número não revelado de modelos Challenger 2 britânicos.

No contexto maior da Guerra Fria 2.0, o trabalho dos Estados Unidos na Europa não é muito diferente da militarização da Austrália e do Japão sob as bênçãos da Casa Branca, para enfrentar a principal aliada da Rússia, a China, em seu próprio quintal.

MOSCOU TESTA MÍSSEIS COM CAPACIDADE NUCLEAR NO MAR DO JAPÃO

Ministério da Defesa da Rússia/AFP

Três dias após anunciar que irá posicionar armas nucleares na Belarus enquanto guerreia na vizinha Ucrânia, a Rússia de Vladimir Putin voltou a exibir seu status de superpotência atômica e fez um raro teste com dois mísseis Moskit no mar do Japão. Na semana passada, Moscou já havia feito uma patrulha com os bombardeiros estratégicos Tu-95MS, em área do mar ainda mais próxima dos domínios de Tóquio. Ali, o protesto era claro: o premiê japonês, Fumio Kishida, visitava no mesmo dia Kiev, enquanto o líder chinês, Xi Jinping, estava com Putin no Kremlin. Já o teste desta terça-feira (28) ocorreu em águas russas, perto de Vladivostok, base da Frota do Pacífico do país. Os dois P-270 Moskit, um míssil antinavio de 4.500 kg que pode carregar uma ogiva nuclear, foram disparados de uma corveta contra um alvo a cerca de 100 km no mar.

Demitido por Netanyahu, ministro crítico a reforma segue no cargo

JERUSALÉM | REUTERS Demitido após criticar publicamente a reforma judicial promovida pelo governo de Israel, o ministro da Defesa do país, Yoav Gallant, ainda não chegou a deixar a função.

A informação foi divulgada por assistentes do político nesta terça-feira (28) —e evidencia os ruídos na administração mais à direita da história israelense em relação à sua ofensiva contra o Judiciário depois do anúncio de um recuo estratégico pelo premiê Binyamin Netanyahu.

O afastamento do ministro havia sido motivado por um pronunciamento em que ele pedia a suspensão da reforma, considerada uma ameaça à independência do Judiciário no país, para negociar com partes contrárias ao seu conteúdo. Sua justificativa era que o avanço do projeto colocava a segurança nacional em risco desde que reservistas das Forças Armadas haviam decidido se juntar à oposição.

A demissão serviu de gatilho para o dia de mobilizações históricas no país, marcado por greves de categorias essenciais e manifestações massivas contra e a favor da reforma em Tel Aviv e Jerusalém. E aprofundou o racha da coalizão que rege Israel, forçando Bibi, como o premiê é conhecido, a negociar com chefes dos partidos que integram sua administração para evitar a queda do governo.

A princípio, a demissão de Gallant deveria ter sido efetivada nesta terça, 48 horas depois de seu anúncio. Mas assistentes do ministro afirmaram à Reuters que ele nunca recebeu a notificação formal de que foi removido do cargo e continua trabalhando normalmente. Contatados, o gabinete do primeiro-ministro e a sede de seu partido não responderam aos questionamentos da agência de notícias sobre o caso.

A suspensão da reforma judicial anunciada por Netanyahu na segunda acalmou as ruas, mas ainda não foi suficiente para parte dos manifestantes que saíram para protestar nesta terça. Cerca de 3.000 pessoas, segundo o jornal Times of Israel —número menor em relação aos protestos dos últimos três meses— se reuniram em Tel Aviv, demonstrando ceticismo em relação ao recuo do premiê.

De acordo com organizadores ouvidos pelo jornal, o receio é que o anúncio da revisão seja uma estratégia de Netanyahu para desmobilizar as ruas antes de retomar o projeto nos mesmos termos. Os manifestantes também se opõem à criação de uma Guarda Nacional sob o guarda-chuva do Ministério da Segurança Nacional.

O novo órgão foi uma condição do ultradireitista Itamar Ben-Gvir, que chefia a pasta, para permanecer na coalizão de Netanyahu após o adiamento da reforma —a saída de seu partido tiraria de Bibi a frágil maioria que ele conseguiu formar no Parlamento depois de cinco eleições em três anos.

Enquanto isso, o embaixador israelense nos Estados Unidos afirmou que Netanyahu pode enfim ganhar um há muito esperado convite da Casa Branca para ir à Washington nos próximos meses —nada foi formalizado.

Já a oposição parece menos certa da possibilidade de um acordo em relação à reforma. E, se o governo e a oposição não chegarem a um consenso até 30 de abril, quando termina o recesso parlamentar pelo Pessach, a Páscoa judaica, é ela que será votada —e provavelmente aprovada, já que o governo tem maioria na Casa.

Regra fiscal ajuda, mas anúncio não tem relação direta com juro, afirma BC

Copom diz que desinflação requer 'serenidade e paciência' na condução da política monetária

Nathalia Garcia

BRASÍLIA Uma regra fiscal "sólida e crível" pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta e imediata com a política de juros, afirmou o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central conforme ata divulgada nesta terça-feira (28).

Em meio à pressão do governo Lula (PT) pela redução dos juros, o colegiado do BC falou duas vezes no documento sobre a necessidade de ter "serenidade e paciência" ao longo do processo e fez acenos ao Ministério da Fazenda.

"O comitê destaca que a materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de inflação, a incerteza na economia e o prêmio de risco associado aos ativos domésticos", disse.

Segundo o BC, o desenho, a tramitação e a implementação do marco fiscal que será apresentado pelo governo e votado no Congresso continuarão sendo acompanhados. "O Copom enfatizou que não há relação mecânica entre a convergência de inflação e a apresentação do arcabouço fiscal, uma vez que a primeira segue condicional à reação das expectativas de inflação, às projeções da dívida pública e aos preços de ativos."

Na quarta-feira (22), o BC não cedeu à pressão pela redução dos juros, contrariou Lula e manteve a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano.

Embora tenha mantido o alerta no trecho final do documento sobre a possibilidade de voltar a elevar os juros caso o processo de desinflação não transcorra como esperado, o BC fez eco ao discurso do ministro Fernando Haddad (Fazenda) sobre harmonia entre as políticas monetária e fiscal e seus efeitos positivos.

"O comitê reforçou que a harmonia entre as políticas monetária e fiscal reduz distorções, diminui a incerteza, facilita o processo de desinflação e fomenta o pleno emprego ao longo do tempo", disse.

"Nesse aspecto, o comitê reforça a importância de que a concessão de crédito, público e privado, se mantenha com taxas competitivas e sensíveis à taxa básica de juros."

O Copom mostrou preocupação com a possível retorno da política de crédito subsidiado e mandou recado ao BNDES, ainda que não tenha citado a instituição.

"Ao avaliar os fatores que poderiam levar à materialização de cenário alternativo caracterizado por uma taxa de juros neutra [que não estimula nem contrai a economia] mais elevada, enfatizou-se a possível adoção de políticas parafiscais expansionistas, que têm o potencial de elevar a taxa neutra e diminuir a potência da política monetária, como já observado em comunicações anteriores do comitê."

O colegiado do BC destacou ainda que o processo de desinflação requer "serenidade e paciência" na condução dos juros, uma vez que a dinâmica movida por excesso de demanda se deslocou para o setor de serviços.

"Observa-se uma dinâmica inflacionária movida por excessos de demanda, inicialmente em bens e que atualmente se deslocou para o setor de serviços, e que, portanto, requer moderação da atividade econômica para que os canais de política monetária atuem", disse.

Taxa básica de juros

Fontes: Bloomberg e Banco Central

"Tal processo demanda serenidade e paciência na condução da política monetária para garantir a convergência da inflação para suas metas."

Nesta terça, Haddad disse que a ata do Copom "veio com termos mais condizentes" que o comunicado divulgado logo após o encontro, classificado pelo ministro na ocasião como "muito preocupante" (leia texto abaixo).

A decisão do colegiado do BC e o tom duro do comunicado da última semana foram alvo de críticas do presidente Lula, que disse que "a história julgará" as decisões do BC, e de membros do primeiro escalão do governo.

Ao analisar a conjuntura internacional na ata, o BC ponderou que a crise bancária nos EUA e na Europa tem, até o momento, efeito limitado sobre a economia brasileira.

"Desde a última reunião do Copom, houve a liquidação de alguns bancos regionais nos EUA e a fusão de dois bancos suíços de grande porte, com aumento das preocupações em torno do sistema bancário nas economias centrais", disse o BC em referência ao colapso do SVB (Silicon Valley Bank) e outras instituições e à compra do Credit Suisse pelo UBS.

"O comitê seguirá acompanhando de forma atenta essa situação, analisando os possíveis canais de contágio, mas avalia que o impacto direto sobre os sistemas financeiros domésticos e de outros países emergentes é, até o momento, limitado, sem mudanças na estabilidade ou na eficiência desses sistemas financeiros."

Quanto ao cenário de crédito no país, os participantes do Copom expressaram opiniões divergentes. Para alguns membros, "deve-se esperar ainda um aumento da inadimplência e uma desaceleração na concessão de crédito". Já outros observam que "o aperto nas concessões de crédito foi mais intenso do que o esperado, mas focalizado em alguns mercados específicos".

Bolsa sobe e dólar cai após divulgação de documento

A Bolsa avançou 1,52%, para 101.185 pontos, e o dólar recuou 0,8%, para R$ 5,165, em resposta à ata do Copom. Segundo analistas, apesar de adotar um tom duro, o documento trouxe sinalizações do BC de que, se bem elaboradas, as novas regras fiscais podem ajudar a melhorar as expectativas de inflação, e a partir daí, abrir espaço para corte na Selic. No mercado de juros, mo contratos para janeiro de 2024, as taxas passaram dos 13,05% do fechamento de segunda (27) para 13,14%. Para janeiro de 2025, os juros subiram de 11,88% para 11,97%. No vencimento em janeiro de 2027, a taxa fechou estável em 12,14%.

Para analistas, Copom reforça posição contra reduzir Selic agora

Lucas Bombana

SÃO PAULO A ata da reunião do Copom reforçou, na avaliação de economistas do mercado, uma postura firme da autoridade monetária contra o início do corte de juros antes de as condições consideradas necessárias serem alcançadas, principalmente a ancoragem nas expectativas de inflação e uma nova regra fiscal crível.

Na avaliação da economista-chefe do Inter, Rafaela Vitória, a ata do Copom foi ainda mais dura que o comunicado da semana passada e não abre espaço para o início do corte de juros a curto prazo.

Segundo a especialista, o comitê colocou bastante ênfase nas expectativas de inflação, que seguem desancoradas e refletem um cenário de juro neutro maior, principalmente devido ao risco de expansão fiscal.

"A ata menciona o risco de políticas parafiscais, que seria a volta de subsídios do BNDES, e o impacto na Selic, que teria que ficar mais alta por mais tempo, devido à perda de alcance da política monetária."

Na leitura da economista-chefe do Inter, um corte de juros em junho, que é o cenário base com o qual o banco trabalha, está mais improvável e vai depender da evolução dos indicadores até lá.

Estrategista-chefe da Warren Rena, Sérgio Goldenstein diz que a ata reforçou o tom "hawkish" (mais propensa a um aperto monetário mais agressivo).

"Fica claro que a estratégia preferencial é a adoção de uma política monetária restritiva por um período longo", afirmou Goldenstein, que alterou a projeção para o início do ciclo de relaxamento monetário de junho para agosto, com a taxa Selic chegando a 11,5% no fim de 2023.

O estrategista acrescenta que a estimativa considera como premissa que ocorra uma redução relevante dos riscos fiscais e parafiscais, o que permitiria uma apreciação da moeda e uma reancoragem das expectativas de inflação.

Economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez vai na mesma linha e diz que a ata mostrou-se bem alinhada com o tom duro do comunicado da semana passada.

"Ainda que o Copom tenha se mostrado sensível à queda na concessão de crédito, ao emprego e também às iniciativas fiscais do governo, a autoridade foi clara ao afirmar que tudo isso deverá se refletir nas expectativas de inflação", afirmou Sanchez.

Economista-chefe da Mirae Asset Wealth Management, Julio Hegedus Netto diz que a ata não trouxe novidades em relação ao tom do comunicado da semana passada. "Não faria sentindo uma mudança de tom, até porque os problemas continuam aí."

O ponto central, prossegue o economista-chefe da Mirae Asset, é que não há certeza sobre a sustentabilidade fiscal do governo, o que justifica a postura mais dura da autoridade monetária.

Ata veio 'mais condizente' com perspectiva de melhora, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante evento da Confederação Nacional de Municípios Gabriela Biló/Folhapress

BRASÍLIA O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta terça-feira (28) que a ata do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central "veio com termos mais condizentes" do que o comunicado divulgado logo após o encontro na quarta-feira (22).

No documento, o colegiado do BC fez acenos ao Ministério da Fazenda em meio à pressão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela redução dos juros e dedicou um longo parágrafo à nova regra fiscal em elaboração para substituir o teto de gastos.

"Acredito que [a ata] está em linha com o comunicado, mas, da mesma forma que aconteceu no Copom anterior, a ata com mais tempo de preparação veio com termos que eu diria mais condizentes com as perspectivas futuras de harmonização da política fiscal com a política monetária. Que é o nosso desejo desde sempre", disse o ministro.

Pouco depois da reunião na semana passada, o titular da Fazenda tinha classificado o tom do comunicado do Copom como "muito preocupante". Na quarta, o BC não cedeu à pressão pela redução dos juros, contrariou Lula e manteve a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano.

Na ata divulgada nesta terça, o BC fez eco ao discurso de Haddad sobre harmonia entre as políticas monetária e fiscal e seus efeitos positivos.

"O comitê reforçou que a harmonia entre as políticas monetária e fiscal reduz distorções, diminui a incerteza, facilita o processo de desinflação e fomenta o pleno emprego ao longo do tempo", disse a autoridade monetária no documento.

O Copom destacou também que uma regra fiscal "sólida e crível" pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta e imediata com a política de juros.

O colegiado do BC ressaltou em dois trechos do comunicado a necessidade de ter "serenidade e paciência" ao longo do processo de desinflação em referência aos efeitos defasados da política monetária sobre a economia.

Quando jornalistas lhe perguntaram se o governo ajudaria o trabalho da autoridade monetária nesse sentido, Haddad rebateu dizendo que o BC também tem de colaborar com a gestão petista.

"O Banco Central também tem de nos ajudar, é um organismo que tem dois braços, um ajudando o outro. Sempre insisto nessa tese porque dá a impressão que um é espectador do outro, não é assim que a política econômica tem de funcionar. São dois lados dos ativos, concorrendo para o mesmo propósito, para o mesmo objetivo, que é garantir crescimento com baixa inflação", disse.

"Isso só é possível pela harmonização da política fiscal com a monetária, nós vamos atingir nossos objetivos, fazer o país depois de dez anos voltar a crescer de maneira sustentável, esse é o desejo do presidente." **NG**

Ministro afirma que terá hoje reunião conclusiva sobre nova regra fiscal

Fernando Haddad (Fazenda) afirmou que terá uma reunião conclusiva sobre a nova regra fiscal nesta quarta (29) e que a proposta elaborada pelo governo Lula (PT) será divulgada ainda nesta semana. De acordo com o titular da Fazenda, o tema seria debatido nesta terça, mas a discussão foi adiada porque o ministro Rui Costa (Casa Civil) está afastado com gripe. "Como o ministro Rui [Costa], em virtude de um problema leve de saúde, permaneceu na Bahia, deixamos para amanhã [quarta] a reunião sobre o arcabouço fiscal para verificar a possibilidade de ele poder participar", disse. "É uma reunião conclusiva", acrescentou. "Não sei o horário da reunião, dependendo se marcar pela manhã ou pela tarde, podemos discutir [a divulgação]. É [uma reunião] conclusiva sobre o arcabouço, portanto, essa semana vamos divulgar [a proposta]." O cancelamento da viagem de Lula à China abriu espaço na agenda para que o governo apresente a proposta ainda em março, como queria Haddad. O presidente chegou a dizer que o anúncio da regra fiscal ficaria para abril devido ao compromisso no exterior.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Desvio padrão

Diante da marca dos mais de 700 mil mortos pela Covid registrados nesta terça no Brasil, o empresário Roberto Justus afirma que estavam erradas as previsões feitas por ele no início da pandemia, quando vazou um áudio em que Justus discutia com o apresentador Marcos Mion sobre o efeito da doença. Nas mensagens enviadas em março de 2020, Justus dizia ver histeria desproporcional. Ele tratava as previsões mais pessimistas como coisa de quem não entende de estatística.

SOMATÓRIO "Aquilo foi lá nos primórdios da Covid, lá no comecinho, que acabou vazando um áudio meu para um amigo dizendo que a minha previsão não era tão pessimista no começo, mas obviamente que eu estava errado. Eu fiquei surpreso depois com o volume que a pandemia tomou. Eu era um daqueles um pouco mais otimistas", disse Justus ao Painel S.A. nesta terça (28).

VARIÂNCIA O empresário, porém, ainda insiste em criticar as medidas de isolamento adotadas para proteger a população. "Uma coisa que eu falei na época, e eu sustento ainda, é que o lockdown 100%, do jeito que o governo Doria quis fazer e fez, era muito ineficiente. As camadas mais privilegiadas conseguiam entrar em lockdown", afirma.

AMOSTRA Nas previsões de Justus, o Brasil poderia ter 15 mil ou 20 mil mortes. "Foi uma desinformação que, logo que eu percebi que a coisa estava ganhando dimensão maior, eu já tinha mudado de opinião. A gente erra um pouco, às vezes, nas nossas estatísticas e previsões", diz.

CORRELAÇÃO Justus ressalva que era favorável ao fechamento de grandes eventos. Ele também afirma que foi um defensor da vacina. "Eu menosprezei um pouco ou imaginei que tivesse menos vítimas do que acabou tendo. Isso eu reconheço", afirma.

SAQUE O aumento de 1,70% para 1,97% no teto do juro do consignado aprovado pelo CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) nesta terça (28) dividiu os sindicalistas. Antonio Neto, presidente da CSB, criticou a decisão. "Na contramão dos interesses da classe trabalhadora, o governo se submeteu aos caprichos de um cartel de bancos", escreveu em rede social.

FIM Na opinião de Ricardo Patah, presidente da UGT, a taxa votada nesta terça-feira ainda tem grande peso para o trabalhador. Para João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, a nova taxa foi "um ganho possível". A CUT, ligada ao presidente Lula, afirmou que a proposta dá "um ponto final ao boicote dos bancos".

AMARGO Mais de 430 lojas especializadas em chocolates fecharam as portas nos últimos dois anos, segundo a empresa de inteligência geográfica de mercado Geofusion. O movimento é atribuído às incertezas na economia e ao encarecimento dos insumos. Em 2021, o país tinha cerca de 5.410 lojas do ramo, de acordo com a pesquisa, feita com base nas redes do segmento.

GUARDA-CHUVA As seguradoras viram o acionamento de serviços para enchentes disparar nos primeiros meses deste ano na esteira das fortes chuvas que atingiram o litoral paulista em fevereiro. A Youse, empresa digital do setor, diz que o acionamento desse tipo de ajuda saltou 48% no primeiro bimestre, na comparação com 2022.

TEMPESTADE A Bradesco Seguros afirma ter registrado, em SP, um aumento de 43% na utilização do seu serviço para residências que cobre danos provocados por vendavais e enchentes neste primeiro trimestre de 2023, frente o mesmo período do ano passado.

CONTROLE REMOTO A participação da TV na captação de direitos autorais encolheu em 2022, segundo dados do Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição). A fatia dos recursos arrecadados por meio das TVs aberta e por assinatura caiu de 41% em 2021 para 32,5% no último ano, de acordo com a entidade.

CADEIRA Diante da pressão do governo para trocar o comando do Sebrae, os deputados e senadores da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços elevaram a pressão a favor da manutenção da direção atual. Na quinta-feira (30), será feita a votação que pode destituir Carlos Melles.

DISPUTA Considerado um nome de Bolsonaro, Melles foi eleito para seu segundo ciclo no comando do Sebrae no fim de 2022. A frente parlamentar lançou um manifesto assinado pelo senador Efraim Filho (União-PB) e pelo deputado Domingos Sávio (PL-MG). Para eles, os atuais dirigentes já demonstraram que a entidade seguirá aliada ao Executivo independentemente do alinhamento partidário.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Mar., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,77

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Conselho aprova teto de 1,97% ao mês para o juro do consignado do INSS

Decisão vem duas semanas após órgão reduzir taxa para 1,70%, o que motivou suspensão de empréstimos pelos bancos

BRASÍLIA Duas semanas após reduzir o teto do juro do consignado do INSS para 1,70% ao mês, o CNPS (Conselho Nacional da Previdência Social) decidiu, em reunião extraordinária, elevar o limite da taxa do empréstimo com desconto em folha para 1,97% ao mês.

A medida busca resolver o impasse que fez bancos públicos e privados suspender a concessão da linha de crédito a aposentados e pensionistas. Banco do Brasil e Caixa já informaram que retomarão os empréstimos da modalidade.

A decisão de revisar a taxa de juros para 1,97% ao mês foi aprovada nesta terça-feira (28) com 11 votos favoráveis de membros do governo, aposentados e trabalhadores, 3 abstenções de empregadores, representados por organizações formadas por bancos, e 1 voto contrário do Sindnapi (Sindicato Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos), que defendia 1,90%.

Se um aposentado que recebe um salário mínimo do INSS (hoje, R$ 1.302) pegar R$ 1.000 emprestados em consignado por 1,97% ao mês, por exemplo, vai pagar 84 parcelas de R$ 24,45. Pela taxa anterior, de 1,70%, cada prestação nesse exemplo seria de R$ 22,45. Os cálculos foram feitos pela Anefac (Associação Nacional de Executivos), a pedido da **Folha**.

"Não era o que eu pessoalmente gostaria, mas é o que é possível. Se a gente imaginar que até dia 13 a taxa acordada era 2,14%, foi um avanço para o aposentado e pensionista. No meu ponto, tem de avançar mais ainda", disse o ministro Carlos Lupi (Previdência Social).

O colegiado ainda limitou a taxa para o cartão de crédito consignado em até 2,89% ao mês —acima do patamar de 2,62% estabelecido no último encontro do CNPS.

A proposta do governo de levar a taxa a 1,97% ao mês havia sido definida poucas horas antes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em encontro no Palácio da Alvorada com os ministros Lupi, Fernando Haddad (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho), e a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior —que representou o ministro Rui Costa, afastado com gripe.

Também esteve presente o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo.

A reunião com o presidente foi cercada por informações desencontradas por parte do governo. Depois de ter sido confirmada na noite de segunda, a Casa Civil emitiu nota na manhã desta terça negando que um novo encontro para rediscutir a taxa fosse ocorrer.

De acordo com Haddad, o ministro da Previdência saiu da discussão arbitrada por Lula com orientações do chefe do Executivo para levar o posicionamento do governo para o CNPS.

"Levamos tabelas, levamos uma longa explicação sobre o que aconteceu com o crédito consignado desde a última decisão, penso que o ministro [Carlos Lupi] está bem municiado de argumentos para recalibrar a taxa e permitir tanto para o aposentado o acesso a crédito e a garantia de que é um crédito mais barato do que o que vem sendo praticado até agora", disse.

O conselho deliberou também nesta terça a criação, em até 60 dias, de grupos de trabalho sobre a operação do cartão de crédito consignado e o endividamento dos beneficiários, além da análise referente à composição e competência do CNPS.

Segundo Lupi, Lula pediu análise governamental, nos próximos 30 dias, sobre o futuro do consignado e do cartão de crédito vinculado.

"Agora vamos avançar com um grupo de trabalho. A Caixa e o Banco do Brasil, por determinação do presidente Lula, estão estudando com profundidade como entrar de uma maneira mais forte para ajudar os aposentados e pensionistas. Jogamos luz sobre um tema que estava obscuro", disse o titular da Previdência.

Na noite de segunda-feira (27), uma reunião entre ministros do governo Lula sobre o crédito consignado dos aposentados havia terminado sem acordo, de forma que os membros do primeiro escalão decidiram levar o impasse para que o presidente pudesse bater o martelo sobre o tema.

A revisão da taxa vinha sendo discutida por um grupo de trabalho, que contava com a participação de membros do governo e de representantes do sistema financeiro e dos bancos.

Na sexta-feira, em reunião em São Paulo, representantes de bancos haviam sinalizado que poderiam acatar uma taxa inferior à de 2,08%, mas superior a 2% ao mês. Segundo interlocutores, as instituições apresentaram uma taxa de 2,01% ao mês como alternativa em meio a uma série de cenários.

Danielle Brant, Nathalia Garcia, Renato Machado e Marianna Holanda

Colaboraram Ana Paula Branco e Cristiane Gercina, de São Paulo

+ EXEMPLO DE CONSIGNADO DO INSS COM JURO DE 1,97%

Valor do empréstimo: **R$ 1.000**

Parcelas: **84**

Valor da parcela: **R$ 24,45**

Bancos voltam a oferecer modalidade após alta na taxa

SÃO PAULO E BRASÍLIA Poucas horas após o CNPS fixar o teto do juro do consignado para aposentados do INSS em 1,97% ao mês, grandes bancos anunciaram que vão voltar a oferecer essa modalidade de crédito.

Caixa, Santander, Bradesco e Banco do Brasil informaram que vão retomar a modalidade imediatamente ou assim que a nova norma sair no Diário Oficial. O Itaú e o C6 disseram ainda estar avaliando a retomada da oferta.

Banco Pan, por sua vez, informou que, a partir da formalização do novo teto de juros pelo INSS, tem previsão de retomar a oferta do crédito consignado para beneficiários do INSS a partir de quinta (30).

Já o Daycoval informou que voltará a operar a linha de crédito a partir da publicação da normativa em edição oficial, enquanto o Banco Mercantil disse que está analisando o assunto e avaliando a possibilidade de ajustar os produtos às condições propostas. **Lucas Bombana e Nathalia Garcia**

Brasil tem déficit externo e investimento direto menores que o esperado em fevereiro

Camila Moreira e Luana Maria Benedito

SÃO PAULO | REUTERS O Brasil teve déficit em transações correntes de US$ 2,815 bilhões no mês passado, bem menos do que o esperado por economistas e o menor rombo para meses de fevereiro desde 2017, informou o Banco Central.

Já os investimentos diretos no país surpreenderam negativamente e registraram o menor fluxo para o mês em três anos.

A expectativa do mercado, conforme pesquisa da Reuters com especialistas, apontava para um saldo negativo de US$ 5 bilhões nas transações correntes em fevereiro, depois de déficit de US$ 4,155 bilhões no mesmo mês de 2022.

A redução do déficit na comparação anual foi determinada, principalmente, por um recuo nas remessas de lucros e dividendos e das despesas com juros.

Nos dois primeiros meses de 2023, as transações correntes acumulam saldo negativo de US$ 11,897 bilhões no Brasil. Já em 12 meses, o déficit acumulado somou US$ 54,4 bilhões, o equivalente a 2,78% do PIB (Produto Interno Bruto), ante US$ 46,8 bilhões, ou 2,81% do PIB, até fevereiro de 2022.

Em fevereiro, os investimentos diretos no país alcançaram US$ 6,451 bilhões, bem abaixo dos US$ 10,177 bilhões projetados na pesquisa e dos US$ 10,793 bilhões registrados no mesmo período de 2022.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, a leitura do mês passado representou o menor ingresso de investimentos diretos no país para fevereiro desde 2020, quando o mundo estava começando a sentir os impactos da pandemia de Covid-19.

Rocha ponderou, contudo, que os níveis de investimento direto no país seguem "elevados" e que é cedo para afirmar que há uma desaceleração em curso, uma vez que ainda há financiamento "tranquilo".

A conta de renda primária registrou em fevereiro déficit de US$ 3,435 bilhões, ante saldo negativo de US$ 5,166 bilhões no mesmo período do ano anterior, com recuo tanto no déficit da conta de juros quanto na das remessas de lucros e dividendos.

Em fevereiro, a balança comercial teve superávit de US$ 2,509 bilhões, ante US$ 3,555 bilhões no mesmo mês de 2022.

Já o déficit na conta de serviços ficou em US$ 2,029 bilhões, ante US$ 2,801 bilhões em fevereiro do ano anterior.

Dentro da conta de serviços, o saldo de gastos de viagens ficou negativo em US$ 339 milhões, queda de 23,9% em relação a fevereiro no ano passado. No acumulado do ano, o déficit é de US$ 980 milhões.

US$ 2,815 bi

foi o déficit em transações correntes em fevereiro, menor rombo para o mês desde 2017; analistas consultados pela Reuters esperavam saldo negativo de US$ 5 bi

US$ 6,451 bi

foram os investimentos diretos, menor resultado para fevereiro desde 2020; analistas esperavam US$ 10,177 bi

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S.A. - IMA

CNPJ Nº 48.197.859/0001-69

RELATÓRIO DA GESTÃO - 2022

Mensagem do Presidente

Prezados conselheiros, acionistas, investidores e amigos. É com orgulho e satisfação que apresento aos senhores o relatório de desempenho referente ao ano de 2022. Um ano de incertezas pós-pandemia. Mas também um ano de retomada, de ações assertivas e de realizações.

Indo diretamente ao aspecto econômico e financeiro, 2022 foi um ano de recordes de faturamento. Nosso primeiro indicativo de que seria um ano de retomada econômica foi o faturamento referente ao mês de maio, que ultrapassou a casa dos R$ 9 milhões.

Naquele momento já tínhamos concretizado o primeiro acordo de cooperação com o Google, em seguida vieram outras parcerias com as, também, gigantes Oracle e Amazon.

O importante é que a somatória de ações, associadas a técnicas administrativas de redução de custos, nos levou a um faturamento recorde no ano, superior a R$ 100 milhões, cifra esta nunca antes alcançada pela empresa. O detalhamento da origem desse sucesso poderá ser encontrado ao longo desse relatório.

Vale destacar aqui os avanços que tivemos com nosso Polo Tecnológico, como cancelamento da dívida de IPTU dos terrenos do polo e isenção para os próximos anos, remoção de invasores da área destinada ao Polo, arruamento e construção de novo acesso pela Avenida Comendador Aladino Selmi e regularização do terreno junto ao Poder Público.

Na área administrativa os senhores notarão a redução de despesas com aluguel, água, energia elétrica e segurança. Tudo isso pela mudança da Sede da empresa para um local mais compacto e pela adoção do sistema de home office para os funcionários de diversas áreas, sem perdas na produtividade. Criamos o PodCamp, uma sala para gravações de "podcasts" que ajudou a ampliar a divulgação da IMA, levando seu nome ao estratosférico mundo da internet. Implementamos o ChatBot na Administração Municipal e estudamos o ChatGPT, anunciado como revolucionário, para serem utilizados em futuras aplicações. Enfim, podemos afirmar que além de um excelente ano, estamos preparados para os desafios de 2023.

Tenham uma boa leitura e análise dos dados apresentados nas páginas seguintes.

Institucional

Fundada pela Lei nº 4.635 de 09 de julho de 1976, a Informática de Municípios Associados S/A (IMA) é uma empresa de economia mista que tem como principal acionista a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC). A IMA presta serviços nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e é responsável pelo desenvolvimento, manutenção e evolução de todos os sistemas que apoiam a PMC, incluindo datacenter e estrutura de telecomunicações que compõem um ambiente com altos índices de segurança e disponibilidade, assim como colaboradores comprometidos com o atendimento ao cidadão.

A IMA vem continuamente se capacitando para que seu crescimento seja contínuo e sustentável. Tem investido na melhoria de seus processos e na qualidade de seus serviços através da aplicação das melhores práticas em cada unidade de negócio, assim como na ampliação de seu portfólio voltado para soluções mobile.

Resultado do exercício

A IMA apresentou, no exercício de 2022, prejuízo de R$ 6.797.808, sendo que a contribuição principal para o prejuízo atingido, foi o acordo coletivo firmado entre empresa e empregados, referente reajustes salariais do período de 2019 a 2021.A receita bruta da empresa foi de R$ 100.810.029 em 2022 com acréscimo de 14,5% em relação a 2021 de R$ 88.063.452.

Patrimônio líquido

A empresa apresentou patrimônio líquido de R$ 110.377.117 em 2022 e R$ 116.272.546 em 2021. O capital social integralizado é composto por 155.069.142 de ações ordinárias nominativas, com valor de R$ 1,00 para cada ação totalizando R$ 155.069.142.

Auditores independentes

O relacionamento com o auditor independente na prestação de serviços substanciou-se nos princípios que preservam a independência de auditagem. No exercício em questão não ocorreram outros tipos de serviços prestados que afetassem a independência e a objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Declaração da Administração

Os Administradores da Informática de Municípios Associados S.A. – IMA, declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Sacho Auditores Independentes, emitido em 13 de março de 2023, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Atividades desenvolvidas – Áreas técnicas

Artes Digitais / Diário Oficial

Resultados

Em 2022, a área de Artes Digitais/ Diário Oficial foi responsável pela publicação de 240.346 matérias. Essas publicações contemplam matérias atinentes à Prefeitura Municipal de Campinas, Administração Indireta (empresas públicas e autarquias) e publicações diversas, solicitadas pela sociedade civil.

Perspectivas para 2023

Continuar atendendo com qualidade a Administração Municipal, bem como estender nossos serviços para outras Prefeituras e Órgãos Governamentais.

Suporte Técnico

Resultados

No ano de 2022 foram encerrados 13.025 chamados.

Eficiência atendimento remoto: Foram encerrados 92% dos chamados encaminhados para o atendimento remoto.

Perspectivas para 2023

A perspectiva para o ano de 2023 é continuar atendendo a todos os clientes com eficiência e qualidade.

Gestão Eletrônica de Documentos

Resultados

Em 2022 a equipe foi responsável por 1.493.361 atividades envolvidas no processo de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED). Considera-se uma quantidade relevante de documentos e processos que deixaram de circular por meio físico e passaram a tramitar pela via digital, garantindo celeridade e melhoria da gestão documental na administração pública municipal.

Perspectivas para 2023

A perspectiva para o ano de 2023 é continuar atendendo a todos os clientes com eficiência e qualidade.

Atendimento e Serviços de Apoio

Resultados

No ano de 2022 oficializou o home office (teletrabalho) para as atividades compatíveis com esse regime.

Em 2022 o Atendimento contou com 15 contratos de prestação de serviços, sendo: 6 com a Prefeitura Municipal de Campinas, 2 Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), 1 Instituto de Previdência Social do Município de Campinas (CAMPREV), 1 Centrais de Abastecimento de Campinas (CEASA), 1 Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB), 1 Rede Municipal Mário Gatti, 1 Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA) e 2 Serviços Técnicos Gerais (SETEC).

Realizou 4.363.086 atendimentos, contribuindo significativamente no relacionamento entre o cidadão e a Administração Pública.

Os atendimentos telefônicos representaram 33% da produção das operações, os atendimentos presenciais 58% e a digitação 9%.

Dentre todos os serviços o maior volume de demanda é percebido no atendimento presencial realizado nas recepções das unidades de saúde do município (representa 63% de todo o atendimento presencial realizado).

Perspectivas para 2023

A expectativa é que as ferramentas de atendimento online e os mecanismos de autoatendimento estejam ainda mais presentes na vida das pessoas e que, consequentemente, os contratos de prestação de serviços reflitam essa necessidade de mudança nas formas de relacionamento com o cidadão, contemplando ferramentas de autoatendimento e outras tecnologias que possibilitem a ampliação do contato entre Administração Pública e cidadão com otimização dos recursos humanos já existentes.

Especificamente sobre o contrato de atendimento presencial, a IMA busca o aprimoramento no formato da prestação de serviços, de forma a contemplar ações que auxiliem os gestores públicos na tomada de decisões estratégicas, além da mensuração por produtividade (serviço prestado segundo um acordo de nível de serviços pré-definido) prezando pela melhoria contínua da relação com os munícipes e pela economicidade dos serviços públicos.

No âmbito do serviço de Certificação Digital, considerando o resultado obtido no último ano, em 2023 terá continuidade o trabalho para colocação da marca IMA dentre as principais opções de Certificação Digital para a Administração Municipal Direta e Indireta de Campinas.

Desenvolvimento e Projetos de Softwares

Resultados

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos e/ou implantados em 2022,foram com as Secretarias Municipais de Campinas: da Educação - SME, Saúde - SMS, Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos - SMASDH, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SMGDP, Serviços Públicos – SMSP, Gestão e Controle – SMGC, Verde e Desenvolvimento Sustentável – SMVDS, Planejamento e Urbanismo – SEPLURB, Finanças – SMF, Justiça – SMJ, Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação - SMDEST e com a Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA e Fundação Municipal para Educação Comunitária – FUMEC.

Perspectivas para 2023

Desenvolvimento, implantações, integrações e melhorias de sistemas com as Secretarias Municipais de Campinas: da Educação – SME, Saúde – SMS, Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos - SMASDH, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SMGDP, Relações Institucionais – SMRI, Verde e Desenvolvimento Sustentável – SMVDS, Administração – SMA, Gestão e Controle – SMGC, Finanças - SMF e com a Fundação Municipal para Educação Comunitária – FUMEC, Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas – EMDEC.

Infraestrutura

Resultados

Instalações: do novo Anel Óptico Primário - AP2 na Rede Metro Óptica de Campinas (RMOC); de atendimento óptico na nova Sede da IMA no Jardim do Trevo; de atendimento óptico na nova sede da Secretaria Municipal de Cooperação em Assuntos de Segurança Pública – SMCASP; da Nova Base da Guarda de Sousas; de atendimento óptico no Teatro Bento Quirino; de atendimento óptico na base de operações da Defesa Civil; de atendimento óptico no Cemitério Municipal de Sousas.

Fase dois de mudança do núcleo de rede da IMA.

No ano de 2022 foram encerrados 395 chamados para reparo da conectividade, sendo 97,47% resolvidos em até 24 horas.

Atendimento às demandas de conectividade envolvendo: instalação, aumento de velocidade e alteração da tecnologia para fibra. Foram executados 68 serviços.

Projeto VoIP: Integração do sistema telefônico da IMA com a PMC, Paço Municipal, IMA e localidades já atendidas pelo VoIP não são tarifadas.

Projeto Campinas Digital – WiFi grátis, conforme as regras do Marco Civil, nos locais públicos de Campinas. Instalados 45 pontos de acesso. O Campinas Digital chegou a registrar 2.414 usuários simultâneos conectados (média de 16 mil usuários únicos por dia), estabelecendo um novo recorde para o projeto. São mais de 216.446 usuários cadastrados.

Realizado upgrade de velocidade em 881 links, com a readequação das velocidades dos links WAN junto a Prefeitura Municipal de Campinas.

Foram instalados 10 links na rede própria, e retirados 7 links da rede de terceiros.

Migração para perfil interno do link de internet para implantação do serviço VoIP e monitoramento do tráfego. Foram migrados o perfil em 14 links.

Mudança de endereço dos DDR's para o Paço Municipal dos 09 troncos chaves DDR's usados nos atendimentos: Defesa Civil, Disque Saúde, 156, Procon, SAC Tributário, Suporte SME, SEMURB, Emdec (118), CSI e administrativo da IMA, executada sem interrupções ou queda na qualidade do serviço.

Substituição internet móvel 4G - Vivo e substituição de 22 chips nas localidades.

Instalação de Redes Locais em unidades da Prefeitura Municipal de Campinas - PMC. Conexão dos computadores e periféricos das unidades escolares a rede de dados PMC e Internet para o provimento de acesso aos sistemas da Secretaria de Educação.

Projeto Técnico do novo Core de rede da IMA. Continuidade na implantação com a execução de integração parcial de algumas redes de forma transparente, migração dos clientes para nova estrutura e ativação de novos serviços.

Comitê da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Definição de plano de ação e cronograma para adequação das soluções de software e hardware da IMA. Acompanhamento das alterações da lei e prazo de adequação ao longo do ano.

Perspectivas para 2023

Ampliar Projeto Campinas Digital – Wifi Grátis; implantar Solução VoIP para Secretarias da Educação e Saúde; instalação de 50 RouterBoard, permitindo o controle de navegação e implantação do serviço VoIP; instalação, Configuração e Operação do Novo Core de Rede; estimativa de ampliação da Rede Óptica em 60 km; instalação, Operação e Manutenção em rede Wi-Fi (Wireless Switch Controllers & Access Points).

Polo Tecnológico

O ano de 2022 foi marcado por conquistas em prol da implantação do Parque Tecnológico de Campinas. Realizadas ações com o objetivo de estreitar relacionamento da IMA junto ao ecossistema de tecnologia e inovação de Campinas.

Assinado Convênio junto à FINEP para a edificação da sede do ParqueTecnológico, sendo que a empresa recebeu em dezembro de 2022 parte do recurso financeiro aprovado, na modalidade não reembolsável.

Obtivemos da Prefeitura de Campinas a isenção do IPTU dos lotes de propriedade da IMA, conforme publicação no DOM em 25/08/2022, a isenção foi aplicada a partir do exercício de 2021, tendo em vista que, sendo de propriedade da IMA, os imóveis gozam da isenção de tributos do acordo com o artigo 6º da Lei Municipal nº 4.635 de 09/07/1976.

Resultados

Através da Lei Municipal nº 8.252/1995 a CIATEC foi estabelecida como Gestora do Polo II, sendo responsável por dar cartas de anuência para as empresas com intenção de se instalar na área. Com a incorporação da CIATEC, a missão de conceder as cartas foram automaticamente incorporadas pela IMA. No ano de 2022 foram concedidas duas cartas para empresas enquadradas como serviços de apoio às atividades do Polo II. A base legal para a análise dos pedidos de anuência é o enquadramento das atividades econômicas descritas no decreto estadual nº 60.286/2014 que institui e Regulamenta o Sistema Paulista de Ambientes de Inovação.

A Prefeitura Municipal de Campinas-PMC, através de suas secretarias municipais e de sua administração indireta, tem apoiado a IMA em várias questões relacionadas ao desenvolvimento do Polo I à implantação do Parque Tecnológico de Campinas.

Como parte da estratégia para a implantação do Parque Tecnológico de Campinas bem como o desenvolvimento do Polo I, a equipe da Diretoria de Operações e Polo Tecnológico tem trabalhado para atrair empresas que possam apoiar as atividades do Parque ou que sejam âncoras para as atividades principais desenvolvidas no ecossistema local.

Em desenvolvimento o Plano de Marketing do Parque Tecnológico de Campinas.

Perspectivas para 2023

Iniciar a implantação e/ou manutenção da infraestrutura do Polo I de Alta Tecnologia; Iniciar a execução do projeto aprovado pela FINEP para a implantação do Parque Tecnológico de Campinas; lançamento de edital para atração de empresas âncoras para o Parque; levantamento de possibilidade de créditos, financiamentos, fomentos, fundos de investimentos e convênios, emendas parlamentares para desenvolvimento de parques tecnológicos; levantamento de redes e plataformas nacionais e internacionais de ciência, tecnologia, inovação e conhecimento para fazermos parte e integrar o parque nelas no futuro (gratuitas ou pagas); finalizar o plano de Marketing do Parque Tecnológico; e desenvolvimento do plano imobiliário.

Atividades desenvolvidas – Áreas administrativas

Recursos Humanos

Principais atividades

Saúde Programas: Eu me mexo e eu me mexo fora da IMA, TRÍADE e Roda de Conversa - Inteligência Emocional e Gincana da Saúde

Outras ações: Mês da Mulher, Campanhas preventivas: setembro Amarelo, outubro Rosa e novembro Azul; Assédio Moral e Assédio Sexual no Trabalho: Criação e atualização da cartilha Papo Sério, com o objetivo de prevenção ao assédio dentro da empresa; e Visitas do RH: Visitas periódicas em postos.

Segurança do Trabalho: Ações de proteção contra incêndio, Inspeção de segurança aos ambientes de trabalho, Equipamento de Proteção Individual - EPI – distribuídos 1.016 itens e Programa de Gerenciamento de Risco - PGR preservar a vida e evitar danos físicos e psíquicos às pessoas. Em 2022 foram elaborados 56 PGR's nos Centros de Saúde, 48 nos postos descentralizados e 1 na sede da IMA.

Desenvolvimento de Pessoas:

Treinamentos formais: Em 2022 foram 445 participações em treinamentos diversos.

Plataforma EAD IMA: Em 2022, foram 3.913 realizações de treinamentos nessa plataforma.

Gestão do Conhecimento: objetivo é apoiar a criação, a transferência, o uso, o compartilhamento, o armazenamento e a aplicação de conhecimentos relevantes em todas as áreas da empresa.

Mentoring parceria com colaboradores (mentor) que tem determinados conhecimentos e experiências de interesse para o negócio da empresa e utiliza essa bagagem para estimular o desenvolvimento de outro colaborador com potencial para este aprendizado.

Programa Meu Desenvolvimento: objetivo estimular os colaboradores no desenvolvimento das competências de seu cargo/função e também para auxiliar os líderes a nortear esse desenvolvimento. Em 2022, alguns dos temas foram: Home Office, Saúde Mental, Reunião one-on-one, Feedback, Solidariedade, etc.

Desenvolvimento de líderes: O Plano de Desenvolvimento de Líderes tem como objetivo fortalecer aspectos relacionados às Competências de Liderança e práticas de gestão adotadas pela IMA.Em 2022, foram realizados 8 encontros. Alguns dos temas: Planejamento Estratégico e Competências de Liderança, Inspira e Não Pira, Negociação e Gestão de Conflitos, Gestão e Motivação de Pessoas.

Programa de Reconhecimento: "Liderança Nota 10" os colaboradores indicam líderes que se destacam nesta competência. O líder vencedor é reconhecido pela empresa e recebe uma lembrança. Em 2022, tivemos 6 líderes reconhecidos, um em cada competência de Liderança.

Programa de Integração de novos colaboradores: objetivo inserir o colaborador na cultura IMA e abordar conteúdos essenciais para o trabalho. Em 2022 foram feitas 83 integrações.

Programa Jovens Talentos: objetivo de preparar os Estagiários e Aprendizes para o mercado de trabalho e para os desafios que enfrentarão ao longo de suas vidas. O programa tem encontros mensais com foco no desenvolvimento das competências organizacionais, do cargo e valores da IMA. Em 2022 foram 07 encontros.

Cultura organizacional: Na IMA definimos nossa cultura em três pilares: Missão e Visão, Valores e Competências Organizacionais. Em 2022 desenvolvemos 3 programas com o objetivo de fortalecer nossa cultura: Quinta do Elogio, Quiz-Produtos e Serviços e Missão Dada é Missão Cumprida.

Perspectivas para 2023

Digitalização dos prontuários dos colaboradores; implantação de sistema para gestão de prontuários eletrônicos; contratação de sistema de gestão de vale transporte; contratação de fornecedor para realizar Atendimento Psicológico online aos colaboradores; contratação de plataforma de treinamento online – Alura; implantação FGTS no e-Social; implantação da Avaliação de Desempenho no sistema Totvs; formatação e execução do programa "InovaIMA" que visa estimular que os colaboradores desenvolvam projetos inovadores e com sua implantação, aumentem o faturamento da IMA e/ou ocasione redução de custos; parceria no Hackathon – Mackenzie; realização da Pesquisa de Clima com a FIA Employee Experience realizada pelo instituto FIA em parceria com a empresa de tecnologia Xtrategie.; implantação programa sobre Diversidade; análise de pesquisas de satisfação dos processos executados pela área com o objetivo de identificar melhorias.

Governança, Auditoria e Compliance

Principais atividades de Auditoria Interna

Auditoria Interna: Auditoria em Gestão de Contratos de Clientes; Auditoria em Gestão de Contratos de Fornecedores; Auditoria na Receita Operacional; Auditoria em Gestão da Execução Contratos de Fornecedores da Gerência de RH; Auditoria em Contingências Ativas e Passivas e Auditoria em Gestão em Estoque.

Monitoramento de auditorias de exercícios anteriores: Monitoramento de 2019 – Auditoria em Gestão de Contratos de Fornecedores; Monitoramento de 2020 – Auditoria em Gestão de Contratos de Clientes; Monitoramento de 2021 – Auditoria em Gestão de Almoxarifado e no Inventário de Estoque; Monitoramento de 2021 – Auditoria em Licitações; Monitoramentos de 2022 (Auditorias realizadas no exercício de 2022).

Elaboração do relatório anual de auditoria interna – RAINT 2022 e Elaboração do planejamento anual de auditoria interna – PAINT 2023.

Perspectivas da Auditoria para 2023

Auditoria em Processo de Aquisição – Compra Direta; Auditoria em Processo de Preenchimento de Vaga – Admissão; Auditoria em Gestão dos Serviços Administrativos; Auditoria em Gestão de Contratos de Fornecedores; Auditoria em Processo de Gestão de Prospecções Tecnológicas; Auditoria em Contingências Ativas e Passivas.

Monitoramentos: Melhoria do processo de Auditoria Interna.

PAINT 2024 e RAINT 2023.

Governança Corporativa e Compliance

Principais atividades de Governança Corporativa e Compliance

Monitoramento da aderência da legislação interna à lei das Empresas Estatais (Lei nº 13.303/2016).

Continuidade do trabalho integrado com as Sociedades de Economia Mista da Administração Municipal de Campinas, visando uniformidade no atendimento dos requisitos da legislação.

Apoio na elaboração do Plano de Adequação da PMC e demais órgãos da administração indireta aos requisitos para aderência da legislação interna à LGPD.

Criação de processos internos para responder adequadamente aos incidentes de segurança perante os titulares dos dados, autoridades e demais terceiros,ano base 2022.

Planejamento e monitoramento de ações estratégicas.

Divulgação dos resultados e status das ações estratégicas que ocorreram em 2022.

Início da atualização das ações estratégicas para o ano de 2023.

Estabelecimento do escopo de processos estratégicos e gerenciamento da implementação da melhoria contínua.

Participação e apoio na construção do fluxo e mapeamento dos seguintes processos: Dispensa Motivada, Tratamento de Solicitações de Dados Pessoais (LGPD) e Ouvidoria e Participação e apoio na elaboração da Norma Administrativa nº 038 – Dispensa Motivada.

Participação e apoio na atualização de 12 Normas Administrativas: NA 001 - v.07 - Concessão de Diária e Adiantamento de Numerário, NA 005 - v.04 - Benefícios Sociais, NA 007 - v.06 - Registro de Frequência, NA 014 - v.02 - Utilização do Malote e veículos a serviço, NA 021 - v.02 - Processo de Apuração da Falta Grave, NA 023 - v.04 – Ouvidoria, NA 026 - v.04 – Teletrabalho, NA 028 - v.04 - Gestão da Saúde, Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho, NA 031 - v.01 - Política de Prospecção Tecnológica, NA 033 – v.02 - Código de Conduta e Integridade, NA 036 - v.01 - Cartão Corporativo Internacional e Nacional de Pagamento Banco do Brasil, NA 039 - v.01 - Sobreaviso.

Finalização do preenchimento do questionário na segunda etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC para obtenção do Roteiro de Atuação.

Respostas às ouvidorias internas e externas.

Gestão da Qualidade

Orientação Metodológica; integração de áreas para solução de problemas; alinhamentos à gestão de riscos, resultados de auditoria e metas estratégicas; e identificação de oportunidades de melhorias durante as 46 ações de apoio à melhoria dos seguintes processos: Recursos Humanos: 18 ações entre análise de GAPs p/ MPS.Br-SW; documentação e definição de processos como Promoção da Igualdade Racial;Suprimentos: 8 ações entre doc. de arquitetura e processos como Compras e Inventário de Estoque; Gestão da Legalidade: 4 ações de documentação de processos e treinamento da Metodologia A3; Governança: 4 ações entre análise de GAPs p/ MPS.Br-SW; documentação de processos como Tratamento de Dados Pessoais e Tratamento de Denúncias; Gestão de Negócios: 3 ações de documentação de Pré-Venda, Venda e Operação e Pós-Venda; Comunicação: 3 ações atualização de procedimentos; Gestão de Convênios: definição deste novo processo da empresa; Desenvolvimento de Software: estudo de Modelo/Normas e análise de GAPs p/ MPS.Br-SW; Gestão de Facilities: documentação de processo e procedimentos; e Gestão de Contratos: atualização de procedimentos.

Prestação de Serviço de Consultoria para SMSP e SMDE sobre Metodologia Lean e Diagnóstico/Proposta de Soluções para o processo "Abertura e Licenciamento de Empresas de Campinas".

Apoio a melhoria em 46 processos da IMA.

Perspectivas da Governança Corporativa e Compliance para 2023

Levantamento, classificação e tratamento dos novos riscos corporativos IMA; Monitoramento dos riscos já levantados anteriormente; Revisão do mapa de riscos corporativos IMA; Análise das ações apontadas no tratamento dos riscos para verificar viabilidade de readequação; Execução do plano de conscientização corporativa sobre Gestão de Riscos; Implementação e acompanhamento das ações estratégicas 2023-2025; Acompanhamento dos planos de ação relacionados aos objetivos estratégicos; Divulgação dos resultados e status das ações estratégicas que ocorrerão em 2023; Estabelecimento do escopo de processos estratégicos e gerenciamento da implementação da melhoria contínua.

Adequação ao Título I da Lei 13.303/16; Elaboração e Publicação da Norma Administrativa de Regulamentação Interna; Mapeamento do Processo de Regulamentação Interna; Mapeamento do Processo de Apuração da Falta Grave; Implementação do Roteiro de Atuação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção; Atualização do treinamento do Código de Conduta e Integridade; Atualização do Código de Conduta de Fornecedores; Desenvolvimento de competências por meio da realização dos cursos de Gestão em Ouvidoria, LGPD e Gestão de Riscos; e Conscientização e treinamento de empregados sobre a prevenção à fraude e corrupção; Atualização das Normas Administrativas com publicação anterior à 2022.

Manutenção do SGQ com foco na sistematização da melhoria continua de processos: Elaborar NA – Regulamentação Interna, com diretrizes para definição e melhoria de processos; apoio as áreas nas 28 ações/projetos em andamento e novos projetos de melhoria de processos; desenvolver competências da Equipe da Qualidade em Formação de Instrutor, Conceitos e Ferramentas Ágeis de apoio a Gestão de Demandas e apoio à processos de Medição.

Melhorar processos de Gestão da Qualidade Organizacional: Flexibilizar a Gerência de Configuração para Ativos de Processos; Mapear procedimentos de Definição, Documentação e Publicação de Processos.

Upgrade da Tecnologia para gerenciamento de processos de negócio (ferramenta BizagiModeler) para agilizar a modelagem, publicação e consulta dos procedimentos da empresa.

Prover treinamentos institucionais sobre BPMN e Conceitos de Gestão de Processos.

Apoiar a pesquisa e implantação de Modelo de Excelência/ Normas de Qualidade para aumentar a capacidade do processo de Desenvolvimento de Software.

Publicação do Novo Portal de Processos com a migração da documentação para o BizagiModeler.

Prover treinamentos em conceitos e ferramentas de Gestão de Processos para apoiar a tomada de decisão e aumentar a eficácia na resolução de problemas.

Sistematizar a utilização do Ranking de Processos Prioritários na tomada de decisões na empresa.

Campinas, 06 de março de 2023.

ELIAS TAVARES BEZERRA
Diretor Presidente

ADRIANA ALVES MARTINS
Diretora Administrativa e Financeira

RODOLFO COVER DE SANTI
Diretor de Inovação e Desenvolvimento

MICHELLE CRISTIANE LOPES
Diretora de Operações e Polo Tecnológico

BALANÇO PATRIMONIAL - EM R$ 1,00

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**84.117.546**	**115.958.316**
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.411.649	3.357.384
Contas a receber de clientes	5	9.694.560	6.614.345
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5.1	(12.143)	(3.031)
Contratos com clientes	5.2	68.397.363	103.913.047
Adiantamentos		475.170	490.490
Estoques		24.873	37.730
Tributos a recuperar	6	112.775	179.308
Tributos a restituir	6	1.996.381	1.335.789
Despesas antecipadas		16.918	33.254
NÃO CIRCULANTE		**142.659.841**	**141.850.493**
Outros créditos		**136.540.127**	**134.243.184**
Créditos a compensar		205.000	-
Contratos com clientes	5.2	14.326.665	8.094.214
Depósitos judiciais	18.2	454.952	971.688
Ativos especiais	11	6.081.564	9.705.336
Propriedades para investimentos	8	115.471.946	115.471.946
Imobilizado	**9**	**3.965.758**	**4.611.816**
Imobilizado		20.321.700	20.999.807
(-) Depreciação acumulada		(16.355.942)	(16.387.991)
Intangível	**10**	**755.375**	**1.105.493**
Intangível		5.958.566	5.959.525
(-) Amortização acumulada		(5.203.191)	(4.854.032)
Arrendamento	**20**	**1.398.581**	**1.890.000**
Imóvel		1.651.121	3.150.000
(-) Amortização acumulada		(252.540)	(1.260.000)
ATIVO TOTAL		**226.777.387**	**257.808.809**

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**87.076.797**	**119.460.897**
Arrendamento	20	699.101	1.260.000
Fornecedores	12	2.028.843	1.077.158
Obrigações com clientes	5.2	68.397.363	103.913.047
Salários e obrigações sociais	13	9.394.989	7.365.755
Obrigações sociais - parcelamentos	15	833.992	1.377.701
Obrigações tributárias	14	1.589.893	1.187.433
Obrigações tributárias - parcelamentos	15	1.239.268	1.121.943
Cnpem - parcelamento	15	-	268.003
Acordos trabalhistas - parcelamentos	16	852.500	-
Acordo cível - parcelamentos	19	1.518.896	1.479.185
Adiantamentos		184.766	182.530
Impostos e contribuições diferidos	17	337.186	228.142
NÃO CIRCULANTE		**29.323.473**	**22.075.366**
Arrendamento	20	774.000	735.000
Obrigações tributárias - parcelamentos	15	2.458.236	3.344.542
Obrigações sociais - parcelamentos	15	195.371	942.867
Acordo trabalhista - parcelamento	16	624.166	-
Acordo cível - parcelamentos	19	7.467.906	7.560.833
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	18.2	1.253.254	1.397.910
Receita diferida	27	2.223.875	-
Obrigações com clientes	5.2	14.326.665	8.094.214
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**110.377.117**	**116.272.546**
Capital social	21	155.069.142	155.069.142
Prejuízos acumulados	22	(44.692.025)	(38.796.596)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		**226.777.387**	**257.808.809**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R$ 1,00

		Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2020		**41.209.553**	**(1.612.357)**	**118.667.758**	**(55.392.233)**	**102.872.721**
Ajustes de exercícios anteriores	22.1	-	-	-	357.435	357.435
Aumento (redução) do capital social	21.1	(1.612.357)	1.612.357	-	-	-
Integralização de capital	21.2	115.471.946	-	-	-	115.471.946
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.238.202	16.238.202
Reserva de capital	21.2	-	-	(118.667.758)	-	(118.667.758)
SALDOS EM 31/12/2021		**155.069.142**	**-**	**-**	**(38.796.596)**	**116.272.546**
Ajustes de exercícios anteriores	22.1	-	-	-	902.379	902.379
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(6.797.808)	(6.797.808)
SALDOS EM 31/12/2022		**155.069.142**	**-**	**-**	**(44.692.025)**	**110.377.117**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EM R$ 1,00

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2022	2021
Resultado do período		(6.797.808)	16.238.202
Depreciações e amortizações	9 e 10	5.187.946	5.214.451
Perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa	5.1	12.143	3.031
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	18.2	(144.656)	430.880
Reversões de provisões para contingências	18.2	(349.694)	(24.186.772)
Ajuste de exercícios anteriores	22.1	902.379	357.435
Cancelamento de ações ordinárias	21.1	-	1.612.357
Lucro ou Prejuízo líquido ajustado		**(1.189.690)**	**(330.416)**
Aumento (redução) nas contas do ativo		**2.971.362**	**6.307.048**
Contas a receber	5	2.733.552	2.228.865
Adiantamentos		(15.320)	(37.330)
Propriedades para investimentos	8	-	3.195.812
Outros ativos		253.130	919.701
Aumento (redução) nas contas do passivo		**4.783.315**	**1.940.982**
Fornecedores	12	921.205	(1.102.580)
Salários e obrigações sociais	13	2.029.234	(2.939.407)
Obrigações tributárias	14	402.460	(8.086)
Parcelamentos tributários	15	(2.328.189)	(2.976.637)
Parcelamentos acordos trabalhistas	16	1.476.666	9.040.018
Parcelamentos processos cíveis	19	(53.216)	(79.258)
Impostos e contribuições diferidas	17	109.044	-
Outros passivos		2.236	6.932
Receitas diferidas	27	2.223.875	-
Geração (utilização) operacional de caixa		**622.263**	**7.917.614**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Movimentação líquida do imobilizado e intangível	9 e 10	(567.998)	(863.083)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos		(567.998)	(863.083)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de capital	21.1	-	113.859.589
Reserva de capital	21.2	-	(118.667.758)
Caixa Líquido das atividades de financiamentos		**-**	**(4.808.169)**
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA		**54.265**	**2.246.362**
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	4	3.357.384	1.111.022
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	4	3.411.649	3.357.384
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA		**54.265**	**2.246.362**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - EM R$ 1,00

	Nota	2022	2021
Receita líquida dos serviços	**23**	**92.410.555**	**80.495.931**
Custos dos serviços prestados		**(70.255.980)**	**(58.524.336)**
Lucro bruto		**22.154.575**	**21.971.595**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(26.466.814)**	**(4.598.509)**
Administrativas	24	(24.809.174)	(21.718.473)
Reversão de provisões	18.2	349.694	26.659.002
Perdas por estimativa para créditos de liquidação duvidosa		(12.143)	(5.850)
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias		(1.797.439)	(9.483.108)
Outras Receitas (Despesas)	25	(110.553)	30.710
Despesas tributárias		(87.199)	(80.790)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(4.312.239)**	**17.373.086**
Resultado líquido das receitas (despesas) financeiras	**26**	**(2.485.569)**	**(1.134.884)**
Receitas Financeiras		310.294	169.004
Despesas Financeiras		(2.795.863)	(1.303.888)
Lucro (Prejuízo) do exercício		**(6.797.808)**	**16.238.202**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS PREJUÍZOS ACUMULADOS - EM R$ 1,00

	Nota	2022	2021
Saldo inicial de prejuízos acumulados		**(38.796.596)**	**(55.392.233)**
Ajustes de exercícios anteriores	22.1	902.379	357.435
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(6.797.808)	16.238.202
(=) Saldo final de prejuízos acumulados		**(44.692.025)**	**(38.796.596)**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM R$ 1,00)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Informática de Municípios Associados S/A – IMA é uma sociedade anônima de economia mista de capital social fechado, domiciliada na cidade de Campinas-SP, constituída nos termos da Lei Municipal nº 4.635, de 09 de julho de 1.976. O acionista controlador é a Prefeitura Municipal de Campinas, com 99,97% das ações. Tem como finalidade a prestação de serviços de

CONTINUA

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S.A. - IMA

CNPJ Nº 48.197.859/0001-69

CONTINUAÇÃO

tecnologia da informação, comunicação, telecomunicações, atendimento e teleatendimento, serviços gráficos, imprensa oficial do Município de Campinas, serviços de compra, aluguel e venda de imóveis próprios, gestão e administração da propriedade imobiliária, atuando em estreita parceria com a administração pública, na busca de melhores resultados na gestão de serviços públicos.

Em 06 de dezembro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da IMA, mediante a transferência de trinta e dois terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal de Campinas.

Em 08 de janeiro de 2021, dos 32 terrenos recebidos, foram averbados 31 (trinta e um), com registros no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Desta forma, a IMA efetuou no exercício, a integralização ao capital social no valor de R$ 115.471.946 (cento e quinze milhões, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e seis reais) correspondente a 115.471.946 ações ordinárias nominativas para acionista Prefeitura Municipal de Campinas.

Em 16 de outubro de 2021, foram canceladas 1.612.357 (um milhão, seiscentos e doze mil, trezentos e cinquenta e sete) ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada ação, em decorrência do fim do prazo de 48 meses para integralização ao capital social, conforme disposto na resolução 1, da Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 16 de outubro de 2017.

Em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade, não integralizar como capital social na IMA, o último terreno que faltava, registrado sob matrícula 74850, no valor de R$ 3.195.812 (três milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e doze reais), devido a não averbação, sendo o saldo do referido imóvel, baixado da conta de Reserva de Capital, em contrapartida à conta de Propriedade para Investimentos.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as Normas Brasileiras de Contabilidade Completas - NBC TGs, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e aplicadas às empresas em geral. A moeda funcional da empresa é o Real. As demonstrações foram preparadas em reais e os saldos foram arredondados em unidade de Real (R$1,00), exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da IMA use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, estimativas para perdas com créditos de liquidação duvidosa e provisões com processos trabalhistas, cíveis e tributários, assim, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A IMA revisa as estimativas e as premissas anualmente.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas na nota explicativa nº 18 – Provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que são processos de resultado incerto quanto a sua realização. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, e não havendo mais possibilidade de recurso pela parte contrária, o ativo relacionado não é mais classificado como ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas demonstrações contábeis.

2.3. Data de autorização

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis e as disponibilizou em 06 de março de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa - Os valores contabilizados representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata auferidos até a data do balanço. Os recursos recebidos do convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP é classificado como não reembolsável e seu uso está vinculado exclusivamente ao projeto de implantação do Parque Tecnológico.

3.2 Clientes – Registrados pelas respectivas transações na data de sua ocorrência, ou seja, pelo regime de competência. A perda por estimativa com créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe evidência que a IMA não receberá todos os valores devidos, de acordo com as condições originais de seus contratos celebrados com clientes, do histórico passado de pagamentos, do risco de crédito do cliente e da perspectiva de honrar os compromissos futuros. A perda por estimativa com créditos de liquidação duvidosa é constituída para títulos vencidos há mais de 60 (sessenta) dias, traduzindo o real valor de seus ativos.

3.3 Contratos com clientes – Os saldos dos contratos com clientes firmados pela IMA são reconhecidos no ativo circulante e no ativo não circulante como direitos que empresa espera ter em troca da transferência de serviços a realizar; e no passivo circulante e passivo não circulante, como obrigação que a empresa espera ter com serviços a prestar.

3.4 Estoques – Avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição. Quando superiores ao valor de mercado é constituída a perda estimada para redução ao valor recuperável, com base na análise dos estoques, tempo de permanência e seu montante é avaliado pela Administração.

3.5 Propriedade para investimentos – Propriedades recebidas do acionista controlador e integralizadas ao capital social da IMA, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 06 de dezembro de 2019, e autorizado pelo Executivo Municipal. Tais propriedades não são mantidas para venda.

3.6. Imobilizado – São demonstrados pelo custo histórico de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base em taxas que consideram a vida útil econômica estimada dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há comprovação de aumento nos benefícios econômicos. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado quando incorrido.

3.7. Arrendamento – Quando o contrato celebrado junto a terceiro possui característica de arrendamento e se identifica o direito de controlar o uso de um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, o reconhecimento é realizado no Ativo, em contrapartida no Passivo - Arrendamento.

3.8. Apuração do resultado – As receitas são reconhecidas em valores que refletem a contraprestação à qual a IMA espera ter direito, pela transferência de bens ou serviços aos clientes, obedecendo ao regime de competência, na medida da prestação dos serviços junto aos clientes. Os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

3.9. Capital social - Composto por ações ordinárias. Quando há Lucros Acumulados e/ou Reservas de Lucros, os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos no Passivo, até a definição em Assembleia Geral Ordinária, quanto à distribuição aos acionistas ou a incorporação ao capital social da empresa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa e bancos	2.230.140	2.327
Aplicações financeiras:		
Banco Brasil - Aplicação BB Supremo (i)	1.181.509	3.355.057
	3.411.649	**3.357.384**

As aplicações financeiras são representadas por:
(i) BB Curto Prazo Supremo Setor Público - Fundo de renda fixa de curto prazo, indicado para o setor público, com liquidez e rentabilidade diárias, indexados ao CDI/Selic.

5. CLIENTES

5.1 Clientes

Os principais clientes da IMA são:

Clientes	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campinas	8.845.240	6.099.838
Fundação Municipal Educação Comunitária - Fumec	241.499	-
Empresa Municipal Desenvolvimento de Campinas-Emdec	188.127	159.026
Hospital Municipal Dr. Mário Gatti	178.193	141.992
Instituto Previdência Social do Mun. de Campinas -Camprev	64.445	77.441
Município de São José dos Campos	53.726	51.168
Centrais de Abastecimento de Campinas-Ceasa	29.035	18.857
Serviços Técnicos Gerais-Setec	26.141	7.873
Companhia de Habitação Popular de Campinas - Cohab	6.436	6.021
Município de Americana	849	757
Município de Nova Odessa	828	4.547
Demais Valores	60.041	46.825
	9.694.560	**6.614.345**
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(12.143)	(3.031)
	9.682.417	**6.611.314**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Exercícios	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos				
		<= 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	> 90 dias	Total
31/12/21	6.592.002	13.672	5.640	758	2.273	6.614.345
31/12/22	9.393.091	203.220	4.192	4.082	89.975	9.694.560

5.2 Contratos com Clientes

A NBC TG 47 dispõe sobre a receita de contrato com cliente. Esta norma estabelece um modelo que deve ser aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a norma, as receitas são reconhecidas em valores que refletem a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente.

Assim, os saldos dos contratos com clientes firmados pela IMA estão registrados no ativo circulante e no ativo não circulante como direitos que a empresa espera ter em troca da transferência de serviços a realizar, e no passivo circulante e passivo não circulante, como obrigação que a empresa espera realizar os serviços, conforme demandas.

O quadro abaixo apresenta os saldos no "circulante" (ativo e passivo) e no "não circulante" (ativo e passivo):

CONTRATOS COM CLIENTES	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campinas	69.753.155	101.009.327
Administrações Indiretas da PMC	12.368.974	10.424.437
Outros Clientes	601.899	573.497
	82.724.028	**112.007.261**
Circulante	68.397.363	103.913.047
Não circulante	14.326.665	8.094.214

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RESTITUIR

Tributos a recuperar são constituídos decorrentes da retenção sobre notas fiscais de serviços prestados e compensados com tributos devidos.

Tributos e Contribuições a recuperar	2022	2021
CSLL	21.753	56.910
IRRF	91.022	122.398
	112.775	**179.308**
Circulante	112.775	179.308
Tributos e Contribuições a restituir	**2022**	**2021**
COFINS	164.156	156.131
CSLL	69.644	69.644
IRPJ	818.765	1.110.014
Contribuições previdenciárias	943.816	-
	1.996.381	**1.335.789**
Circulante	1.996.381	1.335.789

Os tributos a restituir se referem a recuperação de crédito relativo aos exercícios de 2012 a 2015, levantados com base na reversão da adição das despesas de PIS e de COFINS diferidas, conforme determina o art. 7º da Lei 9.718/98, de levantamento sobre bases negativas da CSLL e IRPJ em decorrência da imunidade tributária (artigo 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal do Brasil) e de recuperação das contribuições previdenciárias patronal inexigível sobre salário maternidade, aviso prévio indenizatório, auxílio doença e auxílio creche.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

7.1 Prefeitura Municipal de Campinas

O reconhecimento das receitas faturadas e a faturar em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são assim compostas:

Clientes - Parte relacionada	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campinas		
Serviços faturados e pendentes de recebimento	1.782.389	2.004.464
Serviços a faturar (i)	7.062.851	4.095.374
	8.845.240	**6.099.838**

(i) Reconhecimento dos serviços prestados das competências de dezembro de 2022 e 2021.

A composição com partes relacionadas são:

	Ativo circulante		Receitas	
	2022	2021	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campinas	8.845.240	6.099.838	92.343.197	81.143.482
Demais empresas e entidades municipais	849.320	514.507	8.466.832	6.919.970
	9.694.560	**6.614.345**	**100.810.029**	**88.063.452**
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(12.143)	(3.031)		
	9.682.417	**6.611.314**		

7.2 Contratos de Prestações de Serviços

A IMA mantém contratos de prestações de serviços firmados com a Prefeitura Municipal de Campinas, órgãos da administração indireta de Campinas e com outras Prefeituras do Estado.

Sobre os serviços prestados à Prefeitura de Campinas, são contratos de valores fixos (storage, softwares, direito de uso de sistemas, service desk, projetos técnicos, artes digitais e publicação do Diário Oficial) e de valores variáveis (e-mail, hospedagem, desenvolvimento de softwares, conectividade, atendimento, digitalização, artes digitais e serviços gráficos), conforme a demanda do cliente.

A Prefeitura Municipal de Campinas representou 92% do faturamento bruto da IMA no exercício de 2022 e 2021.

Os contratos de prestações de serviços firmados com a Prefeitura Municipal de Campinas são:

Contratos de Prestações de Serviços com a Prefeitura Municipal de Campinas

Área de negócio	Contrato	Modalidade	Descrição	Vigência até	Saldos em 31/12/2022	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura e Data Center	001/2018	Storage	Armazenamento de dados	Jan/2023	-	160.320
	107/2021	E-mail	Gestão de e-mail - Contas Individuais/ Grupo	Jul/2023	335.908	866.390
	109/2021	Hospedagem	Computação em nuvem privada	Jan/2023	5.556.899	14.284.130
					5.892.807	**15.310.840**
Desenvolvimento e Projetos	169/2019	Softwares	Direito de uso de sistemas	Jan/2025	1.643.051	2.226.352
	170/2019	Softwares	Suporte técnico e desenvolvimento	Jul/2022	-	42.082.685
	078/2022	Softwares	Suporte técnico e desenvolvimento	Jul/2023	14.417.641	-
					16.060.692	**44.309.037**
Suporte Técnico	110/2021	Service Desk	Suporte técnico de computadores	Jul/2023	1.168.756	3.132.000
					1.168.756	**3.132.000**
Telecomunicações	001/2021	Conectividade	Telecomunicação	Jul/2023	12.615.454	13.466.499
	108/2021	Projetos técnicos	Monitoramento e gerenciamento redes lógicas	Jul/2023	1.456.476	1.317.370
					14.071.931	**14.783.869**
Atendimento ao cidadão	097/2021	Atendimento	Digitação de documentos	Jun/2025	10.173.273	2.028.926
	112/2021	Atendimento	Atendimento Presencial	Jul/2023	13.494.952	12.307.838
	113/2021	Atendimento	Teleatendimento	Jul/2023	4.941.995	4.489.237
					28.610.220	**18.826.001**
GED e Serviços de Apoio	111/2021	Digitalização	Gerenciamento eletrônico de documentos	Jan/2023	2.434.826	3.148.869
					2.434.826	**3.148.869**
Diário Oficial e Artes Digitais	135/2021	Artes digitais	Publicação no Diário Oficial e Suplementos	Out/2023	546.045	496.089
	137/2021	Artes digitais	Serviços gráficos diversos sob demanda	Out/2026	967.878	1.002.622
					1.513.923	**1.498.711**
				Total	**69.753.155**	**101.009.327**

7.3 Remuneração dos Administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da IMA.

Conforme estabelece o Estatuto Social da IMA, a administração é composta por 8 (oito) membros do Conselho de Administração e 5 (cinco) membros da Diretoria Executiva.

A decisão de todas as operações da IMA é submetida à Diretoria e ao Conselho de Administração, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da IMA a que estavam subordinadas, em conformidade com art. 142 da Lei 6.404/76. Qualquer membro do Conselho de Administração da IMA é impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da IMA.

A IMA estabeleceu a Política de Transações com Partes Relacionadas através da Norma Administrativa nº 030, de 12 de abril de 2019, em consonância com o art. 8º da Lei nº 13.303/2016. O quadro abaixo demonstra a composição da remuneração global bruta paga nos respectivos exercícios:

	2022	2021
Remuneração dos administradores	2.630.861	2.359.963

Conforme disposto no Estatuto Social da IMA, os conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores executivos são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições. A IMA, por intermédio de advogado especialmente contratado, assegurará aos seus conselheiros e diretores, a defesa em eventuais processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da empresa.

A garantia prevista estende-se a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação da diretoria executiva da IMA.

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Lei Complementar nº 238, publicada no Diário Oficial do Município em 15 de outubro de 2019, autorizou o Município de Campinas a transferir para a IMA, trinta e dois terrenos no valor total de R$ 118.667.758 (cento e dezoito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e oito reais) para fins de integralização e aumento do capital social da IMA (vide nota explicativa 21.2). Estes imóveis estão classificados no Ativo não Circulante como Propriedades para Investimentos, em observância ao que dispõe NBC-TG 28 (R4). Em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade, não integralizar ao capital social da IMA o único imóvel que faltava, o terreno de matrícula 74850, no valor de R$ 3.195.812 (três milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e doze reais), devido a não averbação, cujo saldo foi baixado da conta de Reserva de Capital, em contrapartida à conta de Propriedade para Investimentos. Com isso, o saldo de Propriedade para Investimentos no encerramento do exercício, ficou em R$ 115.471.946 (cento e quinze milhões, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e seis reais).

9. IMOBILIZADO

Classes do imobilizado	2022 Custo	2022 Depreciação acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido	% taxas médias anuais de depreciação
Instalações	-	-	-	8.817	10%
Móveis e Utensílios	1.156.118	(872.787)	283.331	158.535	10%
Máquinas e Equipamentos	2.176.883	(1.772.932)	403.951	550.334	10%
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	1.329.134	(862.848)	466.286	599.201	10%
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	2.264.511	(718.460)	1.546.051	1.536.641	10%
Equipamentos de Informática	13.366.240	(12.100.101)	1.266.139	1.568.198	20%
Benfeitorias em Bens Terceiros	-	-	-	190.090	20%
Veículos	28.814	(28.814)	-	-	20%
	20.321.700	**(16.355.942)**	**3.965.758**	**4.611.816**	

A IMA efetuou testes de impairment, conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, visando identificar se algum de seus ativos ou conjunto de ativos sofreram desvalorizações. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos, asseguram que estão registrados contabilmente por valores, que não excedem seus valores recuperáveis, não sendo necessário ajustes de perdas por desvalorização.

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Classes do Imobilizado	2021 Líquido	Movimentação do exercício: Aquisições	Baixas	Depreciação	2022 Líquido
Instalações	8.817	-	(6.187)	(2.630)	-
Móveis e Utensílios	158.535	193.396	(13.729)	(54.871)	283.331
Máquinas e Equipamentos	550.334	74.590	(19.896)	(201.077)	403.951
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	599.201	-	-	(132.915)	466.286
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	1.536.641	231.489	-	(222.079)	1.546.051
Equipamentos de Informática	1.568.198	270.374	(4.395)	(568.038)	1.266.139
Benfeitorias em Bens Terceiros	190.090	-	(156.685)	(33.405)	-
	4.611.816	**769.849**	**(200.892)**	**(1.215.015)**	**3.965.758**

10. INTANGÍVEL

Classe do intangível	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido	% taxa média anual de amortização
Programas de computadores	5.958.566	(5.203.191)	755.375	1.104.534	20%
Marcas e patentes	-	-	-	959	
	5.958.566	**(5.203.191)**	**755.375**	**1.105.493**	

Síntese da movimentação do ativo intangível:

Classe do Intangível	2021 Líquido	Movimentação do exercício: Aquisições	Baixas	Amortização	2022 Líquido
Programas de computadores	1.104.534	-	-	(349.159)	755.375
Marcas e patentes	959	-	(959)	-	-
	1.105.493	**-**	**(959)**	**(349.159)**	**755.375**

A IMA também realizou teste de impairment nos ativos intangíveis, em atendimento à norma NBC TG 01 (R4), estando registrados contabilmente, em valores inferiores aos seus valores recuperáveis.

11. ATIVOS ESPECIAIS

A Lei nº 15.572, de 19 de março de 2018, autorizou a Informática de Municípios Associados – IMA a utilizar bens intangíveis definidos como programas de computador (softwares), de propriedade do município de Campinas, no valor total de R$ 23.294.485, conforme laudo técnico preparado por empresa especializada, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei Federal 6.404/1976, destinado para o aumento do capital social da Informática de Municípios Associados – IMA. Em cumprimento à Lei mencionada, os acionistas da IMA deliberaram em 26 de abril de 2018, pelo aumento do capital social, conforme Ata da AGO/AGE. Em contrapartida, a IMA registrou tais programas na rubrica de Ativos Especiais – Softwares destinados a venda e/ ou comercialização, no Ativo Não Circulante. Esses softwares já faziam parte das receitas e do escopo de serviços exclusivos da IMA à Prefeitura do Município de Campinas. Como detentora do direito intelectual, a IMA pode efetuar a venda e comercialização desses softwares a outras prefeituras e autarquias, que estão sujeitas em sua maioria, ao cumprimento de obrigações principais e acessórias atendidas por esses intangíveis. Os valores foram apropriados pelo critério de geração de renda, ou seja, pela capacidade de gerar receitas e sua projeção de valor no período explicito da vida útil esperada para geração de benefícios à IMA. O fluxo de receitas se baseou em relatório de receitas por software disponibilizado pela IMA, e opinião técnica sobre a vida útil econômica esperada.

Foi adotada a amortização pelo método linear, durante a vida útil econômica estimada, sem valor residual.

Classe ativos especiais	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido	% taxa média anual de amortização
Softwares para venda	23.294.485	(17.212.921)	6.081.564	9.705.336	15,6%

Classe ativos especiais	2021 Líquido	Movimentação do exercício: Aquisições	Baixas	Amortização	2022 Líquido
Softwares para venda	9.705.336	-	-	(3.623.772)	6.081.564

12. FORNECEDORES

	2022	2021
Fornecedores	2.028.843	1.077.158
	2.028.843	**1.077.158**

Os principais fornecedores são: prestadores de serviços para manutenção de acessos à internet, serviços de telefonia, licenças e manutenções de softwares, banco de dados, data-center e serviços de assistência.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

A composição das obrigações sociais são:

	2022	2021
Férias a pagar	5.199.111	4.847.125
INSS (i)	1.728.099	509.802
INSS sobre férias a pagar	991.335	927.546
CPRB-Contribuição previdenciária s/ receita bruta (i)	535.125	264.125
FGTS a recolher	493.861	385.122
FGTS sobre férias a pagar	415.929	387.770
Demais obrigações sociais	21.540	1.402
Pensão alimentícia	9.989	8.421
Rescisões	-	34.442
Total	**9.394.989**	**7.365.755**

(i) As contribuições previdenciárias – patronal da competência de novembro 2022, 13º salário e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB, não foram liquidadas no vencimento por desencaixe no fluxo de caixa. O montante é de R$ 1.299.983, sendo a contribuição previdenciária patronal R$ 1.042.319 e CPRB R$ 257.664, com valores atualizados até 31/12/2022.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações tributárias são:

	2022	2021
IRRF	1.102.663	747.598
COFINS	245.357	239.085
ICMS	85.339	104.323
PIS	53.161	51.802
Lei 10.833 (Pis, Cofins e CSLL)	28.361	21.882
INSS PJ	45.632	8.784
ISSQN	23.298	8.715
FUST	4.055	3.496
FUNTELL	2.027	1.748
Total	**1.589.893**	**1.187.433**

A IMA obteve autorização da Receita Federal do Brasil, para compensação de tributos e contribuições. A seguir, destacamos o montante dos tributos e encargos que foram compensados nos exercícios de 2022 e 2021.

Modalidades	Valores compensados 2022	Valores compensados 2021
INSS patronal	-	286.230
CPRB	-	135.058
IRPJ	426.462	278.568
CSLL	39.356	140.989
	465.818	**840.845**

15. PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2022	2021
PGFN-Obrigação acessória	2.710.934	2.994.397
Previdenciário	725.558	1.799.131
COFINS	447.677	777.929
IRPJ-CSLL-PIS-COFINS-PERT-Lei 13.496/17	337.351	356.195
CPRB	303.807	521.436
ICMS	108.804	177.575
PIS	92.736	160.390
CNPEM - Acordo judicial	-	268.003
Total	**4.726.867**	**7.055.056**
Circulante	2.073.260	2.767.647
Não Circulante	2.653.607	4.287.409

CONTINUA

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S.A. - IMA

CNPJ Nº 48.197.859/0001-69

Abaixo, a relação dos parcelamentos das obrigações:

PARCELAMENTOS DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

ICMS	Valor Parcelado	Nº parcelas	Saldo a pagar	Curto prazo	Longo prazo
Parcelamento 1	360.430	60	109.696	87.757	21.939
Juros a incorrer			(892)	(714)	(178)
	360.430		**108.804**	**87.043**	**21.761**
Previdenciário					
Parcelamento 1	3.511.423	60	137.435	137.435	-
Parcelamento 2	1.668.431	60	483.084	410.334	72.750
Parcelamento 3	194.734	145	105.039	16.613	88.425
	5.374.588		**725.558**	**564.382**	**161.175**
Previdenciário desoneração - CPRB					
Parcelamento 1	1.707.503	60	303.807	269.610	34.196
RFB - PIS					
Parcelamento 1	209.127	60	52.809	48.202	4.607
Parcelamento 2	144.072	60	39.927	35.433	4.494
	353.199		**92.736**	**83.635**	**9.103**
RFB - COFINS					
Parcelamento 1	992.986	60	275.188	244.214	30.974
Parcelamento 2	664.949	60	172.489	163.538	8.951
	1.657.936		**447.677**	**407.752**	**39.926**
RFB - PERT - Lei 13.496/17 - IRPJ-CSLL-PIS-COFINS					
Parcelamento 1	724.773	150	337.351	52.865	284.486
PGFN - Papel Imune					
Parcelamento 1	3.544.787	84	2.710.934	607.973	2.102.960
TOTAL DOS PARCELAMENTOS	**13.723.216**		**4.726.867**	**2.073.260**	**2.653.607**

16. ACORDO TRABALHISTA

Processos	Valor principal	Parcelas	Vencimento final	31/12/2022	31/12/2021
0011146 83.2015.5.15.0094	1.550.000	12 e 24	25/11/2024	1.476.666	-
Total	**1.550.000**			1.476.666	-
			Circulante	852.500	-
			Não Circulante	624.166	-

Acordo trabalhista homologado em 01 de dezembro de 2022, referente a salários, férias, 13º salário e aviso prévio devidos à reintegração da reclamante. Os valores incluem além das verbas, honorários advocatícios, impostos e contribuições previdenciárias.

17. CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

	2022	2021
COFINS diferida	277.139	187.514
PIS diferido	60.047	40.628
Total	**337.186**	**228.142**
Circulante	337.186	228.142

Diferimento de contribuições com base na LEI 9.718/1998 art. 7 º.

18. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

18.1. Ações em que a IMA configura no Polo Ativo

A IMA possui em andamento alguns processos tributários por ela impetrados junto à União Federal os quais destacamos, conforme posição obtida junto empresa jurídica contratada, mencionadas as respectivas probabilidades de perda:

a) Contribuição social previdenciária - inexigibilidade da cota patronal e das destinadas ao INCRA, SEBRAE, FNDE, SESC, SENAC sobre as verbas não remuneratórias, tais como o terço constitucional de férias, férias gozadas, adicionais noturnos, sobreaviso e insalubridade por horas extras, foram avaliados como probabilidade de perda provável.

b) FGTS Lei Complementar nº 110 – inexigibilidade da contribuição social de 10%, incidente sobre o saldo de conta do FGTS, em caso de dispensa sem justa causa do empregado, no valor de R$ 50.000, avaliado com probabilidade de perda possível.

c) PIS\COFINS - inexigibilidade das contribuições sociais do PIS e da COFINS no tocante à inclusão do ISS em suas bases de cálculo, no valor de R$ 50.000, avaliado com probabilidade de perda possível.

d) RAT Alíquota - inexigibilidade da contribuição devida ao Seguro Acidente do Trabalho – SAT/RAT pela alíquota majorada nos termos do Decreto n° 6.957/09, no valor de R$ 50.000, avaliado com probabilidade de perda possível.

e) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS E COFINS - inexigibilidade das contribuições do PIS/COFINS com o valor do ICMS em suas bases de cálculo, avaliado com probabilidade de perda remota, não sendo reconhecido no Ativo Circulante o direito à compensação/restituição, aguardando o trânsito em julgado do processo.

f) Exclusão do ICMS da base de cálculo da CPRB - inexigibilidade das contribuições da CPRB com o valor do ICMS em suas bases de cálculo, avaliados com probabilidade de perda provável.

g) IRPJ Imunidade recíproca - Ação Declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes que tenha por conteúdo a exigência do Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica – IRPJ sobre as receitas da Autora decorrentes dos serviços públicos essenciais que realiza, declarando o direito da autora à imunidade recíproca, baseada no artigo 150, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal, no valor de R$ 200.000, avaliados com probabilidade de perda possível.

18.2 Depósitos judiciais, passivos contingentes, divulgação dos processos de perda possível (NBC TG 25 - R2) e movimentação dos processos de perda provável:

Movimentação contingências prováveis	2021	Adições	Baixas	Reversões	2022
Ações trabalhistas	1.012.446	302.128	(125.783)	(346.664)	842.127
Ações tributárias	385.464	25.663	-	-	411.127
Total	**1.397.910**	**327.791**	**(125.783)**	**(346.664)**	**1.253.254**

	Depósitos judiciais – Ativo não circulante		Contingências – Prováveis		Contingências – Possíveis	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ações trabalhistas	454.952	364.175	842.127	1.012.446	1.017.991	2.379.812
Ações cíveis	-	607.513	-	-	-	675.654
Ações tributárias	-	-	411.127	385.464	-	-
	454.952	**971.688**	**1.253.254**	**1.397.910**	**1.017.991**	**3.055.466**

Depósitos judiciais: contabilizados no Ativo não Circulante, relativos aos processos:

• Trabalhistas: decorrentes de recursos ordinários, de revista e extraordinários, que montam em valor atualizado R$ 454.952.

• Cíveis:

a) Interposição de ação rescisória contra acórdão exarado pelo TJSP, que condenou a IMA ao pagamento de indenização referente a utilização de softwares e equipamentos após a extinção do contrato administrativo. O depósito se refere à exigência legal de garantia do juízo, no importe de 5% do valor da causa. O depósito foi levantado em 23/02/2022, após celebração de acordo entre as partes.

b) Ação Anulatória de Crédito Tributário, que foi julgada improcedente pelo TRF3, condenando a IMA ao pagamento de multa por não cumprimento de obrigações acessórias relativas à imunidade tributária de papel utilizado em impressão gráfica. O depósito se refere à determinação judicial para conceder a suspensão da exigibilidade do crédito, evitando-se assim o início da execução fiscal. Em 26/07/2022 o valor de R$ 205.000,00 foi transferido para União como parte de pagamento do acordo.

Passivos contingentes: contabilizados no Passivo não Circulante como Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias.

Conforme NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o contingenciamento do passivo de processos trabalhistas e cíveis foi submetido à análise pela Administração, a qual entende que o montante das provisões é suficiente para a cobertura de eventuais perdas, baseada na opinião dos assessores jurídicos.

• Trabalhistas: A IMA está envolvida em processos trabalhistas, decorrentes principalmente, de reclamações que tratam da reintegração de ex funcionários. Em volume menos expressivo, a Companhia também possui ações movidas por colaboradores terceirizados, que requerem verbas como horas extras, adicional noturno, periculosidade, insalubridade e outras verbas rescisórias, sendo que para os litígios classificados como de perda provável, foi constituída a provisão no total de R$ 842.127.

Em dezembro de 2022, houve a reversão da provisão de um processo trabalhista no valor R$ 1.430.000 decorrente de acordo firmado entre as partes.

• Cíveis: referem-se a ações ordinárias e de cobrança. Dentre estes litígios, destaca-se a ação cível movida pela IBM, de cobrança cumulada com Rescisão de Contrato e Reintegração de Posse de softwares e equipamentos, distribuída em 30 de janeiro de 2002 e com pedido de condenação, referente às cobranças do período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2002, no montante de R$ 23.931.175. Esta ação foi classificada como de perda provável, pelos assessores jurídicos da empresa, a qual foi provisionada no Balanço Patrimonial de exercícios anteriores, e mantida até o exercício de 2020. Em 23 de setembro de 2021, a IMA, através de seus representantes legais, assinou o Cumprimento de Sentença nº 0025716-80.2020.8.26.0114. Nesse acordo, a credora aceitou receber, parceladamente, o montante de R$ 8.100.000 mais honorários advocatícios de R$ 900.000 – vide nota explicativa 18. Assim, em decorrência do Cumprimento de Sentença, houve a reversão total da provisão para esta contingência, no montante de R$ 23.931.175, e o reconhecimento da Obrigação com Parcelamento, no montante total de R$ 9.000.000.

• Tributário: em dezembro de 2021, a IMA constituiu provisão para contingências fiscais no montante de R$ 385.464 (valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 R$ 411.127), referente aos processos administrativos da Anatel de nºs 51508 e 2546448. Os processos estão na esfera administrativa, e trata-se de questionamentos do órgão fiscalizador ANATEL, em relação as receitas de telecomunicações contabilizadas nos exercícios de 2013 e 2014, respectivamente. Os advogados externos patrocinadores dos respectivos processos classificaram como risco de perda provável.

• O saldo de R$ 346.664 são reversões decorrentes das avaliações de riscos elaboradas pelos advogados internos da IMA.

19. ACORDO PROCESSO CÍVEL

Em 23 de setembro de 2021, a IMA, através de seus representantes legais, assinou o Cumprimento de Sentença nº 0025716-80.2020.8.26.0114, referentes às parcelas vencidas do Contrato de Cessão de Uso de Programas nº 010/95 e dos Contratos de Locação de Máquinas nºs 007/95 e 008/95. Nesse acordo, a credora IBM aceitou receber em 85 (oitenta e cinco) parcelas o montante de R$ 8.100.000 mais honorários advocatícios de R$ 900.000. As parcelas são atualizadas pelo índice IPCA-E, a partir da data da assinatura do acordo, acrescidas de juros de 1% ao mês, calculado pro rata die. Os valores estão atualizados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Processos	Valor principal	Parcelas	Período vencimento	31/12/2022	31/12/2021
0025716-80.2020.8.26.0114	8.100.000	85	out/21 a nov/28	8.088.122	8.134.848
Honorários advocatícios	900.000	85	out/21 a nov/28	898.680	905.170
Total	**9.000.000**			**8.986.802**	**9.040.018**
			Circulante	1.518.896	1.479.185
			Não Circulante	7.467.906	7.560.833

20. CONTRATO DE ARRENDAMENTO

A IMA considerou os termos e as condições previstas nos contratos de despesa celebrados para consecução de suas atividades, considerando a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, sobre a existência de características similares ou em circunstâncias similares para aplicação da referida norma.

Nesse contexto, o contrato de aluguel do imóvel utilizado pela IMA como sua sede, apresentou as características de arrendamento, tendo efetuado o adequado registro contábil.

A composição dos saldos dos ativos e passivos de arrendamento são:

Ativo de arrendamento	Custo	Amortização acumulada	Descontos a apropriar	Líquido	% taxa mensal de amortização
	2022				
(i) Imóvel	225.241	(37.540)	-	187.701	16,67%
(ii) Imóvel	1.462.000	(215.000)	(36.120)	1.210.880	2,78%

Passivo de arrendamento	Custo	Desconto obtido	Pagamentos	Saldo a pagar em 31/12/2022
(i) Imóvel	225.241	-	-	225.241
(ii) Imóvel	1.462.000	(60.200)	(153.940)	1.247.860
			Circulante	699.101
			Não circulante	774.000

O montante dos pagamentos mínimos estimados são:

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros – Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
(i) Imóvel	225.241	-	-
(ii) Imóvel	491.288	1.452.480	-

Os arrendamentos estão registrados pelo valor original do contrato, no ativo e no passivo, e as atualizações monetárias e descontos obtidos estão registrados no resultado do exercício.

(i) O contrato de aluguel do imóvel tem vigência até 31/05/2023.

(ii) O contrato de aluguel do imóvel tem vigência até 31/05/2025, com reajustes anuais pelo IPCA-IBGE, podendo ser renovado de acordo com o interesse das partes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberam por cancelar o saldo de 1.612.357 ações ordinárias, no valor nominal de R$ 1,00 cada ação, em decorrência do fim do prazo de 48 meses para integralização ao capital social, e em decorrência, o saldo de capital a integralizar, de R$ 1.612.357 foi revertido conforme se observa na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

21.2 Conforme mencionado na nota explicativa nº 01, o Município de Campinas transferiu para a IMA, 32 (trinta e dois) terrenos no valor total de R$ 118.667.758 para fins de integralização e aumento do capital social, sendo contabilizado inicialmente à conta de Reserva de Capital no Patrimônio Líquido, em contrapartida à conta Terrenos no Ativo Não Circulante, como Propriedade para Investimentos (vide nota explicativa 8). Em 08 de janeiro de 2021, foi realizada a averbação de 31 (trinta e um) terrenos no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas no valor de R$ 115.471.946, e com esse fato, houve o aumento do capital social da IMA, com a emissão de 115.471.946 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada ação, detidas pela acionista Prefeitura Municipal de Campinas. Desta forma, o capital social da IMA passou a ser de R$ 156.681.499, a partir de 08 de janeiro de 2021 e em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade em não integralizar o terreno de matrícula 74850 no valor de R$ 3.195.812, devido a não averbação no cartório, sendo estornado o respectivo saldo, das contas de Reserva de Capital e de Propriedade para Investimentos (ANC).

A composição da participação acionária tem seguinte distribuição:

Acionistas	2022 Qtd. Ações	2022 %	2021 Qtd. Ações	2021 %
Prefeitura Municipal de Campinas	155.025.396	99,9718	155.025.396	99,9718
Município de Valinhos	16.286	0,0105	16.286	0,0105
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.	9.416	0,0061	9.416	0,0061
Companhia de Habitação Popular de Campinas	7.155	0,0046	7.155	0,0046
Hospital Municipal Doutor Mário Gatti	7.155	0,0046	7.155	0,0046
Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas	3.734	0,0024	3.734	0,0024
Total de ações integralizadas	**155.069.142**	**100,000**	**155.069.142**	**100,000**

O capital social da IMA é composto por ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 por ação.

22. PREJUÍZOS ACUMULADOS

22.1 Ajustes de exercícios anteriores

Com referência a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os ajustes de exercícios anteriores contabilizados no exercício foram:

a) Em 2021, ocorreram os estornos parciais de PIS R$ 13.085 e COFINS R$ 42.884 da competência de janeiro de 2017, referente a PERD COMP 25851.56749.220217.1.3.02-8503, não homologada integralmente pela RFB, conforme Despacho Decisório 2977049, de 07/12/2020, que resultou em ajuste devedor.

b) Em 2021 foi realizada a adequação do sistema de folha de pagamentos para apuração do cálculo da desoneração sobre os encargos previdenciários da provisão de férias e de adiantamento de férias, resultando em ajuste credor líquido de R$ 413.403.

c) Com base no artigo 168 do Código Tributário Nacional (CTN), os valores baixados em 2022, competência exercício 2016 incorreram no prazo decadencial de 5 anos.

d) Refere-se a declaração de inexigibilidade da contribuição social previdenciária da cota patronal sobre salário maternidade, aviso prévio indenizado, auxílio doença e auxílio creche no montante atualizado de R$ 943.816 e registrado o direito à compensação/restituição no Ativo Circulante.

Segue a composição dos valores:

	Competências	2022	2021
IRPJ	2016	(23.404)	-
CSLL	2016	(13.242)	-
Cofins	2017	-	(42.884)
Pis	2017	-	(13.085)
Provisão de férias	-	-	453.026
Adiantamento de férias	-	-	(39.622)
Contribuições previdenciárias	2011 a 2022	939.025	-
Total		**902.379**	**357.435**

No final dos exercícios de 2022 e 2021, os saldos da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, foram transferidos para a conta de Prejuízos Acumulados.

23. RECEITA LÍQUIDA

	2022	2021
Receita bruta	**100.810.029**	**88.063.452**
ISSQN	(2.864.218)	(2.667.101)
COFINS Diferida	(2.764.376)	(2.429.183)
ICMS Telecomunicações	(1.325.913)	(1.447.865)
PIS Diferida	(598.948)	(526.323)
COFINS	(252.338)	(209.112)
PIS	(54.673)	(45.308)
ICMS sobre vendas de produtos	(382)	(219)
Cancelamento de Serviços	(538.626)	(242.410)
Receita líquida	**92.410.555**	**80.495.931**

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Pessoal	21.141.697	19.018.507
Material	133.749	78.306
Serviços de terceiros	1.766.694	1.059.534
Gerais	1.767.034	1.562.126
	24.809.174	**21.718.473**

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2022	2021
Locação de imóvel	-	40.837
IPTU-PMC-devolução (i)	63.097	-
Outras	7.642	6.125
Total de outras receitas	**70.739**	**46.962**
Baixa de bens do imobilizado	(181.292)	(16.252)
Total de outras despesas	**(181.292)**	**(16.252)**
Resultado outras receitas/despesas	**(110.553)**	**30.710**

(i) Trata-se da devolução do valor de IPTU pela Prefeitura Municipal de Campinas, relativo aos terrenos do Parque Tecnológico dada concessão de isenção, conforme art. 6º da Lei Municipal nº 4.635/76, em atendimento a decisão 5315076 (DOM de 31/03/2022) e decisão de recurso 3ª Câmara – JRT 6322694 (DOM de 28/02/2022).

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

		2022	2021
	Receita sobre aplicação financeira	158.932	63.018
(i)	Variação monetária ativa	126.700	13.869
(ii)	Descontos obtidos	24.662	92.117
	Total das receitas financeiras	**310.294**	**169.004**
(iii)	Juros sobre acordo cível	(1.027.088)	(295.887)
(iv)	Variação monetária impostos	(554.190)	(359.148)
(iii)	Variação monetária sobre acordo cível	(545.356)	(244.766)
(v)	Variação monetária passiva	(283.290)	(35)
(vi)	Variação monetária com arrendamento	(183.376)	(141.128)
	Impostos sobre operações financeiras	(79.991)	(10.190)
(vii)	Multas com impostos	(68.192)	(205.369)
(vii)	Juros - tributos e contribuições	(38.426)	(35.010)
	Tarifas bancárias	(15.264)	(11.832)
	Taxa intermediação financeira	(531)	-
	Descontos concedidos	(82)	(157)
	Juros - fornecedores	(77)	(366)
	Total das despesas financeiras	**(2.795.863)**	**(1.303.888)**
	Resultado financeiro líquido	**(2.485.569)**	**(1.134.884)**

(i) Decorrentes, principalmente, sobre os tributos a recuperar e sobre depósitos judiciais.

(ii) Descontos obtidos principalmente com a locação do imóvel da sede da IMA.

(iii) Juros e variação monetária sobre acordo cível com a IBM.

(iv) Variação monetária sobre os parcelamentos tributários.

(v) Estorno variação monetária sobre depósito judicial levantado pela União - Proc. Papel Imune.

(vi) Variação monetária com arrendamento do imóvel sede da IMA, conf. NBC-TG 06 (R3).

(vii) Juros e multas sobre contribuições previdenciária patronal e PIS (ajuste 2017).

27. RECEITA DIFERIDA

Trata-se da primeira parcela do recurso recebido em 15 de dezembro de 2022, proveniente do Convênio Finep nº 542/22, que tem por objeto a transferência de recursos financeiros, não reembolsável, para a execução do Projeto intitulado "Implantação do Parque Tecnológico de Campinas".

Composição do saldo: recurso recebido R$ 2.214.000 mais variação monetária de R$ 9.875, total de R$ 2.223.875. Registrado como Receita Diferida no Passivo Não Circulante.

28. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a IMA mantém contratação de seguro para o imóvel locado onde se localiza a Sede da empresa, em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. O valor segurado foi definido pela Administração em função do valor de mercado. Modalidade: prédio e conteúdo, sendo o valor segurado para danos materiais e outras despesas em R$ 33.609.488 e para lucros cessantes em R$ 7.000.000.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em janeiro de 2023 foi realizada a avaliação dos terrenos do Parque Tecnológico, conforme Laudo Avaliação Imobiliária emitido pela área de Avaliação Patrimonial da Prefeitura Municipal de Campinas. A avaliação apresentou ganho de R$ 46.215.154, proveniente de avaliação ao valor justo de propriedade para investimentos. Esse montante foi registrado no resultado de janeiro de 2023, conforme determina o item 35 da NBC-TG 28 (R4).

b) Em 02 de março de 2023 a IMA requereu e foi deferido pela Receita Federal do Brasil – RFB o parcelamento simplificado das contribuições previdenciárias patronal referentes às competências de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 que estavam em atraso. O valor total de R$ 2.048.468 em 60 parcelas, com vencimento da primeira parcela para 03/03/2023, no valor de R$ 34.141.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Diretores da
INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A – IMA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Destacamos que as demonstrações contábeis da Informática de Municípios Associados S/A - IMA, em 31 de dezembro de 2022, indicam prejuízos acumulados de R$ 44.692 mil e capital circulante negativo de R$ 2.959 mil, com prejuízo contábil no exercício de R$ 6.798 mil. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma companhia no curso normal de suas atividades, pressupondo a realização dos seus ativos e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas operações. Assim, os aspectos mencionados neste Relatório devem ser considerados em uma avaliação da continuidade normal das operações da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando os assuntos quando aplicável, relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 13 de março de 2023.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8
CNAI PJ – 000155

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Informática de Municípios Associados S/A – IMA representado pelos membros que este subscrevem, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo artigo 163, da Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Fluxo de Caixa e as Mutações do Patrimônio Líquido, complementados por Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, bem como o Relatório de Administração. Considerando-se que a documentação examinada está formalizada em termos que traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira; as verificações procedidas se assentaram basicamente em análises realizadas nos balancetes, avaliação de dados disponibilizados, informações e esclarecimentos prestados pelos órgãos diretivos, seguido do relatório apresentado pela auditoria independente – Sacho Auditores Independentes S/S; somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos senhores acionistas.

Campinas/SP, 20 de março de 2023.

CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos Vidal e Silva - Presidente
Christiano Biggi Dias - Membro
Heber Gomes do Sacramento - Membro
Renato Niveo Guimarães Mesquita - Membro
João Ayres Rabello Filho - Membro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aurílio Sergio Costa Caiado - Presidente
Maurício De Lazzari Barbosa - Membro
Tiago Ferraz de Arruda e Aguirre - Membro
Vanessa Viana Lima - Membro
Elias Tavares Bezerra - Membro
Wanderley de Almeida - Membro
Ary James Pissinatto - Membro
Maurilei Pereira - Membro

DIRETORIA

Elias Tavares Bezerra - Diretor Presidente
Adriana Alves Martins - Diretora Administrativa e Financeira
Rodolfo Cover de Santi - Diretor de Inovação e Desenvolvimento
Michelle Cristiane Lopes - Diretora de Operações de Polo Tecnológico

CONTADORA

Ana Maria Cardoso de Oliveira Moraes - CRC-SP 1SP248339/O-1

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, aprovado para o conselho Pilar Olivares - 2.mar.23/Reuters

Conselho da Petrobras rejeita dois indicados de Lula

Secretário do MME e dirigente do PSB foram vetados por descumprir Lei das Estatais; governo pode insistir em nomes

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Após pareceres negativos de comitê interno, o conselho de administração da Petrobras rejeitou duas indicações do governo para a renovação do colegiado, que será avaliada em assembleia de acionistas no fim de abril.

A rejeição é uma derrota do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que foi criticado por sindicatos e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante o processo de elaboração da lista dos nomes que irão substituir o conselho eleito ainda no governo Jair Bolsonaro (PL).

Os nomes considerados inelegíveis são o secretário de Petróleo e Gás do MME (Ministério de Minas e Energia), Pietro Mendes, e o ex-ministro Sergio Machado Rezende, que é dirigente do PSB. Nos dois casos, o comitê responsável por analisar os currículos alegou vedações estipuladas pela Lei das Estatais.

Chamado de Cope (Comitê de Pessoas), o grupo é formado por quatro membros do conselho de administração e por um membro independente.

Em seu parecer sobre Mendes, considerou que ele não incorre em vedações, desde que renuncie ao cargo no MME. Com base na avaliação do comitê, o conselho de administração decidiu, por maioria, pela inegibilidade.

A respeito de Rezende, o Cope considerou que é inelegível por participar de diretório de partido político, o que é vedado por lei e pelo estatuto da companhia. A decisão foi seguida por todos os conselheiros que votaram na reunião.

O governo, porém, pode insistir nas nomeações. Em 2022, Bolsonaro atropelou a decisão do conselho e manteve os nomes do então número 2 da Casa Civil, Jonathas Assunção, e do procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano.

Ambos haviam sido vetados pelo conselho, mas foram eleitos pelo governo em assembleia com base em parecer jurídico que considera que a posição dos órgãos internos é consultiva e não determinativa.

O governo já previa resistências à lista de Silveira e indicou 11 pessoas para as 8 vagas em disputa. Em manual de votação para a assembleia, a Petrobras informa que outros quatro nomes foram aprovados pelo conselho.

A lista inclui o presidente da estatal, Jean Paul Prates; o diretor da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento), Vitor Saback; o economista ligado ao PT Bruno Moretti; e Suzana Kahn Ribeiro, que foi secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente no segundo governo Lula.

O Cope ainda não concluiu a análise dos demais indicados.

Mais um vez, o governo terá a concorrência do maior acionista individual da Petrobras, o banqueiro João José Abdalla Filho, conhecido como Juca Abdalla, dono do banco Clássico. Ele e o advogado Marcelo Gasparino disputarão vagas no conselho.

Os dois já são membros do colegiado, em vagas conquistadas nas últimas assembleias de acionistas. Com apoio de outros minoritários, os dois ficaram com duas cadeiras que eram normalmente ocupadas por indicados da União.

O conselho da Petrobras tem 11 membros. Duas vagas são reservadas a representantes dos acionistas minoritários, e uma, a representante dos empregados da companhia. Essas vagas não serão alteradas na assembleia de abril.

É o órgão responsável por aprovar o direcionamento estratégico da estatal e, até a assembleia de abril, é formado por nomeados ainda no governo Bolsonaro, à exceção de Prates, que foi eleito no fim de janeiro para que pudesse assumir a companhia.

O governo espera a renovação do colegiado para imprimir sua marca no comando da empresa, que passou os últimos anos enxugando suas atividades, mantendo foco no pré-sal e na remuneração aos acionistas —em 2022, foi a segunda empresa que mais distribuiu dividendos no mundo.

O governo Lula quer retomar investimentos em áreas abandonadas por gestões anteriores, voltando a usar a estatal como instrumento de desenvolvimento industrial, e alterar a política de preços dos combustíveis.

Estatal prevê R$ 16 mi para pagar bônus a diretores

RIO DE JANEIRO A Petrobras prevê gastar R$ 16 milhões com o pagamento de participação nos lucros a seus diretores em 2023. O valor é 60% superior ao verificado no ano anterior e inclui premiações pelo lucro recorde de 2022 e parcelas remanescentes de anos anteriores.

O gasto é parte do orçamento para remuneração da administração da companhia que será levado a votação em assembleia de acionistas no fim de abril, quando a empresa elege também seu novo conselho de administração.

Considerando salários e bônus para diretores e conselheiros, a Petrobras prevê gastar R$ 53,6 milhões em 2023, alta de 85% em relação ao verificado em 2022. Segundo a empresa, o aumento reflete a maior participação nos lucros e o reajuste de 44% nos salários da diretoria.

A premiação pelo desempenho, chamada de PPP (programa prêmio por performance) beneficia apenas diretores de gestões anteriores, nomeadas durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Já o reajuste beneficiará os diretores que estiverem na empresa após a assembleia de acionistas.

Em nota, a Petrobras diz que a proposta de remuneração foi aprovada nas instâncias internas e ainda será submetido à Sest (Secretaria de Controle das Estatais). Afirmou ainda que se trata de uma estimativa do valor máximo possível e inclui rubricas que podem não ser desembolsadas, como quarentena não remunerada.

Vinicius Torres Freire
Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

Eletrobras propõe elevar em 8 vezes reserva para remunerar executivos

RIO DE JANEIRO Privatizada em 2022, a Eletrobras vai propor a seus acionistas a reserva de R$ 88,1 milhões para o pagamento de salários e bônus a seus administradores em 2023. O valor equivale a oito vezes o montante pago em seu último ano sob controle da União.

Deste total, R$ 64,7 milhões são reservados para a diretoria, que teve os salários elevados em 130% em assembleia extraordinária realizada em dezembro, quando o salário do presidente da companhia, Wilson Ferreira Junior, passou a R$ 300 mil mensais.

Em comunicado, a companhia diz que a nova política de remuneração "visa à solidificação de uma cultura meritocrática, capaz de reter e premiar talentos" e é estruturada para assegurar pleno alinhamento entre os interesses dos administradores e dos acionistas.

Criticada pelo governo Lula (PT), a privatização deixou a União com 32,95% das ações com direito a voto. Mesmo considerando os 7,23% do BNDES, o governo não tem votos para decidir sozinho sobre a remuneração.

Do total previsto para a remuneração da diretoria, são R$ 16,4 milhões em salários ou pró-labore, quase quatro vezes o valor pago em 2022; R$ 3,7 milhões em bônus, mais do que o dobro dos R$ 1,6 milhão do ano anterior; e R$ 41 milhões em remuneração baseada em ações, ante R$ 383 mil em 2022.

O número médio de diretores da empresa durante o ano foi elevado de 6,33 para 10,75 entre 2022 e 2023. Ainda assim, os valores por diretor são bem superiores.

Em salários, a empresa prevê pagar um valor médio de R$ 1,5 milhão em 2023, contra R$ 717 mil em 2022.

O valor médio reservado para remuneração variável, tanto em dinheiro quanto em ações, sobe de 324 mil para R$ 4,1 milhões por diretor, mesmo com a queda de 36% no lucro líquido registrado pela companhia em 2022.

O pagamento dos bônus, diz a empresa, depende do cumprimento de metas de "rentabilidade, sustentabilidade, excelência e geração de valor no longo prazo, bem como, gatilhos e desafios da companhia".

A alta na previsão de remuneração para o conselho de administração é ainda maior, passando de R$ 459 mil para R$ 20,7 milhões. O aumento ocorre tanto nos salários (R$ 459 mil para R$ 7 milhões) quanto na criação de bônus em ações, que podem chegar a R$ 11,7 milhões.

Em nota enviada à **Folha**, a empresa diz que o aumento do valor destinado à remuneração de executivos reflete a quantidade de meses em que o novo modelo é aplicado (foram três meses em 2022), o aumento no número de diretores e a implantação de programas de bônus e opções de compras de ações.

O modelo, afirma, teve apoio da consultoria Korn Ferry e é "alinhado às melhores práticas de mercado e compatível com o das principais empresas geradoras e transmissoras do país bem como com empresas de porte similar à Eletrobras".

A disparidade salarial entre a alta administração e o restante do quadro de funcionários de uma empresa é tema de debate no mundo ESG e ganhou destaque com a crise da Americanas, empresa que figurou nos últimos anos entre as mais desiguais do país.

Em entrevista à **Folha**, o gestor Fabio Alperowicth, um dos fundadores da Fama Investimentos, disse que o desequilíbrio na política de bonificação por resultados de curto prazo pode levar a decisões em benefício próprio.

"Não há uma reflexão substancial sobre políticas de incentivos [no Brasil]. Primeiro, porque o caminho mais fácil é não fazer reflexão, é continuar na inércia. Segundo, porque é conveniente para muita gente. Como grande parte dos investidores olha muito para curto prazo, os executivos olham muito para o curto prazo." **NP**

+ Aneel sugere cortar tarifa da Enel SP em 1%, mas residências não terão alívio

De acordo com a proposta que será levada a consulta pública, indústrias que compram e m alta-tensão terão queda de 4,19% na tarifa. Já consumidores de média tensão (0,06%) e residenciais (0,11%) ficam com as tarifas praticamente estáveis. As novas tarifas, se aprovadas, entram em vigor no dia 4 de julho. A proposta, porém, ainda será discutida pelo mercado e consumidores antes de ser votada em reunião da diretoria da agência.

Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 87.963.450/0001-68

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$1.797 mil. **Gerenciamentos de Riscos e de Capital**: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Magnetis DTVM mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2022, os limites operacionais da Magnetis DTVM, que são apurados mensalmente e, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	NE	31/12/22	31/12/21	Passivo	NE	31/12/22	31/12/21
Circulante		2.726	7.786	**Circulante**		987	4.874
Disponibilidades	4	440	253	**Instrumentos Financeiros**		731	4.798
Instrumentos financeiros		2.251	7.508	Depósitos	6.1	730	4.798
Aplicação interfinanceira de liquidez	4	1.499	4.501	Negociação e intermediação de valores		1	–
Títulos e valores mobiliários	5	667	2.956	**Outros Passivos**		256	76
Rendas a receber		85	44	Fiscais e previdenciárias		61	33
Negociação e intermediação de valores		–	7	Diversas	6.2	195	43
Outros Ativos		35	25	**Patrimônio Líquido**		1.744	2.918
Outros créditos - Diversos		17	25	Capital:	9.1	4.723	4.100
Despesas antecipadas		18	–	De Domiciliados no país		4.723	4.100
Não Circulante		5	6	Reservas de capital		37	37
Imobilizado de Uso	3.5	5	6	(Prejuízos acumulados)		(3.016)	(1.219)
Outras imobilizações de uso		6	6				
(Depreciações acumuladas)		(1)	–				
Total do Ativo		2.731	7.792	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		2.731	7.792

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre de 01/07/22 a 31/12/22	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no Início do Semestre em 01/07/22	4.723	37	–	–	(2.570)	2.190
Prejuízo do semestre	–	–	–	–	(446)	(446)
Saldos no Fim do Semestre em 31/12/22	4.723	37	–	–	(3.016)	1.744
Mutações do Semestre:	–	–	–	–	(446)	(446)
Exercício de 01/01/22 a 31/12/22	**Capital Realizado**	**Reservas de Capital**	**Reserva Legal**	**Reservas Especiais de Lucros**	**Lucros ou Prejuízos Acumulados**	**Total**
Saldos no Início do Exercício em 01/01/22	4.100	37	–	–	(1.219)	2.918
Aumento de capital	623	–	–	–	–	623
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(1.797)	(1.797)
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/22	4.723	37	–	–	(3.016)	1.744
Mutações do Exercício:	623	–	–	–	(1.797)	(1.174)
Exercício de 01/01/21 a 31/12/21	**Capital Realizado**	**Reservas de Capital**	**Reserva Legal**	**Reservas Especiais de Lucros**	**Lucros ou Prejuízos Acumulados**	**Total**
Saldos no Início do Exercício em 01/01/21	4.100	37	194	107	–	4.438
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(1.520)	(1.520)
Destinações:	–	–	(194)	(107)	301	–
Reserva Legal/Estatutária	–	–	(194)	–	194	–
Absorção de prejuízos com reservas	–	–	–	(107)	107	–
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/21	4.100	37	–	–	(1.219)	2.918
Mutações do Exercício:	–	–	(194)	(107)	(1.219)	(1.520)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	2º Sem/22	2022	2021
Receitas de Intermediação Financeira		239	537	196
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		239	537	196
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		239	537	196
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(685)	(2.334)	(1.716)
Receitas de prestação de serviços		403	661	142
Despesas de pessoal	10	(263)	(1.375)	–
Outras despesas administrativas	11	(772)	(1.520)	(1.783)
Despesas tributárias		(53)	(100)	(78)
Outras receitas operacionais		1	1	4
Outras despesas operacionais		(1)	(1)	(1)
Resultado Operacional		(446)	(1.797)	(1.520)
Resultado não Operacional		–	–	–
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(446)	(1.797)	(1.520)
Prejuízo do Semestre/Exercício		(446)	(1.797)	(1.520)
Nº de Cotas:		4.723.000	4.723.000	4.100.000
Prejuízo por Cota - R$		(0,09)	(0,38)	(0,37)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Sem/22	2022	2021
Resultado Líquido do Semestre/Exercício	(446)	(1.797)	(1.520)
Resultado Abrangente	–	–	–
Resultado Abrangente Total	(446)	(1.797)	(1.520)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

	2º-Sem/22	31/12/22	31/12/21
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre e exercício	(446)	(1.797)	(1.520)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	1	1	–
Ajustes de avaliação patrimonial no resultado	(1)	–	(3)
	(446)	(1.796)	(1.523)
Variação de Ativos e Obrigações	(6.019)	(1.642)	4.885
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(60)	2.255	1.386
(Aumento) redução de outros ativos	74	(8)	(22)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(5.945)	(4.067)	3.465
Aumento (redução) em outros passivos	(88)	180	58
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(2)	(2)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(6.465)	(3.438)	3.362
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	–	–	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	–	–	(6)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	–	623	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	–	623	–
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.465)	(2.815)	3.356
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	8.404	4.754	1.398
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	1.939	1.939	4.754

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional

A Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), é controlada pela empresa Braavos Holding Financeira Ltda., foi constituída por tempo indeterminado de duração, e tem como objeto social **(a)** a prática de todas as operações autorizadas em lei para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regularmente expedidas pelas autoridades competentes; e **(b)** a participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, desde que previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Os prejuízos acumulados estão de acordo com o plano de negócio da companhia, de investimentos na infraestrutura e sistemas da DTVM. Fatores externos, como os desdobramentos recentes nos mercados internacionais e locais seguem influenciando esses resultados. A administração da Magnetis DTVM está acompanhando de forma diligente os desdobramentos do cenário.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (Bacen) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29/05/2020 e Resolução Bacen nº 02/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente; Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo Imobilizado; Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; Circular Bacen n° 3.959/19 - CPC 41 - Resultado por Ação; Resolução CMN n° 4.748/19 - CPC 46 - Mensuração do valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 07 de março de 2023.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "*pro rata*" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Disponibilidades

São representados por caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez, estão demonstradas pelo valor de compra com compromisso de revenda, acrescidas dos rendimentos decorridos, calculados em base "pro rata die".

3.3. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários, estão classificados nas seguintes categorias:

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que a companhia tem a intenção e capacidade financeira para efetuar o resgate somente no vencimento. São avaliados a taxa de juros contratada pelo regime de competência *"pro rata die".*

Títulos para negociação - considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, com as perdas e os ganhos reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Títulos disponíveis para venda - não são classificados como "títulos para negociação" ou como "mantidos até o vencimento", esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. As perdas e os ganhos, quando realizados, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber, realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos e intermediação de valores.

Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die".* As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimentos dos papéis que lastreiam as operações.

3.4 Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados "*pro rata*" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

3.5. Imobilizado de uso

São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para "Sistema de processamento de dados" e de 10% a.a. para as demais contas.

3.6. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Passivos contingentes

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• Provisões

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

3.7. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Distribuidora é tributada pelo Lucro Real, o encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R$240 no ano. A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.183/2021, é calculada à alíquota de: a) 15% do período de 01/01/2021 até 30/06/2021; b) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/202; c) 15% do período de 01/01/2022 até 31/07/2022; d) 16% a partir de 01/08/2022 (MPV 1.115/22). Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas. No semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.9. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3.10. Transações com partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.11. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3.12. Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades - depósitos bancários	440	253
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a)	1.499	4.501
Total	**1.939**	**4.754**

(a) Em 31 de dezembro de 2022 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 02 de janeiro de 2023, no valor de R$ 1.499 (R$ 4.501 em 31 de dezembro de 2021), remuneradas a taxas pré-fixadas, lastreados em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2024.

5. Instrumentos financeiros

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários

Papel	Categoria	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva
					31/12/2022
Vinculados ao Banco central					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**Títulos para negociação**	–	667	667	667
Total		**–**	**667**	**667**	**667**

Papel	Categoria	Sem vencimento	Até 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva
					31/12/2021
Carteira Própria					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**Títulos para negociação**	**–**	**2.370**	**2.370**	**2.370**
Cotas de Fundos de Investimento (a)	**Títulos para negociação**	586	–	586	586
Total		**586**	**2.370**	**2.956**	**2.956**

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), e ajustados a valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, foram registrados reversão dos ajustes de valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos para negociação no montante de R$ 2 (ajustes de valor de mercado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 2), os quais foram reconhecidos em contrapartida do resultado. (a) Em 31 de dezembro de 2022 não havia saldo de fundos de investimentos (Em 31 de dezembro de 2021 R$ 587). Os Fundos de investimentos estão descritos abaixo:

Tipo de papel	Quantidade de quotas	Valor unitário	31/12/2022	31/12/2021
Cotas de fundos mútuos de renda fixa				
Magnetis Selic FIRF	501.887,35195400	1,05570960	–	530
Itaú Trust DI	204,61449	276,914713	–	57
Total			**–**	**587**

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do semestre, e estão custodiadas na Administradora do Fundo.

6. Instrumentos Financeiros - Passivos

6.1. Depósitos

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos disponíveis de clientes (a)	730	4.798
Total	**730**	**4.798**

(a) Refere-se a recursos recebidos dos clientes em período no qual não foi possível fazer a aplicação imediata devido ao horário e a data de final de ano na qual o mercado estava fechado para novas aplicações.

6.2. Diversas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de despesas pessoal	65	–
Provisão de outras despesas administrativas	38	40
Valores a pagar a sociedades ligadas (ver Nota Explicativa nº 7)	18	3
Credores diversos - país	69	–
Outros	5	–
Total	**195**	**43**

7. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 a Distribuidora tem saldo a pagar para a parte relacionada "Magnetis Gestora de Recursos Ltda.", referente pagamento de despesas e tributos no montante de R$ 18 (R$ 3 em 31 de dezembro de 2021).

8. Ativos e passivos contingentes

8.1. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, a Distribuidora não possuía quaisquer ativos contingentes.

8.2. Passivos contingentes

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021, não havia processos classificados com risco de perda provável e possível, de acordo com os assessores jurídicos.

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social no montante de R$ 4.723 (R$ 4.100 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 4.723 cotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas por quotistas domiciliados no país. Em 27 de junho de 2022 foi deliberado pelos quotistas o aumento de capital social de R$ 4.100 para R$ 4.723, no montante de R$ 623 com a emissão de 623.000 novas cotas. Este aumento já foi homologado pelo Banco Central.

9.2. Reservas

Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas de "Capital" e de "Lucros". Com o objetivo de garantir a integridade do capital social e do lucro líquido apurado, são destinados 5% para constituição da "Reserva legal", que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da "Reserva legal", é destinado à constituição da "Reservas especiais de lucros", permanecendo nessa condição até que os cotistas deliberem por sua destinação. A destinação das reservas é realizada no final do exercício social.

10. Despesas de pessoal

	2ºsem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de honorários	–	(285)	–
Despesas com benefícios	(40)	(134)	–
Despesas com encargos sociais	(52)	(277)	–
Despesas com proventos	(159)	(644)	–
Despesas com treinamento	(12)	(31)	–
Despesas com estagiários	–	(4)	–
Total	**(263)**	**(1.375)**	**–**

Em 31 de dezembro de 2022, a distribuidora tinha ativo 3 funcionários e 1 estagiário (Em 31 de dezembro de 2021 não havia funcionários).

11. Outras despesas administrativas

	2ºsem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Serviços técnicos especializados	(126)	(187)	(187)
Serviços do sistema financeiro/Custódia CETIP	(69)	(154)	(129)
Publicações	–	(14)	(24)
Processamento de dados (a)	(516)	(1.012)	(1.307)
Aluguéis	(37)	(79)	(73)
Diversas	(24)	(74)	(63)
Total	**(772)**	**(1.520)**	**(1.783)**

(a) Em 31 de dezembro de 2022, dentro da rubrica processamento de dados foram registrados, basicamente, valores referentes a licença de software e suporte técnico de R$ 1.012 (R$ 1.307 em 31 de dezembro de 2022).

12. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**(1.797)**	**(1.520)**
Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis	1	(3)
Base de cálculo	**(1.796)**	**(1.523)**

Em 31 de dezembro de 2022, a Distribuidora tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R$ 3.501 (R$ 1.705 em 31 de dezembro de 2021), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355/2006, nº 4.192/2013 e nº 4.441//2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular no 3.776 do Bacen não terem sido atendidos.

13. Resultado recorrente e não recorrente

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Corretora não apresentou resultado não recorrente, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Resultado operacional	(446)	–	(446)	(1.520)	–	(1.520)
Lucro (prejuízo) do exercício	**(446)**	**–**	**(446)**	**(1.520)**	**–**	**(1.520)**

14. Gerenciamento de risco

14.1 Visão geral

A Distribuidora está exposta aos riscos de mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Administração.

14.2 Estrutura de gerenciamento de risco

A Distribuidora possui a estrutura de gerenciamento de riscos de acordo com as regulamentações no Brasil e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos pela Distribuidora. O objetivo do controle centralizado é prover aos administradores uma visão global das exposições da Distribuidora, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

14.3 Governança de risco e capital

No processo de governança de riscos e capital, a Distribuidora estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada, considerando o monitoramento contínuo do potencial de perdas, com reportes tempestivos e alinhado com a estratégia de negócios e a perpetuidade das atividades da instituição. A estrutura de gerenciamento tem o objetivo de garantir que os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados em concordância com os objetivos no planejamento de capital.

15. Acordo de Basileia (limite operacional)

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 05 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 foi de 154,26% (1.035,36% em 31 de dezembro de 2021).

16. Responsabilidades e compromissos

A Distribuidora não presta garantias e compromissos a terceiros.

17. Outras informações

Instrumentos financeiros

A resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispões sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS. O plano de ação para implementação desta resolução teve seu prazo prorrogado de 30 de junho de 2022 para 31 de dezembro de 2022 conforme a resolução CMN nº 5.019 de 23 de junho de 2022. Estas normas não produziram alterações nestas demonstrações financeiras, pois trata-se de normativos prospectivos.

18. Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2022 não houve eventos subsequentes que impactassem as demonstrações financeiras até a emissão do relatório de auditoria.

A DIRETORIA

Luciano Mascarenhas Tavares - Diretor

CONTADOR

Reinaldo Dantas - CRC 1SP 110330/O-6

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Demonstrações Financeiras: Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, autorizando sua emissão em 07 de março de 2023. **Ouvidoria Institucional:** A estrutura de Ouvidoria da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga através de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., não contratou nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; e

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Grant Thornton

São Paulo, 24 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Thiago Benazzi Arteiro
Contador - CRC 1SP-273.332/O-9

Grupo da cerveja Itaipava entra em recuperação judicial

Petrópolis diz viver 'tempestade perfeita' com queda em vendas e juros altos

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O Grupo Petrópolis, que produz as cervejas Itaipava, Black Princess e Cacildis, entrou em recuperação judicial. No pedido encaminhado à Justiça do Rio na segunda (27), a companhia afirma ter dívidas em aberto estimadas em R$ 4,2 bilhões, das quais R$ 2 bilhões seriam derivadas de operações financeiras e de mercados de capitais, e R$ 2,2 bilhões com grandes fornecedores. Nessa última, haveria também operações de risco sacado.

A Petrópolis afirma não ter um passivo trabalhista relevante nem dívidas expressivas com microempresas ou empresas de pequeno porte.

Além da recuperação judicial, a Petrópolis pediu a concessão de tutela cautelar para suspender pagamentos já agendados para os próximos dias e semanas, bem como a liberação imediata desses valores, e para proibir a retenção de recebíveis futuros.

Segundo número apurados na sexta (24), a cervejaria previa ter que pagar, nas próximas semanas, R$ 215,7 milhões ao banco Santander; R$ 109,3 milhões ao Fundo Siena; R$ 47,5 milhões ao Daycoval; R$ 9,2 milhões ao BMG; e R$ 1,4 milhão ao Sofisa.

Fábrica da cerveja Itaipava, do Grupo Petrópolis, na cidade serrana do Rio Divulgação

O pedido de recuperação judicial foi apresentado à Justiça pelos escritórios Galdino, Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados e Salomão, Kaiuca, Abrahão, Raposo e Cotta Advogados —os dois escritórios atuam em casos da recuperação judicial da Americanas, também em andamento na Justiça do Rio.

Os representantes da Petrópolis escreveram no pedido encaminhado à Justiça na segunda que o ajuizamento urgente foi necessário porque uma parcela bullet (quando os juros são cobrados de uma vez ao fim de um contrato) de R$ 105 milhões vencia naquele dia.

A Petrópolis afirmou que sua crise de liquidez vem se agravando há cerca de 18 meses, quando registrou drástica redução de receita. De 31,2 milhões de hectolitros (1 hectolitro equivale a 100 litros) vendidos em 2020, a companhia fechou 2022 com 24,1 milhões de hectolitros comercializados, e 2021, com 26,4 milhões.

A crise, segundo a companhia, é momentânea e decorre do que a empresa considerou ser uma "tempestade perfeita", com a queda em vendas e receitas sendo acompanhada pelo aumento da taxa básica de juros. O patamar elevado de juros tem um impacto de R$ 395 milhões ao ano no fluxo de caixa do grupo.

Apesar das dificuldades relatadas na solicitação, o grupo defende que as empresas são "absolutamente viáveis". A cervejaria diz ter 24 mil empregados. Em impostos, a empresa diz ter pago R$ 20,7 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais de 2018 a 2022.

Além da Itaipava, o grupo fabrica e distribui as cervejas Petra, Cabaré , Black Princess, Crystal, Lokal, Weltenburger, Brassaria Ampolis (com os rótulos Cacildis, Biritis, Ditriguis e Forevis). O portfólio inclui também as vodcas Blue Spirit Ice, Nordka e Cabaré Ice, os energéticos TNT Energy Drink e Magneto, o refrigerante It!, o isotônico TNT Sports Drink e a água Petra.

Em janeiro de 2020, o Grupo Petrópolis tinha 15,3% do mercado de cerveja (market share) no Brasil, segundo dados da Nielsen apresentados pela empresa no pedido. Essa fatia tinha recuado para 10,6% em agosto de 2022.

A cervejaria atribui a redução a uma "pronta resposta" de empresas concorrentes, que teria segurado os preços de seus produtos "mesmo com o aumento galopante da inflação e da verdadeira explosão do custo dos insumos empregados na fabricação de cerveja". O grupo não cita o nome de seus concorrentes, mas diz que "certos players" só conseguiram manter os preços de seus produtos graças ao que chamaram de "planejamento tributário abusivo."

A dona da Itaipava diz não ter conseguido mais segurar as contas e relatou ter precisado aumentar os preços de seus produtos no dia 1º de março. "Como consequência, houve retração nas vendas."

A administração judicial caberá à Preserva-Ação Administração Judicial e aos escritório de advocacia Zveiter, ambos do Rio de Janeiro e que também atuam no caso da Americanas.

Os advogados do Grupo Petrópolis dedicaram parte do pedido de recuperação judicial encaminhado à Justiça na segunda para apresentar a história da companhia e de seu proprietário, Walter Faria.

Na década de 1990, ele trabalhou na área de distribuição da cervejaria Schincariol. Em 1998, comprou a Cervejaria Petrópolis, que era, na época, uma pequena unidade industrial em Itaipava, na cidade de mesmo nome.

Outros rótulos e unidades industriais foram sendo incorporados ao grupo, como a Crystal, em Boituva (SP), em 1999, e a Lokal, em Teresópolis (RJ), em 2007. O grupo tem fábricas em Rondonólis (MT), Alagoinhas (BA), Itapissuma (PE), Uberaba (MG) e Bragança Paulista (SP).

Em 2019, Walter Faria ocupou o noticiário por motivo alheio à produção de cervejas. Segundo investigação da Lava Jato, ele teria intermediado o repasse de propina em contratos da Petrobras.

Sergio Rial, ex-presidente da Americanas, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Adriano Machado/Reuters

CVM vê falhas na divulgação de aporte de R$ 10 bilhões de acionistas na Americanas

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A área técnica da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) concluiu que houve falhas na divulgação da proposta de aporte de R$ 10 bilhões dos acionistas de referência da Americanas, ainda em discussão com os credores da companhia.

Em parecer do dia 20, técnicos da autarquia dizem que a varejista negou inicialmente informações que seriam confirmadas dias depois e pedem aprofundamento das investigações sobre o caso, que teve impacto nas negociações de ações em Bolsa.

Procurada, a empresa disse em nota que não havia proposta de aporte no dia da publicação da informação e diz que está à disposição da CVM.

Reportagem do jornal Valor Econômico do dia 2 de março foi a primeira a citar a proposta, a qual foi negada pela companhia no dia seguinte, após consulta feita pela B3. "Até o momento, não há proposta de aporte no valor de R$ 10 bilhões", disse a empresa.

No dia 7, porém, após novas reportagens sobre o tema, a empresa confirmou o valor, destacando, porém, que "não houve, até o momento, acordo com relação à proposta apresentada".

Em parecer técnico em processo que investiga o caso, a área técnica da CVM concluiu que a empresa descumpriu obrigação de divulgar fato relevante imediatamente após o vazamento de informações que deveriam ser mantidas em sigilo por sua administração.

"Embora a Americanas tenha negado inicialmente" o valor do aporte, afirma o parecer, "ficou demonstrado que as informações veiculadas na imprensa na semana anterior eram verdadeiras e seus administradores não conseguiram manter o controle da informação".

No dia do vazamento, as ações da Americanas subiram 12,7% na Bolsa de São Paulo, com alto volume de negociações. Depois recuaram até voltar a subir nos três dias que se seguiram à confirmação da proposta.

O parecer destaca que esse tipo de informação tem o potencial para influenciar decisões de investidores e, como consequência, a valorização das ações.

"Os valores a serem capitalizados na companhia pelos acionistas de referência são de extrema importância para que se alcance um resultado satisfatório na negociação com os credores e na recuperação judicial, além de constituírem aspectos determinantes para a avaliação do valor da empresa."

"A Americanas informa que segue diligente em relação a todos os questionamentos da CVM", afirmou a empresa, em nota enviada à **Folha**, na qual "reitera que não havia, até o dia 3 de março de 2023, 'proposta de aporte no valor de R$ 10 bilhões, seja por parte da companhia ou de seus acionistas de referência'".

A varejista diz ainda que, como determina o regulador, "publicou fato relevante em 7 de março de 2023 para comunicar que 'foram realizadas nos dias 6 e 7 de março reuniões com credores financeiros', quando 'apresentou nova proposta, com estrutura similar à anterior, mas tendo um suporte dos acionistas de referência a um aumento de capital em dinheiro, no valor de R$ 10 bilhões de reais'".

Não é o primeiro processo da CVM que investiga a divulgação de informações sobre a crise da companhia, que pediu recuperação judicial após o anúncio da descoberta de inconsistências contábeis em seu balanço.

Em um dos primeiros processos abertos sobre a crise, a autarquia investiga os acionistas de referência e a diretoria da empresa por omissão de informações relevantes no primeiro comunicado sobre o escândalo contábil.

Novo marco de fundos é adiado para outubro

A CVM aprovou nesta terça (28) a prorrogação do início da vigência do novo marco regulatório de fundos de investimento (resolução 175), de 3 de abril para 2 de outubro. A prorrogação atende a solicitações feitas por representantes do mercado, de modo a preparar as estruturas para as novas regras. Entre as mudanças, estão a limitação da responsabilidade de cada cotista ao valor investido no fundo, a alocação de até 100% dos recursos de fundos de investimento no exterior destinados ao investidor pessoa física de varejo, a permissão para que os fundos invistam diretamente em criptoativos e a ofertas de FIDCs (fundos de direitos creditórios) destinadas ao público geral.

Senador aponta contradição de Rial em data de contrato

Daniele Madureira

SÃO PAULO A data de início da relação profissional entre o ex-presidente da Americanas, Sergio Rial, e a empresa foi tema nesta terça-feira (28) de audiência na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado sobre o escândalo contábil da varejista.

Para Carlos Portinho (PL-RJ), o executivo entrou em contradição em suas respostas. O senador questionou Rial sobre o início da sua prestação de serviços à companhia. Rial respondeu que foi procurado por um dos três principais acionistas da Americanas —o trio de bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira— no início de 2022 para integrar o conselho de uma das empresas do trio.

Rial disse que não poderia assumir a posição, porque já tinha diversos compromissos. Até o final de janeiro deste ano, ele era presidente do conselho de administração do Santander Brasil, um dos maiores credores da Americanas (com R$ 3,6 bilhões a receber), além de participar de outros conselhos de administração.

Segundo Rial, as conversas evoluíram para que ele se tornasse o novo presidente da Americanas, algo que só foi anunciado em 19 de agosto de 2022. De acordo com ele, para se ambientar à nova função, fechou um contrato de consultoria com a Americanas, realizado entre setembro e dezembro do ano passado.

Portinho, porém, disse que tinha a informação de que Rial foi contratado em maio como consultor. Rial afirmou que um jornal levantou essa informação, mas que ele só foi anunciado em agosto e deu início ao trabalho em setembro.

"Como um diretor de banco se torna consultor e depois CEO de empresa credora?", questionou o senador ao presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), João Pedro Barroso do Nascimento, que também participou da audiência pública.

Após a publicação desta reportagem no site da **Folha**, Rial enviou nota informando que "não houve um contrato firmado em maio".

"O que houve foi a mera formalização, por intermédio de uma carta proposta, que nada mais era do que o registro das principais bases então negociadas, do que viria a ser o futuro contrato que regularia o 'contrato de trabalho' como CEO da Americanas, que só foi firmado em dezembro de 2022, após a aprovação final do conselho de administração".

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PA 687/2023 - Pregão Eletrônico nº 06/2023

Objeto: Registro de preços para Contratação de empresa especializada no fornecimento de bens de consumo de água mineral natural, potável e não gasosa em galões de 20 litros; garrafas de 500ml e copos de 200 ml dentro dos padrões estabelecidos pelo DNPM e ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto. Conforme Termo de Referência P.A. 687-2023.
O.C: 824100801002023OC00007
Tipo: Menor Preço por **Item.**
Data de Disponibilização do Edital e Início do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 29/03/2023.
Data e Hora de Abertura para Sessão Pública: 14/04/2023 às 14h (Horário Oficial de Brasília - DF).
Endereço Eletrônico: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.
Edital disponível também em: www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 28 de março de 2023
João Paulo Machado
Secretário Municipal de Administração

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Av. Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela Credora Fiduciária **BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA**, inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, situada à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular, firmado em 04/07/2013 e Cédula de Crédito Imobiliário Integral e Escritural nº 971-7, Série 2013, conforme averbações nºs 10 e 11 da referida matrícula, no qual figura como Fiduciante **CARLA MARIA MONTEIRO SHIMIZU**, brasileira, viúva, empresária, RG nº 16.263.405-5-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 092.643.438-14, residente em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo **On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 05 de maio de 2023, às 11:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 421.000,00 (quatrocentos e vinte e um mil reais)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por **um prédio residencial**, situado à Rua Porto Alegre, nº 599, no 33º Subdistrito – Alto da Mooca, e seu respectivo terreno, medindo 4,00m de frente para a referida Rua, por 15,50m, mais ou menos, da frente aos fundos, de ambos os lados, confinando do lado direito com o prédio nº 593, do lado esquerdo com o prédio nº 601 e casas nºs 5, 7, 9 e 11 da Passagem Particular, com entrada pelo nº 623 da Rua Porto Alegre e nos fundos com propriedade de Ricardo Canevari e do Espólio de Vicente Lavieri. **Imóvel objeto da matrícula nº 47.242 do 7º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação:** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **12 de maio 2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 858.885,92 (oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos)** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor arrematado. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: CARLA MARIA MONTEIRO SHIMIZU**, já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido identificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Edital de Convocação
Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os empregados da categoria profissional, **empregados de empresas de Motofrete**, sindicalizados ou não na base territorial representada pelo **Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, e Ciclistas, Moto-Taxista e Trabalhadores nas Empresas de Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Moto-Taxistas de Santos e Região**, para comparecer em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na **Av. Bernardino de Campos, 18 - 5º andar - sala 507, Vila Belmiro, Santos, SP**, no dia 05 de Abril de 2023, às 18:30h em primeira convocação e não havendo quórum, às 19:00h em segunda convocação, com qualquer número de integrantes presentes, conforme determina o art. 14, "b" do Estatuto Social, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apresentação, discussão e aprovação da pauta de reivindicações para campanha salarial de 2023/2024 a ser apresentada ao setor patronal; 2) Discussão e aprovação ou não do valor e desconto da Contribuição Confederativa e/ou Negocial e o direito à respectiva oposição ao desconto, bem como a Contribuição Associativa; 3) Autorização da categoria para o sindicato negociar Acordos e Convenções Coletivas; 4) Caso não seja alcançada composição através de negociação, autorização ao sindicato para instaurar competente Dissídio Coletivo.

Santos, 29 de março de 2023
Alessandro Monteiro de Araújo
Presidente

Edital de Convocação
Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os empregados da categoria profissional motofretista, empregados nas firmas, empresas ou companhias vinculadas ao setor de Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares, sindicalizados ou não na base territorial representada pelo **Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, e Ciclistas, Moto-Taxista e Trabalhadores nas Empresas de Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Moto-Taxistas de Santos e Região - Sindimoto Baixada**, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na **Av. Bernardino de Campos, 18 - 5º andar - sala 507, Vila Belmiro, Santos, SP,** no dia 05 de Abril de 2023, às 16:30h em primeira convocação e não havendo quórum, às 17:00h em segunda convocação, com qualquer número de integrantes presentes, conforme determina o art. 14, "b" do Estatuto Social, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Apresentação, discussão e aprovação da pauta de reivindicações para campanha salarial de 2023/2024 a ser apresentada ao setor patronal; **2)** Discussão e aprovação ou não do valor e desconto da Contribuição Confederativa e/ou Negocial e o direito à respectiva oposição ao desconto, bem como a Contribuição Associativa; **3)** Autorização da categoria para o sindicato negociar Acordos e Convenções Coletivas; **4)** Caso não seja alcançada composição através de negociação, autorização ao sindicato para instaurar competente Dissídio Coletivo.

Santos, 29 de março de 2023
Alessandro Monteiro de Araújo
Presidente

Prefeitura Municipal de Carapicuíba

Avisos de Licitações:
Pregão Eletrônico nº 13/23 Processo nº 7438/23
Objeto: Registro de preços para aquisição de tenda sanfonada - Disputa dia 18/04/23 às 15:00 horas.
Pregão Presencial nº 19/23 Processo nº 3948/23
Objeto: Registro de preços para aquisição de pneus para veículos leves, pesados, protetores e câmaras - Disputa dia 19/04/23 às 09:00 horas.
Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.
Carapicuíba, 28 de março de 2023
Marco Aurélio dos Santos Neves
Prefeito

EXTRAVIO

LUIZ GUSTAVO GALLO VILELA, RG nº 19.241.022-2, CPF nº 133.455.618-08, residente em Votuporanga/SP, informa o extravio de seu diploma de graduação no curso de Geologia na Universidade de São Paulo.

PARANAPANEMA S.A.

Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta - CNPJ 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26/01/2023

DATA, HORA E LOCAL: 26/01/2023, às 9h, presencialmente, na matriz fiscal da Companhia, localizada em Santo André/SP, e por videoconferência. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação realizada pelo Presidente do Conselho de Administração em 16/01/2023, sendo instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Presencialmente, os Srs. Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Rafael de Oliveira Morais e Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno. Por videoconferência, os Srs. Marcelo Munhoz Auricchio e Jerônimo Antunes, e a Sra. Maria Gustava Heller Britto. **Mesa:** Presidente: Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Secretária: Priscilla Versatti. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião, o Conselho de Administração analisou e discutiu a matéria constante da ordem do dia, conforme segue: Composição dos Comitês de Assessoramento: Por unanimidade de votos e sem ressalvas o Conselho de Administração aprovou a indicação do Sr. Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno para compor interinamente o Comitê de Auditoria. Os Comitês de Assessoramento passarão a ter a seguinte composição: (i) Comitê de Auditoria: o Sr. Jerônimo Antunes (Coordenador), Sr. Rafael de Oliveira Morais e o Sr. Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno, como representantes do Conselho de Administração; (ii) Comitê de Gestão de Pessoas e Sustentabilidade: o Sr. Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno (Coordenador), o Sr. Marcelo Munhoz Auricchio e a Sra. Maria Gustava Heller Britto, como representantes do Conselho de Administração, e o Sr. Cyro Magalhães como membro externo. **ENCERRAMENTO:** Formalidades legais. Santo André/SP, 26/01/2023. **Ass.:** Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Presidente; Rafael de Oliveira; Jerônimo Antunes; Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno Marcelo Munhoz Auricchio; Maria Gustava Heller Britto. Priscilla Versatti - Secretária. JUCEB nº 98340161 em 15/02/2023. Protocolo nº 233811125 de 15/02/2023. Tiana Regila M. G. de Araújo - Secretária Geral. JUCESP nº 101.721/23-7 em 13/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PARANAPANEMA S.A.

Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta - CNPJ 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 19/01/2023

Data, Hora e Local: 19/01/2023, às 17h, por videoconferência. **Convocação e Presença:** Convocação realizada pelo Presidente do Conselho de Administração da Paranapanema S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") em 17/01/2023, sendo instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), a saber: Sr. Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Sr. Jerônimo Antunes, Sr. Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno, Sr. Marcelo Munhoz Auricchio e Sra. Maria Gustava Heller Britto. O Sr. Rafael de Oliveira Morais se manifestou por escrito, via correio eletrônico (e-mail) sobre as matérias da ordem do dia, que ficará arquivado na sede da Companhia. **Mesa:** Presidiu os trabalhos o Sr. Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Presidente do Conselho de Administração, o qual convidou a Sra. Priscilla Versatti para secretariá-lo. **Ordem do Dia e Deliberações:** Instalada a reunião, o Conselho de Administração analisou e discutiu a matéria constante da ordem do dia, conforme segue: Direitos Creditórios| Venda do Crédito da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins: O Sr. Marcelo Milliet, Diretor Presidente e de Relações com Investidores, e o Sr. Samy Wakrat, representante da Íntegra Associados apresentaram ao Conselho de Administração o resultado da deliberação dos credores do Acordo Global, quanto a aprovação da proposta do Banco BTG, que visa a aquisição de parte dos direitos creditórios decorrentes dos processos judiciais da Companhia e de sua controlada CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. - Em Recuperação Judicial, os quais tem como objeto a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Após análise e discussão, prestados os esclarecimentos solicitados, o Conselho de Administração, por unanimidade e sem ressalvas, anuiu com a deliberação dos credores do Acordo Global para que a amortização da dívida reestruturada ocorra pelo Preço de Aquisição. **Encerramento e Lavratura**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer manifestação, foi encerrada a presente reunião, com a lavratura da presente ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Santo André/SP, 19/01/2023. **ASS.:** Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Presidente; Rafael de Oliveira; Jerônimo Antunes; Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno Marcelo Munhoz Auricchio; Maria Gustava Heller Britto. Esta cópia é fiel, extraída da lavrada no livro próprio. **Priscilla Versatti** - Secretária. JUCEB nº 98343395 em 28/02/2023. Protocolo nº 233951377 de 08/02/2023. Tiana Regila M. G. de Araújo - Secretária Geral. JUCESP nº 99.669/23-7 em 08/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/22 - Processo nº 15000/2022 - RETIFICADO 2

Objeto: Prestação de serviço de radiologia, com fornecimento de equipamentos em comodato, *software* e pessoal técnico para atuarem no centro de especialidades da Secretaria da Saúde, desta prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET" - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **14/04/2023** às **09h00.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba licitações. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. **Hamilton César de Paula Roza** - Prefeito.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - Processo nº 19.505/2022 - RETIFICADO 2

Objeto: Implantação de registro de preços para contratação de empresa especializada em atendimento médico. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET" - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **12/04/2023** às **09h00.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail.
Hamilton César de Paula Roza - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 045/2023
Proc. Adm. nº. 230127010786400/2023

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de **MASSA ASFÁLTICA (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ)**, incluindo carga, transporte e descarga em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Municipais, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 29/03/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site deste município no link https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 12/04/2023, às 10h00min.**
Santana de Parnaíba, 28 de março de 2023.
ORDENADOR DE PREGÃO

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A.
CNPJ/ME nº 42.771.949/0018-83 - NIRE nº 3530051760-1
Companhia aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada, no dia 28 de abril de 2023, às 17:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 111 – Bloco 1, Vila Nova Conceição, Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-900, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("AGOE" ou "Assembleia"): Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal da Companhia; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar o número de membros a compor o Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Fixar o limite do valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Alterar a denominação social da Companhia de "Centro de Imagem Diagnósticos S.A." para "Allianca Saúde e Participações S.A.", com a consequente alteração dos artigos 1º e 9º do Estatuto Social da Companhia e consolidação do Estatuto Social; e (ii) Rerratificar a remuneração global dos administradores referente ao exercício de 2022. **Adoção de Voto Múltiplo.** O percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 141 da Lei das S.A., na Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, e na RCVM 81/22. Ainda nos termos do artigo 141, §1º, da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGOE. **Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima, bem como a Proposta da Administração encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (ri.allianca.com), e nos sites da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br).
São Paulo, 28 de março de 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

RESUMO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1556/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 - OFERTA DE COMPRA Nº 870800801002023OC00104.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços profissionais de intérprete de libras para apoio/inclusão de alunos surdos em sala de aula da rede pública de ensino da cidade de Valinhos/SP.
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/04/2023 às 09h00.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4647/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023 - OFERTA DE COMPRA Nº 870800801002023OC00089.
OBJETO: Aquisição de sensor de glicemia intersticial e tiras freestyle libre para atendimento de mandados judiciais.
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/04/2023 às 09h00.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5062/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023 - OFERTA DE COMPRA Nº 870800801002023OC00092.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de kit lanche para eventos da Secretaria da Saúde.
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/04/2023 às 09h00.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1924/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2023 - OFERTA DE COMPRA Nº 870800801002023OC00082.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de resgate 24 horas, recuperação, atendimento, acompanhamento médico veterinário de animais domésticos de espécie canina e felina.
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/04/2023 às 09h00.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3111/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023
OBJETO: Contratação de empresa especializada na captura, transporte, depósito e guarda temporária de animais errantes de médio (suínos/ovinos/caprinos) e grande porte (equinos/bovinos/muares) apreendidos ou recolhidos em toda a extensão do perímetro do município de Valinhos nas vias e áreas públicas e nas áreas urbanas e rurais do município.
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/04/2023 às 09h00.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30746/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2023 - OFERTA DE COMPRA Nº 870800801002023OC00081.
OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento e instalação de abrigos de ônibus no município de Valinhos/SP.
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/04/2023 às 09h00.
VISITA TÉCNICA FACULTATIVA: Do dia 30/03/2023 até as 16h00 do dia 12/04/2023, mediante agendamento prévio junto à Secretaria de Mobilidade Urbana, com a servidora Rosana Ramos da Silva Santos, através do telefone (19) 3859-8810 ou do e-mail: transportepublico@valinhos.sp.gov.br.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7499/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2023 - OFERTA DE COMPRA Nº 870800801002023OC00088.
OBJETO: Aquisição de marmitex.
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/04/2023 às 09h00.
Os editais poderão ser consultados gratuitamente no site www.valinhos.sp.gov.br. Informações: (19) 3871-1213.

JOSÉ AUGUSTO FRANCISCO URBINI
Secretário de Licitações

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00142.2023 - RC77605.2023
OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar o posicionamento do equipamento na base através de içamento.
Cotação - Processo IPT Nº DL00143.2023 - RC78279.2023
OBJETO: Manutenção preventiva do veículo/Peugeot PART F 800K 16 - placa: EMH9269 - ano fab.: 2009 - modelo: 2009.
Cotação - Processo IPT Nº DL00144.2023 - RC78498.2023
OBJETO: Recarga de gás propano (botijões de 45kg).
Data Final para apresentação de proposta: 31/03/2023 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.
Cotação - Processo IPT Nº DL00146.2023 - RC78221.2023
OBJETO: Seguro para cobrir responsabilidade civil profissional Miscellaneous decorrente da realização de inspeções acreditadas de empreendimentos de infraestrutura.
Data Final para apresentação de proposta: 31.03.2023 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail: (11) 3767-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

CSN MINERAÇÃO S.A.

CNPJ/ME 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144 - *Companhia Aberta*
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 28 de Abril de 2023

Ficam os senhores acionistas da CSN Mineração S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia") a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Sistema Eletrônico"), cujo link foi disponibilizado pela Companhia aos acionistas no Manual para Participação na Assembleia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o cancelamento de ações aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de maio de 2022; e **(ii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia. O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, o Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, bem como todas as demais informações necessárias para entendimento das matérias acima, estão disponíveis nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csnmineracao.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicados na íntegra no jornal Folha de São Paulo em 24 de março de 2023. Nos termos do art. 3ª da Resolução CVM nº 70/22 e do artigo 5º, inciso I da Resolução CVM nº 81/22, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Esta faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à AGOE. **Participação dos Acionistas na AGOE e Apresentação de Documentos:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, por meio do Sistema Eletrônico ou, ainda, via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da AGOE, formas e documentos necessários para participação constam no Manual para Participação na Assembleia e nos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE). **Participação por Meio do Sistema Eletrônico:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, sendo que a participação dos acionistas se dará por meio do Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão acessar o *link* disponibilizado no Manual para Participação na Assembleia, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação na AGOE, conforme indicados abaixo, até o dia 26 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por e-mail a confirmação de que o seu cadastro foi aprovado. No dia da Assembleia, o participante deverá usar como login o seu e-mail/CPF e a senha que escolheu no momento em que efetuou o seu cadastro. **(a)** Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGOE; **(b)** Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; **(c)** Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; **(d)** Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e **(e)** Caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGOE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGOE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. **Participação por Voto A Distância:** Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 81/22, conforme detalhado no Manual para Participação na Assembleia, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia , suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGOE, mediante o preenchimento e envio dos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE), cujos modelos foram disponibilizados separadamente, nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csnmineracao.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/). Tendo em vista a realização de modo exclusivamente digital, a AGOE será considerada como realizada na sede social da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csnmineracao.com.br. Congonhas, 28 de março de 2023. **Benjamin Steinbruch -** Presidente do Conselho de Administração.

Companhia de Gás de São Paulo - Comgás

comgas

CNPJ/MF nº 61.856.571/0001-17 - NIRE 35.300.045.611
Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 26 de abril de 2023

O Conselho de Administração da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS,** com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 27º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.045.611, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 61.856.571/0001-17, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código 15636 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 26 de abril de 2023, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação das contas dos Administradores e do Relatório da Administração, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(ii)** Aprovação da Destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(iii)** Aprovação do Orçamento de Capital referente ao exercício de 2023; **(iv)** Instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(v)** Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(vi)** Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(vii)** Aprovação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2023. **1. Instruções Gerais:** Para facilitar o acesso dos acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujo as regras de participação encontram-se na presente Proposta. A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os Acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente. A participação dos Acionistas na Assembleia Geral está condicionada à apresentação dos documentos solicitados no Manual divulgado pela Companhia, de acordo com a forma de participação escolhida pelo Acionista, que, conforme acima exposto, poderá participar por meio eletrônico na plataforma digital ou por boletim de voto a distância. O sistema eletrônico para participação remota estará disponível para acesso a partir das 09:30h do dia 26 de abril de 2023. Por meio da plataforma digital, o Acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. As orientações e os dados para conexão no sistema eletrônico, incluindo a senha necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail investidores@comgas.com.br, aos cuidados da Área de Relações com Investidores da Companhia, **até o dia 24 de abril de 2023** (inclusive). Nesse mesmo e-mail os Acionistas deverão enviar também os documentos indicados no Manual. Encontra-se à disposição dos Acionistas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (ri.comgas.com.br), em observância ao parágrafo único do artigo 121, caput do artigo 133 e aos artigos 10º e seguintes da RCVM nº 81/22, cópia do Manual e da Proposta da Administração, do boletim de voto a distância e dos documentos pertinentes às matérias que serão debatidas na Assembleia Geral. São Paulo, 27 de março de 2023. **Rubens Ometto Silveira Mello -** Presidente do Conselho de Administração.

COSAN NOVE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 47.646.941/0001-60

Demonstração financeira em 31/12/2022 (Em milhares de reais) - Não auditado

Balanço patrimonial - Não auditado

Ativos	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.720
IR e CS a recuperar	1
Ativo circulante	**2.721**
Investimentos em controladas em conjunto	9.954.431
Ativo não circulante	**9.954.431**
Total do ativo	**9.957.152**

Passivos	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social correntes	307
Outros tributos a pagar	952
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	46.199
Pagáveis a partes relacionadas	121.621
Passivo circulante	**169.079**
Capital social	7.658.673
Reserva de capital	1.943.661
Outros componentes do patrimônio líquido	37.416
Reservas de lucros	148.323
Patrimônio líquido	**9.788.073**
Total do passivo e patrimônio líquido	**9.957.152**

Demonstrações dos resultados- Não auditado

	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas	(1.259)
Resultado operacional	**(1.259)**
Resultado antes do resultado de equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	**(1.259)**
Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	241.444
Resultado de equivalência patrimonial	**241.444**
Despesas financeiras	(45.665)
Receitas financeiras	2
Resultado financeiro líquido	**(45.663)**
Lucro antes do IR E CS	**194.522**
Lucro líquido do exercício	**194.522**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Não auditado

	Capital social	Reserva de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	–	–	–	–	–	–	–
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	194.522	194.522
Resultado abrangente do exercício							
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	–	1.319	–	–	–	1.319
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	–	–	41.850	–	–	–	41.850
Ganhos atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	–	–	(5.753)	–	–	–	(5.753)
Total do resultado abrangente	–	–	**37.416**	–	–	**194.522**	**231.938**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas							
Aumento de capital	7.658.673	1.943.410	–	–	–	–	9.602.083
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(46.199)	(46.199)
Constituição reserva legal	–	–	–	9.726	–	(9.726)	–
Constituição reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	138.597	(138.597)	–
Transações com pagamento baseado em ações	–	251	–	–	–	–	251
Total de contribuições e distribuições	**7.658.673**	**1.943.661**	–	**9.726**	**138.597**	**(194.522)**	**9.556.135**
Total das transações com acionistas da Companhia	**7.658.673**	**1.943.661**	–	**9.726**	**138.597**	**(194.522)**	**9.556.135**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.658.673**	**1.943.661**	**37.416**	**9.726**	**138.597**	–	**9.788.073**

A Diretoria — Contadora - Renata Pavanelli Chaves - CRC SP-283861/O-1

COSAN DEZ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 47.794.150/0001-88

Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 (Em milhares de reais) - Não auditado

Balanço patrimonial - Não auditado

Ativos	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.014
IR e CS a recuperar	1
Ativo circulante	**2.015**
Investimentos em subsidiárias e associadas	5.738.715
Ativo não circulante	**5.738.715**
Total do ativo	**5.740.730**

Passivos	31/12/2022
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15.257
Pagáveis a partes relacionadas	111.659
Passivo circulante	**126.916**
Capital social	4.667.490
Reserva de capital	875.479
Outros componentes do patrimônio líquido	21.862
Reservas de lucros	48.983
Patrimônio líquido	**5.613.814**
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.740.730**

Demonstrações dos resultados- Não auditado

	31/12/2022
Equivalência patrimonial em associadas	103.500
Resultado de equivalência patrimonial	**103.500**
Despesas financeiras	(39.264)
Receitas financeiras	4
Resultado financeiro líquido	**(39.260)**
Lucro antes do IR e CS	**64.240**
Lucro líquido do exercício	**64.240**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Não auditado

	Capital social	Reserva de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	–	–	–	–	–	–	–
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	64.240	64.240
Resultado abrangente do exercício							
Ganhos atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	–	–	21.862	–	–	–	21.862
Total do resultado abrangente	–	–	**21.862**	–	–	**64.240**	**86.102**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas							
Aumento de capital	4.667.490	918.928	–	–	–	–	5.586.418
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(15.257)	(15.257)
Constituição reserva legal	–	–	–	3.212	–	(3.212)	–
Constituição reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	45.771	(45.771)	–
Transações com pagamento baseado em ações	–	122	–	–	–	–	122
Total de contribuições e distribuições	**4.667.490**	**919.050**	–	**3.212**	**45.771**	**(64.240)**	**5.571.283**
Mudanças na participação em controladas							
Mudança de participação em subsidiária	–	(43.571)	–	–	–	–	(43.571)
	–	**(43.571)**	–	–	–	–	**(43.571)**
Total das transações com acionistas da Companhia	**4.667.490**	**875.479**	–	**3.212**	**45.771**	**(64.240)**	**5.527.712**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.667.490**	**875.479**	**21.862**	**3.212**	**45.771**	–	**5.613.814**

A Diretoria — Contadora: Renata Pavanelli Chaves - CRC SP-283861/O-1

Portobello Grupo

PBG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 83.475.913/0001-91

www.portobello.com.br

Demonstrações **FINANCEIRAS** | **2022**

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante	**895.649**	**700.143**	**1.103.098**	**906.131**
Caixa e equivalentes de caixa	176.995	125.516	256.088	189.718
Contas a receber de clientes	282.273	296.195	314.507	375.624
Estoques	377.211	233.108	455.038	285.364
Tributos a recuperar	35.786	26.662	37.533	27.454
Outros ativos	23.384	18.662	39.932	27.971
Não circulante	**1.271.693**	**1.267.450**	**1.376.672**	**1.251.216**
Realizável a longo prazo	526.172	631.718	374.990	536.077
Investimentos	116.938	64.495	348	348
Imobilizado	562.091	528.310	771.230	614.458
Intangível	31.047	22.324	42.377	40.262
Ativo Arrendamento	35.445	20.603	187.727	60.071
Total do ativo	**2.167.342**	**1.967.593**	**2.479.770**	**2.157.347**

PASSIVO	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante	**701.770**	**585.607**	**945.107**	**714.127**
Fornecedores, e Cessão de crédito	378.167	322.176	460.832	365.652
Empréstimos e financiamentos	165.903	98.115	165.903	98.115
Obrigações sociais e trabalhistas	51.074	49.780	64.557	58.991
Impostos, taxas e contribuições	22.031	21.553	27.877	24.205
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	124	3.021	3.865
Outros passivos	84.595	93.859	222.917	163.299
Não circulante	**998.356**	**1.025.850**	**1.067.419**	**1.087.063**
Empréstimos e financiamentos	717.668	664.277	717.668	664.277
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	75.073	77.506	88.369	89.014
Obrigações de arrendamento	21.592	15.383	51.354	45.397
Outros passivos	184.023	268.684	210.028	288.375
Patrimônio líquido atribuídos a controladores	**467.216**	**356.136**	**467.216**	**356.136**
Capital social realizado	250.000	250.000	250.000	250.000
Ações em tesouraria	–	(91.351)	–	(91.351)
Reserva de lucros	225.696	236.608	225.696	236.608
Ajuste de avaliação patrimonial	(38.095)	(42.610)	(38.095)	(42.610)
Dividendos adicionais	29.615	3.489	29.615	3.489
Particip. não controladores	**–**	**–**	**28**	**21**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.167.342**	**1.967.593**	**2.479.770**	**2.157.347**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total PL Controladora	Participação de não controladores	Total PL Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	**200.000**	**(14.095)**	**281.388**	**(50.125)**	**–**	**417.168**	**16**	**417.184**
Aumento de capital social	50.000	–	(50.000)	–	–	–	–	–
Compra e cancelamento de ações em tesouraria	–	(77.256)	(76.459)	–	–	**(153.715)**	–	**(153.715)**
Lucro líquido do período	–	–	–	–	216.173	**216.173**	49	**216.222**
Operações de Hedge accounting	–	–	–	1.633	–	**1.633**	–	**1.633**
Variação cambial de controlada localizada no exterior	–	–	–	1.863	–	**1.863**	–	**1.863**
Ganho (perda) atuarial	–	–	–	5.203	–	**5.203**	–	**5.203**
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	(1.184)	1.184	**–**	–	**–**
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	(32.996)	–	(99.193)	**(132.189)**	(44)	**(132.233)**
Constituição de reservas de lucros	–	–	118.164	–	(118.164)	**–**	–	**–**
Em 31 de dezembro de 2021	**250.000**	**(91.351)**	**240.097**	**(42.610)**	**–**	**356.136**	**21**	**356.157**
Aumento de capital social	–	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Compra e cancelamento de ações em tesouraria	–	91.351	(91.351)	–	–	**–**	–	**–**
Lucro líquido do período	–	–	–	–	153.098	**153.098**	7	**153.105**
Operações de Hedge accounting	–	–	–	2.597	–	**2.597**	–	**2.597**
Variação cambial de controlada localizada no exterior	–	–	–	(3.071)	–	**(3.071)**	–	**(3.071)**
Ganho (perda) atuarial	–	–	–	4.860	–	**4.860**	–	**4.860**
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	129	(129)	**–**	–	**–**
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	(3.489)	–	(43.442)	**(46.931)**	–	**(46.931)**
Constituição de reservas de lucros	–	–	110.054	–	(109.527)	**527**	–	**527**
Em 31 de dezembro de 2022	**250.000**	**–**	**255.311**	**(38.095)**	**–**	**467.216**	**28**	**467.244**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita líquida de venda	1.760.351	1.582.032	2.196.681	1.912.127
Custo dos produtos vendidos	(1.147.595)	(1.018.637)	(1.251.067)	(1.085.039)
Lucro operacional bruto	**612.756**	**563.395**	**945.614**	**827.088**
Despesas com vendas	(311.691)	(275.434)	(533.989)	(421.287)
Despesas com gerais e administrativas	(86.097)	(67.489)	(90.165)	(68.980)
Outras despesas	6.287	(30.425)	(7.215)	(48.080)
Resultado de equivalência patrimonial	37.185	75.549	–	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**258.440**	**265.596**	**314.245**	**288.741**
Resultado financeiro líquido	(92.161)	(55.941)	(109.661)	(59.232)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	166.279	209.655	204.584	229.509
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(13.181)	6.518	(51.479)	(13.287)
Lucro líquido do exercício	**153.098**	**216.173**	**153.105**	**216.222**
Lucro básico e diluído do exercício por ação - R$	**–**	**–**	**1,0859**	**1,4644**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Resultado líquido do exercício	153.098	216.173	153.105	216.222
Resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	1.789	7.066	1.789	7.066
Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para o resultado	2.597	1.633	2.597	1.633
Total do resultado abrangente do exercício	**157.484**	**224.872**	**157.491**	**224.921**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Caixa líquido das atividades operacionais	109.215	136.453	227.015	288.101
Caixa líquido das atividades de investimento	(119.178)	40.408	(205.972)	(114.931)
Caixa líquido das atividades de financiamento	61.442	(297.124)	45.327	(309.777)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**51.479**	**(120.263)**	**66.370**	**(136.607)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	125.516	245.779	189.718	326.325
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	176.995	125.516	256.088	189.718

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Em 31 de dezembro 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas	2.205.170	1.985.200	2.701.826	2.349.421
Insumos adquiridos de terceiros	(1.070.415)	(975.145)	(1.252.107)	(1.090.011)
Valor adicionado bruto	**1.134.755**	**1.010.055**	**1.449.719**	**1.259.410**
Depreciação e amortização	(61.133)	(53.066)	(91.969)	(72.216)
Valor adicionado líquido produzido	**1.073.642**	**956.989**	**1.357.750**	**1.187.194**
Valor adicionado recebido em transferência	60.570	111.634	27.430	36.964
Valor adicionado total a distribuir	**1.134.212**	**1.068.623**	**1.385.180**	**1.224.158**
Distribuição do valor adicionado	**1.134.212**	**1.068.623**	**1.385.180**	**1.224.158**
Pessoal	344.060	319.299	459.904	394.298
Impostos, taxas e contribuições	495.244	421.446	605.337	488.208
Remuneração de capitais de terceiros	141.810	111.705	166.834	125.430
Remuneração de capitais próprios	153.098	216.173	153.105	216.222

PORTOBELLO GRUPO FINALIZA O ANO DE 2022 COM MELHORES RESULTADOS HISTÓRICOS: RECEITA LÍQUIDA DE R$ 2,2 BILHÕES COM CRESCIMENTO DE 15%, EBITDA DE R$ 386 MILHÕES E ALAVANCAGEM FINANCEIRA DE 1,6X

Tijucas, 28 de março de 2023. O PBG S.A. (B3: PTBL3), maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil, anuncia o resultado do quarto trimestre de 2022. As informações apresentadas neste documento são baseadas nas Informações Financeiras Trimestrais consolidadas do PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). **Destaques 4T22 e 2022: ● Receita Líquida de R$ 2,2 bilhões no ano, representando um crescimento de 14,9% comparado a 2021.** Destaque para a UN Portobello Shop e os canais de Engenharia e Exportação da UN Portobello. **● O Lucro Bruto Ajustado e Recorrente cresceu 14,3% no ano em relação a 2021, com margem mantida no patamar de 43%**, apesar da margem menor no 4T22. **● Em 2022 o EBITDA Ajustado e Recorrente alcançou R$ 386 milhões**, com crescimento de 5,8%. No 4T22 este resultado foi de R$ 60,6 milhões. **A Margem EBITDA Ajustada e Recorrente foi de 17,6% no ano** e 12,3% no trimestre. ● As Despesas Operacionais tiveram aumento de 17,3%, ou R$ 92,9 milhões, entre 2021 e 2022. 92,0% deste incremento foram destinados aos projetos estrategicamente prioritários, do Varejo Integrado (Portobello Shop) e da Portobello América. **● Lucro Líquido Ajustado e Recorrente de R$ 137 milhões em 2022**, -26,9% abaixo de 2021. ● Investimento em Capital de Giro foi de R$ 318 milhões, aumento de 17,6% vs. 4T21. O Ciclo de Conversão de Caixa foi de 57 dias no 4T22 vs. 32 dias no 4T21, aumento de 25 dias em decorrência de aumento nos estoques, compensado parcialmente pela melhoria no prazo de recebíveis. **● Endividamento Líquido de R$ 630 milhões** no 4T22. **A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Recorrente se manteve próximo do menor patamar histórico**, atingindo **1,6 vez no 4T22**, refletindo os bons patamares de resultado operacional e eficiência na gestão de caixa. **● As ações PTBL3** encerraram o 4T22 cotadas à **R$ 8,23**.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi histórico para o Grupo Portobello. Avançamos do ponto de vista estratégico e alcançamos resultados recordes de forma consistente ao longo do período. Mesmo diante de um cenário macroeconômico de muitas incertezas, a Companhia manteve o ritmo de crescimento e entregou uma Receita Líquida de R$ 2,2 bilhões no ano, além de manter as margens e indicadores em níveis alinhados ao planejamento. A conjuntura macroeconômica no Brasil e no mundo não foram favoráveis ao longo do ano, notadamente no segundo semestre, com altos níveis de inflação, aumento nas taxas de juros e consequente desaceleração em alguns setores, incluindo o de materiais de construção. Segundo dados da ABRAMAT, o setor teve uma retração de -7% (em valores deflacionados) no ano. Já no segmento da indústria cerâmica, os dados disponibilizados pela ANFACER mostram queda nos volumes de vendas, de -18% comparado a 2021. Apesar dos indicadores serem negativos, trimestralmente a Companhia veio demonstrando a resiliência e assertividade de seu modelo de negócios, crescendo 15% em Receita Líquida. O modelo multi negócios, canais e marcas mais uma vez vem permitindo que a Companhia administre seu resultado potencializando os segmentos que oferecem as melhores oportunidades e mitigando os segmentos mais afetados pela conjuntura econômica. Foi apenas no último trimestre de 2022 que a Companhia sentiu em sua performance de vendas o reflexo da conjuntura macroeconômica. Esta redução aconteceu no período também de maior sazonalidade anual com impacto notadamente no varejo multimarcas e na exportação, embora e positivamente, mantendo resiliência no varejo especializado (Portobello Shop) e nas vendas a projetos (construtoras) minimizando as quedas e projetando recuperação para 2023. Mas o ano não foi importante apenas do ponto de vista de resultados. Avançamos em nossa estratégia com importantes conquistas. 2022 ficará marcado como o início da concretização de um sonho: a nossa fábrica nos Estados Unidos. A planta, situada no município de Baxter, no Tennessee, está em fase final de instalação, com grande parte da estrutura finalizada e equipamentos posicionados. A fábrica entrará em operação ainda no 1S23. Esta é uma conquista de todos os nossos colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e admiradores da marca Portobello. Também avançamos significativamente na estratégia de Varejo. Em linha com nosso objetivo de ser uma empresa orientada a dados e centrada no cliente, nos aproximamos mais de nossos clientes através da expansão da nossa rede de lojas próprias e desenvolvimento de novas tecnologias, que visam entender da melhor maneira as suas necessidades em tempo hábil para atuar em soluções que possam atendê-los, melhorando assim sua experiência ao longo de toda a jornada junto à Portobello. Todos os nossos avanços em modernização e expansão ocorrem sempre de maneira sustentável, alinhados aos nossos objetivos de ESG definidos. Em 2022, avançamos de forma estruturada com nosso Plano ESG. Com diretrizes alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que reforçam nosso compromisso com o Pacto Global, iniciativa da qual somos signatários, elaboramos um plano de ações e metas para o período de 2023 a 2027, envolvendo todas as Unidades de Negócio e priorizando os pilares Ambiental, Social e de Governança. Em 2022 realizamos investimentos em diversos projetos estratégicos totalizando um montante de R$ 401 milhões. Deste valor, cerca de um terço foi destinado à compra de equipamentos e estruturação da nova fábrica da Portobello America. Para a expansão do varejo, com abertura de novas lojas e aquisições de lojas franqueadas e projetos de transformação digital, foram destinados cerca de 30% do total dos investimentos no ano. O restante foi destinado à modernização das unidades industriais da UN Portobello, em Tijucas/SC, e da Pointer, em Marechal Deodoro/AL. Do ponto de vista de financiamento, a Companhia entregou bons resultados operacionais, que, aliados à boa gestão de caixa e endividamento, manteve a alavancagem próxima ao menor patamar alcançado pela companhia, de 1,6 vez Dívida Líquida/EBITDA, considerados saudáveis para o setor. A dívida líquida fechou o ano em R$ 630 milhões. Revisitamos ao longo de 2022 nosso planejamento estratégico para os próximos cinco anos, projetando nossos avanços em todas as Unidades de Negócio. Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e investidores por acreditar e nos ajudar a conquistar estes resultados. Orgulhamo-nos muito do que vem sendo construído até aqui seguimos focados nos avanços que ainda estão por vir.

DESEMPENHO DAS UNIDADES DE NEGÓCIOS

A Unidade de Negócios ("UN") Portobello representa hoje a maior operação do grupo. Sua característica multicanal tem sido muito assertiva, uma vez que não há dependência de um único segmento, podendo concentrar esforços de vendas em mercados mais aquecidos e com maior rentabilidade. Adicionalmente, o avanço na qualificação do *mix* de produtos, em especial com o crescimento nas vendas de lastras e grandes formatos, produzidos na planta de Tijucas-SC, e a flexibilização dos preços ao longo do ano possibilitaram trabalhar com produtos de maior valor agregado e melhor rentabilidade, além de permitir o repasse dos aumentos de custos observados no período. Estes fatores aliados a boa gestão resultaram em boa performance, principalmente nas operações de Exportação, e Engenharia. Em 2022 a UN Portobello apresentou crescimento de 13%, atingindo uma Receita Líquida de R$ 1 bilhão, sustentando as margens em bons patamares. A Margem Bruta no ano foi de 43,6%, refletindo a manutenção dos preços e qualificação do mix de produtos frente à pressão inflacionária observada no período. Portobello segue tendo como prioridade a melhoria contínua nos níveis de serviço, a eficiência no balanceamento dos níveis de estoque e atendimento da demanda, além do avanço na implantação de ações de ESG. A Portobello Shop, que conta atualmente com 145 lojas em funcionamento no país, sendo 25 unidades próprias e 120 franquias, inaugurou 13 novas lojas em 2022, sendo 4 no 4T22. A UN encerrou o ano com Receita Líquida de R$ 814 milhões, um crescimento expressivo de 28,6% vs. ano anterior. A performance das lojas próprias, que passou a consolidar os resultados das lojas adquiridas, apresentou incremento de 62,7% na Receita Líquida no ano, passando a representar uma participação de 41,4% no total da UN. Adicionalmente, a Margem Bruta da Portobello Shop também apresentou crescimento, atingindo 46,3% no ano (43,9% no 4T22), principalmente em função do crescimento da participação de lojas próprias, que apresenta rentabilidade superior ao absorver sinergias da cadeia integrada. Os bons resultados operacionais, aliados à estratégia de expansão da Portobello Shop, reforçam a performance positiva comparada ao mercado que, segundo o ICVA (Índice Cielo do Varejo Ampliado), que mede o setor de varejo de materiais de construção no Brasil, apresentou retração nominal de -2,4% em 2022 vs. 2021. A Pointer, marca de *design* democrático do Grupo, posicionada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, foi bastante impactada pelo arrefecimento da demanda no mercado de revestimentos cerâmicos, que tem sido mais acentuado nestas regiões. Foi um ano bastante atípico até do ponto de vista de sazonalidade, pois historicamente o segundo semestre possui uma demanda mais aquecida, muito puxado pelos resultados do terceiro trimestre. Porém, em decorrência dos cenários de extrema incerteza política e econômica no país, a demanda que já vinha em desaceleração permaneceu em baixa. Estes fatores fizeram com que os canais de revenda/*home centers* apresentassem queda nas vendas ao longo de 2022. Como resultado deste cenário, a Pointer obteve em 2022 uma Receita Líquida de R$ 225 milhões e Margem Bruta de 32,0%. Comparado ao ano anterior a Margem Bruta apresentou queda, grande parte em função da estratégia de precificação em campanhas comerciais que visaram a diminuição de estoques e otimização do nível de produtividade. Apesar do cenário adverso e dos resultados de vendas abaixo do esperado, a Pointer entrega boa rentabilidade, com Margem EBITDA de 18,5%, impulsionado pelo fortalecimento do canal de engenharia, o que vem demonstrando recuperação do mercado local. A Portobello America implementou ao longo do ano uma estratégia de ganho de escala e construção de demanda e, apesar da conjuntura adversa de mercado no país norte-americano, segue apresentando crescimento. No ano, a Receita Líquida atingiu R$ 233 milhões, um crescimento de 32,9% vs. 2021, com destaque para a operação de distribuição local. A UN apresentou Margem Bruta de 23,5% no período. A Portobello America segue realizando a gestão da demanda, combinando a rentabilidade ao planejamento para ganho de escala, necessário para a ocupação da capacidade da fábrica nos Estados Unidos. Este processo de entrega de preços compensou os impactos do aumento dos custos de produção, em Reais, além do expressivo aumento nos custos de fretes internacionais, que vinha sendo observado desde 2021. Estes fatores de pressão de custo serão minimizados quando a produção local da Unidade iniciar, em 2023. Ao longo do ano, a Portobello America avançou no projeto da nova fábrica que está sendo construída em Baxter, no estado do Tennessee, nos Estados Unidos. A planta deverá entrar em operação ainda no primeiro semestre de 2023 e na primeira fase do projeto terá capacidade anual de produção de aproximadamente 3,6 milhões de metros quadrados. Esta produção, aliada à consolidação da Portobello America no mercado norte-americano, será um importante marco estratégico para a Companhia.

PERSPECTIVAS 2023 E 1T23

• A expectativa da Companhia é de um mercado mais desafiador, mas que deve apresentar normalização ao longo do ano, além de observar maior resiliência do mercado *premium* de materiais de construção/acabamento, com boas oportunidades de crescimento de receita da Companhia vs. 2022 através da estratégia de gestão de canais, expansão internacional, varejo, inovação e qualificação do *mix* de produtos. • O canal de Engenharia deve manter seu bom nível de demanda em 2023, fruto dos lançamentos realizados nos últimos anos, cujas obras ainda estão em andamento. • As exportações de todo Grupo também devem sustentar seu bom desempenho, com potenciais incrementos de vendas geradas pelas ações em curso. • A Companhia espera apresentar crescimento real na Receita Líquida de 2023 alicerçada pela maior participação do Varejo Especializado, da Engenharia e das Exportações, não apenas nos Estados Unidos, mas de forma Global, com destaque para América Latina e Ásia. • O início das operações da fábrica da Portobello America, previsto para maior de 2023, irá melhorar consideravelmente o resultado desta Unidade de Negócio. Com a produção local nos Estados Unidos, a UN passará a apresentar melhores margens, que serão observados de forma gradual a partir do 2T23, chegando ao segundo semestre com uma contribuição expressiva para o Portobello Grupo. • O foco da Companhia em 2023 continua sendo na manutenção da Margem Bruta Ajustada e Recorrente em patamar similar ao apresentado em 2022, apesar da demanda mais restrita no contexto macroeconômico, compensada pela qualificação do *mix* de produtos e produtividade fabril, além da gestão rigorosa nas escolhas relativas a custos operacionais. • A expectativa da Companhia é que a Margem EBITDA Ajustada e Recorrente em 2023 se mantenha próxima ao patamar alcançado em 2022, mesmo com as pressões inflacionárias e ajustes no consumo no mercado doméstico. • O plano de investimentos (CapEx) de 2023 está estimado pela Companhia na magnitude de R$ 380 milhões de efeito financeiro (R$ 640 milhões de efeito contábil), dos quais por volta de 45% serão destinados a aquisição de equipamentos e infraestrutura para fábrica da Portobello America, cerca de 30% para os projetos estratégicos relacionados ao crescimento do varejo no Brasil e fortalecimento das iniciativas digitais da Portobello Shop, e aproximadamente 25% para os investimentos em atualização tecnológica e ampliação das plantas industriais das Unidades de Negócios Portobello e Pointer. • Embora a gestão de Capital de Giro continue sendo uma prioridade para Companhia, a expectativa é que o Ciclo de Conversão de Caixa encerre o ano em patamar próximo ao de 2022. Os principais fatores para este aumento são estoques maiores para suportar melhores níveis de serviço de atendimento, incluindo as operações no exigente mercado dos EUA, e para administrar o balanço entre oferta e demanda. • A Companhia continua com sua forte disciplina na gestão financeira, foco na preservação da liquidez e austeridade nas escolhas de despesas e investimentos. A expectativa é que a relação Dívida Líquida/EBITDA LTM se mantenha em um patamar abaixo de 2,5 vezes o EBITDA Ajustado e Recorrente do ano, que é o limite máximo aprovado pelo Conselho de Administração. • Como principais riscos a sua operação ao longo do ano destacase a atenção às taxas de juros em níveis elevados afetando o consumo em bens duráveis e o consequente impacto no ambiente competitivo que podem comprometer as rentabilidades em nosso setor. • O cenário macroeconômico norte-americano ainda apresenta desafios devido à atual política de elevação das taxas de juros para redução de inflação e consequente redução de atividade, em especial, do setor de construção civil. No entanto, continuamos confiantes com os diferenciais competitivos que estão sendo desenvolvidos na Portobello America, principalmente com o início da fábrica de Baxter.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida: Em 2022 a Receita Líquida alcançou R$ 2,2 bilhões, um crescimento de 14,9% vs. 2021. Este resultado é consequência de uma constante evolução estratégica promovida pela Companhia, que busca sempre alinhar a inovação à rentabilidade e geração de valor e, mesmo diante de cenários adversos, ainda é capaz de entregar resultados robustos. Desde resultado pode-se destacar (i) a qualificação e melhoria do *mix* de produtos; (ii) a ampliação da participação da Portobello Shop; (iii) maior participação no canal de engenharia e; (iv) ampliação da participação dos negócios internacionais (principalmente exportações da UN Portobello e distribuição nos Estados Unidos da Portobello America). No mercado interno, em 2022 a Receita Líquida apresentou crescimento de 11,4% em relação a 2021, atingindo R$1,7 bilhão, enquanto o setor de materiais de construção apresentou uma retração de -6,9%, segundo dados deflacionados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). O setor de revestimentos cerâmicos, segundo dados da ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos) apresentou redução de -17,7% em 2022 vs. 2021 nos volumes (em metros quadrados). No 4T22 a Receita Líquida do mercado doméstico apresentou queda de -4,2% vs. 4T21, atingindo R$ 398 milhões no trimestre. Este resultado é consequência de um mercado extremamente pressionado por fatores políticos e econômicos, que deixaram consumidores em alerta a qualquer sinal que a equipe econômica do novo governo daria. Estes resultados demonstram que, apesar da redução no 4T22, o PBG segue performando acima do mercado, assim como em todos outros os trimestres, demonstrando a resiliência do modelo estratégico adotado pela Companhia. No que diz respeito às vendas no mercado externo, a Companhia apresentou um expressivo crescimento de 27,8% em 2022 vs. 2021 (21,6% em dólares). Este resultado segue sendo impulsionado pelo avanço na estratégia de expansão internacional da Companhia, com evolução da operação da Portobello America (crescimento de 32,8% no ano) e o crescimento das exportações da UN Portobello (32,2% vs. 2021). No 4T22 a receita proveniente do mercado externo apresentou queda de -5,8% vs. 4T21 (-17,1% em dólares), com crescimento de 10,2% na Portobello America, porém impactado por uma redução de -15,1% nas exportações da UN Portobello. No 4T22 a Portobello America representou 9,3% do total da Receita Líquida do Portobello Grupo, com crescimento de 10,2% vs. 4T21. A Portobello Shop respondeu por 40,5%, com incremento de 17,3% vs. 4T21. A UN Portobello representou 41,3% do total da Receita Líquida, com queda de 9,9% vs. 4T21 e a participação da Pointer foi de 9,0%, com redução de -30,9% vs. 4T21. A distribuição das vendas entre os canais destaca a capacidade da Companhia na execução da estratégia de gestão entre canais. Destaque para as vendas no varejo, que participam em 36,5% do total de Receita Líquida do Grupo em 2022 vs. 32,8% em 2021, para as o canal de exportação manteve o patamar de 23,0% na receita, sendo 10,5% com as vendas realizadas pela Portobello America nos Estados Unidos e 12,6% para os outros mercados das Unidades de Negócios Portobello e Pointer. A participação das vendas do canal Engenharia foi de 19,4% vs. 18,3% no ano anterior.

LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto Ajustado e Recorrente atingiu R$ 946 milhões em 2022, um crescimento de 14,3% em relação ao ano anterior, com manutenção da Margem Bruta no patamar de 43,0%, em linha com 2021. No quarto trimestre, o Lucro Bruto Ajustado e Recorrente foi de R$ 200 milhões no período, retração de -14,8% vs. 4T21. A Margem Bruta Ajustada e Recorrente também apresentou queda em relação ao 4T21, atingindo 40,3%, uma variação de -4,8 p.p. 4T21. A evolução dos custos, em decorrência da maior pressão inflacionária, não pôde ser adequadamente alocada através dos reajustes nos preços, uma vez que o mercado vinha apresentando desaceleração ao longo do ano.

DESPESAS OPERACIONAIS

As Despesas Operacionais Ajustadas em 2022, quando analisadas como percentual da Receita Líquida, apresentaram aumento de 1,7 p.p. em relação a 2021 (+2,3 p.p. no 4T22 vs. 4T21). As maiores variações em termos absolutos ocorreram nas despesas com vendas, principalmente em função do crescimento da estrutura de vendas, absorvida nas aquisições realizadas e expansão da rede de Lojas Próprias, assim como pela estratégia de marketing adotada na Portobello America na fase pré-operacional da entrada da fábrica em operação, visando o ganho de escala no mercado norte-americano. No 4T22, as Despesas Operacionais Ajustadas apresentaram variação de 2,0 p.p. na participação da Receita Líquida e 30,3% em valores absolutos, em partes em decorrência do efeito não-recorrente relativo ao ganho fiscal relacionado à reversão da DIFAL - Diferencial de Alíquota de ICMS, reconhecido no 1T22. Nesta fase pré-operacional em que a Portobello América se encontra, a Companhia incorreu em despesas que na sua maior parte se caracterizam como pré-operacionais, sejam aquelas relativas à preparação do início da fábrica ou às atividades de vendas, marketing e demais áreas de apoio. Neste sentido, as despesas totais na Portobello América no 4T22 foram de R$ 30,1 milhões e R$ 93,9 milhões em 2022. Estas despesas fazem parte do planejamento estratégico da unidade e são consideradas, para fins gerenciais, parte do investimento do projeto, do qual é esperado retorno futuro. Também vale destaque as despesas geradas devido aos avanços da Portobello Shop, principalmente à expansão das lojas próprias. As despesas da UN Portobello Shop atingiram R$ 301 milhões, R$ 68 milhões a mais que em 2021. As Despesas com Vendas no 4T22 representaram 28,2% da Receita Líquida, um aumento de 4,7 p.p. vs. 4T21. Em termos absolutos, as Despesas com Vendas aumentaram 14,3% vs. 4T21 e, no acumulado do ano, cresceram 26,7% comparado ao ano anterior, grande parte devido à participação em feiras e eventos, como a Expo Revestir, *Coverings* (EUA) e a Cersaie (Itália), que neste ano foram realizadas de forma presencial. As Despesas Gerais e Administrativas corresponderam a 5,1% da Receita Líquida no 4T22, aumento de 0,9 p.p. comparado ao 4T21. Em termos absolutos o crescimento foi de 15,7%. No ano, estas despesas representaram 4,1% da Receita Líquida (+1,0 p.p.) e apresentaram crescimento absoluto de 30,7%. Grande parte desta variação se deve aos investimentos na estrutura dos times das operações com maior crescimento, principalmente nas Unidades de Negócios Portobello America e Portobello Shop. Estes investimentos estão em linha com o planejamento estratégico da Companhia e devem ser suportados pelo crescimento esperado e as despesas devem ser diluídas proporcionalmente ao desenvolvimento das operações. As Outras Receitas e Despesas em 2022 referem-se principalmente ao provisionamento do Programa de Participação no Resultado (PPR) e do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), que totalizaram R$ 13,9 milhões e provisões cíveis, trabalhistas e tributárias no valor de R$ 4,7 milhões. Em 2022 as Despesas Operacionais foram impactadas positivamente pelo efeito não-recorrente relativo ao ganho fiscal relacionado à reversão da DIFAL - Diferencial de Alíquota, dado que foi considerada inconstitucional, no valor de R$ 17,3 milhões.

EBITDA

Mesmo frente aos desafios de mercado, a Companhia segue apresentado bons patamares de resultado operacional, em linha com sua estratégia, que, em 2023, passará a incorporar bons níveis de rentabilidade na Portobello America, cuja unidade fabril entrará em operação no 2T23. Este resultado demonstra a construção e otimização da equação entre desempenho de volume, flexibilização de preços, inovação e constante melhoria do *mix* de produtos, combinado com a disciplina na gestão de custos e despesas. O EBITDA Ajustado e Recorrente em 2022 foi de R$ 386 milhões, um crescimento de 5,7% vs. 2021, resultando em uma Margem EBITDA Ajustada e Recorrente de 17,6%, -1,5 p.p. inferior a 2021, principalmente em decorrência ao maior patamar de despesas em relação à Receita Líquida, mas também impactado pelo resultado abaixo da média no 4T22 comparado aos outros trimestres. O EBITDA Ajustado e Recorrente no trimestre foi de R$ 60,6 milhões (-37,1% vs. 4T21), com margem de 12,2%, sendo impactado pelos menores resultados de vendas e Margem Bruta. O valor de eventos não recorrentes de R$ 6,9 milhões registrado no 4T22 é referente ao ganho fiscal relacionado à reversão da DIFAL, que foi considerada inconstitucional. No ano os valores reconhecidos como eventos não recorrentes foram de R$ 19,9 milhões, sendo R$ 17,3 milhões relacionado ao ganho fiscal da reversão da DIFAL e otimização tributária de COFINS, no valor de R$ 3,0 milhões, parcialmente compensados pelo reconhecimento de outros ganhos judiciais na ordem de R$ 0,3 milhão.

LUCRO LÍQUIDO

A atual conjuntura macroeconômica do Brasil, com altas taxas de juros, fez com que as despesas financeiras da Companhia apresentassem aumento de 85,0% em 2022, sendo um ofensor do Lucro Líquido Ajustado e Recorrente no período, quando atingiu R$ 137 milhões no ano, uma redução de -27,0% comparado a 2021. No 4T22, o Lucro Líquido Ajustado e Recorrente foi de R$ 4,9 milhões, resultado de uma piora na performance operacional atrelado aos fatores econômicos observados ao longo do ano. No 4T22 o Lucro Líquido foi impactado positivamente pelo efeito não-recorrente relativo ao ganho fiscal relacionado à reversão da DIFAL - Diferencial de Alíquota, que foi considerada inconstitucional, no valor de R$ 4,9 milhões, parcialmente compensado pela incidência de R$ 3,3 milhões referente ao IR/CSLL.

FLUXO DE CAIXA

A Companhia encerrou o ano com posição de caixa de R$ 256 milhões, um aumento de R$ 66,4 milhões vs. 2021. A variação no saldo final de caixa ocorreu em decorrência do menor nível de desembolso nas atividades de financiamento realizado no período, com menores amortizações no período em decorrência da gestão eficiente do caixa e calendarização da dívida. O saldo está em linha com a estratégia de gestão adotada pela Companhia. Adicionalmente, em julho de 2022 foram recebidos recursos relativos ao resgate de depósitos dados em garantia, no valor de R$ 58,3 milhões. Em 2022 os valores levantados totalizaram R$ 93,8 milhões, que impactaram positivamente a linha de atividades operacionais, referente a: (i) cédulas de crédito rural, no valor de R$ 20,3 milhões; (ii) resgate de depósitos dados em garantia no valor de R$ 73,5 milhões. As atividades operacionais da Companhia geraram um caixa de R$ 227 milhões em 2022, impulsionadas pelos bons patamares de EBITDA, porém foram impactadas pela variação no capital de giro, principalmente o aumento dos níveis de estoque. As atividades de investimentos da Companhia foram de R$ 206 milhões em 2022, destinados principalmente a expansão da rede de lojas próprias da Portobello Shop, aos investimentos na nova fábrica da Portobello America, ao CapEx destinado à planta de Tijucas-SC, com a atualização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores. Adicionalmente, no 1T22 houve impacto positivo no valor de USD 11,8 milhões (R$ 55,8 milhões) nas atividades de investimento em decorrência do reconhecimento da venda de ativos, especificamente o terreno no Tennessee pelo valor de R$ 18,1 milhões, e o reembolso feito pela Oak Street por investimentos realizados na construção da nova fábrica no valor de R$ 37,6 milhões na operação de BtS fechada em março de 2022. As atividades de financiamento resultaram em um efeito positivo de R$ 45,3 milhões no ano, em decorrência das captações realizadas que totalizaram R$ 192 milhões e ao melhor perfil da dívida, com alongamento dos prazos. O pagamento de empréstimos e financiamentos totalizou um montante de R$ 12,6 milhões no período. No mês de setembro foi pago aos acionistas o valor de R$ 43,3 milhões a título de dividendos antecipados.

CAPITAL DE GIRO

O Capital de Giro da Companhia apresentou redução no 4T22 totalizando um valor de R$ 318 milhões, R$ 56,1 milhões abaixo do 3T22 (-15,0%). O Ciclo de Conversão de Caixa no 4T22 foi de 57 dias, aumento de 10 dias comparado ao 3T22, com melhoras nos prazos da carteira de recebíveis, porém prejudicado pelo aumento nos prazos de estoques. Comparado ao 4T21 a variação no Capital de Giro foi de R$ 47,5 milhões e 25 dias no Ciclo de Conversão de Caixa. Grande parte da variação dos Estoques aconteceu em função da desaceleração do mercado de construção civil, principalmente nas regiões Norte/Nordeste, que impactou principalmente a Pointer, mas também em função da melhoria do nível de serviço de atendimento a clientes do varejo e do mercado norte americano.

INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2022 totalizaram R$ 401 milhões, sendo que 33,7% foram destinados ao projeto da nova fábrica da Portobello America, 29,9% foram destinados aos investimentos em lojas próprias, 21,4% foram destinados à planta de Tijucas-SC e o restante para projetos comerciais e corporativos e para a unidade industrial de Marechal Deodoro-AL. Os investimentos realizados em lojas próprias em 2022 foram referentes, em grande parte, à aquisição das lojas anunciadas pela Companhia nos meses de março (Pacaembu e Gabriel) e julho (Balneário Camboriú, Tijucas e São José), além da inauguração de novas lojas que ocorreram ao longo do ano. Os investimentos realizados na Portobello America são, em grande parte, relacionados à aquisição de máquinas e equipamentos para a fase 1 da nova fábrica, que deverá entrar em operação no segundo trimestre de 2023. A planta, quando concluída, será uma das fábricas de revestimentos cerâmicos mais modernas dos Estados Unidos, contando com tecnologia de ponta em todas as suas instalações. O investimento total destas aquisições de equipamentos será de aproximadamente USD 40 milhões.

ENDIVIDAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL

A Dívida Líquida da Companhia encerrou o ano em R$ 630 milhões, aumento de R$ 53,5 milhões vs. 2021. Comparado ao 3T22 houve um aumento de R$ 46,2 milhões em função dos investimentos de capital de giro e CapEx. O avanço do EBITDA Ajustado e Recorrente dos últimos 12 meses para R$ 396 milhões e a disciplina na gestão financeira, cujo foco está na constante otimização do Ciclo de Conversão de Caixa, resultaram na manutenção da alavancagem financeira em 1,6 vez o EBITDA Ajustado e Recorrente, mantido próximo a ao menor patamar de endividamento já alcançado pela Companhia. Em 2022 foram amortizados R$ 74,8 milhões de Dívida Bancária contratada. As captações totalizaram R$ 192 milhões. Ao final de 2022 foram atingidas todas as exigências contratuais (*covenants*) relativas ao índice de alavancagem, que poderiam provocar o vencimento antecipado de contratos de financiamento e das Debêntures. Abaixo é apresentado o cronograma de amortização (Dívida Bancária Bruta): A Dívida Bancária Bruta com vencimento no curto prazo representa 18,8% do total, uma redução de 1,2 p.p. em relação ao 3T22. O restante da dívida tem vencimento no longo prazo, como apresentado no cronograma de amortização acima. A Dívida Bancária Bruta é na sua grande maioria (89,4%) em moeda nacional. O custo total médio da Dívida Bancária é de 13,26% a.a. e o prazo médio é de 4,7 anos, vs. 4,4 em 2021. Este perfil de dívida proporciona maior flexibilidade para a Companhia desenvolver seu plano estratégico focado no crescimento do varejo no Brasil e negócios internacionais, principalmente nos EUA através da Portobello America.

DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3

As ações negociadas no código PTBL3, encerraram o pregão de 30 de dezembro de 2022 cotadas a R$ 8,23, apresentando desvalorização de -14,6% quando comparado ao fechamento de 2021 (cotação R$ 9,64). O volume financeiro médio diário negociado (ADTV, na sigla em inglês) no 4T22 foi de R$ 14,8 milhões. Ao final de 2022, a Companhia apresentava valor de mercado equivalente a R$ 1.160 milhões.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da Companhia em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar para seu cliente.

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Estatutária

Mauro do Valle Pereira - Diretor Presidente
John Shojiro Suzuki - Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Edson Luiz Mees Stringari - Diretor Vice-Presidente Jurídico e *Compliance*

Conselho de Administração

Nome	Membro
César Gomes Júnior	Presidente do Conselho
Cláudio Ávila da Silva	Vice-Presidente do Conselho
Nilton Torres de Bastos Filho	Conselheiro
Glauco José Côrte	Conselheiro Independente
Geraldo Luciano Mattos Junior	Conselheiro Independente
Walter Roberto de Oliveira Longo	Conselheiro Independente
Marcos Gouvêa de Souza	Conselheiro Independente

Conselho Fiscal

Jorge Muller
Maro Marcos Hadlich Filho
Carlos Eduardo Zoppello Brennand

Contador

Jhenifer Bittencourtt Cardoso Mariann
CRC 029044-O

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia realizou a adequação às exigências ao regulamento no Novo Mercado, com relação aos órgãos de fiscalização e controle, entre eles a criação do Comitê de Auditoria e das áreas de *Compliance* e Auditoria Interna, além da área de Controles Internos. Também foram aprovadas recentemente novas políticas, visando o aprimorando da Governança Corporativa e a adequação às novas exigências do regulamento do Novo Mercado. São elas: (i) Política de Remuneração; (ii) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária; (iii) Política de Transações com Partes Relacionadas; (iv) Política de Gestão de Riscos; (v) Revisão da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários. Todas as políticas estão disponíveis nos sites da B3, CVM e da Companhia (https://ri.portobello.com.br/). Seguem abaixo os principais pontos relativos à Governança Corporativa na Portobello: • Ações listadas no Novo Mercado da B3; • Apenas ações ordinárias em circulação, ou seja, cada ação dá direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas; • *Tag-Along* de 100%; • Quatro membros independentes no Conselho de Administração; • Política de dividendos mínimo correspondente a 50% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Acordo de Acionistas; • Comitê Independente de Auditoria; • Área de Controles Internos; • Políticas citadas acima. Endereço eletrônico para encaminhamento de assuntos referente à governança corporativa para alta direção dri@portobello.com.br.

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMPLETAS EXAMINADAS PELA PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES SE ENCONTRAM NO SITE WWW.PORTOBELLO.COM.BR/RI.

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EXTRATO DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 05/2023

CONTRATANTE: Departamento de Água e Esgoto de Marília. CONTRATADA: FRANKLIN ELECTRIC INDÚSTRIA DE MOTOBOMBAS S.A. OBJETO: Serviços especializados para reforma em 03 (três) conjuntos de moto bombas, marca Leão, modelos diversos, com fornecimento de peças e mão de obra. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, Inciso I da Lei 8666/93, atualizada. Marília, 28/03/2023. BRUNO FERRINI MANHAES BACELAR - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 15/2023 – P. E. 04/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônico. NÚMERO: 04/2023. OBJETO: **Aquisição de gaxetas de diversas seções para a vedação de equipamentos de recalque presentes nas unidades da Autarquia, de acordo com Anexo I – Termo de Referência.** CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: a partir de 29/03/2023 às 09:00 horas até dia 13/04/2023 às 08:30 horas. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Dia 13/04/2023 a partir das 08:31 horas. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 13/04/2023 a partir das 08:40 horas no site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Edital e Informações na Divisão de Licitações – Rua São Luiz, 359 - Marília/SP, fone (14) 3402-8510 ou no site acima citado. Marília, 28 de março de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que se encontra aberto no Departamento de Licitações, a Tomada de Preços n.º 005/2023, que tem como objetivo a Contratação de empresa, por regime de empreitada global, para Contratação de empresa, por regime de empreitada global, para revitalização e construção de tanatório no Velório Municipal, cujo recebimento dos envelopes ocorrerá até o dia 18/04/2023, às 09:00 horas, iniciando-se a sessão de abertura logo em seguida. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, localizado na Av. Siqueira Campos, 1.430, ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (xx18 3361-9100) ramal 9109.
Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 28 de março de 2023.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
GOVERNO FEDERAL

EDITAL Nº 96, DE 01 DE MARÇO DE 2023

A Superintendente-Geral Substituta do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Sra. **FERNANDA GARCIA MACHADO**, diante do disposto no art. 70, §2º, da Lei nº 12.529/11, **NOTIFICA**, pelo presente **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**, os Representados Nippon Chemi-Com; Akira Nakayama; Hideaki Ochiai; Katsunori-Sato; Kazuo Yoshihara; Shoe Ide; Takeshi Matsuzaka (Matsusaka); Takuro Isawa; Yasutoshi Ohno (Ono), que se encontram em local ignorado, incerto, não sabido e/ou inacessível, acerca da instauração do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 08700.010056/2014-09 (Apartado de Acesso aos Representados nº 08700.011098/2014-59)**, destinado a apurar suposta prática de condutas anticompetitivas no mercado internacional de capacitores eletrolíticos e capacitores de filmes, com efeitos no Brasil, passíveis de enquadramento nos artigos 20, I a IV, e 21, I, III, VIII e X, da Lei nº 8.884/94, bem como no art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d" e inciso VIII da Lei nº 12.529/2011. Os Representados deverão, sob pena de revelia, apresentar defesas no prazo legal de **60 (sessenta)** dias, que se iniciará depois de findo o prazo do edital, de 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação em jornal de grande circulação nacional ou na rede mundial de computadores. As demais intimações serão realizadas por publicação no D.O.U. Afixe-se e publique-se nos termos da lei.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Geral substituta

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital e remoto no dia 26 de abril de 2023, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **I.** Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **II.** Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia, caso os acionistas requeiram a sua instalação. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.gpari.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a proposta da administração e manual de participação para esta Assembleia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"). Participação na Assembleia Geral via sistema eletrônico: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da plataforma digital deverão acessar o endereço eletrônico https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/#/?id=4E01EC0872DE, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos indicados abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o Acionista receberá login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas por meio da página de cadastro acessível através do endereço eletrônico indicado acima: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante; (b) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (c) para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (d) para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; (e) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato, que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas pelos Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil. Participação na Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância: Nos termos da Resolução CVM 81, conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual de Participação, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância ("BVD"), deverão enviar instruções de voto: (a) diretamente à Companhia por e-mail, acompanhados dos documentos indicados nos itens (a) a (e) acima; (b) por meio (i) dos seus respectivos agentes de custódia (caso esses prestem esse tipo de serviço); ou (ii) do Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. Para o BVD produzir efeitos, o dia 19 de abril de 2023 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas acima indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o Boletim de Voto à Distância for recebido após o dia 19 de abril de 2023, os votos não serão computados. A Companhia não exigirá a entrega física do documento, conforme termos constantes da Proposta da Administração e Manual de Participação. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do Boletim de Voto à Distância e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação.

São Paulo, 27 de março de 2023.
Jean-Charles Henri Naouri
Presidente do Conselho de Administração

cogna COGNA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ n° 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings*, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia nos termos da Resolução CVM nº 81/22, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a absorção, pela reserva de capital, do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023; (iv) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; e (v) Caso o Conselho Fiscal seja instalado, fixar o respectivo número de membros, eleger seus membros e os respectivos suplentes, bem como fixar a sua remuneração. Esclarecimentos: Conforme autorizado pelo Artigo 28, §3º da Resolução CVM nº 81/22, **a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital**, podendo os senhores acionistas da Companhia participar e votar por meio do sistema eletrônico, ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, em ambos os casos, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Poderão participar da Assembleia ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, devendo ser observadas as formalidades exigidas nos termos do art. 126 nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e descritas no Manual de Participação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao art. 133 da Lei das S.A., bem como no seu site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/) e da B3 (https://www.b3.com.br/), cópias dos documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM nº 81/2022. Participação Por Meio Digital: Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=6AB185AD7157, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme descritos no Manual de Participação na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 26 de abril de 2023) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. Nos termos do art. 5º, §1º da Resolução CVM nº 81/2022, as informações completas sobre as regras e os procedimentos sobre como os acionistas podem participar e votar a distância na Assembleia, incluindo demais informações para acesso e utilização do sistema pelos acionistas, encontram-se descritas no Manual de Participação na Assembleia, disponível no site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/). Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone (11) 95653-6129 ou pelo e-mail dri@cogna.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, III, da Resolução CVM nº 81/22. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou voto a distância, incluindo orientações sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia estão descritos no Manual de Participação na Assembleia. Participação por meio do Boletim de Voto a Distância: O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do agente escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do Manual de Participação na Assembleia e do Boletim de Voto a Distância.

Belo Horizonte, 28 de março de 2023
Rodrigo Calvo Galindo
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2023 - PROCESSO N.º 438/2023

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2023, do tipo menor preço por item, destinada a seleção de proposta mais vantajosa, para aquisição de 01 (uma) de MÁQUINA MOTONIVELADORA, ano de fabricação e modelo 2023, a ser utilizada pela Secretaria de Meio Ambiente, objeto do CONVÊNIO ESTADUAL, CONTRATO: BB/FECOP N.º 160 / 2021 / SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Edital através dos sites www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br sem ônus aos interessados solicitantes. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 25/04/2023 – Horas 09:00:00; ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 25/04/2023 – Horas 09:05:00; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 25/04/2023 – Horas 10:00:00. Informações: das 9:00 às 17:00 horas, e-mail: licitacao@saomiguelarcanjo.sp.gov.br, Telefone: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 28 de março de 2023. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal.

CLUBE ATLÉTICO JUVENTUS. São Paulo, 28 de março de 2023 - PCD 121/2023. **Edital de Convocação Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo de 10/04/2023.** Ivan Antipov, Presidente do Conselho Deliberativo, no cumprimento de suas atribuições e com base na letra "c" do Inciso I do Art. 67 do Estatuto Associativo, convoca os conselheiros em pleno gozo de seus mandatos, diretos associativos e quites com os cofres do Clube para comparecerem à Reunião Ordinária convocada para o dia 10/04/2023, às 18h30min em primeira chamada com a presença de metade mais um de seus membros efetivos (50% + 1) ou em segunda e última chamada às 19h00min, então com qualquer número de conselheiros, a ser realizada na denominada Boate Piramyd's, localizada na Rua Comendador Roberto Ugolini, 20, nesta Capital, para cumprir a seguinte Ordem do Dia: (i) eleger por aclamação os membros da única Chapa concorrente (CHAPA 2) para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo para o período de 01/05/2023 a 30/04/2026, conforme previsto no § 1º do Item I do Art. 69 e no Art. 119 do Estatuto Associativo. (ii) à CHAPA 02, homologada pelo Corpo Diretivo do Conselho Deliberativo e pela sua Comissão do Sindicância com base na Resolução PCD 001/2023 e no Estatuto Associativo para concorrer ao pleito tem a seguinte composição: Presidente: Carlos Eduardo Gomes Pedroso Vice-Presidente: Benedito Antonio Couto. (iii) A posse dos membros eleitos se dará em 01/05/2023. Observações: (i) os conselheiros aptos a votarem são aqueles constantes da Lista de Presença da reunião e que totalizam 102 membros. (ii) os casos porventura omissos serão resolvidos pelo Presidente da Mesa no âmbito de suas atribuições e competência. Ivan Antipov Presidente do Conselho Deliberativo.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94 - NIRE 35.300.340.604

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os acionistas da **Superbac Biotechnology Solutions S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 08:30 horas do dia 12 de abril de 2023, em sua sede social, localizada na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, a fim de deliberar sobre: **(i)** a ratificação da celebração de empréstimo através da contratação de Cédula de Crédito Bancário pela Superbac Fertilizantes e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Superbac Fertilizantes") e o Banco Cooperativo SICOOB S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 02.038.232/0001-64, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com prestação de garantia real pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(ii)** a ratificação da celebração de empréstimo através da contratação de Cédula de Crédito Bancário pela Superbac Fertilizantes e o Banco Santander S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 90.400.888/0001-42, no valor de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), com prestação de garantia pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(iii)** a ratificação da celebração de empréstimo em moeda estrangeira (euros), através da celebração de contrato NDF (*Non Deliverable Forward*) pela Superbac Fertilizantes e o Banco Itaú Unibanco S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Itaú"), no valor de R$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), com prestação de garantia fidejussória (duplicatas) pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(iv)** a ratificação da celebração de empréstimo em moeda estrangeira (euros), através da celebração de contrato NDF (*Non Deliverable Forward*) pela Superbac Fertilizantes e o Banco Itaú, no valor de R$ 43.170.442,00 (quarenta e três milhões, cento e setenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais), com prestação de garantia fidejussória (duplicatas) pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(v)** a ratificação de 4 (quatro) operações financeiras de financiamento à importação (FINIMP), em moeda estrangeira (dólares norte-americanos), através da celebração de 4 (quatro) contratos NDF (*Non Deliverable Forward*) pela Superbac Fertilizantes e o Banco Itaú, no valor total de R$ 40.132.967,95 (quarenta milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), com prestação de garantia fidejussória (duplicatas) pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(vi)** a aprovação da parceria comercial entre a Companhia e a Amazônia Care, organização não governamental, inscrita no CNPJ/ME sob nº 46.764.133/0001-35, sendo que a associada fundadora da organização é parte relacionada do acionista da Companhia; e **(vii)** autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. Os documentos referentes aos itens da ordem do dia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como a Companhia está à disposição dos acionistas para eventuais esclarecimentos.

Cotia/SP, 27 de março de 2023
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho - Presidente do Conselho de Administração

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Categoria: Carpintaria - Data Base: 01/06/2023 – O Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário Solidariedade-SP, devidamente inscrito no CNPJ/MF: 59.325.308/0001-50, com sede na Rua Perrela, nº 278- Bairro: Fundação- Cidade: São Caetano do Sul - SP - CEP: 09520-650, pelo presente edital, convoca TODOS os trabalhadores do Setor de moveleiro, pertencentes ao 3º GRUPO, nos termos do Artigo 517 da CLT, ASSOCIADOS ou NÃO, pertencentes a base territorial do Sindicato Solidariedade, nos termos estabelecidos na Carta/Certidão Sindical expedido pela Secretaria do Ministério do Trabalho e Emprego, todos com direito a voz e voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 05/04/2023, sito na Rua: Perrela nº 278, Bairro Fundação, no município de São Caetano do Sul-SP, às 17h00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º Leitura, Discussão e Aprovação da ata de assembleia anterior; 2º Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação dos trabalhadores, a ser enviada ao SINDICATO PATRONAL DA INDÚSTRIA DE CARPINTARIA E ARTEFATOS DE MADEIRA DE SP, Entidade Patronal, referente à data base de 01/06/2022, do Setor de CARPINTARIA/SP, podendo no decorrer das negociações, alterar a pauta, com exclusão, inclusão ou modificação de reivindicações. 3º Deliberar sobre a concessão de poderes à diretoria do Sindicato, para dar início à negociação para renovação das cláusulas coletivas vigentes até 01/06/2023 em conjunto e/ou separadamente dos demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com a Entidade Patronal; 4º Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive sobre a deflagração do estado de greve; 5º Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para suscitar havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o Tribunal Regional do Trabalho, com como, instaurar o Dissídio de Greve, e ainda constituírem se pertinente comissão de negociação, cujo custeio restará absorvido pelas contribuições descritas no item 9º; 6º - Deliberar a manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; 7º Deliberar quanto a abrangência, alcance ou extensão dos frutos da negociação, cabendo aos presentes deliberarem se os mesmos abrangerão a todos os integrantes da categoria ou apenas aos associados, sendo que quanto aos associados terão seus efeitos desde logo assegurados, nos termos do Estatuto, independentemente de deliberação à respeito; 8º Havendo deliberação pela abrangência categorial, considerar-se-ão concordes com todas as deliberações desta assembleia ou ausentes e omissos, bem como, expressa e previamente autorizado à Entidade Sindical a negociar em nome destes; 9º Deliberar sobre as contribuições, valores, percentuais ou taxas que serão descontados em folha de pagamento dos integrantes da categoria associados ou não, que servirão para o custeio e manutenção das atividades sindicais e pelos serviços desenvolvidos em defesa dos trabalhadores da categoria, nos termos da Convenção 95 da OIT, ratificada pelo Brasil em seu artigo 8º, item 1, com a Constituição Federal no artigo 8º e incisos, no Art. 513 alínea "e" da CLT, no Enunciado 24 de 28/11/18 aprovado pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho e do Enunciado de nº 38 da ANAMATRA. Se na hora aprazada não houver quórum, a Assembleia fica convocada às 18h00horas, uma hora após, com quaisquer números de presentes, cujas deliberações terão validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a Categoria. SãO Caetanodo Sul/SP, Data: 29 de Março de 2023, Edison Luiz Bernardes- Presidente.

cogna COGNA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ n° 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 11h00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (*Performance Shares*), Esclarecimentos: Conforme autorizado pelo artigo 28, §3°, da Resolução CVM n° 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), **a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital,** podendo os senhores acionistas da Companhia participar e votar por meio do sistema eletrônico, ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, em ambos os casos, nos termos da Resolução CVM 81. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao artigo 133 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"), bem como no seu site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/), cópias dos documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. Participação por Meio Digital: Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=53F26DFA4A44, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme descritos no Manual de Participação na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 26 de abril de 2023) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. Nos termos do art. 5°, § 1° da Resolução CVM n° 81/2022, as informações completas sobre as regras e os procedimentos sobre como os acionistas podem participar e votar a distância na Assembleia, incluindo demais informações para acesso e utilização do sistema pelos acionistas, encontram-se descritas no Manual de Participação na Assembleia, disponível no site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/). Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone (11) 95653-6129 ou pelo e-mail dri@cogna.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, §1°, II, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, III, da Resolução CVM 81. Participação Por Meio do Boletim de Voto a Distância: O acionista que desejar poderá, a partir desta data, exercer o seu direito de voto em relação às matérias da Assembleia por meio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81, a ser enviado conforme orientações do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, por meio de uma das seguintes três opções de entrega: • Para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; • Para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e • Diretamente à Companhia, aos cuidados do departamento jurídico. Nos termos da Resolução CVM 81, o boletim de voto a distância deve ser recebido até 7 dias antes da data da Assembleia, ou seja, até o dia 21 de abril de 2023, inclusive, devendo o acionista (i) enviá-lo diretamente à Companhia, conforme as instruções abaixo, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador, observadas as regras e prazos por esses determinados. Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos e prazos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim. Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, bem como o escriturador, desconsiderarão eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos Rua Cláudio Manoel, n° 36, 13° andar, sala 1, bairro Funcionários, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos cuidados da Diretoria Jurídica, Sr. Leonardo Augusto Leão Lara (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) cópia autenticada dos documentos indicados no quadro contido na seção "Participação Por Meio Digital". Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias a contar do recebimento, se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário. Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia, portando os documentos exigidos conforme o quadro contido na seção "Participação Por Meio Digital", e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Belo Horizonte, 28 de março de 2023
Rodrigo Calvo Galindo
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº CP 06/2023 – IPPUC

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração dos projetos executivos de engenharia de infraestrutura viária compreendendo diversas vias que compõe três novos binários, com Obra de Arte Especial, denominados "Binários Abranches-Pilarzinho-Bacacheri", em conformidade com as especificações que fazem parte integrante do Termo de Referência e do Edital e demais anexos.
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: R$ 3.834.664,94
OS ENVELOPES contendo as Propostas de Preços e os Documentos para Habilitação deverão ser entregues simultaneamente no Protocolo do IPPUC, situado na Rua Bom Jesus, nº 669, Bairro Cabral - Curitiba - Paraná, Brasil, CEP 80.035-010, **até às 11h30 do dia 04 de maio de 2023**. A abertura dos envelopes de Proposta de Preços dar-se-á na mesma data às 14h30, nas dependências do IPPUC.
O EDITAL encontra-se disponível para "download", juntamente com seus anexos, estarão disponibilizados no portal do IPPUC - www.ippuc.org.br e no portal do Município de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br.

Luiz Fernando de Souza Jamur
Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA

SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA - CNPJ nº 15.141.799/0001-03 - NIRE nº 29 3 0000439-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **18/04/2023**, às **10 horas**, na sede social da Companhia, à Estrada de Santiago, s/n, Santiago, Pojuca, Bahia, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Assembleia Geral Ordinária: 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022; **3.** Aprovar o valor para destinação à Reserva de Investimento, atendendo ao Orçamento de Capital (art. 196 da Lei nº 6.404/76); **4.** Aprovar o valor para incorporação à Reserva de Investimento proveniente de juros sobre capital próprio/dividendos prescritos (Lei 6.404/76, art. 287, inciso II, letra "a"); **5.** Aprovar a proposta do Orçamento de Capital, previsto para o quadriênio de 2023 a 2026; **6.** Eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; **7.** Fixar a remuneração anual global fixa e variável dos administradores; **8.** Aprovar a alteração dos jornais de grande circulação indicados para publicação dos atos societários da Companhia, nos termos do artigo 289, inciso I e § 3º da Lei nº 6.404/76. Informações adicionais: Para participação na Assembleia, os acionistas deverão apresentar documento hábil de suas identidades e comprovantes expedidos pela instituição financeira depositária. Os acionistas podem ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia, instituição financeira ou advogado, nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/76. Com a finalidade de organizar os trabalhos da Assembleia, solicitamos que as cópias das procurações sejam enviadas para o seguinte endereço eletrônico: ferbasa@ferbasa.com.br, até o dia **14/04/2023**. Os documentos serão recebidos até o horário indicado no Edital de Convocação. O Acionista poderá se valer, também, do Boletim de Voto a Distância, nos termos das Resoluções da CVM nº 80 e 81, ambas de 29 de março de 2022. Para tanto será necessário que o Acionista siga as orientações de preenchimento do Boletim de Voto a Distância, bem como atenda aos prazos de envio com as informações de voto fixadas no referido Boletim, conforme regulamentação em vigor. Nos termos da Resolução nº 81/22, o percentual mínimo para adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta, na sede da Cia e nos sites www.ferbasa.com.br, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br. Pojuca, 27 de março de 2023. **Geraldo de Oliveira Lopes -** Presidente do Conselho de Administração.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Online
1º Leilão: 12/04/2023 às 15h00
2º Leilão: 27/04/2023 às 15h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela Credora Fiduciária ***RIO DAS FLORES DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA***, inscrita no CNPJ sob nº 20.486.982/0001-80, com sede em São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular com Caráter de Escritura Pública, firmado em 19/01/2018, conforme averbações nºs 03 e 04 da referida matrícula, no qual figura Fiduciante ***TIAGO AURELIO BASSI***, brasileiro, solteiro, maior, consultor, portador do RG nº 46.311.375-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 398.886.458-70, residente e domiciliado em Itatiba/SP, já qualificados no citado instrumento particular, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente ***On-line***, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site ***www.portalzuk.com.br***. **2. Descrição do imóvel: Lote n° 8 da Quadra 03** do Loteamento denominado Residencial Rio das Flores, localizado na Rodovia Romildo Prado, Km 13,5, Bairro da Tapera Grande, inserido na Macrozona Urbana do município e comarca de Itatiba, na Zona Predominantemente Residencial, com a seguinte descrição perimétrica: tem início na intersecção do Lote 9 da Quadra 03 e Rua 1, deste ponto segue em curva (raio: 241,00m e ângulo central: 11°26'22") fazendo frente para a Rua 1 medindo 14,29m; do lado esquerdo de quem olha da mencionada rua para o terreno deflete a direita e segue em linha reta por 31,46m confrontando com o Lote 7 da Quadra 03; deflete a direita e segue em curva (raio: 214,50m) por 2,91m confrontando com o Lote13 da Quadra 03 e segue em curva (raio: 214,50m) por 09,53m confrontando com o Lote 12 da Quadra 03 totalizando 12,44m de fundo: deflete a direita e segue em linha reta por 31,49m confrontado com o Lote 9 da Quadra 03 onde encontra o ponto de partida. Totaliza uma área de 420,68m². Inclui em seu interior a Viela Sanitária com a seguinte descrição: Localizada na lateral lote 8. A considerar que o observador situa-se sobre a viela sanitária e olha em direção à Rua 1. Medindo na lateral direita em linha renta 31,47m de comprimento confrontando com o lote 7. Medindo em linha reta 31,46m de comprimento na lateral esquerda, confrontando com o próprio lote. Medindo em curva 1,50m de comprimento na frente, confrontando com a Rua 1. Totalizando uma área de 47,20m. A viela sanitária possui uma largura de 1,50m. **Av. 02/056994** - Consta contrato padrão com condições a serem observadas quanto ao aproveitamento do terreno, no tocante as edificações e suas características e demais condições relativas ao empreendimento. **Imóvel objeto da matrícula nº 56.994 do Cartório de Registro de Imóveis de Itatiba/SP. Observação: Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. 3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 12/04/2023**, às **15:00** h. Lance mínimo: **R$ 466.218,80 (Quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e dezoito reais e oitenta centavos). >2º Leilão: 27/04/2023** às **15:00** h. Lance mínimo: **R$ 350.234,78 (Trezentos e cinquenta mil, duzentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos). 4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site **portalzuk.com.br** e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10. Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site portalzuk.com.br**, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ/MF n° 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" e "Acionistas", respectivamente) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada **de modo exclusivamente digital no dia 27 de abril de 2023, às 11h**, nos termos do artigo 5°, §2°, inciso I e artigo 28, §§2° e 3° da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n° 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **I.** Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia: (a) artigo 4°, *caput* para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, devido a aumento de capital aprovado em reunião do Conselho de Administração; (b) inclusão do parágrafo 2° no artigo 15 para inclusão de regra de desempate nas reuniões do Conselho da Administração; (c) artigo 17, alíneas "p" e "r" para alterar valores de alçada de determinadas competências do Conselho de Administração, e inclusão das novas alíneas "s" e "t" para incluir como competências do Conselho da Administração, a aquisição de participação em outras sociedades e a prestação de garantias em favor de terceiros, respectivamente; (d) artigo 22, para inclusão do cargo de "Vice-Presidente" para as Diretorias Comercial e de Operações; (e) artigos 29 e 30, para exclusão de determinadas competências do Diretor Comercial e do Diretor de Operações, respectivamente, assim como ajustes que derivem exclusivamente de tais alterações; **II.** Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência das alterações deliberadas no item I acima, caso aprovadas; e **III.** Deliberar sobre a rerratificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **I.** Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração e das respectivas Contas dos Administradores, Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **II.** Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **III.** Em relação à eleição do Conselho de Administração da Companhia: **(a)** determinar o número efetivo de membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato; **(b)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(c)** deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração; e **(d)** eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 8°, inciso III do Estatuto Social da Companhia. **IV.** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.ri.assai.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a Proposta da Administração e Manual de Participação para a Assembleia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"). Participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão acessar o *website* da Companhia, no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=F77CA9DEFDD7, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023. Tal solicitação deverá ser acompanhada dos documentos indicados na Proposta da Administração e Manual de Participação. **Nos termos do artigo 6°, §3° da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** Após a análise dos documentos pela Companhia, o Acionista receberá um *e-mail* no endereço utilizado para o cadastro com a confirmação da aprovação ou rejeição justificada do cadastro realizado e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. As orientações sobre acesso à Plataforma Digital e lembretes sobre as regras de conduta a serem adotadas na Assembleia serão enviadas oportunamente para cada Acionista ou procurador juntamente com a confirmação de cadastrado individual para acesso à Plataforma Digital. Participação na Assembleia por meio de boletim de voto a distância ("BVD"): Nos termos da Resolução CVM 81 e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual de Participação, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto, por meio do BVD, deverão enviar instruções de votos a distância: (a) diretamente à Companhia, preferencialmente pelo *e-mail* adm.societario@assai.com.br, com aviso de recebimento, ou por correspondência, para o escritório da Companhia na Avenida Aricanduva, 5.555 - Âncora "E", Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar - Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000, acompanhadas dos documentos indicados na Proposta da Administração e Manual de Participação; ou (b) por meio (i) dos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço) ou (ii) do Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. Em todos os casos, para o BVD produzir efeitos, o dia 20 de abril de 2023 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia) deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas acima indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o BVD for recebido após o dia 20 de abril de 2023, os votos não serão computados. A Companhia esclarece que, nos termos do artigo 28, §§2° e 3° da Resolução CVM 81, caso o Acionista ou seu procurador devidamente constituído participe da Assembleia através da Plataforma Digital, poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o BVD; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD serão desconsideradas. Nos termos da Resolução CVM n° 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da Assembleia, nos termos do parágrafo 1° do artigo 141 da Lei das S.A.. Informações detalhadas sobre a participação do Acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do BVD e ainda, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. **Jean-Charles Henri Naouri -** Presidente do Conselho de Administração.

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S.A.

CNPJ/MF nº 60.884.319/0001-59

Balanço Patrimonial para os Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		**1.123**	**1.466**
Caixa e equivalentes de caixa	5	32	5
Contas a receber de clientes	6	357	344
Outros direitos realizáveis	7	734	1.117
Não circulante		**17.038**	**16.195**
Direitos realizáveis		9.741	8.898
Cauções e depósitos judiciais	8	1.731	1.406
Depósitos judiciais tributários	8	8.010	7.492
Investimentos	9	52	52
Imobilizado	10	7.245	7.245
Total do ativo		**18.161**	**17.661**
Passivo e patrimônio líquido/ (Passivo a descoberto)	Nota	2022	2021
Circulante		**159.673**	**47.634**
Fornecedores	11	359	448
Obrigações sociais e trabalhistas		21	16
Obrigações fiscais e tributárias	12	114.291	1.356
Adiantamentos de clientes	8	240	-
Provisão para contingências	13	14.866	15.928
Debêntures	14	29.147	29.147
Empréstimos de terceiros	15	749	739
Não circulante		**14.007**	**117.679**
Obrigações fiscais e tributárias	12	53	103.825
Provisão para contingências com depósito judicial	13	5.153	5.153
Empréstimos de terceiros	15	8.801	8.701
Patrimônio líquido/ (Passivo a descoberto)	16	**(155.519)**	**(147.652)**
Capital social		107.838	107.838
Reservas de capital		79	79
Prejuízos acumulados		(263.436)	(255.569)
Total do passivo e patrimônio líquido/ (Passivo a descoberto)		**18.161**	**17.661**

Demonstração de Resultado dos Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 - (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	18	**1.463**	**1.801**
Lucro bruto		**1.463**	**1.801**
Despesas/Receitas operacionais		**3.225**	**(2.572)**
Despesas gerais e administrativas	19	(1.726)	(2.862)
Outras receitas/Despesas operacionais		4.951	290
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**4.688**	**(771)**
Receitas financeiras		603	121
Despesas financeiras	20	(13.158)	(7.029)
Resultado antes do IR e da CS		**(7.867)**	**(7.679)**
Prejuízo do exercício		**(7.867)**	**(7.679)**
Quantidade de ações		6.621.487	6.621.487
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações		(1,188)	(1,160)

Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 - (Em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do período	**(7.867)**	**(7.679)**
Movimentação do período	-	-
Resultado abrangente do período	**(7.867)**	**(7.679)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto) - (Em milhares de Reais)

Eventos	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos iniciais em 01/01/2021	**107.838**	**79**	**(247.890)**	**(139.973)**
Prejuízo do exercício	-	-	(7.679)	(7.679)
Saldos Finais em 31/12/2021	**107.838**	**79**	**(255.569)**	**(147.652)**
Prejuízo do exercício	-	-	(7.867)	(7.867)
Saldos Finais em 31/12/2022	**107.838**	**79**	**(263.436)**	**(155.519)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 - (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CS	(7.867)	(7.679)
Ajustes por:		
Provisão para contingências	(1.062)	(500)
Resultado ajustado	**(8.929)**	**(8.179)**
(Aumento)/Redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(13)	37
Outros direitos realizáveis	383	(370)
(Redução)/Aumento dos passivos		
Fornecedores	(89)	258
Obrigações sociais e trabalhistas	5	2
Obrigações fiscais e tributárias	9.163	7.787
Outras Obrigações a Pagar	-	568
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**520**	**103**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos judiciais	(603)	(124)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(603)**	**(124)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos de terceiros	110	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**110**	**-**
Aumento líquido/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**27**	**(21)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	26
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	32	5

Políticas: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. **4.2. Fatores de Riscos Financeiros:** As atividades da companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. **Risco de Mercado: Risco de Crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

5. **Caixa e Equivalentes de Caixa**:	2022	2021
Caixa e Bancos	**32**	**5**

6. **Contas a Receber de Clientes**:	2022	2021
Contas a Receber de Clientes	357	344
	357	**344**

7. **Outros Direitos Realizáveis**:	2022	2021
Partes Relacionadas - Acionistas	421	427
Adiantamentos a Terceiros	313	665
Tributos a Recuperar	-	25
	734	**1.117**

8. **Depósitos Judiciais**: Os saldos dos depósitos judiciais estão demonstrados pelos valores históricos e eventuais variações serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Companhia tiver seus pleitos deferidos.

Depósitos Judiciais	2022	2021
Depósito Judicial Recursal (a)	90	90
PIS Faturamento (b)	7	7
INSS (b)	709	667
Contribuição Social (b)	685	642
Aplicações Financeiras - Cauções (c)	240	-
	1.731	**1.406**
Depósitos Judiciais Tributários		
Funrural (d)	6.583	6.155
Incra (d)	937	878
Imposto de Renda (d)	15	14
Finsocial (d)	475	445
	8.010	**7.492**
	9.741	**8.898**

(a) Depósitos para garantia de processos trabalhistas com recursos judiciais de embargos à execução e agravos de petições. (b) São valores de impostos e contribuições que estão em processo de contestação pela Companhia. (c) São valores referentes a aplicações financeiras caução para garantia de aluguéis de imóveis, cuja contrapartida está na conta do passivo de Adiantamento de Clientes. (c) Com o amparo de ações judiciais, foram registrados créditos fiscais resultantes dos pagamentos indevidos de impostos e contribuições. Esses créditos quando e se julgados favoráveis para a Companhia serão utilizados na compensação de valores a pagar de impostos e contribuições de mesma natureza. A classificação no Não Circulante levou em consideração a expectativa de compensação dos créditos ao longo do tempo.

9. **Investimentos**:	2022	2021
Fiação NE do Brasil	52	52
	52	**52**

10. **Imobilizado**: Bens do ativo imobilizado foram oferecidos como garantia de ações judiciais em curso.

Imobilizado	Taxa Dep. (%)	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	2022 Valor Residual	2021 Valor Residual
Edifícios	4%	10.778	(10.778)	-	-
Equip. Processamento de Dados	20%	5	(5)	-	-
Terrenos	-	7.245	-	7.245	7.245
		18.028	**(10.783)**	**7.245**	**7.245**

Não houveram aquisições, baixas e depreciação durante o exercício de 2022. **11. Fornecedores**: A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses) representando R$ 359, em 31 de dezembro de 2022 (R$ 448, em 31 de dezembro de 2021).

12. **Obrigações Fiscais e Tributárias**:	2022	2021
Passivo Circulante		
IRRF a Recolher	2	1
PIS a Recolher	202	202
COFINS a Recolher	931	928
Contribuições Retidas a Recolher	3	3
INSS Retido a Recolher	2	2
IRRF Retidos Terceiros	1	1
ISS Retido a Recolher	7	7
Parcelamento ISS	201	201
INSS a Recolher	9	9
INSS	-	2
Dívida Ativa Demais Débitos Federais	19.732	-
Dívida Ativa Débitos Previdenciários	24.761	-
ICMS	11.004	-
IPTU	57.436	-
	114.291	**1.356**

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 - (Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas	**6.562**	**2.275**
Receitas operacionais	6.562	2.275
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.310)**	**(1.459)**
Outros	(1.310)	(1.459)
Valor adicionado bruto	**5.252**	**816**
Retenções	-	-
Depreciações	-	-
Valor adicionais recebido em transferência	**603**	**121**
Receitas financeiras	603	121
Valor adicionado líquido a distribuir	**5.855**	**937**
Distribuição do valor adicionado	**5.855**	**937**
Pessoal e encargos	377	328
Impostos	187	1.259
Despesas financeiras	13.158	7.029
Prejuízo do exercício	(7.867)	(7.679)

Passivo Não Circulante		
Dívida Ativa Demais Débitos Federais	-	19.195
Dívida Ativa Débitos Previdenciários	-	28.011
ICMS	-	10.741
INSS a Recolher	53	60
IPTU	-	45.818
	53	**103.825**
	114.344	**105.181**

Nota Geral: No final do exercício de 2009 a Companhia optou pelo parcelamento com base na Lei nº 11.941/09, Novo REFIS, de impostos e contribuições em atraso junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e aguardava o termo de consolidação dos débitos e a homologação do pedido para realizar a conciliação do saldo devedor e reconhecer possíveis ajustes decorrentes de redução de juros e multas moratórias e de ofício, no que couber, inclusive pelo aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social; bem como a utilização dos depósitos judiciais relacionados a algumas CDA's incluídas, indevidamente, no antigo REFIS. Como parte do processo de parcelamento do Novo Refis a Administração da Companhia havia autorizado seus consultores jurídicos a promover a desistência de todas as ações judiciais em curso. Em dezembro de 2015 a Companhia foi notificada do cancelamento de sua opção pelo REFIS. De modo a refletir esse fato foram registradas nas demonstrações financeiras daquele exercício a atualização do valor integral dos débitos tributários, de acordo com informações da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Consequentemente, foi efetuada a reversão dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social que haviam sido utilizados na redução da dívida tributária original, bem como outros benefícios concedidos pela legislação. No exercício de 2022, essas obrigações foram transferidas para o circulante, devido as situações acima esplanadas. **13. Provisão para Contingências:** A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante contabilizado de ações com probabilidade de perda provável representa R$ 20.019.

Circulante	2022	2021
Provisão Para Contingencias Trabalhistas	4.246	5.308
Provisão Para Contingencias Cível	10.620	10.620
Não Circulante		
Provisão Para Contingencias Deposito Judicial	5.153	5.153
	20.019	**21.081**

(a) Parcela do Circulante: Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis, trabalhistas e autos de infração não correspondidos por depósitos judiciais. **(b) Parcela do não circulante:** Refere-se a valores provisionados e não recolhidos de impostos e contribuições que vêm sendo contestados judicialmente pela Companhia, correspondidos por depósitos judiciais conforme descrito na nota explicativa 08. **14. Debêntures:** Saldo refere-se a debêntures de 3ª emissão nominativas simples com garantia flutuante não conversível em ações, com remuneração baseada na variação da TJLP acrescida de juros anuais de 3% (três por cento), registrados até a data do vencimento final, que ocorreu em fevereiro de 2003. Com relação ao processo, o departamento jurídico da companhia informa que se encontra arquivado provisoriamente, pendente de uma solução entre credor e devedor. A Administração da Companhia vem ultimando negociações deste instrumento, estando sob responsabilidade dos credores a avaliação da proposta da Administração da Companhia para sua repactuação, consistindo de alongamento de prazos e redução de juros em condições favoráveis à Organização.

15. **Empréstimos de Terceiros**:	2022	2021
Circulante		
Inepar Administração e Participações S/A	749	739
	749	**739**
Não Circulante		
Inepar FEM	5.769	5.769
IESA Projetos e Montagens S.A.	2.949	2.849
Inepar S.A. Indústria e Construção	83	83
	8.801	**8.701**
Total Geral	**9.550**	**9.440**

16. Patrimônio Líquido: Capital Social: O Capital Social representa montante de R$ 107.838 composto por 6.621.487 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2021 eram 6.621.487) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

	2022	2021
Capital Social Subscrito	107.838	107.838
	107.838	**107.838**

17. Prejuízos Fiscais: A Companhia possui prejuízos fiscais aproximadamente de R$ 194.145, (R$ 186.278 em 2021) e base negativa de contribuição social de R$ 210.621, (R$ 202.754 em 2021), a serem compensados com lucros tributáveis futuros ou outras formas estabelecidas na legislação aplicável. Esses valores incluem, além do prejuízo fiscal do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a reversão dos prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da Contribuição Social conforme explicado na nota "12". Em função da impossibilidade de assegurar, neste momento, a geração de resultados futuros, os correspondentes créditos fiscais não foram reconhecidos nos balanços patrimoniais dos exercícios anteriores e atual.

18. **Receita operacional líquida**:	2022	2021
Receita Operacional Bruta	**1.611**	**1.985**
Receita com Aluguéis	1.611	1.985
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(148)**	**(184)**
Impostos e Contribuições	(148)	(184)
Receita Operacional Líquida	**1.463**	**1.801**

19. **Despesas gerais e administrativas**:	2022	2021
Despesas com Pessoal	(377)	(328)
Despesas Operacionais	(1.310)	(1.459)
Despesas Tributárias	(39)	(1.075)
	(1.726)	**(2.862)**

20. **Despesas Financeiras**:	2022	2021
(+) Receitas Financeiras		
Correção de Ativos	603	121
	603	**121**
(-) Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	-	(8)
Juros Tributos Municipais	(11.618)	(6.585)
Juros Tributos Estaduais	(262)	(69)
Juros Tributos Federais	(1.278)	(347)
Juros Pagos ou Incorridos	-	(20)
	(13.158)	**(7.029)**
Resultado Financeiro	**(12.555)**	**(6.908)**

21. Cobertura de Seguros (Não Auditado): Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Diretoria

Elizabeth do Rocio De Freitas - Diretora Adminitrativa e Financeira / Diretora de Relações com Investidores

Jussara do Rocio Gomes Ferreira Lopes - Diretora Comercial

Conselho De Administração

Elizabeth do Rocio de Freitas - Presidente

Eduardo Vinicius Guimarães - **Alessandro Gomes Ferreira Lopes**

José Ednilson Kós - Contador - CRC/PR - 37.970/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração; Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Demonstrações Financeiras Comparativas dos Exercícios Anteriores Examinada e Revisadas por outro Auditor Independente:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, assim como as Informações Trimestrais correspondentes ao exercício de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram submetidas a procedimentos de auditoria e revisão, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e revisão com data 23 de março de 2022. Os relatórios de revisão foram emitidos com ressalva sobre a continuidade operacional da Companhia e os débitos tributários, cujos assuntos foram mantidos em nosso relatório. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. - Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 21 de março de 2023.

Müller & Prei Auditores Independentes S/S

CRC-PR Nº 6.472/O-1

George Angnes

Contador CRC-PR Nº 42.667/O-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Quatá, a Tomada de Preços nº. 002/2023, do tipo menor preço, para contratação de empresa para revitalização de Praças Municipais, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. A abertura dos envelopes será no dia 17/04/2023, às 09h30m. O Edital Completo estará à disposição dos interessados de segunda à sexta feira, das 09h00m às 11h00m e das 13h às 17h, na Rua General Marcondes Salgado nº 332, Centro, CEP 19780-000, Município de Quatá-SP, pelo site oficial do município www.quata.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3366-9500. Marcelo de Souza Pecchio - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023
Processo Administrativo Nº 032/2023

Acha-se aberta na Divisão de Material a TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023, do tipo menor preço global, para serviços de ampliação da EMEIF Governador Franco Montoro, localizada na Rua Joaquim Nabuco, nº 95, Parque dos Pinheiros; com abertura às 10:00 horas do dia 13 de abril de 2023. O Edital completo e seus anexos estão disponíveis na Divisão de Material, em horário de expediente, no site www.alvaresmachado.sp.gov.br ou pelo e-mail licitacao@alvaresmachado.sp.gov.br. Telefone: (18) 3273-9300.

Álvares Machado, 28 de março de 2023.
Roger Fernandes Gasques – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 25/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 - EDITAL Nº. 25/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA E MINI TRTOR CORTADOR DE GRAMA, NOS QUANTITATIVOS E QUALITTIVOS ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 17 de abril de 2023, às 08h00min, no site www.bbmnet.com.br. Os autos, disponíveis para qualquer cidadão, bem como as cópias dos Editais e seus anexos estarão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, na Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP, telefone 0xx16 – 3752 - 7002, através do site www.aramina.sp.gov.br, ou ainda no site www.bbmnet.com.br. Aramina/SP, 28 de março de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRA BONITA/SP

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 01/2023 – PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 01/2023

OBJETO: Aquisição de hipoclorito de sódio e ácido hexafluorsilicico destinado ao tratamento de água do Município. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento: Dia 11 de Abril de 2023, as 08h00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Autarquia. O Edital na integra e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Compras da Autarquia, localizada na Rua Winifrida nº 339, Centro, na cidade de Barra Bonita/SP, no horário das 08h00 às 11h30min e das 13h00 às 16h00 ou podem ser obtidos na integra através do site www.saaebarrabonita.com.br. Para maiores informações e dúvidas, entrar em contato pelo telefone (14) 3604-3607 ou através dos e-mails: saaebarrabonita@terra.com.br ou saaecompras@terra.com.br. Barra Bonita/SP, 28 de Março de 2023. José Arlindo Reginato Dias – Superintendente do SAAE.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 166/2023 - PE 178/2023, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MAMÓGRAFO DIGITAL PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, INCLUINDO GARANTIA, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM ENTREGA ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/04/2023 – 09h30min**. O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**.

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

Pregão de nº N° 014/2023
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo trator agrícola, 0km (zero quilometro) e/ou 0h (zero horas), com motor Diesel e tração 4x4, a ser utilizado para fins "patrulha agrícola mecanizada" no Município de Reginópolis/SP, conforme Anexo II (Termo de Referência). **Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM. DATA DA REALIZAÇÃO: 12/04/2023. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 10h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: – Departamento de Licitações –** Rua Abrahão Ramos, nº 327 – Centro – Reginópolis/SP, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min - telefone (14) 3589-9200 - e-mail: licitacao@reginopolis.sp.gov.br . Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, por escrito, até o prazo de 03 (três) dias úteis anteriores à data de entrega dos envelopes. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.reginopolis.sp.gov.br.

Reginópolis, 24 de março de 2023.
RONALDO DA SILVA CORREA - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

megaleilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO 12/04/2023 ÀS 15H00 - 2º LEILÃO 17/04/2023 ÀS 15H00

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Indaiatuba-SP. Jardim Regina.** Rua Clarindo Stahl, nº 731 - Lt. 13 da Qd. 28. CASA. Áreas totais:terr. 260,00m² e constr. 146,02m². Matr. 43.300 do RI Local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupada (AF). **1º Leilão: 12/04/2023, às 15:00 hs. Lance mínimo: R$ 1.117.637,31. 2º Leilão: 17/04/2023, às 15:00 hs. Lance mínimo: R$ 361.800,00. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. **Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.**

Mais Informações: (11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

previsul **EDITAL DE LEILÃO** LEILÃO ONLINE **MILAN LEILÕES**

1ºLEILÃO: 14/04/2023 às 16h. - 2ºLEILÃO: 17/04/2023 às 16h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela Companhia de Seguros Previdência do Sul (PREVISUL), inscrita no CNPJ sob o nº 92.751.213/0001-73, representando neste ato a Caixa Consórcios S/A - Administradora de Consórcios, inscrita no CNPJ sob o nº 05.349.595/0001-09, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenciais e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **SÃO PAULO - SP. BAIRRO VILA GOMES.** Praça Aguiaruana, nº 73 Casa nº 07 - Tipo A do Res Aguiaruana. Áreas Totais. Terr. 67,10m² e constr. 96,91m². Matr. 187.278 do 18ºRI Local. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). **1º Leilão: 14/04/2023, às 16h. Lance mínimo: R$ 611.000,00 2º Leilão: 17/04/2023, às 16h. Lance mínimo: R$ 519.085,80** (Caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis no site: www.milanleiloes.com.br.

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230423

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230423 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4232023, até o dia 13/04/2023, às 9h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230144

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230144, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Impugnação não acatada. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1442023, até o dia 13/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2023. CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA

CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE RIO DAS PEDRAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O SÍNDICO do Condomínio Residencial Parque Rio das Pedras, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 57.515.884/0001-34, localizado na Estrada da Rhodia, KM 12 – Vila Hollândia – Campinas/SP, convoca todos os proprietários para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar- se no próximo dia 13 de Abril de 2023, no Salão de Festas do Condomínio (Anexo a Portaria) - às 19h00min em primeira convocação, contando com a presença de metade mais um dos representantes de unidades com direito a voto ou em segunda convocação com qualquer número de dos representantes de unidades com o direito a voto às 19h30min, no mesmo dia e local, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA:

ITENS DELIBERATIVOS
Prestação de Contas do período de 01/2022 a12/2022;
Parecer do Conselho Fiscal
Ratificação da Compra do Trator
Ratificação Projeto Segurança reforço do sistema inteligente de câmeras CFTV
Previsão Orçamentária para o exercício de 2023, com votação da nova taxa condominial;
Proposta de Investimentos – Substituição do veículo Mobi 2017
ITENS INFORMATIVOS
Assuntos Gerais

O condômino poderá fazer-se representar nesta Assembleia por procurador devidamente constituído e identificado para esta finalidade, que terá direito a um voto para cada uma das unidades autônomas representadas; (Artigo 2.6 alínea "c" da Convenção do Condomínio). Os proprietários em atraso nos pagamentos de suas taxas condominiais não poderão participar, votar nas deliberações. (Art. 1335 III do Código Civil). Os proprietários que deixarem de comparecer na Assembleia, ou não se fizerem representar, estarão automaticamente aprovando as resoluções que forem tomadas pela mesma, não sendo aceitas reclamações posteriores.

Campinas, 27 de Março de 2023.
José Xavier de Macedo Júnior Síndico em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº 010/2023 – Processo nº 095/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de reconstrução e adequação de calçadas da Rua 25 de Janeiro. Tipo: menor preço Global – Encerramento: 13 de Abril de 2023 às 09h00 – Cadastramento: Poderá ser feito até as 17h00 horas do dia 11 de Abril de 2023 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 28 de Março de 2023. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

Guilherme Antônio dos Santos, Secretário Municipal Obras e Serviços do Munícipio de São José do Rio Pardo, torna público que acha - se aberta a Tomadas de Preços **Nº 12/2023**, para Contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços de **Revitalização da Estação Ferroviária Central – II Fase**, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico Financeiro, com encerramento dia 14/04/2023 às 09:00 horas. Mais informações pelo telefone (19) 3682-7831 (das 13:00 as 17:00h), no setor de licitações – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo - SP, o edital estará disponível no endereço eletrônico: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/.

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS" – AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" Pregão Eletrônico nº 013/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000143/2023 - Objeto: Fornecimento de envelope e papel grau cirúrgico em comodato com 03 seladoras e indicadores químicos para autoclave, por um período de 12 meses, com abertura às 09h00min do dia 13 de abril de 2023. O edital completo encontram a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito a Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h30min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através dos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br. Mogi Guaçu, 28 de março de 2023. Wagner Tadeu Cezaroni – Superintendente.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 051/2023 - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada, devidamente registrada no CREA, para perfuração de poço tubular profundo, na avenida Arthur Balsi, no bairro Jardim Nova Barra, neste Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, nos exatos termos memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma financeiro, demonstrativo de composição do BDI, avaliação hidrogeológica preliminar, projeto de poço tubular profundo - especificações técnicas construtivas. Encerramento: Entrega dos envelopes documentação e proposta: Até o dia 17 de abril de 2023, às 9:00 horas. Abertura dos envelopes: Dia 17 de abril de 2023, às 9:15 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura. O edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes. Barra Bonita, 28 de março de 2023. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - Processo nº 392/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PASSARELA NO FUTURO PARQUE DA CIDADE. **Resultado da abertura dos envelopes nº 01 – "HABILITAÇÃO". Decorrido o prazo para interposição de recursos, fica o resultado como se segue: 1.** FERRARI ENGENHARIA. – **INABILITADA**, **2.** MARATA ENGENHARIA EIRELI. – **HABILITADA**, **3.** ESTÁTICA PROJETOS LTDA ME – **HABILITADA**, **4.** HC SOLUÇÕES ESTRUTURAIS LTDA – **HABILITADA**. **A abertura do envelope nº 02 – proposta, será na data de 30/03/2023, às 09:00hrs., no auditório da Prefeitura Municipal de Porto Feliz, situado à Rua Adhemar de Barros, nº 340 – Centro.** A ata com maiores informações estará disponível no Portal da Transparência no site www.portofeliz.sp.gov.br e, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, situado à Rua Adhemar de Barros, nº 340 – Centro – Porto Feliz/SP – CEP: 18540- 000, e poderão ser solicitados através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Mário Anselmo Correr - Presidente da Comissão de Licitação
Antônio Cassio Habice Prado - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

"AVISO DE LICITAÇÃO"
PREGÃO ELETRÔNICO Nº E 003/2023 - EDITAL Nº 023/2023

Objeto: Aquisição de Mobiliário e Equipamentos. **Encerramento:** 13 (treze) de abril de 2.023 às 09h00.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº E 004/2023 - EDITAL Nº 024/2023

Objeto: Aquisição de Veículo. **Encerramento:** 14 (quatorze) de abril de 2.023 às 09h00. **Informações:** A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br, informando os dados cadastrais do interessado, bem como mantendo seu cadastro atualizado para receber todos os comunicados referente ao certame. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9112, com código de acesso (DDD) 0XX11.

Itapecerica da Serra, 28 de março de 2.023.
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

Pregão de nº N° 015/2023
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AMBULANCIA TIPO "A" PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE Reginópolis - SP, conforme descrições constantes no Anexo II. Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM. DATA DA REALIZAÇÃO: 12/04/2023. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 14h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: – Departamento de Licitações – Rua Abrahão Ramos, nº 327 – Centro – Reginópolis/SP, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min - telefone (14) 3589-9200 - e-mail: licitacao@reginopolis.sp.gov.br. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, **por escrito**, até o prazo de **03 (três) dias úteis anteriores** à data de entrega dos envelopes. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.reginopolis.sp.gov.br.

Reginópolis, 24 de março de 2023.
RONALDO DA SILVA CORREA - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº 008/2023- PROCESSO Nº 029/2023
OFERTA DE COMPRA Nº OCC Nº 841200801002023OC00012

A Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor Preço Global, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MÉDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MEDICINA DO TRABALHO E SAUDE OCUPACIONAL, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE LARANJAL PAULISTA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital**, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será a partir do dia **30/03/2023** às 09h00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia **12/04/2023 às 09h00h**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia **30/03/2023 às 09h00h**, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações) e no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, sita.à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200 - Centro-Laranjal Paulista/SP - CEP 18.500-000 - Tel: (15) 3283.83.31 / 3283.83.38 - E-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br. Laranjal Paulista, 28 de Março de 2.023 - Alcides de Moura Campos - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230307

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230307, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3072023, até o dia 13/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230363

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230363 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3632023, até o dia 13/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF n.º 62.584.230/0001-00
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, através de seu diretor presidente, ao final assinado, nos termos dos estatutos sociais e legislação aplicável, CONVOCA todos os jornalistas profissionais de São Paulo que prestam serviços nas empresas de Jornais e Revistas no Interior, Litoral e Grande São Paulo, que este edital virem ou dele tomarem conhecimento, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária Virtual a realizar-se no dia 5 (cinco) do mês de abril de 2023, em duas sessões, por meio virtual. Sessão assemblear às 12 (doze) horas, e às 19 (dezenove) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença de qualquer número de membros da categoria. Para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) Deliberar sobre a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES a ser encaminhada ao Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo (Sindjori); 2) Encaminhamentos da Campanha Salarial 2022/2023; 3) Contribuição negocial e 4) Autorização para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, através de seu diretor presidente, realizar negociações e assinar nova Convenção Coletiva de Trabalho com o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo (Sindjori) e, na hipótese de não lograr êxito nas negociações, autorizar o Sindicato a decretar a greve após o prazo legal de notificação do sindicato patronal e, por fim, instaurar instância suscitando dissídio coletivo em face do sindicato patronal referido, perante o egrégio Tribunal Regional do Trabalho ; 5) Estabelecer um estado de assembleia permanente para que a categoria discuta o andamento da campanha salarial a qualquer momento que julgar pertinente. Para participar, o jornalista deverá enviar mensagem se identificando como jornalista profissional para o e-mail secretariadointerior@sjsp.org.br, e informar o número de celular ou o e-mail pelo qual pretende entrar no evento. O link será enviado no dia da assembleia. São Paulo, 28 de março de 2023. **Thiago Cianga Tanji -** Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que se encontra aberto no Departamento de Licitações, a Tomada de Preços n.º 004/2023, que tem como objetivo a Contratação de empresa, por regime de empreitada global, para reforma e adequação de prédio para implantação de Unidade de Saúde e reforma e ampliação da Farmácia de Auto Custo, com localização na Rua Pedro de Toledo nº 511 – Centro, cujo recebimento dos envelopes ocorrerá até o dia 17/04/2023, às 13:30 horas, iniciando-se a sessão de abertura logo em seguida. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, localizado na Av. Siqueira Campos, 1.430, ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (xx18 3361-9100) ramal 9109.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 28 de março de 2023.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 002/2.022 - PROCESSO Nº 008/2023

Extrato da Ata da Sessão Pública da Concorrência nº 002/2023. Após a análise das documentações, o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, decidiram HABILITAR as empresas: FBR Projetos e Construções – Eireli; Construtora Trapézio Fernandópolis Eireli; Pedreiros – Pavimentação e Construção Ltda; Saliarte Construtora e Engenharia Eireli; Kairós Construções e Empreendimentos Fernandópolis Ltda. e Pina Construtora e Serviços Eireli. Fica concedido o prazo previsto no art. 109, Inciso I da Lei 8.666/93.

Fernandópolis-SP., 28 de março de 2.023.
ELISEU DA SILVA PEREIRA NE
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA 010/2023
CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS (986411)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO E SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 5.762,97 (cinco mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos). PERÍODO DE PROPOSTAS: De 29/03/2023 às 8h Até 31/03/2023 às 17h. PERÍODO DE LANCES: De 03/04/2023 às 8h. Até 03/04/2023 às 14h. PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Chamada Pública nº 01/2023
RETIFICAÇÃO

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae, durante o período de 12 meses. PRAZO FINAL PARA ENTREGA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA: 18/04/2023 às 08h30min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 18/04/2023 às 08h30min. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425. Santo Anastácio, 28 de março de 2023.

JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023 - PROCESSO Nº 39/2023

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública Aquisição de materiais permanentes odontológico, destinados ao atendimento do Setor de Saúde Bucal, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência.. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: Até as 08:00 do dia 13 de abril de 2023. INICIO DA DISPUTA 09:00 do dia 13/04/2023. LOCAL: Plataforma BLL Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações: de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas. Telefone: (14) 3308-9300. Site www.fartura.sp.gov.br.

FARTURA, 28 de março de 2023
Luciano Peres - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que se encontra aberto no Departamento de Licitações, a Tomada de Preços n.º 003/2023, que tem como objetivo a Contratação de empresa, por regime de empreitada global, para construção de unidade de saúde na Rua Almeida Júnior, S/nº – Jardim Bela Vista, cujo recebimento dos envelopes ocorrerá até o dia 17/04/2023, às 09:00 horas, iniciando-se a sessão de abertura logo em seguida. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, localizado na Av. Siqueira Campos, 1.430, ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (xx18 3361-9100) ramal 9109.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 28 de março de 2023.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL - Pelo presente edital, o **Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo - SENALBA/SP**, faz saber aos senhores empregadores das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo, que conforme dispõe o art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, o desconto da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL de seus empregados, deve ser efetuado até o dia 31 de março do corrente ano e recolhido através da respectiva guia emitida pela Caixa Econômica Federal e remetida por esta entidade. Deverá ser descontada de todos os empregados 01 (um) dia de serviço a título de Contribuição Sindical, compreendendo a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além da importância fixa estipulada, as gratificações, prêmios, adicionais, comissões ou outras vantagens a quaisquer títulos pagas pelo empregador. Ficam os interessados cientificados, desde já que o não recolhimento da Contribuição Sindical, de seus empregados até o dia 28 de abril de 2.023, importará na multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequente, juros de 1% (um por cento) e atualização monetária conforme estabelece o artigo 600 da Consolidação das Leis do Trabalho. As guias de recolhimento já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até o dia 30 de março, solicitá-las a este Sindicato, através do endereço eletrônico cobranca@senalba.com.br ou emiti-las no site sindical.caixa.gov.br. São Paulo, 29 de março de 2.023. **Luiz Guedes da Conceição Aparecida -** Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230002

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230002, de interesse da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Limpeza (Vassouras), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4902023, até o dia 13/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230018

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230018 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Conexões Polipropileno e de Ferrule, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5052023, até o dia 13/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220842

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220842 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais Serviços Especializados (horas/ano, médico oftalmologista), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 8422022, até o dia 13/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2023. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230281

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230281, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2812023, até o dia 13/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Março de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

EQUATORIAL ENERGIA S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Energia S.A., na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

Brasília, 29 de março de 2023
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

equatorial ENERGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 053/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, MONITORES, IMPRESSORAS, NOTEBOOKS E ESTABILIZADORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO VII DO PRESENTE EDITAL. COMUNICAMOS que está SUSPENSO o Pregão Presencial nº 019/2023 – Processo nº 053/2023, para o objeto supramencionado, com a abertura prevista para o dia 30/03/2023, às 09:00 horas. Tal suspensão se deve em razão da necessidade de retificação na descrição técnica do item 1, microcomputador 5º com processador, constante do Termo de Referência, Anexo VII do Edital. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas com o Setor de Licitações, sito a Rua Mario Rolin Telles, nº 674, pelos telefones (18) 3606-4883/3406-1093, ou pelo e-mail compras@guararapes.sp.gov.br.

Guararapes, 28 de março de 2023
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

"AVISO DE LICITAÇÃO"
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023 - EDITAL Nº 025/2023

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Livros Paradidáticos em Cordel, destinados a atender as necessidades das escolas da rede municipal de Itapecerica da Serra. Encerramento: 17 (dezessete) de abril de 2.023 às 09h00. **Informações:** A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 as 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br informando os dados cadastrais do interessado, bem como mantendo seu cadastro atualizado para receber todos os comunicados referente ao certame. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9112, com código de acesso (DDD) 0XX11.

Itapecerica da Serra, 28 de março de 2.023.
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos

Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do ramo de Transportes de Empresas de Cargas Secas e Molhadas e Diferenciados do Comércio, Indústria, Gás (Somente Motoristas), Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Embu das Artes, Taboão da Serra, Cotia, Vargem Grande Paulista, Ibiúna e Região. CNPJ/MF 29.292.119/0001-67 - **Assembleia Geral Extraordinária. Edital de Convocação:** Ficam Convocados os trabalhadores das Categorias abaixo relacionados representados pelo Sindicato dos Trabalhadores SIMTECER, associados ou não, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias que serão instaladas em sua sede Central na Avenida Elias Yasbeck, 1933 sala 12 Centro Embu das Artes SP e horários abaixo relacionados em 1ª convocação, e quando não atingir o quórum, 01 (uma) hora após em 2ª convocação com qualquer número de presentes, para discutir e votar as seguintes pautas: 1) Leitura da redação da ata da assembleia anterior; 2) reivindicação para renovação da convenção coletiva de trabalho com data-base em 01.05.2023; 3) determinação do alcance da representação nas negociações coletivas e abrangência ampla do instrumento normativo que delas resultar de modo a beneficiar a todos, sindicalizados ou não; 4) determinação da forma de defesa das reivindicações, através da mediação, arbitragem, dissídio coletivo; 5) decretação do estado de de greve para a defesa das reivindicações aprovadas; 6) continuação da assembleia que se manterá permanente ate final solução da campanha Salarial 2023, ficando autorizado o presidente do sindicato a convocar através de boletins sessões da assembleia, inclusive nos locais de trabalho, em suas mediações e em locais de concentração de trabalhadores; 7) Elaboração, Discussão, Votação e Aprovação dos percentuais relativos às Contribuições de Custeio para manutenção das assistências jurídicas, previdenciárias, medicas, odontológicas, laboratorial e outros, nos termos do Art. 611-B, Inciso XXVI da CLT, conforme os termos do Art. 1º da Lei nº 13.467 de 13 de Junho de 2017; 8) Concessão de poderes ao sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho, requerer a instauração do juízo arbitral e ajuizar dissidio coletivo de trabalho, DIA 04/04/2023 as 17H00 – SETOR LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOM. DO EST. SP. SINDILOC; DIA 05/04/2023 as 16H00 – SETOR IND CONST. CIVIL. GRANDS. ESTRUT. SINDUSCON; DIA 05/04/2023 as 17H00 SETOR. IND. CONST. CIVIL. PEQUENAS. ESTRUT. SINDICON 05/04/2023 as 18H00 SETOR DA IND. DA CONSTRUÇÃO PESADA DO EST. DE SP. SINICESP; DIA 06/04/2023 AS 16H00 SETOR TRANSP. CARGAS PESADAS E EXCEP, SINDIPESA; DIA 06/04/2023 AS 17H00 SETOR TRAN. REVEND. RETALHISTA DE COMBUSTIVEL – SIND-TRR; DIA DIA 06/04/2023 AS 18H00 – SETOR TRANSP. DE CARGAS SETCARSO DIA 06/04/2023 AS 19H00 SETOR TRANSP. CARGAS DE S/PAULO – SETCESP. Embu das Artes, 29 de Março de 2023. **João Batista Alves da Silva**

SÃO PAULO TURISMO S/A

CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos senhores acionistas da São Paulo Turismo S.A., em cumprimento ao quanto disposto no artigo 133, da Lei Federal nº 6.404/76, que se encontram à sua disposição, na sede social desta Companhia, situada na Rua Boa Vista, 280, Centro, São Paulo/SP, aos cuidados da Secretaria de Governança Corporativa, os seguintes documentos, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022: ***a)*** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do referido exercício, ***b)*** cópia das Demonstrações Financeiras, ***c)*** o relatório dos auditores independentes, ***d)*** o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e ***f)*** o parecer do conselho fiscal. Além disso, informamos que os demais documentos que devem ser disponibilizados, em cumprimento ao artigo 9º da ICVM nº 481/2009, também se encontram à disposição na forma e localidade indicadas acima e, ainda, serão igualmente disponibilizados por meio do sistema Empresas.Net da Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da instrução normativa acima referida.

São Paulo, 28 de março de 2023
Atenciosamente,
GUSTAVO GARCIA PIRES
Diretor Presidente

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11314/2022
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE SAÚDE, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a convocação de empresa, através de Sistema de Registro de Preços, visando fornecimento eventual e futuro de materiais, insumos e medicamentos para uso odontológico para as unidades básicas e especializadas da rede municipal de saúde, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I, a cargo da Secretaria de Saúde às empresas:

- Distribuidora Água Boa Ltda, para os lotes 1, 7, 12, 31, 81, 82, 86, 89, 90, 95, 102, 112 e 113, no valor global da contratação de R$ 66.079,78 (sessenta e seis mil e setenta e nove reais e setenta e oito centavos)

- RS Insumos de Saúde Ltda, para os lotes 2, 15, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 58, 65, 71, 72, 73, 115, 116, 120, 121, 125, 128, 129, 130, 131 e 132, no valor global da contratação de R$ 29.575,10 (vinte e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e dez centavos)

- Endogerais Equipamentos Médicos Ltda, para os lotes 60 e 124, no valor global da contratação de R$ 3.103,80 (três mil, cento e três reais e oitenta centavos)

- Athena Comércio de Produtos Odontológicos Médicos e Hospitalares – Eireli, para os lotes 9, 22, 51, 61, 62, 66, 69, 70, 75, 79, 80, 91, 93, 94, 114, 119, 122, 123 e 127, no valor global da contratação de R$ 12.261,84 (doze mil, duzentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos)

- Odontosul Ltda, para os lotes 3, 8, 10, 14, 17 e 18, no valor global da contratação de R$ 11.533,60 (onze mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos)

- Gustavo Nicolino, para os lotes 11, 16, 19, 23, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 67, 68, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 87, 97, 106, 109 e 117, no valor global da contratação de R$ 64.145,78 (sessenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos)

Salto/SP, 28 de março de 2023.
Marcio Conrado - Secretário de Saúde

COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da audiência pública presencial para debater a seguinte matéria:

1ª Audiência Pública:

1) PL 127/2023 - Executivo - RICARDO NUNES - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Data: **01/04/2023**
Horário: **8h00**
Local: **CEU Vila Rubi**
Endereço: **Rua Domingos Tarroso, 101 - Vila Rubi - Grajaú**

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.

Para participar: Compareça ao local do evento ou encaminhe sua encaminhe sua manifestação por escrito no Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**.

Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G

Companhia Fechada - CNPJ/ME nº 39.881.421/0001-04 - NIRE 4330006550 2
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G ("Companhia"), para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que se realizará no dia **19 de abril de 2023**, **às 11h**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma denominada "*microsoft teams*" ("Sistema Eletrônico"), cujo link será disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se habilitarem para participar da AGE, conforme abaixo descrito, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia: 1. O enquadramento do Sr. André Coji e da Sra. Angélica Maria de Queiroz como membros independentes do Conselho de Administração, de acordo com critérios de independência da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada; 2. Rerratificar, em razão da aprovação do item 1 acima, a ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 24 de outubro de 2022, para fazer constar que os Conselheiros Sr. André Coji e Sra. Angélica Maria de Queiroz ocupam os cargos de membros independentes do Conselho de Administração; e 3. Fazer constar a renúncia do Sr. Waldenir Alexandre da Silva Cruz encaminhada à Companhia em 23 de dezembro de 2022 e ratificar a composição do Conselho de Administração.** *Participação por meio do Sistema Eletrônico*: A AGE será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), sendo que a participação dos acionistas dar-se-á pelo Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. A participação via Sistema Eletrônico será restrita aos acionistas, seus representantes ou procuradores ("Participante"). O Participante que desejar participar da AGE deverá enviar os documentos listados abaixo para habilitação de sua participação na AGE até o dia **17 de abril de 2023**, para o e-mail invrel@csn.com.br com o seguinte título: *"Cadastro para participação na AGE em 19 de abril de 2023"*. Através do referido e-mail, o Participante deverá informar: (i) se é o próprio acionista; (ii) se é representante legal do acionista; ou (iii) se é procurador de acionista, bem como anexar todos os documentos necessários para a participação na AGE, conforme lista abaixo. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá o link para acessar o Sistema Eletrônico por meio do e-mail utilizado para o cadastro. *Documentos necessários para o cadastro:* (i) Extrato atualizado, contendo a respectiva participação acionária, expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGE. (ii) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (iii) Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (iv) Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (v) Caso qualquer dos acionistas acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. Porto Alegre, 29 de março de 2023. **Benjamin Steinbruch -** Presidente do Conselho de Administração CEEE-G.

Del Rey Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/MF 59.227.819/0001-39

Demonstrações Financeiras - Para os Exercícios Findos em 2022 e de 2021 (Em Reais)

Senhores Acionistas, Segundo determinação do artigo nº 176 da Lei nº 6.404/76 e segundo dispõe o estatuto social da **Del Rey Empreendimentos e Participações S/A**, submetemos à apreciação de Vossa Senhorias as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Diretoria

Balanço Patrimonial	31.12.22	31.12.21
Ativo/Circulante	**71.332,43**	**77.872,97**
Disponibilidades	**9.132,43**	**37.216,15**
Bancos	51,42	1,00
Aplicações Financeiras	9.081,01	37.215,15
Créditos Realizáveis	**62.200,00**	**40.656,82**
Impostos a Compensar	–	16,82
Outras Contas	62.200,00	40.640,00
Não Circulante	**117.560.301,52**	**113.181.848,84**
Realizável de Longo Prazo	**51.944.668,33**	**51.944.668,33**
Transações com partes relacionadas	51.944.668,33	51.944.668,33
Permanente	**65.615.633,19**	**61.237.180,51**
Investimentos	**65.615.633,19**	**61.237.180,51**
Participações societárias	65.615.633,19	61.237.180,51
Total do Ativo	**117.631.633,95**	**113.259.721,81**

Balanço Patrimonial	31.12.22	31.12.21
Passivo/Circulante	**489.616,18**	**103.608,90**
Honorários e encargos a pagar	46.338,79	38.951,58
Obrigações tributárias	441.240,27	10.296,84
Outras contas a pagar	2.037,12	54.360,48
Não Circulante	**53.418.821,12**	**57.785.963,27**
Exigível de Longo Prazo	**53.418.821,12**	**57.785.963,27**
Transações com partes relacionadas	43.625.429,78	43.628.429,78
Outras contas a pagar	9.793.391,34	14.157.533,49
Patrimônio Líquido	**63.723.196,65**	**55.370.149,64**
Capital	31.705.625,00	31.705.625,00
Reservas de lucros	32.017.571,65	23.664.524,64
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**117.631.633,95**	**113.259.721,81**

Demonstração do Resultado

Histórico	31.12.22	31.12.21
Resultados positivos de participações societárias avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	12.653.452,68	6.610.013,14
Receitas Operacionais	**12.653.452,68**	**6.610.013,14**
Despesas Administrativas	(648.480,86)	(763.960,86)
Outras Receitas	4.285.638,00	476.182,00
Receitas (Despesas) Financeiras	(2.303.042,64)	(630.077,15)
Resultado Operacional antes da Tributação do IR e CS	**13.987.562,18**	**5.692.157,13**
Provisão para Contribuição Social	(120.069,86)	–
Provisão para Imposto de Renda	(309.527,38)	–
Lucro Líquido do Exercício	**13.557.964,94**	**5.692.157,13**
Lucro por Ação	**0,43**	**0,18**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Realizado	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.20	**31.705.625,00**	**21.225.912,87**	–	**52.931.537,87**
Lucro do exercício findo	–	–	5.692.157,13	5.692.157,13
Transf. para reserva legal	–	26.071,00	(26.071,00)	–
Dividendos distribuídos	–	–	(3.253.545,36)	(3.253.545,36)
Transf. de reserva de lucros p/lucros acum.	–	2.412.540,77	(2.412.540,77)	–
Saldos em 31.12.21	**31.705.625,00**	**23.664.524,64**	–	**55.370.149,64**
Lucro do exercício findo	–	–	13.557.964,94	13.557.964,94
Transf. para reserva legal	–	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	(5.204.917,93)	(5.204.917,93)
Transf. de reserva de lucros p/lucros acum.	–	8.353.047,01	(8.353.047,01)	–
Saldos em 31.12.22	**31.705.625,00**	**32.017.571,65**	–	**63.723.196,65**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2022	2021
Atividades Operacionais		
Recebimento de Lucros e Dividendos de Controladas	8.275.000,00	5.615.000,00
Pagamentos Conselho Fiscal	(409.984,41)	(322.064,49)
Pagamentos de Impostos e Contribuições	(212.667,15)	(179.945,46)
Pagamentos de Fornecedores	(16.852,00)	(97.159,75)
Pagamento de Compra de ações	(19.600,00)	–
Pagamento de Despesas Bancarias	(8.332,45)	(7.534,62)
Caixa Líquido Gerado (consumido) nas atividades Operacionais	**7.607.563,99**	**5.008.295,68**
Atividades Financiamento		
Pagamento de Empréstimos	(6.640.000,00)	(2.230.000,00)
Recebimento venda de Ativo	4.303.278,00	478.142,00
Juros Recebidos	515,58	213,69
Contas correntes com controladas	(3.000,00)	(1.000,00)
Pagamento de Dividendos	(5.296.441,29)	(3.230.032,63)
Caixa Líquido Gerado (consumido) nas atividades financiamentos	**(7.635.647,71)**	**(4.982.676,94)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(28.083,72)**	**25.618,74**
Saldo de Caixa + Equivalente no Início do Período	37.216,15	11.597,41
Saldo de Caixa + Equivalente no Final do Período	9.132,43	37.216,15
Aumento (Redução) das disponibilidades - Recursos Livres	**(28.083,72)**	**25.618,74**

Notas Explicativas

1 - Contexto Operacional e Societário: A sociedade de capital fechado foi constituída em 30 de abril de 1988 e tem por objetivo a participação no capital social de empresas dedicadas ao transporte de passageiros, mediante fretamento, turismo ou através de concessão do Poder Público. **2 - Base de apresentação:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6404/76 alteradas pelas Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **3 - Sumário das Principais práticas contábeis:** a) O resultado foi apurado pelo regime de competência, b) O Permanente - Demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31.12.1995 e c) Os investimentos foram ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

4 - Empresas Controladas:

	Capital social	Lucro	Patrim. Líq.	Partic. no Cap. Inv. (%)	2022 Equiv. Patrim.	2021 Equiv. Patrim.
Del Rey Transportes Ltda.	20.000.003,00	8.645.470,44	31.366.461,90	99,99	8.060.469,87	4.747.096,31
A. Ônibus Moratense Ltda.	25.000.003,00	5.102.585,23	30.831.026,49	99,99	4.595.584,93	1.865.182,70
Rápido Del Rey T.T. Ltda.	2.061.125,00	(2.602,51)	3.418.670,04	99,98	(2.602,12)	(2.265,87)
Del Rey Ambiental Ltda.	511.000,00	–	–	99,98	–	–
Del Rey Turismo Ltda.	3.143,00	–	–	99,70	–	–
	–	13.745.453,16	–	–	12.653.452,68	6.610.013,14

5 - Investimentos em Controladas:

Del Rey Transportes Ltda.	2022	2021
Número de quotas possuídas	20.000.001	20.000.001
Valor nominal de cada quota	1,00	1,00
Participação no capital	99,99%	99,99%
Valor investido	28.480.985,76	29.348.889,45
Lucros antecipados	(5.175.000,00)	(5.615.000,00)
Equivalência patrimonial	8.060.469,87	4.747.096,31
Valor do Investimento	**31.366.455,63**	**28.480.985,76**

Rápido Del Rey T.T. Ltda.	2022	2021
Número de quotas possuídas	2.060.825	2.060.825
Valor nominal de cada quota	1,00	1,00
Participação no capital	99,98%	99,98%
Valor investido	3.420.759,36	3.423.025,23
Equivalência patrimonial	(2.602,12)	(2.265,87)
Valor do Investimento	**3.418.157,24**	**3.420.759,36**

Auto Ônibus Moratense Ltda.	2022	2021
Número de quotas possuídas	25.000.001	25.000.001
Valor nominal de cada quota	1,00	1,00
Participação no capital	99,99%	99,99%
Valor investido	29.335.435,39	27.470.252,69
Lucros antecipados	(3.100.000,00)	–
Equivalência patrimonial	4.595.584,93	1.865.182,70
Valor do Investimento	**30.831.020,32**	**29.335.435,39**

6 - Capital Social: O capital social está dividido em 31.705.625 (trinta e um milhões, setecentos e cinco mil, seiscentas e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas e integralizadas. O Estatuto Social assegura aos acionistas o dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, após as apropriações legais e estatutárias, inclusive a antecipação destes dividendos através de balanços ou balancetes intercalares ou a retenção parcial ou total dos mesmos.

Diretoria

João Batista Costa - Presidente
Rafael Rodrigues Lucato - Diretor

Contador

Carlos Roberto F. dos Santos - CT - CRC SP219513/O-0

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Parecer do Auditor Independente

Ilustríssimos Senhores Diretores da **Del Rey Empreendimentos e Participações S.A. -** Examinei o Balanço Patrimonial da sociedade por ações, de capital fechado, **Del Rey Empreendimentos e Participações S/A,** inscrita no CNPJ do MF sob nº 59.227.819/0001-39, levantado em 31 de dezembro de 2022, incluso o ano 2021, e bem assim as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. **(1)** Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: **a)** O planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; **b)** A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; **c)** A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **(2)** Em minha opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Del Rey Empreendimentos e Participações S/A,** em 31 de dezembro de 2022, e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa nos exercício encerrado naquela data, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **(3)** Conforme mencionado nas notas explicativas, em decorrência das mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aplicação da Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparabilidade foram ajustadas.

Osasco, 27 de março de 2023
Manoel Luiz Luciano Vieira - Contador
CRC/SP 1SP 115.091/O-8- IBRACON/SP 1172 CPF/MF 029.429.178-49

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital nº 10/2023 - Processo Licitatório nº 35/2023 - Pregão Eletrônico - nº 09/2023. OBJETO: *Aquisição de um veículo automotor, "tipo Van (mini bus)" novo, zero quilômetro, ano/modelo 2023/2023, com capacidade de 21 lugares (1 motorista + 20 passageiros*. **INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 12/04//2023 às 09:00 horas. **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 26/04/2023 às 08:30 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 26/04/2023 às 08:35 horas. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 26/04/2023 às 09:00 horas. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** 12/04/2023 às 09:00 horas. **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado" **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações Avenida Presidente Castelo Branco, nº 180 - centro, Coronel Macedo – SP, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou pelo telefone (14) 3767-8200, ou, e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo, 28 de março de 2023. **José Roberto Santinoni Veiga - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 62/2023 - Edital nº 17/2023 - Pregão Eletrônico nº 15/2023. OBJETO: Locação de máquina pesada – escavadeira hidráulica sobre esteira cap. 1,5 m, com operador. **INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS**: 13/04//2023 às 09:00 horas. **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 27/04/2023 às 08:30 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 27/04/2023 às 08:35 horas. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 27/04/2023 às 09:00 horas. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** 13/04/2023 às 09:00 horas. **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado" FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E **MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações Avenida Presidente Castelo Branco, nº 180 - centro, Coronel Macedo – SP, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou pelo telefone (14) 3767-8200, ou, e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo, 28 de março de 2023. **José Roberto Santinoni Veiga - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023 - EDITAL Nº 22/2023. OBJETO: *"Aquisição e instalação de suportes para armazenamento de materiais no estoque do almoxarifado central"*. **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor preço por item. **INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 18/04/2023 às 11:00 horas. **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 05/05/2023 às 08:30 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 05/05/2023 às 08:35 horas. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 05/05/2023 às 09:00 horas. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** 18/04/2023 às 11:00 horas. **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - "Acesso Identificado". **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações, na Prefeitura de Coronel Macedo, localizada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 180, centro, Coronel Macedo/SP, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 17:00h, ou pelo telefone (14) 3767-8200, ou e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo/SP, 28 de março de 2023. **JOSÉ ROBERTO SANTINONI VEIGA - Prefeito Municipal.**

Cosan S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045 | Código CVM 19836

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

O Conselho de Administração da **COSAN S.A.,** sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.177.045, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 50.746.577/0001-15, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 19836 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 9 horas, de forma digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Aprovação da proposta dos administradores para a destinação do resultado da Companhia, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e distribuição de dividendos; **(iii)** Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** Ocupação dos cargos de membros independentes do Conselho de Administração; **(v)** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(vii)** Instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(viii)** Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(ix)** Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(x)** Fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal, caso instalado, para o exercício social de 2023. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alteração do parágrafo 2º, artigo 1º, e do parágrafo 2º, artigo 14, ambos do Estatuto Social da Companhia, para incluir ajustes de *compliance* e governança. **(ii)** Aprovação do aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo existente nas contas de Reserva de Lucros, alterando consequentemente o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **(iii)** Alteração do parágrafo único, artigo 19, do Estatuto Social da Companhia, para excluir a excepcionalidade da participação dos membros do Conselho de Administração por conferência telefônica ou vídeoconferência; **(iv)** Alteração do inciso (xxxv), artigo 21, e do parágrafo 1º, artigo 24, ambos do Estatuto Social da Companhia, para atribuir à diretoria a responsabilidade pela aprovação das políticas administrativas; **(v)** Alteração do *caput* do artigo 22, do Estatuto Social da Companhia, para adequar a redação dada pela Lei 14.195/21, que alterou o artigo 146 da Lei das S.A.; e **(vi)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Para facilitar o acesso dos acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujo as regras de participação encontram-se na presente Proposta. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página (www.cosan.com.br) e nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os acionistas participem da Assembleia Geral. Para participação será exigida a apresentação dos documentos relacionados abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo acionista, que poderá optar por participar (i) por meio da plataforma eletrônica TEN MEETINGS ("Plataforma Digital" ou "Ten Meetings") pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81/22. Conforme dispõe o artigo 5°, § 3°, da RCVM 81/22, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia. A Companhia observa que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital. Orientação para Participação via Sistema de Participação Remota: A Plataforma Digital estará disponível para acesso a partir das 08h30 do dia 27 de abril de 2023. Por meio da Plataforma Digital, o acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia Geral por meio da plataforma digital deverão acessar o endereço eletrônico https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DB9AA9D1A13C, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, conforme abaixo indicado, com no máximo 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023 (inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o Acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio de e-mail. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF/ME ou CNPJ/ME, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, nos termos abaixo indicado. Conforme dispõe o artigo 28, parágrafo 1°, da RCVM 81/22, o sistema eletrônico assegurará o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. e do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: **(i)** documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; **(ii)** comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia; **(iii)** procuração com reconhecimento de firma do outorgante ou assinada digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil), em caso de participação por meio de representante; e/ou **(iv)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar a solicitação de Cadastro com seus dados no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DB9AA9D1A13C. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado na solicitação de Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Ainda, o representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, nos termos do item (iii) acima. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação, bem como deverá indicar a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados por pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (a) procurador que seja acionista ou administrador da Companhia; (b) advogado; ou (c) instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. A Companhia não exigirá: (i) cópia autenticada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, admitindo-se a apresentação por meio de protocolo digital, que serão recebidos mediante ao cadastro na plataforma Ten Meetings que deverá ser realizado no https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DB9AA9D1A13C em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023; e (ii) a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Na hipótese de o acionista **não** receber as senhas de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, pelo e-mail Cosan.AGOE2023@cosan.com, para que seja prestado o suporte necessário. Os acionistas que forem habilitados no Cadastro e obtiverem senha para participação na Assembleia Geral deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota na Assembleia Geral, não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (ii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia Geral, sendo a Assembleia Geral restritas aos acionistas participantes. Além disso, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação da Assembleia Geral com antecedência de 20 (vinte) minutos para se ambientar à plataforma e verificar seu correto funcionamento. Caso o acesso à plataforma não esteja liberado nesse período, solicitamos que o acionista entre imediatamente em contato pelo e-mail acima reportando a questão. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato pelo e-mail Cosan.AGOE2023@cosan.com. A participação por meio da Plataforma Digital será mediante áudio, e os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras desligadas durante o curso da Assembleia Geral. A autenticidade das comunicações será verificada mediante a senha de acesso. Eventuais manifestações de voto na Assembleia Geral deverão ser feitas exclusivamente por meio da Plataforma Digital, conforme instruções a serem prestadas pela mesa no início da Assembleia Geral. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da Assembleia Geral, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a Assembleia Geral, sem a possibilidade de manifestação. Conforme previsto na Resolução CVM 81/22, caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância na forma abaixo, mas ainda assim, queira votar durante a Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas acima. Em decorrência da Assembleia Geral ser realizada exclusivamente de forma digital, a Plataforma Digital registrará a presença dos acionistas, que serão posteriormente lavradas no "Livro de Presença", e, após serem certificados pelos membros da mesa, será considerada a assinatura dos acionistas presentes, seja por participação remota ou por Boletim de Voto a Distância, nos termos do artigo 47, §2º, da Resolução CVM 81/22. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital. Participação na Assembleia Geral Via Boletim de Voto a Distância: Nos termos da Resolução CVM 81/22, a Companhia adotou o sistema de votação a distância, permitindo que os acionistas participem da Assembleia Geral mediante o preenchimento e a entrega do respectivo Boletim de Voto a Distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia pela Plataforma Digital, de acordo com as instruções da Proposta da Administração para Assembleia Geral ("Proposta"). Conforme previsto na Resolução CVM 81/22, caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância na forma descrita na Proposta, mas, ainda assim, queira votar durante a Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas para a participação via sistema de participação remota. Requisição de Adoção de Voto Múltiplo: O percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% do capital social, devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

São Paulo, 28 de março de 2023
Rubens Ometto Silveira Mello
Presidente do Conselho de Administração

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos trabalhadores de **FURNAS Centrais Elétricas** (CNPJ: 23.274.194/0001-19) **e suas subestações: Ibiúna** (CNPJ: 23.274.194/0086-08), **Mogi das Cruzes** (CNPJ: 23.274.194/0015-14), **Guarulhos** (CNPJ: 23.274.194/0005-42 e CNPJ: 23.274.194/0024-05) **Tijuco Preto** (CNPJ: 23.274.194/0078-06) e **Cachoeira Paulista** (CNPJ: 23.274.194/0054-20), a participarem da Assembleia Extraordinária, que será realizada no dia **30 de Março de 2023, às 14h,** em convocação única. Esta Assembleia ocorrerá preferencialmente por transmissão videoconferência, através da plataforma Zoom, para deliberar sobre a seguinte **"ORDEM DO DIA": 1)** Proposta de Furnas para o ACT Específico 2022/2024; **2)** Autorização para Mediação pré-processual no TST; **3)** Outros assuntos de interesse da categoria. **São Paulo, 28 de Março de 2023. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

AVISO - Encontra-se aberta na Prefeitura do Município de Ilha Comprida/SP, **Pregão Presencial nº 08/2023** do tipo menor preço item para registro de preços para aquisição de materiais de escritório e papelaria para os diversos departamentos da prefeitura do Município de ilha comprida. entrega e abertura dos envelopes dar- se- a no dia 12/04/2023 AS 09H00MIN. o edital em seu inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.ilhacomprida.sp.gov.br. Geraldino Barbosa De Oliveira Junior, Prefeito Municipal

AVISO - Encontra-se aberta na Prefeitura do Município de Ilha Comprida/SP: **Pregão Presencial nº 09/2023** do tipo menor preço item para registro de preços para aquisição de materiais de utilidades domésticas, materiais de higiene, descartáveis e limpeza para os diversos departamentos da prefeitura do município de ilha comprida. entrega e abertura dos envelopes dar- se- a no dia 13/04/2023 as 09h00min. o edital em seu inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.ilhacomprida.sp.gov.br. Geraldino Barbosa De Oliveira Junior prefeito municipal.

LEILÃO ON LINE
Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213 torna público que nos dia 05/04/23 às 19:00 Leilão On Line de moedas, medalhas, cédulas antigas. Acesse:
www.filatelicabrasil.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARIVAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Taquarivaí torna público que fará realizar, na sede da Prefeitura, licitação na modalidade: **Tomada de Preço nº. 1/2023, 09h00min do dia 17 de abril de 2023** visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE EXECUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS EM TORNO DA LAGOA PAULINA DE MORAES. Retirada do edital no site www.taquarivai.sp.gov.br ou Prefeitura de Taquarivaí/SP, sito à Rua Benedito Paulino Nogueira, Nº 01, Centro. Informações pelo Telefone: (15) 3534 – 1195.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
ADJUDICAÇÃO
Após o término do PREGÃO ELETRONICO nº 06/2023 sem a manifestação para interposição de recursos, eu, LUCIANA CRISTINA GOMES, pregoeiro oficial, fiz a adjudicação do objeto do presente PREGÃOELETRONICO, das seguintes empresas com os seguintes valores: SHM CONSULTORIA, GESTAO E SERVICOS EM SAUDE LTDA, com o valor de R$ 60.480,00 (Sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais) - Item: 1. **CUESTA DIAGNOSTICO E IMAGEM LTDA,** com o valor de R$ 67.800,00 (Sessenta e sete mil e oitocentos reais) – Item: 04.
Prefeitura Municipal de Óleo, 28 de março de 2023.
LUCIANA CRISTINA GOMES
CHEFE DO SERVIÇO DE CONVÊNIOS E LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2023 – PROCESSO Nº 47/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO: Contratação de empresa especializada para Reforma do Velório Municipal, localizado a Avenida da Saudade, Centro – Urupês/SP, conforme especificações constantes do Edital. **ENCERRAMENTO:** 19/4/2023 (quarta-feira), às 9h (nove horas - horário de Brasília/DF). O texto integral do referido Edital poderá ser lido e obtido no Setor de Licitações desta Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 28 de março de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO -** ***Prefeito -***

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 1501561-43/2022 TIPO: MENOR PREÇO
O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação para contratação de empresa especializada para o planejamento, a organização, a formulação de questões, a operacionalização, a logística e a execução de concurso público para provimento de cargos das carreiras da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, em atendimento à demanda da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais. A sessão do pregão iniciará no dia 13/4/2023, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 29/3/2023. Jafer Alves Jabour – Superintendente – Central de Compras Governamentais/SEPLAG.

MINAS GERAIS – GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2023 - PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2023 - EDITAL Nº 20/2023. OBJETO: *Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de desobstrução em galerias pluviais e bocas de lobo, com fornecimento de um veículo hidrovácuo, incluindo motorista, ajudante e combustível, em diversos locais do município, conforme a necessidade.* **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor preço por item. **DEPARTAMENTO REQUISITANTE:** Departamento de Obras. **DATA DE CREDENCIAMENTO E ENTREGA DE ENVELOPES:** 04/05/2023, até às 09h00 horas. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 04/05/2023 – Após o credenciamento. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** 18/04/2023 às 11:00 horas. **LOCAL:** *Prefeitura Municipal de Coronel Macedo, localizada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 180, centro.* Os interessados poderão adquirir informações sobre a presente licitação, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Macedo/SP, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 17:00h, ou pelo telefone (14) 3767-8200, ou e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo/SP, 28 de março de 2023. **JOSÉ ROBERTO SANTINONI VEIGA - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023 - PROCESSO Nº 40/2023
A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública objetivando "Registro de preços para futura e eventual aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, fracassados no último certame, para atendimento de diversos setores do município, pelo período de 12 meses, conforme especificações contidas no anexo 01 – Termo de Referência.". RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 18/04/2023. INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas do dia 18/04/2023. LOCAL: Plataforma BLL. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações: de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas. Telefone: (14) 3308-9300. Site www.fartura.sp.gov.br.
Fartura, 28 de março de 2023.
LUCIANO PERES - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO
ATA DE REGISTRO N. 12/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA: ADRIANO ROBERTO APARECIDO LOPES,** CNPJ n.22.753.153/0001-42, estabelecida a Rua: Siqueira Resende n°93, na cidade de Ibirarema, Estado de São Paulo, CEP:19940-000. **OBJETO:** O Registro de Preços para contratação de Empresa Especializada na Locação de PAINÉIS DE LED para diversos eventos dos Municípios consorciados. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação n°10/2023- Proc. 36/2023. **VALOR:** 34.800,00 (Trinta e quatro mil e oitocentos reais). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28 de março de 2023.
ÓLEO 28 DE MARÇO DE 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA
AVISO DE LICITAÇÃO-RETIFICAÇÃO"
Pregão Presencial Nº 010/2023 - EDITAL Nº 020/2023
Objeto: Registro de Preços para Contratação de Locação de Equipamento de Som, Palco e outros correlatos. O Município de Itapecerica da Serra torna público, para conhecimento dos interessados que RETIFICA a publicação constante no Jornal Folha de São Paulo, página A25, de 22 de março de 2023, ficando da seguinte forma: **Encerramento:** 11 (onze) de abril de 2023 às 09h00. **Informações:** A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia, no Departamento de Suprimentos, sito a Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br, informando os dados cadastrais do interessado, bem como mantendo seu cadastro atualizado para receber todos os comunicados referente ao certame. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9112, com código de acesso (DDD) 0XX11.
Itapecerica da Serra, 28 de março de 2.023.
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo
Guilherme Antônio dos Santos, Secretário Municipal Obras e Serviços do Município de São José do Rio Pardo, torna público que acha - se aberta a **Tomadas de Preços Nº 11/2023**, para Contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços para obra de **Infraestrutura Urbana no bairro Santo Antônio**, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma, com encerramento dia 14/04/2023 às 14:00 horas. Mais informações pelo telefone (19) 3682-7831 (das 13:00 as 17:00h), no setor de licitações – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo - SP, o edital estará disponível no endereço eletrônico: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/.

GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO - UGE - 180201
PREGÃO ELETRÔNICO – PROCESSO nº 2023017065-3
EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberta, na UGE - 180201 – GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO (GBMar), a licitação na modalidade Pregão Eletrônico/Oferta de Compra N° 180201000012023OC00071, objetivando a aquisição de 11(onze) motos aquáticas, para a flotilha do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar). A sessão de ABERTURA ocorrerá no dia 04/04/2023 às 09:00 horas, poderão retirar o Edital pelo site www.bec.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.: 09/2023
OBJETO: Objetivando a aquisição de cesta básica para o fornecimento a famílias que se encontram em estado de vulnerabilidade social, de forma parcelada, pelo período de 12 (doze) meses. **Recebimento das propostas:** 14.04.2023 às 08h50min (Oito Horas e Cinquenta Minutos). **Início da sessão de disputa de lances:** 14.04.2023 às 09h00min (Nove Horas). **Edital completo e outras informações:** Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Óleo, à Rua Ângelo Vidotto, 95, Vila Martins, Óleo/SP, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br e ou pelo site www.bll.org.br – Acesso BLL compras.
Óleo/SP, 28 de março de 2023.

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.
Belém, 29 de março de 2023
Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº 011/2023 – Processo nº 096/2023
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de Drenagem e Pavimentação da Rua 25 de Janeiro. Tipo: menor preço Global – Encerramento: 13 de Abril de 2023 às 14h00 – Cadastramento: Poderá ser feito até as 17h00 horas do dia 11 de Abril de 2023 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 28 de Março de 2023. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
ADJUDICAÇÃO
Após o término do PREGÃO ELETRONICO nº 08/2023 sem a manifestação para interposição de recursos, eu, LUCIANA CRISTINA GOMES, pregoeiro oficial, fiz a adjudicação do objeto do presente PREGÃO ELETRÔNICO, das seguintes empresas com os seguintes valores: J.C. CORREA ALVES & CIA. LTDA. - EPP, com o valor de R$ 7.842,00 (sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais) - Item: 2, 3, 4. TELAFER COMERCIO DE TELAS E FERRAGENS LTDA, com o valor de R$ 10.530,00 (dez mil, quinhentos e trinta reais) - Item: 1. Valor Total da Licitação: 18.372,00
Prefeitura Municipal de Óleo,28 de março de 2023 .
LUCIANA CRISTINA GOMES
CHEFE DO SERVIÇO DE CONVÊNIOS E LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2023 – PROCESSO Nº 45/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção de mureta de contenção na Lagoa Municipal, localizada à Rua Januário Barbosa, esquina com a Rua Santa Clara, Centro, em Urupês-SP, conforme especificações constantes do Edital. **ENCERRAMENTO:** 17/4/2023 (segunda-feira), às 9h (nove horas - horário de Brasília/DF). O texto integral do referido Edital poderá ser lido e obtido no Setor de Licitações desta Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 28 de março de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO -** ***Prefeito -***

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2023
ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 030/2023. **OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de água mineral, conforme anexos. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 11/04/2023 às 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 28 de Março de 2023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
Chamamento – Súmula – Tomada de Preços nº 05/2023
OBJETO: INFRAESTRUTURA URBANA – RECAPEAMENTO ASFÁLTICO TIPO CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), EM DIVERSAS RUAS DO JARDIM SANTA HELENA. CADASTRAMENTO DAS EMPRESAS: Deverá ser efetuado até às 10h30min horas do dia 13 de abril de 2023. ENCERRAMENTO: 14/04/2023, às 08h30min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/04/2023 às 08h40min. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.
Santo Anastácio, 28 de março de 2023.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD
EDITAL DO LEILÃO Nº 03 – CONTRATO Nº 75/2021/SP – BENS MÓVEIS
ALIENAÇÃO DEFINITIVA/CAUTELAR – POLÍCIA FEDERAL – TRÁFICO DE DROGAS
A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, c/ apoio da Estrutura Organizacional do Estado de São Paulo, neste ato repres. p/ Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, torna público **Leilão, dia 14/04/23, c/ encerram. a partir das 10h**, exclusiv. p/ site **www.danieloliveiraleiloes.com.br**, p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). **Processo: 08129.013197/2021-45**. Leiloeiro: **DANIEL OLIVEIRA JUNIOR**, p/ força do **contrato nº 75/2021/SP**. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, será enviado informações por e-mail p/ pgto do valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimento no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas p/ Leiloeiro Púb. Of., p/ e-mail contato@danieloliveiraleiloes.com.br e tel.: 0800-707-9339. **O presente edital, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis na íntegra no site supramencionado.** Em, 22/03/22.
Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo
Portaria nº 2383, de 19/04/2022
Amanda Alves Bortoloti – Presidente da Comissão

Instituto Assistencial do Município de Sumaré
Lei Municipal 493/64 de 22/06/1964 e 3906/2003 de 05/12/2003
C.N.P.J. 51.310.969/0001-08
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ
INSTITUTO ASSISTÊNCIAL DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ – IAMS
O Instituto Assistencial do Município de Sumaré, torna público e leva ao conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 4734/2023, com julgamento pelo critério de menor preço, regidas pelas Leis Complementares: 10.520/02, 8.666/93 e 123/06, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados na área de assistência médica ou seguro saúde, para a prestação/cobertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, na acomodação quarto coletivo, aos servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes, com abrangência nacional, conforme descrição contida no anexo II – memorial descritivo deste edital, sendo fixada a entrega das propostas e documentação para o dia 26 de abril de 2023 às 10 (dez) horas, no seguinte endereço: Rua Barbara Blumer, 24, Jardim Alvorada, CEP 13170-575, Sumaré, Estado de São Paulo. O edital licitatório poderá ser analisado e retirado no setor de licitações do IAMS ou solicitado pelo e-mail iams@uol.com.br, telefone nº (19) 3722-9490, ou pelo site da Prefeitura Municipal de Sumaré, Estado de São Paulo no endereço eletrônico https://sumare.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais, maiores informações pelo. telefone: (19) 3722-9490.
INSTITUTO ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.
São Luís, 29 de março de 2023
Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores
equatorial ENERGIA

Prefeitura da Estância Turística de Salto
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1404/2023
EXCLUSIVO ME/EPP
Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa, com exclusividade para ME/EPP, para fornecimento de equipamentos de fisioterapia, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 12 de abril de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 30/03/2023 até as 08h30min do dia 12/04/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 12/04/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 12/04/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br
Estância Turística de Salto, 28 de março de 2023.
Marcio Conrado - Secretário de Saúde

Auren Energia S.A.
CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser Realizada em 28 de Abril de 2023
A **Auren Energia S.A.** ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 2022 ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: i. Em Assembleia Geral Extraordinária: a. a alteração dos parágrafos 2º e 3º do artigo 8º do estatuto social da Companhia, para alterar o prazo de restrição ao direito de voto previsto nos referidos dispositivos; b. a consolidação do estatuto social da Companhia; c. a eleição de membro do conselho de administração da Companhia; d. a caracterização como conselheiro independente do membro eleito do conselho de administração; e. o Plano de Outorga de Ações Restritas; ii. Em Assembleia Geral Ordinária: f. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; g. as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; h. a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e i. a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Comitê de Auditoria para o exercício social de 2023. Para participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá realizar seu cadastro na plataforma "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), conforme link disponível no Manual e Proposta da Administração ("Manual e Proposta") e realizar o *upload* dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo descritos, até **26 de abril de 2023** ("Cadastro"). Depois do credenciamento na Plataforma Digital, o acionista receberá confirmação do Cadastro enviada pela Plataforma Digital, com as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia, o que não implica a aprovação da documentação enviada para a participação, a qual caberá à Companhia. Após a aprovação pela Companhia da documentação enviada para Cadastro, o acionista receberá da Companhia uma confirmação de credenciamento para participação na Assembleia por meio do seu e-mail utilizado para o preenchimento de seu Cadastro conforme acima. Em caso de necessidade de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do Cadastro realizado na Plataforma Digital, a Companhia entrará em contato com o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para solicitar tal complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em tempo hábil que permita o envio das informações e a liberação para acesso à Plataforma Digital, desde que o acionista tenha realizado o Cadastro e envio da documentação em prazo adequado para tanto. Nos termos da RCVM 81, caso não seja realizado o Cadastro pelo acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para participar da Assembleia, nos termos acima estabelecidos, ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais que sejam solicitados pela Companhia, de forma a atestar a regularidade dos documentos, da condição de acionista e de representação do acionista, até o dia **26 de abril de 2023,** não será possível a participação do acionista na Assembleia. Caso o acionista não receba a confirmação de credenciamento para participação na Assembleia com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@aurenenergia.com.br, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. As informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos deste Manual e Proposta. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos acionistas que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital. Informações e orientações adicionais acerca dos procedimentos para realização do Cadastro e habilitação para participação na Assembleia, bem como para participação e manifestação do acionista por meio da Plataforma Digital, encontram-se no Manual e Proposta. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, mediante *upload* na Plataforma Digital: (i) cópia simples do documento de identidade com foto do titular; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da Assembleia; (iii) cópia simples do instrumento de outorga de poderes de representação e/ou que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei; e (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Proc. CVM RJ2014/3578, j. 4.11.2014). O procurador ou representante que, porventura, represente mais de um acionista, somente poderá votar na Assembleia em nome dos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Excepcionalmente para a Assembleia, serão dispensados para os documentos dos acionistas expedidos no exterior, as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização, apostilamento ou tradução juramentada, bastando, nesse último caso, a sua tradução livre para o português. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher o boletim de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam do boletim disponibilizado pela Companhia e do Manual e Proposta. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (ri.aurenenergia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), incluindo o Manual e Proposta contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. São Paulo, 28 de março de 2023. **Mateus Gomes Ferreira -** Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATO N. 026/2022
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Óleo. CONTRATADA: **AUTO POSTO TRÊS IRMÃOS DE ÓLEO LTDA,** com sede à rua João Fausto Giraldes, n. 544, Centro, cidade de ÓLEO-SP, CNPJ N. 72.026.065/0001-17. OBJETO: Aditamento de contrato, cujo objeto refere-se à aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Óleo, do tipo maior percentual de desconto, com base no Sistema de Levantamento de Preços da ANP, Semanal - Resumo I, Estado de São Paulo, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência. **FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO, N° 4/2022 – Proc. 18/2022 – Lei federal n. 8.666/93**
ITEM
Gasolina aditivada: R$ 5,61; Etanol: R$ 3,97; Diesel: 6,29; Diesel S10: 6,34
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de MAIO de 2022.
28 de março de 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA
CNPJ 46.596.235/0001-99
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00000024/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00024/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2023
O **Pregão Eletrônico Registro de Preço nº 009/2023** de que trata este processo objetivou o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL aquisição de COMBUSTÍVEIS ETANOL, GASOLINA E DIESEL S10 para atendimento da frota municipal.**
Foi em toda a sua tramitação atendida a legislação pertinente, consoante o bem-elaborado parecer jurídico da Assessoria Jurídica.
Desse modo, satisfazendo à lei e o mérito, **HOMOLOGO** o **Pregão Eletrônico Registro de Preço nº 009/2023**, e **ADJUDICO** à proponente abaixo relacionada, vencedora deste certame nos termos da Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento o seu objeto:
SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO (02044526000360) com os lotes: 2 e 3 no valor total de **R$894.339,00 (oitocentos e noventa e quatro mil e trezentos e trinta e nove reais).**
REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A (02913444000143) com o lote: 1 no valor total de **R$1.205.644,00 (um milhão e duzentos e cinco mil e seiscentos e quarenta e quatro reais).**
Encaminhe-se ao Setor de Contratos para as providências de praxe.
Severínia-SP, 28 de março de 2023.
GLÁUCIA EMILIA SCATOLIN
Prefeita Municipal

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2023
ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 031/2023. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de arbitragem desportiva para atuar nos eventos e competições promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e da Juventude, conforme termo de referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 11/04/2023 às 10h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br - (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 28 de Março de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA
CNPJ 46.596.235/0001-99
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00000026/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00026/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
O **Pregão Eletrônico nº 011/2023** de que trata este processo objetivou o **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, SEDAN, 4 PORTAS, PRETO OU CINZA, MOTOR COM NO MÍNIMO 110 CV, C MBIO AUTOMÁTICO OU EQUIVALENTE, PILOTO AUTOMÁTICO, ANO NO MÍNIMO 2023, MODELO NO MÍNIMO 2023, COM 7 AIRBAGS NO MÍNIMO, C MARA TRASEIRA, SISTEMA DE MULTIMÍDIA, FREIOS ABS, CONTROLE DE TRAÇÃO, SISTEMA DE ALARME, CONTROLE DE ESTABILIDADE E ASSISTENTE DE RAMPA, RODA DE LIGA LEVE, ARO 15 NO MÍNIMO, (ÁLCOOL E GASOLINA).**
Foi em toda a sua tramitação atendida a legislação pertinente, consoante o bem-elaborado parecer jurídico da Assessoria Jurídica.
Desse modo, satisfazendo à lei e o mérito, **HOMOLOGO** o **Pregão Eletrônico nº 011/2023**, e **ADJUDICO** à proponente abaixo relacionada, vencedora deste certame nos termos da Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento o seu objeto:
KIVEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (44403694000183) com o lote: 1 no valor total de **R$114.800,00 (cento e quatorze mil e oitocentos reais).**
Encaminhe-se ao Setor de Contratos para as providências de praxe.
Severínia-SP, 28 de março de 2023.
GLÁUCIA EMILIA SCATOLIN
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
SECRETARIA DE OBRAS

TOMADA DE PREÇOS - SO Nº 016/2023
Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva no Parque da Maturidade José Dias da Silva - Parque Santa Luzia - **Data de Encerramento:** Dia 17/04/2023 às 09:00 horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11) 4199-1900. **Edital:** disponível **Gratuito** no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.
Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações

TOMADA DE PREÇOS - SO Nº 017/2023
Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Elétrica para Fornecimento e Instalação de Transformador Trifásico no Estádio Municipal Orlando Batista Novelli (Arena Barueri) - **Data de Encerramento:** Dia 18/04/2023 às 09:00 Horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11)4199-1900. **Edital:** disponível **Gratuito** no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.
Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - SO Nº 011/2023
Objeto: Construção de Unidade Básica de Saúde, Estacionamento e Praça no Jardim do Líbano - **Data de Encerramento:** Dia 03/05/2023 às 09:00 Horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11)4199-1900. **Edital:** disponível **Gratuito** no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.
Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - SO Nº 012/2023
Objeto: Contratação de Empresa para Reconstrução da EMEIEF Anna Irene Mazaro de Freitas - Parque Viana - **Data de Encerramento:** Dia 04/05/2023 às 09:00 Horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11)4199-1900. **Edital:** disponível **Gratuito** no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.
Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - SO Nº 013/2023
Objeto: Reconstrução da Matermei Thomaz Victoria Rodrigues - Jardim Audir - **Data de Encerramento:** Dia 05/05/2023 às 09:00 Horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11)4199-1900. **Edital:** disponível **Gratuito** no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD - RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.
Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - SO Nº 014/2023
Objeto: Registro de Preço para Eventual Prestação de Serviços Civis para Atender o Programa Morar Bem nos termos da Lei 2.807 de 18 de Março de 2021 - **Data de Encerramento:** Dia 08/05/2023 às 09:00 horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11)4199-1900. **Edital:** disponível **Gratuito** no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.
Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA
CNPJ 46.596.235/0001-99
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00000025/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00025/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023
O **Pregão Eletrônico nº 010/2023** de que trata este processo objetivou o **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, HATCH, 4 PORTAS, BRANCO OU PRATA, MOTOR COM NO MÍNIMO 116 CV, C MBIO AUTOMÁTICO OU EQUIVALENTE, PILOTO AUTOMÁTICO, ANO NO MÍNIMO 2023, MODELO NO MÍNIMO 2023, COM 6 AIRBAGS NO MÍNIMO, C MARA TRASEIRA, SENSOR DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO E DIANTEIRO; SISTEMA DE MULTIMÍDIA, FREIOS ABS, RODA DE AÇO ARO 15 NO MÍNIMO, CONTROLE DE ESTABILIDADE E TRAÇÃO, COMPUTADOR DE BORDO, GASOLINA OU FLEX (ÁLCOOL E GASOLINA).**
Foi em toda a sua tramitação atendida a legislação pertinente, consoante o bem-elaborado parecer jurídico da Assessoria Jurídica.
Desse modo, satisfazendo à lei e o mérito, **HOMOLOGO** o **Pregão Eletrônico nº 010/2023**, e **ADJUDICO** à proponente abaixo relacionada, vencedora deste certame nos termos da Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento o seu objeto:
JAVEP VEICULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (50752211000906) com o lote: 1 no valor total de **R$99.400,00 (noventa e nove mil e quatrocentos reais).**
Encaminhe-se ao Setor de Contratos para as providências de praxe.
Severínia-SP, 28 de março de 2023.
GLÁUCIA EMILIA SCATOLIN
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de Emulsão, Asfalto Usinado, Concreto Usinado, Areia Grossa, Pedrisco, Pó de Pedra e Pedra Britada 2. TIPO: Menor Preço por Item. **DATA DA REALIZAÇÃO:** 12/04/2023, com início às 09:00 horas (horário de Brasília) no site: bllcompras.com. Informações e Edital na íntegra à disposição dos interessados nos sites: www.ilhasolteira.sp.gov.br; bllcompras.com e na Divisão de Compras, Sala 01 da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, situada na Praça dos Paiaguás, nº 86, Centro, na cidade de Ilha Solteira-SP, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF. Outras informações e/ou esclarecimentos no endereço acima, pelo fone (18) 3743-6020, ou e-mail: compras@ilhasolteira.sp.gov.br. Ilha Solteira, 28/03/2023. Otávio Augusto Giantomassi Gomes – Prefeito Municipal.

Tribunal de Justiça de Pernambuco

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº.01/2023-CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00005296-64.2021.8.17.8017
LICON TCE Nº047/2023 - NATUREZA: ALIENAÇÃO

OBJETO: Alienação de 17 veículos pertencentes ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. **Recebimento de propostas até: 18/04/2023, às 10h. Inicio da disputa: 18/04/2023, às 10h.** Edital, Anexos e outras informações podem ser obtidas também no site www.tjpe.jus.br ou pelo e-mail: licita@tjpe.jus.br - A Comissão Permanente de Licitação está situada na Rua Dr. Moacir Baracho, nº207, Edf. Paula Baptista, 4º andar, bairro Santo Antônio, Recife/PE, ou pelos fones: (81) 3182.0480, 3182,0475, no horário das 09h às 18h, de segunda a sexta-feira.
Recife, 28/03/2023 - Gabriel Nippo - Pres. CPL/BCE.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PA nº 02.466/2023. PPnº15/2023. Às 09:30horas do dia 14/04/2023. Objeto: Registro de Preços para fornecimento de tampões de ferro fundido T60.O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

a) Ronaldo Luís Pinto - Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana.

Tribunal de Justiça de Pernambuco

AVISO DE LICITAÇÃO

PE Nº 0010.2023.CPL.PE.007.TJPE
PROCESSO ADM SEI Nº 00026518-47.2021.8.17.8017

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços auxiliares de manutenção preventiva e corretiva, dos principais bens móveis e imóveis, de forma contínua e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. **Recebimento de propostas até: 13.04.2023, às 14h. Início da disputa: 13.04.2023, às 15h (horários de Brasília), no site** www.peintegrado.pe.gov.br. O edital pode ser obtido também no site www.tjpe.jus.br ou diretamente na sede da Comissão, situada na Rua Dr. Moacir Baracho, nº 207, Edf. Paula Baptista, 4º andar, bairro Santo Antônio, Recife/PE, ou através dos Fones: (81) 3182.0566 / 3182.0424, no horário das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira. Recife, 28/03/2023.
Adriano Leite de Araújo - Pregoeiro - CPL/OSE.

STIC - SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA E DO AUDIOVISUAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do STIC, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os trabalhadores da Indústria Cinematográfica e do Audiovisual, compreendendo os trabalhadores de estúdios, trabalhadores de produtoras der televisão, trabalhadores de cinema e vídeo, trabalhadores em produtoras de games, trabalhadores em produtoras de conteúdo audiovisual para mídias eletrônicas, trabalhadores em programadoras de televisão por assinatura, trabalhadores em laboratórios cinematográficos, trabalhadores em empresas de dublagem, trabalhadores em empresas de finalização, trabalhadores em empresas locadoras de equipamentos cinematográficos e associados em geral, para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no dia 04 de abril de 2023, às 14:30 horas, em primeira convocação e às 15:00 horas em segunda convocação, com qualquer quorum, na sede da entidade, à Rua do Teatro n.º 07, Largo de São Francisco, centro, a fim de apreciar e deliberar a seguinte ordem do dia:

1- **Abertura da Campanha Salarial 2023/2024;**
2- **Autorizar a Diretoria a assinar Acordo Coletivo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo;**
3- **Eleição e aprovação dos membros da Comissão de Negociação;**

LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA
Presidente

Edital de Convocação - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário Solidariedade-SP - Base Territorial: Adamantina, Fartura, Flórida Paulista, Lucélia, Manduri, Mariápolis, Pacaembu, Piraju e São Caetano do Sul CNPJ 59.325.308/0001-50 - **Edital de Convocação** - Pelo presente edital, convoco todos, da os trabalhadores das Indústrias na **Industria da Construção Civil, Pequenas e Grandes Estruturas, do Setor de Instalações Eletricas** e trabalhadores afins da base territorial deste Sindicato, associados ou não, todos com direito a voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 04 de ABRIL de 2023, às 17:30 horas na Rua Perrela, 278 - Bairro Fundação - São Caetano do Sul/SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º - Leitura, discussão e aprovação da ata de assembleia anterior; 2º - Apresentação e aprovação das reivindicações dos trabalhadores 2023/2024, a ser apresentada à entidade patronal; 3º - Aprovar desconto de 1.30 (hum vírgula trinta por cento) de desconto mensalmente do salário nominal de todos os trabalhadores associados ou não ao sindicato para manutenção das atividades sindicais. 4º Deliberar Sobre a concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, para dar início às negociações para renovação das cláusulas coletivas vigentes, em conjunto e/ou separadamente com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com o Sindicato Patronal e/ou através de mediação ou solução arbitral, 5º - Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive sobre a deflação estado de greve, 6º - Autorizar e conceder poderes à Diretoria do Sindicato, para agir na esfera, administrativa e judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar, havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o Tribunal do Trabalho, bem como, instaurar o Dissídio de Greve; 7º - Deliberar a manutenção de Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias. Se na hora aprazada não houver quórum, a Assembleia realizar-se-á em 2º convocação, 2 horas após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria. São Caetano do Sul, 29 de março de 2023. **Edison Luiz Bernardes** - Presidente

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.155/2023 – PEC.00552/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO - RERRATI 1 - Abertura do Pregão em 11/04/2023 às 09:00 horas

PE.183/2023 – PEC.00616/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPOS MACROGOTAS E EM CONEXÃO Y - Abertura do Pregão em 11/04/2023 às 14:30 horas.

PE.185/2023 – PEC.00733/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE REFEITORIO E CONJUNTO COLETIVO - Abertura do Pregão em 12/04/2023 às 09:00 horas.

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 013/2023.
Processo n.º 486/2023.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY, NO BAIRRO JARDIM ALVORADA, NESTA CIDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS".
Entrega dos Envelopes: 20 de Abril de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 20 de Abril de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do **dia 03 de Abril de 2023 até o dia 19 de Abril de 2023**, o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**.
Eu, Tássia Helena Modenesi Tavares, matrícula n.º 14.676, conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário Adjunto de Administração, autorizei a publicação oficial. Americana, 28 de Março de 2023.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 517/2023
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a contratação de empresa, com cota reservada/exclusividade para ME/EPP, para fornecimento de uniformes, acessórios e calçados destinados ao fardamento da Guarda Civil Municipal, Vigilantes, Defesa Civil, Agentes de Trânsito e da Sinalização Viária do Departamento de Trânsito e Transporte, conforme as especificações e quantidades relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Defesa Social às empresas:
- **Cavi Ramos Confecções Ltda.**, para os lotes 1 e 3, no valor global da contratação de R$ 494.000,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil reais).
- **Indústria e Comércio José Romeu Nitaques Roupas Ltda.**, para o lote 2, no valor global da contratação de R$ 57.099,70 (Cinquenta e sete mil e noventa e nove reais e setenta centavos).
- **M. Testa Confecção,** para o lote 4, no valor global da contratação de R$ 8.320,00 (oito mil trezentos e vinte reais).
- **MDR Confecções de Uniformes Ltda.**, para o lote 5, no valor global da contratação de R$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais).
- **Comercial Thialli Ltda.**, para o lote 6, no valor global da contratação de R$ 50.999,56 (cinquenta mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos).
- **Simoso Atacadista Ltda.**, para o lote 7, no valor global da contratação de R$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais).

Salto/SP, 28 de março de 2023.
Antônio Ruy Neto - Secretário de Defesa Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PUBLICA 005/2023.

O MUNICÍPIO DE MACEIÓ por intermédio da Comissão Especial de Licitação, torna público aos interessados que realizará:

- CONCORRÊNCIA Nº 005/2023. Processo nº: 6900.63159/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e demais serviços correlatos ao sistema de limpeza urbana nas especificações constantes no edital e seus anexos. Modalidade: Concorrência. Critério de Julgamento: Menor preço. Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 29/03/2023 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereços: Avenida da Paz, n.º 900, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-050 ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**. Entrega dos envelopes: A partir de 30/03/2023 até 02/05/2023. Abertura dos envelopes: 02/05/2023 às 09h (horário de Brasília) no auditório da ARSER.

Maceió, 28 de março de 2023.
Élder Damasceno Lima
Presidente da Comissão Especial de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 96/2023 UASG Nº 926703 -

Processo nº: 7100.058244/2022

Objeto: LOCAÇÃO DE PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS MÓVEIS, FIXOS E LOMBADAS ELETRÔNICAS EDUCATIVAS.

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 30/03/2023 das 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h30.

Endereços: Avenida da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL, CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**

Entrega das Propostas: A partir de 30/03/2023 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Abertura das Propostas: 14/04/2023 às 9h (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 28 de março de 2023.
Elizame Guedes Evangelista
Pregoeira – CPL/ARSER

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

E D I T A L

COMUNICADO

Comunicamos que o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2023, destinado à aquisição de CONTRASTE RESSONANCIA MAGNÉTICA., foi REAGENDADO para o dia 11/04/2023, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 29/03/2023. OC Nº: 092201090562023OC00188. O Edital na íntegra está disponível no site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br.

COMUNICADO

Comunicamos que o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 331/2022, destinado à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO TIPO PREVENTIVO/VALIDAÇÃO/CALIBRAÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, foi REAGENDADO para o dia 11/04/2023, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 29/03/2023. OC Nº: 092201090562023OC00057. O Edital na íntegra está disponível no site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2023.
ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA
Diretora do Serviço de Compras

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD
EDITAL 29 – ALIENAÇÃO DEFINITIVA - LEILÃO DE BENS IMÓVEIS

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD, com apoio da Estrutura Organizacional do Estado de São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, constituída pela Portaria nº 72/2019 (SSP/SP), publicada no Diário Oficial(SP) Nº 182.2019, em 24 de, AGOSTO de 2019, alterada pelas resoluções SSP nº 063 de 31 de julho de 2020 e, nº 77 de 5 de outubro de 2020, torna público que no local, data e horário indicados no item "1" do presente edital, será realizada licitação, na modalidade **LEILÃO ELETRÔNICO**, do tipo maior lance, para venda dos bens imóveis indicados neste edital, de propriedade do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, de acordo com o processo administrativo nº 08129.013195/2021-56, a ser conduzido pelo(a) Leiloeiro(a) Público Oficial, Murilo Paes Lopes Lourenço, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob a matrícula nº 1085, por força do contrato nº 70/2021, em conformidade com a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2003, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e, com base no art. 6º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1932, alterado pelo Decreto 22.427, de 01 de fevereiro de 1933, e Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 201. Faz saber que será levado a **Leilão em 14/04/2023 às 10:00 horas. Bens: Lote 1)** Imóvel na Rua Das Condessas, 64, Lote 89 – Campos do Jordão/SP; **Lote 2**) Conjunto de Escritórios Rua Bandeira Paulista, 727 nº 35, subdistrito - Jardim Paulista. A descrição completa das unidades, como maiores informações poderão ser consultadas no site www.leilaobrasil.com.br. Dúvidas e esclarecimentos: telefone (11) 3965-0000 e e-mail: atendimento@leilaobrasil.com.br, ficam os executados, bem como eventuais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não sejam localizados para as intimações pessoais, será o edital "por extrato", afixado e publicado na forma da lei. 29/03/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 05/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para pavimentação e recapeamento asfáltico em vias do município na Rua Elizário Pereira de Melo e Rua Padre Joaquim Ferreira Inocêncio, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro constantes do Anexo I deste edital, sob o regime empreitada a preço unitário, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamento, maquinário e ferramentas necessárias para a execução, a qual será processada de acordo com o que determina a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações. Os envelopes nº 01 (Documentos de Habilitação) e nº 02 (Proposta) deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 14 de abril de 2023, na Divisão/Expedientes de Protocolos, sendo que a sessão será realizada a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br. Maiores informações no setor de Licitações, fone (014) 99670-9667 ou danila.compras@paranapanema.sp.gov.br.
Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 28/03/2023.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2023 – Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de pintura para reformas e manutenções em geral, com objetivo de conservação de bens e imóveis de domínio Público, localizados neste Município, o Prefeito Municipal HOMOLOGOU para que produza seus efeitos o julgamento procedido pela Comissão Permanente de Pregão com base no inciso VI do art. 43 da Lei 8666/93, e em consequência, ratificou o ato do pregoeiro que ADJUDICOU os itens licitados 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 do Lote I e os itens licitados 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 do Lote II para a empresa licitante vencedora WAC COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ Nº 24.878.009/0001-68, por ter apresentado a proposta dentro dos limites propostos pela Administração e estarem compatíveis com o praticado no mercado.
Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 28/03/2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

Aviso De Licitação

Edital nº 23/2023 - Processo Licitatório nº 74/2023 - Tomada - nº 02/2023. Objeto: "Contratação de empresa para execução de obra de complementares e adequações no Centro Cultural - Fase 2", Cadastramento (CRC): Até o Dia 03/05/2023 as 17h00min Horas. **Data de Credenciamento e Entrega De Envelopes:** 08 de maio de 2023 até as 09h00min horas. **Abertura dos envelopes:** 08/05/2023 – Após Credenciamento. **Disponibilidade do Edital:** 20/04/2023. **LOCAL:** Prefeitura Municipal de Coronel Macedo / Av. Presidente Castelo Branco, 180, Conj. Habitacional Ico Tonon. Informações, no setor de licitações, pelo fone (14) 3767.8200, ou no e-mail: licitação@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo-SP, 28 de março de 2023. **José Roberto Santinoni Veiga.**

UNIHOSP SAÚDE LTDA

CNPJ 01.445.199/0001-24

Notificação por Edital

Para fins de cumprimento do Artigo 13 parágrafo Único, Inciso II da Lei 9656/98, e da Súmula Normativa 28/2015 da ANS - Agência Nacional de Saúde Complementar a UNIHOSP SAÚDE LTDA notifica por Edital seu beneficiários não localizados através de correspondência emitida pelo sistema de Aviso de Recebimento (AR) dos Correios, **Conforme matricula e CPF abaixo:**

002913-0 - 206.804.148; 003170-4 - 436.591.198; 004544-6 - 248.921.458; 005086-5 - 134.903.188; 008252-0 - 301.881.288; 013291-8 - 029.690.458; 013642-5 - 456.863.858; 021043-9 - 370.294.038; 034282-3 - 051.966.188; 035339-6 - 698.626.648; 038384-8 - 318.307.408; 029566-3 - 214.072.658; 038422-4 - 496.895.998; 038854-8 - 493.131.768; 045565-2 - 282.369.248; 049534-4 - 375.282.078; 054541-4 - 070.358.143; 053753-5 - 578.567.758; 055471-5 - 484.691.888; 057572-0 - 419.040.808; 058868-7 - 118.819.419; 064537-0 - 021.333.258; 064843-4 - 814.680.083; 070908-5 - 506.147.598; 082069-5 - 919.818.678; 084077-7 - 318.755.888; 090131-8 - 223.057.178; 094771-7 - 148.500.918; 094805-5 - 033.975.338; 096423-9 - 256.274.008; 107717-1 - 089.124.578; 118674-4 - 414.679.798; 145016-6 - 317.155.988; 146647-0 - 575.935.338; 155993-1 - 529.194.208; 156655-5 - 500.314.738; 164478-5 - 303.829.718; 163054-7 - 546.987.278; 172873-3 - 107.421.408; 185227-2 - 107.171.038; 186520-0 - 536.747.628; 186619-2 - 058.070.818; 186743-1 - 012.614.418; 186858-6 - 251.333.038; 187108-0 - 347.360.398; 189062-0 - 163.259.848; 191068-0 - 133.609.806; 187057-2 - 592.332.838; 209847-4 - 356.517.068; 210968-9 - 050.710.278; 221127-0 - 581.398.318; 225656-8 - 502.716.278; 231437-1 - 007.246.993; 228507-0 - 295.571.478; 232455-5 - 859.523.548; 234301-0 - 992.143.698; 262165-7 - 281.999.518; 262334-0 - 240.322.218; 262490-7 - 529.464.868; 262688-8 - 044.346.614; 262838-4 - 597.654.158; 262852-0 - 132.470.888; 263510-0 - 062.173.112; 263760-0 - 292.856.198; 265102-5 - 598.302.578; 265146-7 - 104.024.998; 265709-0 - 079.358.078; 265869-0 - 501.932.258; 266178-0 - 599.533.588; 266360-0 - 392.497.258; 267058-5 - 193.496.988; 267127-1 - 417.050.908; 267734-2 - 086.598.898; 269278-3 - 706.762.592; 269284-8 - 040.448.908; 269707-6 - 106.336.968; 270091-3 - 563.996.988; 270456-0 - 479.335.638; 270707-1 - 065.267.588; 270726-8 - 282.449.808; 270763-2 - 153.471.478; 270807-8 - 433.153.538; 270863-9 - 552.700.388; 270871-0 - 013.606.828; 270875-2 - 520.283.278; 272606-8 - 510.807.648; 272668-8 - 479.454.868; 272836-2 - 221.513.788; 272865-6 - 087.158.298; 274234-9 - 482.255.838; 274679-4 - 457.186.955; 275189-5 - 549.772.868; 276637-0 - 351.068.458; 278534-0 - 401.468.088; 279035-1 - 453.307.218; 279111-0 - 507.726.787; 280639-8 - 297.416.188; 280657-6 - 072.313.398; 280748-3 - 093.697.038; 280934-6 - 512.396.528; 281007-7 - 163.191.718; 283257-7 - 090.232.848; 283498-7 - 650.680.254; 285532-1 - 307.782.198; 287218-8 - 249.647.228; 287271-4 - 601.085.878; 287407-5 - 385.910.048; 270532-0 - 599.356.708; 050192-1 - 030.451.518; 274658-1 - 065.764.708; 287302-8 - 458.101.028; 014857-1 - 343.747.468; 045469-9 - 951.124.808; 060467-4 - 167.752.668; 060488-7 - 304.259.648; 148968-2 - 347.445.948; 158726-9 - 342.530.698; 185885-8 - 249.052.243; 262078-2 - 407.148.868; 262364-1 - 091.366.158; 262441-9 - 971.742.208; 267695-8 - 204.153.468; 267949-3 - 090.051.498; 268871-9 - 548.105.048; 269249-0 - 249.993.988; 270715-2 - 318.364.868; 270852-3 - 378.459.678; 272823-0 - 587.736.258; 279314-8 - 106.903.408; 285382-5 - 424.961.848; 287296-0 - 542.018.704; 266325-2 - 597.465.098; 155603-7 - 257.333.498; 003574-2 - 364.197.858; 008818-8 - 001.244.588; 016599-9 - 028.965.148; 026719-8 - 495.042.438; 027008-3 - 035.562.288; 030735-1 - 046.620.308; 034486-9 - 440.971.028; 039013-5 - 459.032.998; 040716-0 - 372.406.348; 041640-1 - 055.656.968; 054408-6 - 997.836.908; 064985-6 - 461.276.848; 067789-2 - 035.563.908; 071408-9 - 063.077.158; 094362-2 - 462.192.778; 066588-6 - 131.245.968; 081809-7 - 466.716.538; 109988-4 - 455.252.908; 138976-9 - 028.626.578; 144614-2 - 471.678.718; 154535-3 - 454.142.928; 157220-2 - 436.189.388; 163139-0 - 165.142.358; 168647-0 - 084.368.208; 168675-5 - 063.862.268; 184828-3 - 069.333.388; 184735-0 - 351.949.488; 190763-8 - 497.391.568; 191041-8 - 397.564.358; 192340-4 - 416.770.088; 207797-3 - 296.684.148; 208265-9 - 435.130.958; 216677-1 - 472.014.988; 223114-0 - 478.558.308; 224951-0 - 431.583.788; 230875-4 - 368.121.328; 231760-5 - 289.550.563; 247511-1 - 405.493.668; 261736-6 - 508.658.498; 263485-6 - 577.453.298; 263963-7 - 499.507.628; 269971-0 - 465.468.778; 270075-1 - 530.281.088; 270137-5 - 556.319.778; 270224-0 - 072.715.878; 270485-4 - 593.024.338; 270669-5 - 221.770.078; 270673-3 - 388.082.998; 274449-0 - 192.694.628; 278598-6 - 029.889.718; 279017-3 - 410.656.238; 279102-1 - 173.412.608; 280407-7 - 677.717.348; 280637-1 - 416.731.978; 280720-3 - 249.106.678; 280901-0 - 507.431.938; 283370-0 - 161.336.588; 283375-1 - 364.071.268; 285529-1 - 127.868.986; 287084-3 - 371.263.718; 266414-3 - 055.081.158; 248945-7 - 478.796.858; 020624-5 - 483.277.488; 026756-2 - 519.373.228; 028575-7 - 593.060.678; 034012-0 - 558.744.328; 062233-8 - 508.891.588; 107146-7 - 414.069.308; 113907-0 - 471.754.038; 127209-8 - 037.471.353; 137600-4 - 552.203.858; 138046-0 - 467.987.698; 223402-5 - 388.398.918; 242681-1 - 564.465.818; 262616-0 - 499.863.288; 262871-6 - 582.805.588; 262891-0 - 598.864.298; 263029-0 - 436.079.418; 269697-5 - 456.498.968; 270659-8 - 593.649.628; 272809-5 - 556.879.008; 274634-4 - 996.855.908; 274712-0 - 581.870.668; 275397-9 - 394.075.898; 277387-2 - 579.810.718; 280750-5 - 391.468.068; 280894-3 - 551.289.868; 285173-3 - 404.496.318; 285463-5 - 466.848.668; 269974-5 - 345.117.798; 050032-1 - 679.831.708; 247337-2 - 516.617.178; 262110-0 - 479.281.077; 265917-4 - 118.115.318; 266143-8 - 351.465.898; 270853-1 - 693.462.408; 273257-2 - 414.136.048; 279853-0 - 574.176.958; 280704-1 - 491.286.538; 285395-7 - 198.472.895; 287465-2 - 031.797.478; 287476-8 - 139.129.758; 269829-3 - 396.627.498; 009923-6 - 456.415.858; 023178-9 - 576.002.268; 032664-0 - 488.732.048; 140338-9 - 163.613.058; 159353-6 - 069.123.658; 165434-9 - 334.075.728; 166772-6 - 406.636.728; 183783-4 - 590.508.068; 208421-0 - 428.926.998; 191342-5 - 572.551.858; 197104-2 - 583.923.618; 200252-3 - 493.803.198; 265312-5 - 357.433.278; 270019-0 - 537.070.298; 277421-6 - 346.062.688; 278516-1 - 221.715.678; 247424-7 - 049.365.798; 035207-1 - 055.311.588; 268251-6 - 573.072.248; 272639-4 - 592.001.408; 281296-7 - 564.548.238; 002956-4 - 407.256.728; 003435-5 - 568.394.848; 004247-1 - 107.550.828; 014121-6 - 528.098.008; 027242-6 - 487.832.078; 033357-3 - 461.668.208; 034423-0 - 559.011.088; 035132-6 - 550.872.358; 036272-7 - 510.774.488; 037359-1 - 559.459.488; 065063-3 - 380.810.898; 092667-1 - 525.704.898; 076631-3 - 544.863.638; 105260-8 - 390.551.008; 125757-9 - 464.108.148; 126958-5 - 432.474.108; 132462-4 - 554.883.098; 142692-3 - 576.276.548; 188034-9 - 581.115.098; 176348-2 - 555.488.718; 188375-5 - 192.247.818; 190050-1 - 124.168.418; 287520-9 - 468.760.338; 268441-1 - 110.706.111; 270730-6 - 429.778.258; 272465-0 - 463.018.118; 276954-9 - 514.765.808; 278867-5 - 532.024.598; 278869-1 - 586.007.358; 280212-0 - 603.480.888; 280504-9 - 161.548.298; 283547-9 - 183.656.508; 245921-3 - 097.268.038; 258700-9 - 334.690.298; 038821-1 - 880.784.008; 050802-0 - 391.578.458; 264762-1 - 551.503.898; 265768-6 - 991.996.538; 014941-1 - 524.059.038; 016201-9 - 508.841.548; 095412-8 - 288.489.058; 166727-0 - 455.290.548; 261759-5 - 422.467.968; 272476-6 - 463.683.038; 005759-2 - 483.387.348; 011440-5 - 344.703.628; 015954-9 - 561.186.918; 016900-5 - 413.611.628; 067106-1 - 656.039.668; 071089-0 - 414.170.418; 088124-4 - 550.557.608; 093551-4 - 390.284.958; 098003-0 - 421.304.415; 129427-0 - 321.897.578; 131028-3 - 535.741.398; 147955-5 - 559.308.078; 146968-1 - 471.456.128; 154009-2 - 323.834.598; 156293-2 - 571.835.518; 157575-9 - 417.145.268; 170858-9 - 434.015.148; 263639-5 - 483.228.648; 264732-0 - 299.538.018; 270313-0 - 837.837.338; 283602-5 - 435.871.068; 261842-7 - 582.721.958; 002009-5 - 293.965.730; 108189-6 - 206.074.230; 017821-7 - 555.687.828; 039321-5 - 586.845.368; 039847-0 - 593.324.228; 114905-9 - 505.610.718; 128499-1 - 446.147.038; 128115-1 - 561.960.858; 155327-5 - 511.237.678; 157157-5 - 493.761.538; 265846-1 - 461.578.158; 268602-3 - 590.793.958.

Favor não prestar atenção

A evidência mostra que foco em tragédias pode estimular eventos similares

Bernardo Guimarães
Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

O assassinato da professora na escola dominou o noticiário e as redes sociais. Será que demos atenção demais à tragédia? Essa atenção toda poderia estimular novos ataques?

Essa questão ilustra bem as dificuldades de estabelecer relações de causa e efeito em ciências sociais como a economia. Mas, apesar dos obstáculos, existem métodos que, aliados à criatividade dos pesquisadores, conseguem achar respostas confiáveis.

Começo pelas dificuldades.

Dados de assassinatos em escolas e notícias na imprensa podem apontar padrões. Por exemplo, podem nos mostrar que, depois de assassinatos em escolas, há em média mais notícias; e, seguindo as notícias, há mais incidentes, em média.

Isso, porém, não nos permite desvendar o que está causando o quê. Pode ser que notícias estimulem atentados. Mas pode ser também que outros fatores estejam levando a mais violência e mais notícias. Em ambos os casos, veríamos mais bombas estampadas em bancas de jornal e explodindo em colégio de criança.

Para estabelecer relações de causa e efeito, pesquisadores nas ciências naturais realizam experimentos.

Com sete anos de idade, nós plantamos um feijão num vaso e deixamos outro sem semente. Depois, comparamos os dois.

Para testar vacinas contra o coronavírus, sorteamos um grupo de tratamento que toma a vacina e um grupo de controle que recebe um placebo. Depois, comparamos os resultados.

Mas, para a maior parte das questões nas ciências sociais, essa abordagem não funciona.

Não conseguimos sortear políticas monetárias ou fiscais diferentes para grupos de países. Os déficits e as taxas de juros de cada país não são sorteados, são escolhidos, e assim refletem características de cada país que também afetam a economia. Por isso, não conseguimos aprender somente estudando os padrões nos dados.

Da mesma maneira, o que sai nos jornais e viraliza nas redes sociais não é escolhido por sorteio.

Pesquisadores empíricos precisam achar maneiras de encontrar variações aleatórias na cobertura da imprensa. Essas variações aleatórias criam algo parecido com grupos de tratamento e controle.

Por exemplo, desastres naturais (terremotos, tsunamis) acontecem de modo aleatório para nós (não conseguimos prever suas ocorrências) e reduzem o espaço na mídia para outras notícias.

Se um grande terremoto tivesse ocorrido nos Estados Unidos na segunda-feira (27), os jornais teriam dado um pouco menos de espaço para o assassinato da professora na escola em São Paulo.

Por outro lado, é improvável que esse terremoto, por si só, afetasse a ocorrência de eventos violentos nos próximos dias aqui no Brasil.

Então, eventos como esse terremoto criam um grupo de eventos com menos repercussão na mídia por um motivo aleatório —algo que aconteceu em outro país, sem relação com atos violentos no Brasil. Isso é uma espécie de grupo de controle.

O grupo de tratamento inclui os eventos com maior repercussão na mídia pela falta de outros assuntos bombásticos no dia.

Aí, usando técnicas estatísticas, comparamos o que acontece depois nos grupos de tratamento e de controle.

Essa é uma explicação bem simplificada da técnica de estimação por variáveis instrumentais, muito usada em ciências sociais como a economia.

Trabalhos que comparam esses grupos de tratamento e controle mostram que maior repercussão na mídia de fato causa mais ações terroristas e assassinatos em massa. O efeito é grande.

De acordo com a evidência empírica, nossa atenção a assassinatos como o de segunda-feira estimula incidentes similares.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | **QUI. Cida Bento,** Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Grandes bancos são alvo de operação na França

Autoridades fazem busca e apreensão em instituições como BNP Paribas e Société Générale por suspeita de fraude fiscal

PARIS | AFP Autoridades da França fizeram, nesta terça-feira (28), operações de busca em cinco grandes bancos por suspeitas de fraude fiscal e lavagem de dinheiro.

De acordo com a Procuradoria Nacional de Finanças (PNF), os mandados foram cumpridos em Paris e no distrito financeiro de La Défense, mobilizaram cerca de 150 inspetores e 16 magistrados e exigiram vários meses de preparação.

O órgão encarregado pela investigação de crimes financeiros afirmou que as buscas aconteceram após a abertura de cinco investigações preliminares, em dezembro de 2021, por suspeita de lavagem de dinheiro e fraude fiscal relacionada ao pagamento de dividendos.

Segundo a promotoria, os bancos alvos da operação usavam uma estratégia na qual acionistas transferiram os papeis por um curto período para investidores estrangeiros, com o objetivo de burlar os impostos sobre dividendos e, em alguns casos, obter uma restituição. Depois, esses investidores vendiam de volta as ações para os donos originais, e ambos dividiam o valor poupado com a manobra.

Um porta-voz do banco francês Société Générale confirmou à agência AFP que a instituição foi alvo de uma operação, mas disse não saber o motivo.

De acordo com o jornal francês Le Monde, as sedes do BNP Paribas, do Exane, do grupo financeiro Natixis e do gigante britânico HSBC também foram alvos da operação.

Uma investigação jornalística de 2018, com o título "CumEx Files", realizada por vários meios de comunicação europeus, revelou vários casos de fraude fiscal. Na ocasião, o Le Monde chamou o episódio de "roubo do século".

O título "CumEx Files" faz referência à lista de ações com ("cum", em latim) e sem ("ex") dividendos.

Em 2021, a investigação revelou que a fraude totalizou cerca de € 140 bilhões (R$ 790 bilhões) em um período de 20 anos.

Quinze países europeus agora buscam reparação. Por anos, centenas de banqueiros, advogados e investidores teriam sido capazes de escapar da cobrança de € 55 bilhões (R$ 308 bilhões) em impostos.

Segundo autoridades europeias, a ação faz parte de uma investigação transnacional, que envolve cerca de 1.500 suspeitos em quatro continentes.

A Alemanha teria sofrido o pior desfalque nas contas públicas: € 30 bilhões (R$ 168 bilhões). A França fica logo atrás, com € 17 bilhões (R$ 95 bilhões) que teriam sido sonegados. Também foram afetadas Espanha, Itália, Bélgica, Áustria, Noruega, Finlândia e Polônia, de acordo com a investigação.

O esquema de sonegação ganhou popularidade no começo dos anos 2000, antes da crise financeira de 2008. Nos últimos anos, vários países apertaram a fiscalização para evitar essa fraude, mas deixaram de notificar seus vizinhos.

O advogado Hanno Berger, acusado pelas autoridades alemãs de ser o responsável por arquitetar o calote aos cofres públicos, foi condenado a oito anos de prisão por uma corte em Bonn. Ele era conhecido por sua atuação rígida como auditor fiscal na Alemanha, antes de migrar para a advocacia privada.

Inglaterra e Dinamarca também abriram ações civis e criminais para julgar essa mesma estratégia de sonegação, colocada em prática pelo londrino Sanjay Shah. Ele teria desfalcado os cofres públicos em € 2 bilhões.

Os promotores franceses incentivaram o público a levar informações sobre o caso na França às autoridades, para dar prosseguimento ao inquérito.

Com New York Times

Fachada do saguão principal do aeroporto de Congonhas, cuja concessão foi arrematada em agosto de 2022 pela Aena, da Espanha Eduardo Knapp - 15.jun.22/Folhapress

Espanhola Aena assina contrato com Anac e deve assumir Congonhas em até duas semanas

Julio Wiziack

BRASÍLIA A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) assinou com o grupo espanhol Aena, nesta terça-feira (28), o contrato de concessão do aeroporto de Congonhas e de outros dez aeroportos da sétima rodada de concessão da Infraero. A concessão, no entanto, só passa a vigorar dentro de duas semanas, após pagamento inicial.

A Infraero deve assinar o contrato nesta quarta-feira (29), de acordo com informações do Ministério de Portos e Aeroportos.

Em nota, a pasta negou que a estatal de aviação iria ingressar com uma ação judicial contra o processo de concessão de Congonhas, como publicado pelo jornal O Globo nesta terça-feira.

Apesar da assinatura, a Aena ainda precisa quitar a primeira parcela da outorga inicial de R$ 2,45 bilhões. Isso deve ocorrer em até duas semanas, prazo para que comece a valer o prazo de concessão.

A empresa apresentou R$ 1,2 bilhão do pagamento em precatórios —títulos de dívida da União com sentença transitada em julgado.

Apesar de ser uma opção de pagamento garantida por uma emenda constitucional promulgada no ano passado, o edital de privatização desse bloco de aeroportos previa essa modalidade.

No entanto, houve discussões internas entre a Aena e a Anac em torno do recebimento desses papéis desde o final do ano, impasse que se mantém devido a uma portaria da AGU (Advocacia-Geral da União), que suspendeu o uso de precatórios até que seja editada uma nova portaria com as regras.

A Aena tem duas semanas para resolver esse imbróglio. A empresa acredita que os títulos serão aceitos por se tratar de uma imposição constitucional, mas diz ter os recursos próprios para efetuar o pagamento.

O contrato inclui 11 aeroportos em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará. Congonhas é o carro-chefe desse bloco concedido no final do ano passado.

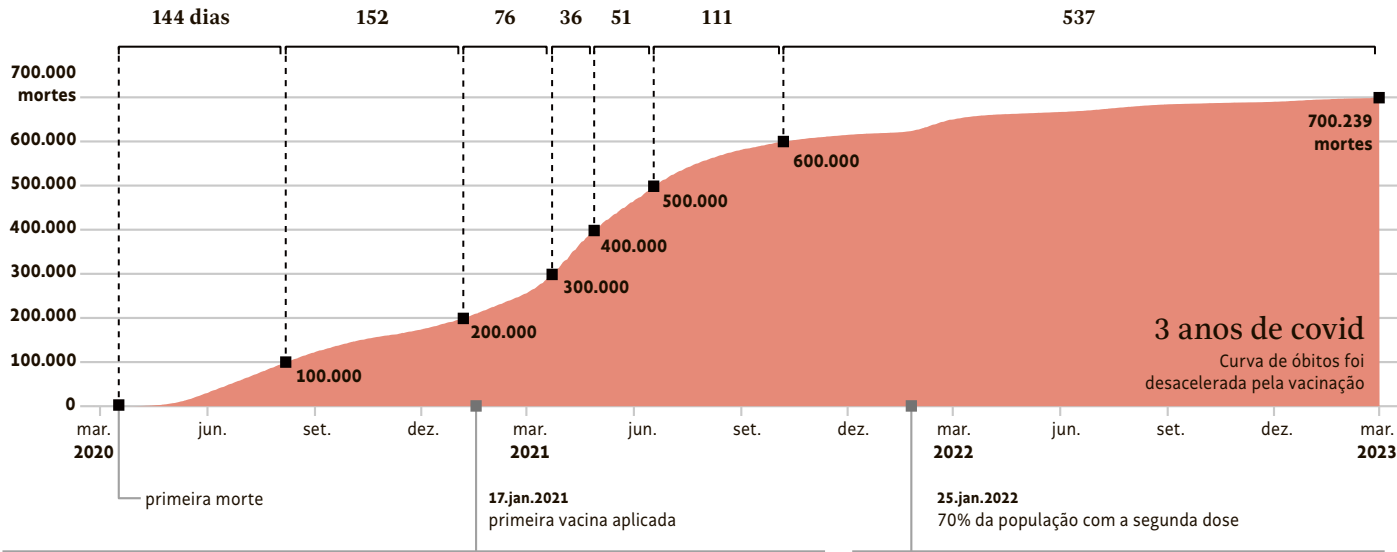
Confirmada a efetividade do contrato, a Aena deve iniciar a operação dos aeroportos no terceiro trimestre de 2023.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Aena informa ter cumprido com todas as obrigações pré-contratuais, incluindo o pagamento de R$ 813,9 milhões, nos quais estão incluídos R$ 772,9 milhões referentes ao programa de adequação do efetivo da Infraero.

Para a concessionária, a Infraero teria até o final do dia desta terça-feira para assinar o contrato, que já foi assinado tanto pela Aena quanto pela Anac, que exerce o poder concedente.

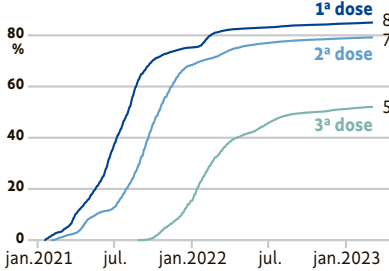
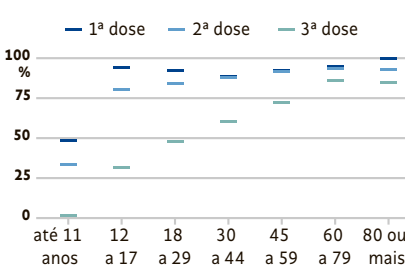
O Ministério de Portos e Aeroportos também confirmou a assinatura do contrato de concessão. "Agora, cabe à Aena realizar o pagamento da outorga dentro do prazo estipulado em contrato", disse a pasta.

Procurada, a Infraero não havia respondido até a publicação desta reportagem.

Intervalo de tempo entre 600 mil e 700 mil mortes foi maior que os anteriores

Mortes por faixa etária Em %

	4º tri.2020 (pré-vacinação)	2º tri.2021	1º tri.2023
80 ou mais	29	13	43
60 a 79	50	43	42
45 a 59	15	12	9
30 a 44	5	2	4

pré-vacinação

proporção de idosos entre as vítimas caiu após vacinação prioritária, em meio ao pior pico da doença

atualmente, proporção de idosos com 80 anos ou mais entre os óbitos é maior que antes

Cálculo da cobertura baseado na projeção do IBGE para 2022. Fonte: Ministério da Saúde, Conass e IBGE (dados até 28.mar.2023)

Brasil atinge 700 mil óbitos por Covid com novo perfil de vítimas

Mortalidade agora se concentra em público mais vulnerável, como idosos acima de 80 anos e pessoas imunossuprimidas

DELTAFOLHA

Natália Cancian, Cristiano Martins e Diana Yukari

BELO HORIZONTE E SÃO PAULO Três anos depois da primeira morte por Covid-19 no país, o Brasil chega à marca de 700 mil óbitos pela doença com um cenário marcado por paradoxos.

Ao mesmo tempo em que a pandemia teve uma desaceleração recente devido ao avanço na vacinação, o país ainda enfrenta desafios como a baixa cobertura vacinal em algumas faixas etárias, como crianças menores de cinco anos.

Dados do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) divulgados na tarde desta terça (28) mostram que o país atingiu, na semana passada, o acumulado de 700.239 mortes pela doença.

Entremeado por histórias de vidas perdidas, o marco de 700 mil mortes também vem acompanhado de uma mudança no perfil da mortalidade pela doença em comparação a outros períodos — com maior proporção de óbitos agora em pessoas acima de 80 anos e imunossuprimidas.

Levantamento do InfoGripe, sistema da Fiocruz que acompanha registros de síndromes respiratórias graves, aponta mortalidade até três vezes maior por Covid em pessoas não vacinadas em comparação àquelas que receberam doses.

Para especialistas, a vacinação é o ponto-chave para explicar o cenário de desaceleração da pandemia nos últimos meses. Exemplo disso está nos marcos anteriores da epidemia no país.

Da primeira morte por Covid no Brasil, em março de 2020, até o registro de 100 mil mortes, em agosto de 2020, passaram-se quase cinco meses. Os demais registros (de 200 mil, 300 mil até 600 mil mortes) ocorreram todos em 2021, sendo dois deles com intervalos de pouco mais de um mês. Desta vez, o país levou mais de um ano e cinco meses para a marca de 700 mil mortes.

O total consolida o Brasil como o segundo país em óbitos acumulados pela Covid, atrás apenas dos Estados Unidos.

Na prática, é como se a população de uma capital inteira, como Aracaju, tivesse sumido do mapa pouco a pouco nos últimos três anos. O total de vítimas da doença também é equivalente à população, somada, de 337 municípios entre aqueles de menor porte.

"É o que chamamos de mortes evitáveis", diz Marcelo Gomes, coordenador do InfoGripe, para quem o número de mortes poderia ter sido menor se o país tivesse adotado políticas de controle mais cedo.

Apesar desse atraso e desafios persistentes, a vacinação passou a ter avanços no segundo semestre de 2021 e, desde então, já traz mudanças no perfil de mortalidade.

Um exemplo são os dados da proporção de mortes por Covid entre as faixas etárias.

No último trimestre de 2020, antes do início da vacinação, a faixa de 60 a 79 anos respondia pela maior proporção de mortes pela doença (50%), segundo dados do Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe). A população de mais de 80 anos aparecia em segundo lugar (29%) e a de 45 a 59 anos em terceiro (15%).

No segundo trimestre de 2021, com a vacinação em andamento, caiu a proporção de vítimas tanto de 60 a 79 anos (43%) quanto de mais de 80 anos (13%). A de 45 a 59 anos, por outro lado, subiu (30%).

Já neste primeiro trimestre de 2023, a maior proporção de óbitos é registrada em pessoas acima de 80 anos (43%), seguida pela faixa de 60 a 79 anos (42%). A de 49 a 59 anos responde por 9%.

"À medida que a vacinação foi avançando, observamos uma redução geral no risco [de morte] para todas as faixas etárias, mas para jovens adultos essa diminuição foi muito maior do que para os idosos", diz Gomes.

O motivo é a resposta vacinal menor entre os mais idosos — fenômeno chamado de imunossenescência, quando há um declínio natural do sistema imunológico.

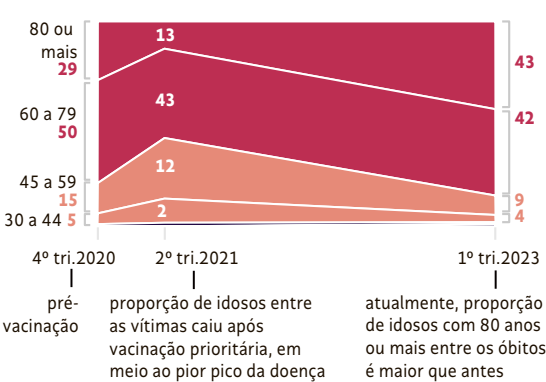
"O que a gente observa claramente depois que uma grande parcela da população mundial foi imunizada é que a Covid se concentra nos grupos mais vulneráveis. Quem são? As pessoas não vacinadas e, no Brasil, especialmente crianças", diz o infectologista Julio Croda, professor da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). "E outro grupo são pessoas que não respondem bem à vacina porque essa proteção não dura muito tempo, que são idosos e imunossuprimidos."

"A Covid-19, agora em 2023, é uma doença completamente diferente de quando a conhecemos em 2020. Naquela época, tive pacientes com menos de 40 anos que, mesmo sem comorbidades, evoluíram para óbitos", relata Alexandre Naime, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia.

Outro grupo que registrou aumento na proporção de mortes por Covid foi o de menores de cinco anos, reflexo da baixa cobertura vacinal.

"É preocupante", aponta a médica e pesquisadora Fátima Marinho, consultora sênior da Vital Strategies.

Dados do Ministério da Saúde apontam que apenas 48% das crianças de até 11 anos receberam a primeira dose. E só 33% tomaram a segunda.

Entre crianças de 3 e 4 anos, a cobertura é ainda menor —22,9% para a primeira dose e 10,2% na segunda, de acordo com a pasta.

Sepulturas no Cemitério da Vila Formosa, na zona leste de São Paulo Eduardo Knapp/Folhapress

Doença ainda é uma das principais causas de mortes no país

Ana Bottallo e Daniel Mariani

SÃO PAULO Apesar da mortalidade por Covid ter caído em 2022, a doença se mantém entre as cinco principais causas de morte no Brasil, segundo levantamento feito pela DeltaFolha utilizando dados do SIM (Sistema de Informação de Mortalidade) do Ministério da Saúde.

Em 2020, quando começou a pandemia, morreram 194.976 pessoas de Covid. Com isso, ela se tornou a principal causa de morte por todos os tipos (incluindo causas externas, como acidentes e mortes violentas). O quadro se repetiu em 2021, quando foram contabilizados 424.133 óbitos apenas por Covid.

Nos últimos dois anos, as mortes por Covid superaram os dois principais tipos de causas de morte no país na última década: doenças do aparelho circulatório (incluindo infarto do miocárdio e doença isquêmica) e neoplasias (tumores).

Porém, em fevereiro de 2022, a Covid deixou de ser a principal causa de morte no país, ocupando o segundo lugar, atrás de doenças cardiovasculares (um conjunto variado que inclui diversos tipos de doenças). Depois, oscilou, mas ainda se manteve entre as cinco principais causas. Os números para o ano passado ainda são preliminares.

O cenário mais favorável, segundo os especialistas, deve-se principalmente ao avanço da vacinação, entretanto ainda é importante olhar para o impacto da Covid na saúde.

"Certamente não estamos vendo aqueles números elevados de mortes [por Covid] como a gente tinha antes", diz a demógrafa Márcia Castro, professora na Universidade Harvard e colunista da **Folha**. "Para ter esse patamar de volta, só com um outro patógeno ou alguma variante que escapasse totalmente de anticorpos."

Castro ressalta ainda que, apesar da melhora, não é possível prever qual será o patamar anual de mortes pela doença. "Acompanhando as hospitalizações por SRAG [síndrome respiratória aguda grave] por Covid conseguimos estimar a mortalidade de acordo com a tendência nos últimos meses, mas ainda não temos esse número."

A porcentagem no número total de mortes anuais no país por Covid também caiu nos últimos meses. Se em abril de 2021, o mês que mais registrou mortes por Covid, 41,85% das mortes no país foram pelo coronavírus, ela representou cerca de 1,89% das mortes em setembro de 2022, quando foram disponibilizados os últimos dados, porcentagem similar ao que se registra de mortes por homicídio (1,8%).

"Nós tivemos dois picos terríveis que foram em maio de 2020 e depois nos primeiros meses de 2021, mas depois disso a mortalidade foi reduzindo, de tal forma que hoje nós estamos voltando ao nosso patamar basal", explica o epidemiologista Paulo Lotufo, professor da Faculdade de Medicina da USP.

Já é sabido que a Covid provocou uma redução na expectativa de vida global, de cerca de 1,8 ano, mas no Brasil tal diferença chegou a 4,4 anos, conforme aponta um estudo conduzido por Castro. **DY**

Cassius Clay, 51, com o chapéu que seu pai, o jornalista Brás Pereira, costumava usar Karime Xavier/Folhapress

Mortes por coronavírus deixam marcas em pais e filhos de vítimas

Há quem desenvolveu traumas, como crises de pânico, e quem não quer mais filhos

SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE, MANAUS E RECIFE Brás Pereira, Sandra Rosário, Alice Queiroz, Claudiomiro de Araujo e Miriam Correia. De diferentes cidades, idades e histórias de vida, eles estão entre as 700 mil vítimas da pandemia de Covid no Brasil. Além da causa, a morte deles tem em comum o fato de ainda reverberar nas vidas de seus familiares e amigos.

Os pais de Alice, por exemplo, não pensam mais em ter filhos. A filha de Claudomiro tem crises de pânico. E o filho de Sandra ficou morando na casa da tia, que também perdeu o marido para o coronavírus e hoje depende de cestas básicas.

Samuel Fernandes, Aléxia Sousa, Caue Fonseca, Vinicius Sassine e José Matheus Santos

Deixou de luto não só a família, mas um bairro

BRÁS PEREIRA

Brás Pereira, 77, tinha muito medo de pegar Covid. Cuidadoso, o jornalista adotou com rigor o uso de máscaras para se proteger da infecção e evitava sair de casa. Além disso, sua vacinação estava em dia contra a doença.

"Do bairro dele [no Imirim], foi um dos primeiros a tomar a vacina. Ele tomou todas as doses", diz Marcia Martins de Souza, nora do jornalista.

Pereira era tão regrado com a imunização que já havia tomado a mais recente atualização do fármaco, a bivalente, disponibilizada no fim de fevereiro. Porém, um dia depois da nova aplicação, ele começou a sentir alguns sintomas e tomou medicamentos, afirma Cassius Clay, 51, filho de Brás.

De início, imaginava-se que fosse reação à vacina. Mas na manhã do dia 4 deste mês, um sábado, o quadro se agravou, com Brás sentido falta de ar. Ele foi levado a um centro médico, onde constataram que o pulmão dele estava muito comprometido, com saturação muito baixa. Foi submetido a um teste para Covid e transferido a um hospital.

O resultado foi positivo para coronavírus. No hospital, não havia vaga disponível na UTI e mantiveram Brás na emergência. Esperava-se que um leito na unidade intensiva fosse providenciado até o dia 6. No entanto, ele não resistiu e morreu no dia 7. "Foi tudo rápido", diz Cassius.

O histórico do jornalista o colocava em um grupo de risco para a doença. Além de ser idoso, tinha problemas de pressão e diabetes.

Não só seus familiares enfrentam o luto mas também o bairro do Imirim, na zona norte paulistana.

Brás era muito ativo na comunidade, buscando melhorar a situação do local desde que se mudou para São Paulo —ele nasceu na cidade de Machado, em Minas Gerais— e fixou residência no bairro.

"Se falar Brás Pereira, todo mundo sabe quem é", conta a nora, que, assim como a comunidade, tenta lidar com a perda.

Contraiu o vírus pouco após completar 2 anos

ALICE PAIXÃO QUEIROZ

"Ela não conseguia se expressar verbalmente e fisicamente, mas o sorriso dela era no olhar e encantava a todos." Essa é a lembrança ainda viva na memória do bancário Alcemir Amaral Queiroz Júnior, 42, de sua única filha.

Alice Paixão Queiroz foi a primeira vítima infantil da Covid confirmada em Campos dos Goytacazes, no interior do Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 2022 —ela completara dois anos no dia 7 do mesmo mês. O óbito foi notificado ao Departamento de Vigilância Epidemiológica da prefeitura em 1º de fevereiro daquele ano.

De acordo com o pai, Alice era portadora de uma doença genética rara, a gangliosidose GM1 tipo 1.

Por causa do tratamento que seguia desde os quatro meses de idade, a menina recebia atendimento médico domiciliar. Segundo Alcemir, dois dias após uma técnica de enfermagem apresentar sintomas gripais, a filha teve queda na saturação, com dificuldade para respirar, e febre. No dia seguinte, ela foi levada ao hospital e deu entrada na UTI.

Os testes de Alice e dos pais deram resultado positivo para coronavírus. Os pais desenvolveram sintomas leves. "Já a Alice teve o pulmão tomado em uma velocidade surpreendente. Ficou nove dias intubada e não resistiu. Tentamos de tudo", diz Alcemir.

Ele lamenta que, à época, não havia vacina disponível para os menores de cinco anos —a imunização de crianças de 6 meses a 2 anos começou na cidade em novembro de 2022.

"A minha esposa e eu já tínhamos tomado as duas primeiras doses e estávamos aguardando a terceira. Acho que a minha filha não teria passado por sofrimento se tivesse tido essa chance", afirma o pai.

"Sempre que vejo um pai ou uma mãe falando que não vai levar seu filho para tomar vacina, conto a história da minha família e reforço o mal que faz essa doença. Você não tem noção do que é ver uma filha no leito de UTI, intubada e depois vê-la morrer. É muito triste", diz Alcemir.

"Nós nem pensamos em ter mais filhos porque é um trauma muito grande essa perda. Agora, nos concentramos em alertar em relação aos riscos com a Covid e apoiar famílias de crianças que têm a mesma comorbidade da Alice."

Disse que não resistiria se fosse infectado pelo vírus

CLAUDIOMIRO DE ARAUJO

Assim que a pandemia ganhou o noticiário em 2020, Claudiomiro de Araujo (na foto, com a filha Mariana), então com 50 anos, chamou a mulher Simone e a filha Mariana e vaticinou: "Se eu pegar isso, tchau".

As duas sabiam que ele tinha razão e montaram por quase dois anos uma operação para impedir que o vírus entrasse na casa da família, em Cidreira, cidade de quase 17 mil habitantes no litoral gaúcho.

Devido a problemas renais, o bombeiro aposentado era imunodeprimido, o que o tornava mais vulnerável.

"Meu pai não saía de casa. Quando eu ou a minha mãe tínhamos de sair, usávamos duas máscaras. Entrávamos em casa e corríamos para tomar banho. A gente mora de frente para o mar e riam de nós caminhando na praia de máscara. Tudo para o pai não pegar", conta Mariana de Araujo.

Os três acabaram infectados no começo de 2022, quando a ômicron levou a um aumento de casos no país. E bem quando Claudiomiro se mostrava mais feliz e falante.

Até hoje, a família desconhece como ocorreu a transmissão, dado que as festas de final de ano e o aniversário de Mariana, em 9 de janeiro, foram só entre os três.

Conforme o aposentado previu, o quadro de saúde de Simone e Mariana melhorou, mas o dele piorou —os três estavam com a vacina em dia.

Em 20 de janeiro, com dificuldade para respirar, ele foi levado de ambulância até o posto de saúde. Foi intubado e transferido ao Hospital de Tramandaí. Morreu oito dias depois, aos 52 anos.

"Meu pai entrou em uma ambulância e eu não pude entrar junto. Não pude vê-lo no hospital nem no caixão, porque estava lacrado. Isso é o que mais me quebra", diz Mariana, 20.

Desde a perda do pai, ela diz sentir raiva de quem menospreza a Covid ou debocha da doença. Hoje vivendo em Porto Alegre, onde começou a faculdade, a jovem está em tratamento psicológico.

"Tenho medo de me infectar e tenho crises de ansiedade e de pânico. E a saudade, né? Eu convivia o dia inteiro e cuidava do meu pai desde os seis anos. É uma saudade dele que não cabe no peito."

Passou três meses no hospital e deixou um filho

SANDRA MARIA ROSÁRIO

Logo no começo da pandemia, Jacilene Silva de Souza, 48, perdeu o marido para a Covid. Quando Gerson Martins, 42, encontrou uma vaga num hospital da rede pública estadual em Manaus, em abril de 2020, era tarde demais.

"Num dos hospitais para onde o levaram, os pacientes estavam dividindo oxigênio", diz ela. "Quando achamos vaga, o pulmão já estava comprometido. Ele ingressou às 10 horas da noite e morreu à 1h do dia seguinte."

A mulher se viu sem renda em casa. As filhas tinham, naquele momento, 13 e 17 anos.

Manaus ainda viveria a fase mais traumática e representativa da pandemia no país, com a crise de escassez de oxigênio nos hospitais da rede pública, em janeiro de 2021.

No fim daquele mesmo ano, Jacilene acolheu em casa a cunhada Sandra Maria Rosário (na foto, com o filho), 56, viúva de um irmão, e o filho dela, de 19 anos.

Pouco depois, a cunhada se infectou com o coronavírus e ficou bastante debilitada. O desespero com um quadro grave da doença voltou a fazer parte do cotidiano de Jacilene.

"Ela não se levantava da cama e precisou de hospitalização. Ficou meses internada."

Sandra teve Covid em janeiro de 2022, segundo informação do Ipeds (Instituto de Pesquisa e Ensino para o Desenvolvimento Sustentável), uma organização sem fins lucrativos em Manaus que desenvolveu um projeto para ajudar crianças e adolescentes que ficaram órfãos em razão da pandemia.

Em abril, depois de três meses de hospitalização, Sandra morreu na capital amazonense devido a complicações associadas à doença. O filho dela permaneceu na casa da tia.

Até hoje, as cestas básicas distribuídas pelo Ipeds são indispensáveis na casa de Jacilene. A filha mais velha arrumou um emprego, porém a renda é insuficiente para o sustento de todos.

Internada com o marido, só ele sobreviveu

MIRIAM CAMPELO CORREIA

Após quase dois anos, a morte da professora aposentada Miriam Campelo Correia ainda deixa marcas na família.

A evolução rápida da Covid e o sepultamento com caixão fechado ainda estão na memória dos parentes da educadora.

Miriam era professora aposentada da rede estadual de ensino de Pernambuco. Foi morar em Alagoas, estado vizinho, após mais de 30 anos de sala de aula.

Ela vivia com o marido em uma casa na praia de Peroba, em Maragogi.

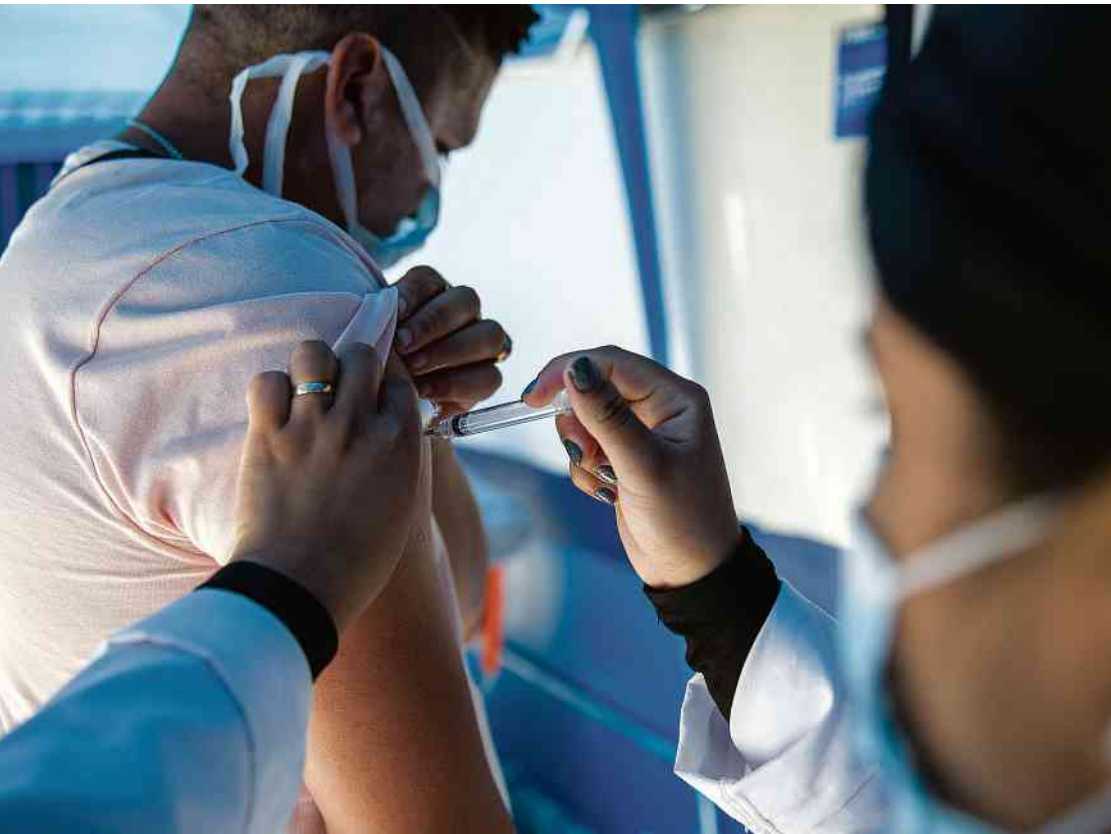
A família diz acreditar que ela contraiu o vírus em Olinda, na região metropolitana do Recife, depois de ter contato com a irmã, que também teve Covid. Ficou dois meses intubada e sobreviveu.

De volta a Alagoas, Miriam e o marido foram hospitalizados. Apenas ele se recuperou. "Ela não conseguiu sair da máscara de oxigênio, foi para a intubação, ficou com pressão alta e a diabetes alterou demais também", afirma Gleice Mariano, sua filha.

Antes de ser internada, tomou, por recomendação médica, azitromicina e ivermectina, ambos sem comprovação científica de benefícios no tratamento de Covid. E não chegou a se vacinar. "Quando foi internada, liberou para a ida de dela", lembra Gleice.

A docente aposentada ficou de quatro a cinco dias internada. E, no dia 31 de março de 2021, morreu aos 62 anos, em Porto Calvo, no interior de Alagoas, a 96 km de Maceió.

"Foi uma das coisas que mais me traumatizaram", afirma a filha. "Reconheci o corpo da minha mãe de longe, não pude chegar perto, não pude tocá-la."

A Covid impôs restrições ao sepultamento, feito no mesmo dia da morte da aposentada. O enterro ocorreu em São José da Coroa Grande, no litoral sul pernambucano.

Vacinação contra a Covid-19 em UBS na região central de São Paulo Danilo Verpa - 9.nov.22/Folhapress

Notícias falsas sobre vacina da Covid voltam a circular na internet

Levantamento da UFRJ mostra pico de fake news e teorias conspiratórias após Lula receber a quinta dose

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO As notícias falsas sobre vacinas contra a Covid-19 voltaram a infestar as redes sociais e grupos de WhatsApp e Telegram.

Levantamento do NetLab da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) mostra que a desinformação sobre a vacina, com narrativas enganosas sobre supostos efeitos colaterais e imunidade natural, teve um salto a partir do dia 27 de fevereiro. Naquele dia, foi lançada a campanha de vacinação no Brasil, com divulgação de imagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sendo vacinado com a quinta dose pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, que é médico.

No dia, Lula instou a população a se vacinar. "Pelo amor de Deus, não sejam irresponsáveis. Se tiver vacina, vá lá tomar a vacina, porque a vacina é a única garantia que você tem de não morrer por falta de responsabilidade, é uma garantia de vida", disse. A data marcou o início da aplicação da vacina bivalente da Pfizer, uma atualização que imuniza contra a cepa original do coronavírus e as variantes da ômicron.

Segundo o levantamento, em muitos grupos de WhatsApp circulam textos e links que culpam as vacinas contra Covid-19 por mortes de crianças e artistas, como o músico brasileiro Bebeto Castilho e o sul-africano Costa Titch —vítimas de mal súbito sem indícios de relação com a vacina.

Uma mensagem com vídeo que viralizou no início de março dizia que a vacina é parte de um "plano de extermínio da população mundial" e que o imunizante teria altas quantidades de grafeno, que causaria embolia pulmonar, trombose e infarto nos vacinados. Muitas mensagens negam a eficácia das doses com base em falsos estudos internacionais e afirmam que as vacinas causam infartos e mortalidade infantil.

"Trata-se de um problema grave, porque está em jogo mais do que a vacinação da Covid", diz Marie Santini, coordenadora do NetLab. "Toda a campanha de vacinação é afetada pela desinformação, o Brasil passou a ter redução na cobertura de várias vacinas."

No Instagram, o principal foco são as narrativas que associavam erroneamente a vacina bivalente a efeitos colaterais graves. Já no TikTok, proliferaram vídeos críticos ao governo Lula no dia 27, inclusive com teorias conspiratórias sugerindo que ele não teria tomado a vacina de fato.

Outra frente de desinformação era uma notícia falsa, com manipulação de imagem, dizendo que o governo da Bahia teria usado um Zé Gotinha trans para incentivar a vacinação.

Políticos e influenciadores bolsonaristas continuam entre os principais impulsionadores de desinformação sobre vacinas. Em seu perfil no Instagram, Sérgio Camargo, ex-presidente da Fundação Cultural Palmares, afirmou que a obrigatoriedade da vacina é uma "irresponsabilidade" e que as pessoas estariam "expostas ao risco de miocardite, câncer, morte súbita".

O deputado Osmar Terra (MDB-RS), outro bolsonarista que minimizou a gravidade da Covid, fez uma série de tuítes contra a vacina bivalente.

"As narrativas se repetem porque as campanhas de desinformação são perenes, elas costumam retomar questões", diz Santini. "Isso faz parte da estratégia, a exposição das pessoas à desinformação ao longo do tempo, vinda de diferentes fontes, aumenta o poder de influência."

O estudo identificou grande prevalência de bots no Twitter —38% dos tuítes antivacina eram feitos por essas contas que automatizadas, semi automatizadas ou de comportamento inautêntico, com o objetivo de manipular o algoritmo. Eles disseminam tuítes que afirmam que vacinas contra a Covid são associadas a casos de mortes e miocardite.

No Telegram, grupos e canais divulgam supostos serviços de falsificação de comprovantes de vacina do aplicativo ConecteSUS. Também havia mensagens e falsos especialistas dizendo que as vacinas eram responsáveis por mortes.

> Toda a campanha de vacinação é afetada pela desinformação, o Brasil passou a ter redução na cobertura de várias vacinas
>
> **Marie Santini**
> coordenadora do NetLab

Sensor de baixo custo detecta Parkinson inicial em amostras biológicas

Julia Moióli

AGÊNCIA FAPESP Pesquisadores das universidades Estadual de Campinas (Unicamp) e Federal de São Carlos (UFSCar) desenvolveram um sensor eletroquímico que detecta a doença de Parkinson em diferentes estágios. Manufaturado em impressora 3D comum, o dispositivo pode antecipar o diagnóstico, permitindo o tratamento precoce, e ainda funciona como modelo para a identificação de outras doenças, segundo artigo publicado na revista Sensors and Actuators B: Chemical.

"O sensor indica rapidamente a concentração da proteína PARK7/DJ-1 no plasma sanguíneo humano e em fluido cerebrospinal sintético. A molécula está relacionada à doença de Parkinson em níveis abaixo de 40 microgramas por litro [40 µg/L]", explica Cristiane Kalinke, pós-doutoranda no Instituto de Química da Unicamp (IQ-Unicamp), pesquisadora visitante na Universidade Metropolitana de Manchester (Reino Unido) e primeira autora do artigo.

"Com a vantagem de poder ser impresso em diversos formatos e tamanhos, inclusive em miniatura, criando dispositivos realmente portáteis, que demandam uma quantidade muito pequena de amostra."

Para construir o sensor, os pesquisadores utilizaram um filamento comercial composto basicamente por ácido polilático (polímero biodegradável conhecido pela sigla em inglês PLA) associado a um material condutor (grafeno) e outros aditivos.

Três eletrodos foram impressos em plástico com tecnologia 3D e passaram por um tratamento químico que os tornou ainda mais condutores e estimulou em suas superfícies a formação de grupos funcionais (carboxílicos), que se ligam com anticorpos.

O processo de ativação envolveu remover a superfície polimérica isolante dos eletrodos pela imersão em hidróxido de sódio (NaOH) e a aplicação de um potencial elétrico (positivo e negativo). Em seguida, é promovida a reação específica entre os anticorpos e a proteína PARK7/DJ-1 para fornecer o diagnóstico.

Os passos seguintes do trabalho, que contaram com apoio da Fapesp, foram imobilizar anticorpos específicos para a PARK7/DJ-1 na superfície dos eletrodos e aplicar o sensor na detecção da proteína em três níveis de concentração: 30 µg/L, 40 µg/L e 100 µg/L. A concentração média em pacientes diagnosticados com Parkinson em diferentes estágios é de aproximadamente 30 ± 9 µg/L, conforme dados da literatura.

"Dificilmente um paciente vai a uma consulta médica em busca de um exame de rotina para detectar Parkinson em estágio inicial —quando há suspeita, provavelmente sintomas físicos e comportamentais já se manifestaram e a doença já está bem estabelecida", diz Juliano Alves Bonacin, professor do Departamento de Química Inorgânica do Instituto de Química da Unicamp (IQ-Unicamp) e supervisor do estudo.

"Nossa ideia foi construir um dispositivo muito simples e muito barato que permitisse o monitoramento ao longo do tempo e acendesse um alerta para médicos e pacientes no caso de alterações nos níveis da PARK7/DJ-1, o que é especialmente útil se analisado em conjunto com outros biomarcadores."

Um legado importante do estudo é funcionar como prova de conceito ao demonstrar a versatilidade desse tipo de impressão como plataforma para a imobilização de biomoléculas.

"Conseguimos imprimir todos os componentes de uma célula eletroquímica em uma impressora 3D, usando apenas um polímero como material condutor", afirma Kalinke. "Nesse trabalho específico os materiais eram comerciais, ou seja, foram adquiridos prontos, mas, aos poucos, estamos desenvolvendo novos filamentos para impressão 3D em nosso laboratório também."

Segundo os autores, a plataforma abre portas para o diagnóstico de outras doenças —no caso da proteína PARK7/DJ-1 especificamente, além de problemas neurológicos, há relação com diabetes tipo 2 e infertilidade. Mas o objetivo é expandir o uso para outros biomarcadores e, aliás, Kalinke já está trabalhando na fabricação de um sensor para o diagnóstico de febre amarela.

"Imagine que ocorra um surto de determinada doença em uma região específica", exemplifica Bonacin. "Com poucas impressoras 3D e alguns eletrodos seria possível produzir um sensor como o nosso no local."

> Nossa ideia foi construir um dispositivo muito simples e muito barato que permitisse o monitoramento ao longo do tempo e acendesse um alerta para médicos e pacientes
>
> **Juliano Alves Bonacin**
> professor do IQ-Unicamp

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Colecionou prêmios, títulos, amigos e admiradores

SETEMBRINO PETRI (1922 - 2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Setembrino Petri era um colecionador de conhecimento, prêmios, títulos, condecorações, amigos e admiradores. Participou de inúmeras bancas e escreveu 113 artigos, oito livros e 12 capítulos de livros. Professor, cientista e pesquisador, publicou 50 trabalhos em anais de congressos.

"O professor Setembrino orientou muita gente do primeiro escalão das geociências do Brasil. Por exemplo, orientou meu orientador e, portanto, sou seu neto acadêmico", afirma o amigo Paulo César Fonseca Giannini, professor titular do Instituto de Geociências da USP (Universidade de São Paulo).

Os estudos de Petri contemplam a área de geociências, com ênfase em paleontologia, sedimentologia e estratigrafia. Suas pesquisas incluem sedimentos e rochas pré-cambrianas a holocenas de diversas regiões brasileiras.

Petri nasceu em Amparo (a 133 km de São Paulo), numa família de músicos. Diferentemente dos pais e irmãos, escolheu o caminho da ciência. Ingressou em história natural na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1942. Na mesma instituição, em 1948, finalizou o doutorado em história natural.

Na USP, foi professor, diretor do Instituto de Geociências e do Museu Paulista. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Fuvest (1976-1983) e coordenador-geral dos vestibulares (1979, 1982 e 1983). Aposentou-se em 1985.

O laboratório de micropaleontologia do Instituto de Geociências leva o seu nome.

Por poucos meses, Bino, como era chamado pelos amigos, dirigiu a Eca (Escola de Artes Dramáticas) da USP, na época da ditadura, conta Giannini.

"Ele foi uma espécie de interventor. Não é que, mesmo nessa situação e em tão pouco tempo, ele conseguiu ser respeitado e admirado entre os estudantes da Escola de Arte Dramática? Poucos anos depois, um desses estudantes, Stênio Garcia, prestou-lhe uma homenagem do seriado 'Carga Pesada', da Rede Globo", relata o amigo.

No CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), participou do comitê assessor e da coordenação da área de ciências da terra. Ficou no órgão entre 1990 e 1993. Petri era o mais antigo membro da Academia Brasileira de Ciências.

Setembrino Petri morreu no dia 1º de março, aos 100 anos. Deixou a mulher, dois filhos, três netos e dois bisnetos.

FRANCISCO DE ASSIS MORENO DE CARVALHO Aos 63, casado. Terça (28/3). Cemitério Israelita do Butantã, Jardim Educandário, São Paulo (SP)

cotidiano

Brasil não tem política nacional que possa prevenir ataques em escolas

Especialistas dizem que instituições lidam sozinhas e sem estrutura para conter a violência

Isabela Palhares

SÃO PAULO Não há no Brasil nenhum plano ou política nacional para prevenir que as escolas sejam vítimas de ataques, como o que ocorreu na segunda-feira (27) em São Paulo, em que um aluno de 13 anos matou uma professora a facadas.

Para especialistas, a ausência de diretrizes para o tema deixa as escolas sozinhas e sem a mínima estrutura necessária para lidar com um novo tipo de violência no país, que vem crescendo rapidamente.

Levantamento de pesquisadores da Unicamp e da Unesp contabiliza 22 ataques a escolas brasileiras desde 2002, com um total de 36 mortes. Desde agosto do ano passado, foram nove casos. Outro relatório, preparado pelo grupo de transição do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), também mapeou o problema.

O Ministério da Educação admite a necessidade de uma política para o combate desse tipo de ataque, mas informou que ainda está trabalhando "no desenho de uma ampla política de melhoria do clima e da convivência escolar e de fortalecimento de ações intersetoriais para o diagnóstico e tratamento das questões relacionadas à violência". "Vamos aprofundar e acelerar esse processo", promete a pasta.

Segundo os especialistas, as semelhanças e inspiração entre os casos de ataque a escolas mostram a necessidade urgente de monitoramento de ações de grupos extremistas dentro e fora da internet.

"Os casos se comunicam de forma nacional, não há nenhuma restrição territorial entre eles. O caso de Suzano [em 2019] foi baseado no de Realengo [em 2011]. O de Aracruz [2022] teve o Suzano como inspiração. E o de ontem foi inspirado no de Suzano e de Aracruz", diz Daniel Cara, professor da USP e um dos responsáveis pelo relatório.

Conforme mostrou a **Folha**, o adolescente que matou a professora e feriu outras cinco pessoas na escola estadual Thomazia Montoro fazia referências nas redes sociais ao autor do massacre em Suzano, que deixou oito mortos em 2019.

Em sua conta no Twitter, ele usava o nome Taucci e uma sequência de números. Taucci é o sobrenome do garoto que abriu fogo contra colegas em Suzano há quatro anos.

O agressor também usou uma máscara sobre o nariz e a boca com o desenho de uma caveira. É a mesma máscara usada tanto pelos atiradores de Suzano quanto pelo adolescente que atacou duas escolas em Aracruz, no Espírito Santo, em novembro do ano passado.

"Fica clara a ligação entre os casos e o processo, que está ocorrendo de forma livre e bem-sucedida, de cooptação de jovens pela extrema direita. Enquanto não houver um plano para frear esses grupos extremistas, as escolas vão ficar suscetíveis a esses ataques", afirma Cara.

Para Luciene Tognetta, pesquisadora e líder do Gepem (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral) e que atuou no atendimento aos alunos após o massacre de Suzano, o país se acostumou a naturalizar a violência nas escolas e, por isso, não entende a gravidade da situação atual.

> Os casos se comunicam de forma nacional, não há nenhuma restrição territorial entre eles. O caso de Suzano [em 2019] foi baseado no de Realengo [em 2011]. O de Aracruz [2022] teve o Suzano como inspiração. E o de ontem foi inspirado nos de Suzano e de Aracruz
>
> **Daniel Cara**
> professor da USP

"A gente convive há anos com uma educação sucateada, com professores desvalorizados e desrespeitados, com a violência presente dentro da escola. É um ambiente tão adoecedor, tão estressante, tão colapsado que se tornou propício para esse tipo de ataque. E nós, como sociedade, estamos assistindo sem fazer nada."

Uma professora de português de uma escola estadual da região central de São Paulo conta que violência e ameaças se tornaram rotina dentro de sala de aula, assim como a dificuldade da equipe pedagógica em lidar com essas situações.

Segundo ela, os professores são desencorajados a registrar ocorrências que são consideradas "menores", como ameaça ou agressões verbais. Ela contou que um aluno do 7º ano do ensino fundamental levou uma faca para intimidar os colegas. A orientação da direção ao saber do caso foi apenas dar uma advertência ao menino.

"São situações que vão sendo negligenciadas, crianças que estão em sofrimento e não são ouvidas. Até que elas encontram, nas redes sociais, um grupo que faz sentido, que lhes dá alguma esperança. É aí que elas caem nesses grupos extremistas", diz Tognetta.

O autor do ataque à escola na segunda já havia sido denunciado à polícia exatamente por ter feito ameaças contra colegas. O comportamento violento também foi o que o levou a ser transferido para escola Thomazia Montoro, na zona oeste da capital.

"As escolas podem até identificar os comportamentos suspeitos, mas, se estiverem sozinhas, não vão conseguir evitar tragédias. A gente não tem rede de saúde, de assistência social ou de investigação para ajudar as escolas a evitarem esses desastres que elas estão vendo", diz Telma Vinha, professora do Departamento de Psicologia Educacional da Unicamp.

Por se tratar de uma questão que envolve diversos aspectos, os especialistas afirmam que a política de prevenção a ataques precisa ser pensada de forma intersetorial, considerando os aspectos educacionais, de saúde, assistência social e de segurança pública.

"Não adianta, mais uma vez, jogar a culpa na escola e achar que ela deve resolver sozinha. Esse é um problema a ser enfrentado pela sociedade toda, afinal, envolve a todos nós: quando uma escola é atacada, toda a comunidade está sob risco", diz Telma.

Velório da professora Elisabeth Tenreiro, 71, no cemitério do Araçá, na região central de São Paulo; alunos fizeram homenagem na escola onde houve o ataque Bruno Santos/Folhapress

Morte de professora não deve ser tratada como um caso isolado, afirma advogada da família

Isabella Menon e Stefhanie Piovezan

SÃO PAULO Após o sepultamento da professora Elisabeth Tenreiro, 71, no início da tarde desta terça-feira (28), a advogada da família, Elisandra Cortez, afirmou que o desejo é que a morte da docente não seja tratada como um caso isolado. "Casos [como esse] vêm se repetindo em escolas públicas e particulares. Queremos que represente alguma mudança em relação à segurança pública."

O corpo da professora foi velado e enterrado no Cemitério do Araçá, na região central de São Paulo. Na manhã de segunda, Elisabeth foi morta a facadas por um aluno de 13 anos dentro da escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste. O estudante foi apreendido.

"Não adianta acontecer um caso, ser um choque nacional e não modificar em nada", afirmou a advogada.

Na avaliação dela, hoje existe uma facilidade em entrar em uma instituição de ensino. "É o momento de reavaliar essas situações que estão acontecendo na escola e imaginar o que está acontecendo."

Elisabeth, que dedicou a vida à ciência, começou a lecionar na Thomazia Montoro neste ano. Antes, ela atuava em uma escola estadual no Alto de Pinheiros.

"Ela já estava aposentada, ela nem precisaria estar trabalhando, ela acreditava na mudança real de cada aluno", ressaltou a advogada.

A professora deixou três filhos, que estavam muito abalados e não concederam entrevista à imprensa no cemitério. "Ela deixou um legado. Tem uma família maravilhosa."

Cortez relembrou as paixões da professora: a escola de samba Tom Maior, o time do Corinthians e os alunos que fizeram parte da história dela.

A professora de educação física Cinthia Barbosa, 67, também acompanhou a cerimônia. Foi ela quem imobilizou o agressor e impediu que ele desse continuidade ao ataque.

Em conversa rápida com jornalistas, ao chegar ao cemitério, ela disse que vive "uma confusão de sentimentos" e que, assim como outros colegas, está muito comovida.

"As emoções estão bem afloradas. Isso que estou sentindo agora eu vou expressar ali dentro [no velório]."

Cinthia afirmou que, agora, vai se concentrar em transmitir energia para os colegas, para a família, para a comunidade da escola e para todo o sistema de educação. "O que fica [de Elisabeth] é só amor."

> Casos [como esse] vêm se repetindo em escolas públicas e particulares. Queremos que represente alguma mudança em relação à segurança pública
>
> **Elisandra Cortez**
> advogada da família da professora Elisabeth Tenreiro

Também nesta terça (28) alunos participaram de uma vigília em homenagem a Elisabeth. O ato foi realizado em frente à escola onde houve o ataque. Uma das estudantes mais emocionadas, uma garota de 12 anos, contou que conhecia a professora desde os cinco anos e que ela estava sempre sorrindo. Ela afirmou que Elisabeth era avó de sua melhor amiga e uma pessoa muito doce.

Outra estudante, de 13 anos, afirmou que muitos alunos queriam a docente como tutora do percurso escolar, acompanhando os projetos de vida do currículo integral.

Apesar do pouco tempo de trabalho dela na unidade, crianças e adolescentes foram unânimes ao dizer que a professora já havia cativado os colegas e era muito querida.

A homenagem começou às 9h e contou com crianças e adolescentes empunhando rosas brancas enquanto policiais militares observavam a distância.

Representantes do movimento estudantil também marcaram presença. Eles enfatizavam a cada fala a importância da não violência e como a professora morreu fazendo o que mais gostava: dar aula.

"Viemos prestar solidariedade", afirmou a presidente da Upes (União Paulista dos Estudantes Secundaristas), Luiza Martins, que reforçou a necessidade de psicólogos nas escolas. "Existiam indicadores, mas o caso não foi tratado como devia, com psicólogo, acompanhamento."

Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), Jade Beatriz argumentou que o atendimento psicológico já era fundamental antes da pandemia, mas o impacto da Covid ampliou essa necessidade.

"Não deixa de ser um problema político. A escola reflete a sociedade e vivemos a proliferação do ódio", disse Lucca Gidra, da Umes (União Municipal dos Estudantes Secundaristas).

Aluno tentou comprar arma para ataque, afirma delegado

Garoto vai responder por homicídio qualificado e três tentativas de homicídio

Tulio Kruse e Mariana Zylberkan

SÃO PAULO O adolescente de 13 anos que matou uma professora e feriu cinco pessoas em uma escola na Vila Sônia, na zona oeste de São Paulo, tentou comprar uma arma de fogo pela internet para usar no ataque, mas não conseguiu. Segundo a polícia, ele admitiu isso em depoimento ao delegado Marcus Vinicius Reis, titular do 34º DP (Vila Sônia), onde o caso é investigado.

Ele também contou que treinava em casa um ataque a facas com a parte de uma tesoura e um travesseiro.

Nesta terça (28), a Justiça de São Paulo determinou a internação provisória do aluno —a medida prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente tem prazo máximo de 45 dias e só pode ser prorrogada após eventual condenação. Ele também passará por avaliação psiquiátrica.

O adolescente responderá por agressão, três tentativas de homicídio e homicídio qualificado consumado. Ele também vai responder por suspeita de injúria racial praticada dias antes contra um colega.

A justificativa que o jovem deu para o ataque, segundo a polícia, foi o bullying que teria sofrido em diferentes escolas. Segundo o delegado, os colegas caçoavam da sua aparência franzina e do seu cabelo.

Pessoas fazem homenagens em frente à escola Bruno Santos/Folhapress

"Ele de fato tentou adquirir essa arma de fogo, fez algumas pesquisas via internet e não conseguiu adquirir ou ter uma arma de fogo disponibilizada, o que certamente provocaria uma letalidade muito maior", disse Reis.

Além da escola estadual Thomazia Montoro, onde ocorreu o ataque, e na José Roberto Pacheco em Taboão da Serra (Grande SP), segundo a polícia o jovem estudou na escola estadual Rodrigues Alves, na avenida Paulista, na região central de São Paulo.

Em um bilhete à família, ele dizia que planejava o atentado havia dois anos, desde que tinha 11. Além do bullying, falou em tristeza e ódio acumulados ao longo dos anos.

A carta é endereçada à mãe, ao irmão, à tia e à avó. Não há menção ao pai, que estava na delegacia nesta terça-feira (28) enquanto o adolescente prestava depoimento. Na mensagem, ele pede desculpas por decepcionar os parentes e diz que sente muito.

A polícia foi novamente à escola nesta terça com a intenção de analisar a cena do crime e conseguir mais imagens das câmeras de segurança.

> "Ele de fato tentou adquirir essa arma de fogo [...] o que certamente provocaria uma letalidade muito maior
>
> **Marcus Vinicius Reis**
> delegado

A investigação ainda não tinha, por exemplo, vídeos do adolescente entrando na escola e do ataque à professora Jane Gasperini Apergis, que foi ferida. A polícia investiga se colegas da mesma escola do agressor incentivaram ou tiveram alguma participação no crime. O delegado pediu a quebra de sigilo telemático do celular do adolescente para acessar suas conversas.

O jovem havia sido transferido há cerca de um mês de volta à escola Thomazia Montoro, onde ele já tinha estudado em 2021. Na escola pública em Taboão da Serra, ele havia ameaçado colegas e compartilhado imagens de armas e ataques a tiros no mês passado. Essas ameaças podem ser alvo de outro inquérito da Polícia Civil em Taboão.

Um dos alvos da conduta agressiva do estudante na antiga escola é um aluno de 12 anos. Ele conta que passou a receber ameaças de morte por mensagens de celular em fevereiro, após deixar de falar com o adolescente agressor.

Os dois estudavam juntos em Taboão e eram amigos. Costumavam jogar games online. Segundo o aluno de 12 anos relatou à **Folha**, o autor do ataque disse que era satanista e que mataria o colega e a mãe do amigo. A partir daí, a amizade foi cortada, mas as ameaças continuaram.

A mãe do menino de 12 anos diz que soube das mensagens no dia 7 de fevereiro. Cerca de uma semana depois, comunicou os fatos à direção da escola José Roberto Pacheco.

A Secretaria da Educação do Estado foi procurada por volta das 14h10, mas não respondeu até a conclusão desta edição. No dia 28 de fevereiro, contudo, a escola registrou um boletim de ocorrência relatando o comportamento agressivo do aluno e suas ameaças.

A mãe do aluno de 12 anos afirmou que, depois de relatar os fatos, foi informada pela direção da escola que o adolescente seria encaminhado para atendimento no Caps (Centro de Atenção Psicossocial) e que os pais dele tinham sido avisados. Logo depois, o adolescente de 13 anos foi transferido para a Thomazia Montoro.

Na rua onde mora, em um bairro da zona oeste paulistana, o autor dos ataques era pouco visto —apenas quando saía para a escola e voltava, segundo vizinhos.

Uma moradora que diz ser amiga de infância do pai do adolescente relata que a mãe costumava levar o filho a pé à escola. O menino sempre descia a rua cabisbaixo, com um boné preto, alguns passos à frente da mãe, nunca ao lado.

A rotina mudou neste mês, quando o estudante foi transferido. O itinerário até a escola Thomazia Montoro passou a ser feito de van escolar.

A professora Rita de Cássia Reis, 67, que foi ferida no braço durante o atentado, disse que o autor do ataque era muito quieto e sempre usava fone de ouvido na sala de aula. Ela disse que não sabia do histórico de ameaças do jovem.

Além de relatar que o aluno arranjava muita briga com colegas, a professora contou que os casos de bullying são frequentes na escola. Somente na semana anterior ao atentado, o estudante se envolveu em dois casos de agressão, segundo pais e alunos da unidade. Também houve um caso de bullying com alunos mais novos.

Colaboraram Bruno Lucca e Isabella Menon

Professores são para salvar a nossa vida

A gente não pode horizontalizar quem nos guia à sobrevivência

Jairo Marques
Jornalista, é especialista em jornalismo social pela PUC-SP. Cadeirante desde a infância

Minha professora da segunda série, Olguinha, não tinha o antebraço direito. Escrevia na lousa com a mão esquerda enquanto segurava, a seu modo, o apagador com o que restava a ela do outro braço. Era rápida, atenta e distribuía doses necessárias de carinho para pequenos daquela idade, geralmente, dando beijos no alto da cabeça e cobrando alguma dedicação de todos.

Seguramente, ela foi a minha primeira referência de possibilidades diante as adversidades físicas que a vida me impôs. Eu, cadeirantinho, sabia nada a respeito de enfrentamentos que a realidade me exigiria, sobre preconceitos com as diferenças, sobre a necessidade de ter fôlego para encarar um mundo que esqueceu que "serumano" não é feito em formas de bolo.

Olguinha ajudou a salvar minha infância quando me deu olhares com uma atenção mais próxima, presentes vários de alento à pobreza e um amigo, seu filho, Ricardo, que me chamava para brincar com seu "telejogo", algo como acender fogo com gravetos se comparado aos atuais videogames.

Um pouco mais velho, um pool informal de mestres foi formado —pelo menos na minha cabeça foi assim— para salvar minha ingrata adolescência amarga, trajada com uma sensação constante de fracasso, de patinho feio, de leite derramado.

O Paganelli mostrava os caminhos da semântica e, com ela, pude entender e ser mais bem entendido. A Mercedes ensinou a dormir com as ideias, dar café da manhã e almoço a elas para que, no jantar, elas me dessem um texto como esse aqui, como dádiva.

Aprendi a viajar bem longe nos pensamentos com os livros e autores apresentados pela Regina, ganhei autoestima com o Emerson que, certa vez, disse que eu era, imagem só, "maravilhoso", e dei os primeiros passos no autoconhecimento e fortalecimento da fé com o Paulão.

Já com alguma barba na cara, o Jorge, o Eron, e o Mauro contornaram, pegando na minha mão, a caligrafia desafiadora que me faria jornalista, com a devida alma inquieta de repórter. Foram meus professores, mais uma vez, que me salvaram de entrar no buraco do conformismo de deixar de seguir meu talento para ficar numa situação "mais tranquila para mim".

Médicos deram uma geral no meu esqueleto, bem torto, ao longo da minha existência. Ajudaram a otimizar o meu dia a dia com tratamentos indóceis para as consequências de uma paralisia infantil severa, mas foram meus professores que jogaram luz em possibilidades de ser feliz, em belezas de caminhos sinuosos, em forças vindas do pensar de forma inteligente.

É impalatável ver professores mortos e feridos, sem conseguirem proteger a si mesmos —e lutando para evitar o pior a seus alunos— em uma tragédia dentro de uma escola que, de certa forma, está abandonada à própria sorte... dos professores. A gente não pode horizontalizar quem nos guia à sobrevivência, quem nos indica maneiras para ampliar o que somos.

Educadores são "influencers" legítimos para habilidades de caráter, de comprometimento para além do próprio umbigo, para a crença nas liberdades por meio do conhecimento. Talvez, se fizermos o exercício básico de resgatar na mente as vezes que fomos salvos por nossos mestres, conseguiremos ajudar a curar o ambiente escolar e deixarem de ferir nossos professores.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

País tem mais de um ataque por mês em escolas desde agosto

Para pesquisadora, pandemia está entre as causas da explosão de violência; estudo mapeou atentados

Laura Mattos

SÃO PAULO Desde agosto, o Brasil sofre mais de um ataque a cada mês em escolas. Em oito meses, foram nove ataques de extrema violência, com sete mortes, sendo o mais recente o que ocorreu nesta segunda (27) na escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, em São Paulo, em que um estudante de 13 anos matou uma professora a facadas.

O levantamento, feito por um grupo que reúne pesquisadores da Unicamp e da Unesp, contabiliza 22 ataques a escolas brasileiras desde 2002, com um total de 36 mortes. Isso quer dizer que, em 20 anos, de 2002 até julho de 2022, foram 13 ataques, uma média, portanto, de pouco mais de um ataque a cada dois anos. A média que era bienal passou a ser mensal a partir de agosto de 2022, uma explosão de violência.

O agravamento está, em parte, relacionado à pandemia e ao prolongado fechamento das escolas, que chegou a dois anos em algumas regiões do país, na avaliação de Telma Vinha, doutora em educação pela Unicamp e professora da universidade, que coordena a pesquisa, em parceria com a pesquisadora advogada Cleo Garcia.

"A pandemia ampliou o adoecimento psíquico", ressalta Vinha, que coordena dois grupos que estudam conflitos escolares, o Grupo de Estudos, Ética, Diversidade e Democracia na Escola Pública, do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp, e o Gepem (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Moral), da Unicamp e da Unesp.

"A insegurança financeira impactou esse adoecimento, assim como conflitos familiares e a falta de perspectiva de vida dos adolescentes", ela diz. "Também é preciso considerar as dificuldades de relacionamento causadas pelo isolamento, o aumento do tempo online e, consequentemente, a maior interação com grupos extremistas."

O levantamento considera apenas os ataques de extrema violência, ou seja, nos quais houve tentativas de crimes contra a vida, e que foram planejados; estão, portanto, de fora as brigas que surgem no ambiente escolar, mesmo as mais violentas.

Também só contabiliza ataques realizados por alunos e ex-alunos das escolas, não aqueles cometidos por pessoas externas ao ambiente escolar. "Nossa intenção é entender os ataques em que o foco é a escola, saber por que o ambiente escolar é alvo, que significado tem para os jovens que cometem essa violência."

Dos 22 ataques, 16 foram cometidos por alunos e 12 por ex-alunos. Os agressores têm de 10 a 25 anos, a maioria é branca e do sexo masculino. Doze foram realizados com armas de fogo, sendo que seis já tinham arma em casa.

No perfil dos agressores traçado pelo estudo, aparece a misoginia e a masculinidade tóxica. Eles são machistas e agressivos. Já haviam demonstrado anteriormente o gosto pela violência e o culto a armas. Apresentam histórico de distúrbio psiquiátrico variado e um isolamento, relacionando-se apenas com grupos restritos.

Convivem com desemprego na família, falta de perspectiva e de propósito. Alguns apresentam histórico de violência doméstica e muitos abandonaram a escola.

Apesar de todos terem como alvo a escola, as motivações são distintas. Os ataques são principalmente por vingança ou raiva, o que envolve, por exemplo, ciúmes e bullying.

São premeditados e têm planejamento, com a aprendizagem de métodos de ataque via internet. Os agressores participam de fóruns online de incentivo à violência, frequentam a chamada deep web (internet profunda, em que há atividades ilegais), mas estão cada vez mais na superfície digital, ou seja, utilizando as redes legais e disseminadas, como Instagram, Tik Tok, WhatsApp, Twitter, Telegram e Discord.

A cooptação para as ideias extremistas é feita, em grande parte, por jogos online, como Roblox, Fortnite e Minecraft, e os agressores estão cada vez mais conectados a ideias de extrema-direita.

Aluno é apreendido no Rio após tentar esfaquear colegas

Um adolescente de 15 anos foi apreendido por policiais militares após tentar atacar com golpes de faca outros jovens da escola municipal Manoel Cícero, na Gávea, zona sul do Rio de Janeiro. De acordo com a Polícia Militar, o aluno foi contido por funcionários da própria unidade e, em seguida, apreendido em flagrante pelos agentes. Na ação, o adolescente se feriu na cabeça, sem gravidade, e foi levado pelos policiais militares ao Hospital Municipal Miguel Couto, também na Gávea.

O Corpo de Bombeiros foi acionado por volta de 14h30 e prestou o primeiro atendimento ao adolescente. A corporação confirmou que o jovem foi encaminhado para o hospital com ferimentos leves.

A Secretaria Municipal de Educação do Rio disse, em nota, que a unidade receberá, nos próximos dias, a equipe do Proinape (Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas).

22 ataques a escolas no Brasil desde 2002

Linha do tempo dos crimes de alunos e ex-alunos planejados e que atentaram contra a vida

Ano	Cidade	Nº de mortes
2002	Salvador (BA)	2
2003	Taiúva (SP)	1
2008	Cariacica (ES)	0
2011	Rio de Janeiro (RJ)	13
	São Caetano do Sul (SP)	1
2012	Santa Rita (Paraíba)	0
2017	Goiânia (GO)	2
2018	Medianeira (PR)	0
2019	Suzano (SP)	9
	Carqueadas (RS)	0
	Caraí (MG)	0
2021	Americana (SP)	0
mai.2022	Rio de Janeiro (RJ)	0
ago.2022	Vitória (ES)	0
set.2022	Morro (BA)	0
	Barreiras (BA)	1
out.2022	Sobral (CE)	1
nov.2022	Mesquisa (RJ)	0
	Aracruz (ES)	4
dez.2022	Ipaussu (SP)	0
fev.2023	Monte Mor (SP)	0
mar.2023	São Paulo (SP)	1

9 ataques desde ago.2022

Perfil dos agressores
- De 10 a 25 anos
- 16 alunos e 12 ex-alunos
- 12 utilizaram armas de fogo
- Na maioria dos casos, misoginia, culto a armas e histórico de distúrbios psiquiátricos

Os mortos
- 24 estudantes
- 5 professores
- 2 funcionários da educação
- 5 atiradores (suicídio)

Locais dos ataques
- 12 escolas estaduais
- 7 escolas municipais (1 cívico-militar)
- 4 escolas particulares

Fonte: Grupos de pesquisa de conflitos escolares da Unicamp e Unesp; Estudo coordenado pelas pesquisadoras Telma Vinha e Cleo Garcia

Quadrilha na cracolândia é suspeita de comprar celulares

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Investigações da Polícia Civil indicam que apenas uma quadrilha, alvo de mandados de prisão e de busca e apreensão nesta terça (28), pode ser responsável por comprar centenas de celulares furtados ou roubados por semana em São Paulo.

A ação foi desencadeada como parte de uma investigação conduzida por equipes do 27º DP (Campo Belo), na zona sul de São Paulo. A apuração durou cerca de um ano.

A Polícia Civil havia solicitado a prisão de 34 suspeitos de integrar a quadrilha. No entanto, a Justiça decretou a prisão preventiva de cinco pessoas: quatro senegaleses e um chileno. As ordens foram cumpridas em pontos na cracolândia, na região central. Os acusados devem responder pelos crimes de organização criminosa e receptação.

Foram autorizadas, ainda, 34 ações de busca e apreensão em diversos endereços, sendo 29 deles no centro, 2 nas zonas leste e oeste, e 1 na zona sul. Os pedidos de busca haviam sido autorizados pela Justiça em 10 de março. Já os de prisões, três dias depois.

Por volta das 8h30, a Polícia Civil informou ter capturado um dos procurados. Ele estava em um imóvel nas imediações da praça Júlio Mesquita.

Policiais apreenderam diversos aparelhos em uma loja na avenida Rangel Pestana, no Brás. O estabelecimento seria de um dos procurados na ação. No total, foram apreendidos 53 celulares, além de notebooks, tablets e outros objetos eletrônicos.

A atuação da quadrilha entrou na mira da polícia em meio a investigações de três ladrões de celulares que agiam no entorno da avenida dos Bandeirantes, na zona sul, importante via de ligação entre a marginal Pinheiros e a rodovia dos Imigrantes. Entre maio e junho do ano passado, foram cumpridos 60 mandados de busca e apreensão.

Com base nas apurações contra esse trio, a polícia chegou a um suspeito cujos celulares acabaram apreendidos. De um dos aparelhos foram extraídas conversas sobre um grupo no WhatsApp, formado em grande parte por senegaleses, em que o objetivo era a negociação de aparelhos furtados ou roubados.

Em uma dessas conversas, um dos alvos da ação chegou a negociar a comprar de 40 celulares em um período de três dias. O homem é um senegalês que está no Brasil desde 2017, de acordo com a delegada Maria Rezende Corsato, responsável pela investigação. Ele chegou a ficar detido por cinco dias no ano passado, mas sua prisão não foi prorrogada e ele foi solto.

O grupo, que se esconde em hotéis e pensões na região da cracolândia, tem toda uma dinâmica de trabalho. Ladrões espalhados pela capital são responsáveis por atacar motoristas parados em semáforos ou no trânsito —por isso, o bando recebeu o nome de quebra-vidro.

Com os aparelhos em mãos, eles já sabem para quem vender, acionando os compradores por meio de aplicativos de mensagem. Já na região da cracolândia, os aparelhos são desbloqueados e revendidos no país ou encaminhados para o exterior.

Segundo as investigações, os criminosos montaram uma tabela de preço dependendo do modelo. Após o crime, eles fotografavam o celular e enviavam a imagem por meio de um grupo, detalhou a delegada.

"Se eles tinham a mesma rede de abastecimento que o alvo 1, em período parecido eles comercializavam de 150 a 200 aparelhos em três dias", disse Corsato para a **Folha**. "É possível afirmar que 80% dos aparelhos furtados ou roubados pelo [bando] quebra-vidro são encaminhados para essa quadrilha."

Apenas no Carnaval deste ano, a polícia registrou 3.486 roubos e furtos de celular em todo o estado de São Paulo. A SSP (Secretaria de Segurança Pública) não informou a quantidade de celulares, já que um boletim de ocorrência pode se referir a mais de um aparelho. Segundo a SSP, houve o registro de 595 boletins de ocorrência acerca de celulares recuperados e devolvidos aos donos.

Na passagem do bloco Agrada Gregos, no Ibirapuera, na zona sul, a Polícia Civil prendeu 12 pessoas e apreendeu uma adolescente. A quadrilha era formada por 12 estrangeiros vindos da Argentina, Colômbia e Peru, diz a delegada Fernanda Herbella, da Deatur (Delegacia de Polícia de Atendimento ao Turista).

ambiente

Seis empresas tornam-se rés por mineração ilegal na Serra do Curral (MG)

Gute Sicht e Fleurs Global afirmam que licenças estão regulares e Valefort diz que se manifestará no processo; demais firmas não respondem

Pablo Pires Fernandes

BELO HORIZONTE Seis empresas tornaram-se rés na Justiça Federal em Minas Gerais por extração ilegal de recursos minerais na Serra do Curral, cartão-postal na região metropolitana de Belo Horizonte e área tombada que pertence à União. Além da condenação dos envolvidos, a denúncia do Ministério Público Federal aceita pela Justiça pede valor mínimo de R$ 50,7 milhões para a reparação dos danos causados.

São elas as empresas Valefort Comércio e Transporte Ltda-Me, Mineração Gute Sicht Ltda, Fleurs Global Mineração Ltda, Irontech Mineral Ltda, Saae Participações S/A e CDM Participações S/A. Doze pessoas também se tornaram rés no processo —a Procuradoria não detalhou quem são elas.

Procuradas, as empresas Gute Sicht e Fleurs Global afirmam inocência e que as licenças estão regulares. A defesa da Valefort diz não ter tomado conhecimento da denúncia e que se manifestará no processo. As demais envolvidas não haviam se pronunciado até o fim da tarde desta terça-feira (28).

Rica em minério de ferro, mas também em fauna e flora, a Serra do Curral tem parte da extensão protegida por parques. Por outro lado, há áreas nas mãos de mineradoras.

Segundo o inquérito aberto pela Procuradoria em 2020, todas as empresas estão envolvidas em um esquema fraudulento de comercialização de minério em Belo Horizonte e Sabará (MG) sob a pretensa alegação de realizarem terraplanagem que, no entanto, encobertava a prática ilícita de mineração. A denúncia é de 28 de fevereiro de 2023, mas só neste mês foi retirado o sigilo do processo.

O procurador responsável pelo caso, Bruno Nominato, afirma que peritos constataram que a movimentação de caminhões nessas áreas não condizia com a atividade de terraplanagem.

"Tem crescido muito esse tipo de exploração mineral por meio de licenças de terraplanagem para extração, o que é algo que preocupa porque é uma prática extremamente degradadora do ponto de vista ambiental. E, se isso está acontecendo, é porque as mineradoras estão conseguindo dar vazão a esse minério extraído ilegalmente", diz.

> **"Tem crescido muito esse tipo de exploração mineral por meio de licenças de terraplanagem para extração, o que é algo que preocupa porque é uma prática extremamente degradadora do ponto de vista ambiental**
>
> **Bruno Nominato**
> procurador

As autorizações para terraplanagem são concedidas pelo município, as licenças ambientais pelo estado e as de concepção de lavra são de responsabilidade da ANM (Agência Nacional de Mineração), de competência federal.

De acordo com o MPF, a exploração irregular caracteriza crime previsto no artigo 55, combinado com o artigo 3º, ambos da Lei 9.605/1998, que prevê a responsabilização administrativa, civil e criminal pelos crimes de pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem permissão. A pena prevista é de seis meses a um ano e multa, que foi fixada em, no mínimo, R$ 50,7 milhões pelo MPF.

O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) declarou o tombamento federal da área. Já o Iepha, órgão estadual, até hoje não declarou a área tombada.

Em nota, a empresa Fleurs Global afirmou que "a Fleurs Global não realiza nenhuma atividade de extração mineral na Serra do Curral". "Por isso, a empresa tem absoluta tranquilidade de que todos os fatos serão devidamente esclarecidos ao longo do processo, comprovando a absoluta inocência e regularidade das atividades da empresa", afirmam.

A Gute Sicht, também em nota, diz que "não desenvolve atividades de mineração em área tombada da Serra do Curral". "Para além disso, as suas atividades sempre estiveram acompanhadas de todas as licenças e autorizações dos órgãos competentes, razão pela qual está convicta de que a Justiça irá reconhecer a total improcedência da acusação."

As empresas são do mesmo grupo acionário: a Gute Sicht [registrada como Mineração Boa Vista, a tradução do alemão] é mineradora, enquanto a Fleurs Global Mineração é de beneficiamento, mas a controladora de ambas é a mesma.

equilíbrio

Estudo associa câncer de colo do útero a depressão e ansiedade

Medo, vergonha e serviços domésticos impedem pacientes de realizarem exames preventivos

Acácio Moraes

BARRA MANSA (RJ) Quando a enfermeira Juliana Martinovski viu, no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica do SUS (Sistema Único de Saúde), que a proporção de mulheres do seu estado do que fizeram exames preventivos para o câncer de colo de útero, tomou um susto. Somente duas em cada dez haviam feito os testes. Convencida do seu papel como profissional de saúde, ela começou a pesquisar os motivos e descobriu que muitas pacientes sentem vergonha de buscar um consultório.

Martinovski, que aplicou entrevistas com pessoas da zona rural do seu município durante um mestrado desenvolvido na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), descobriu que medo, vergonha, falta de transporte e até os serviços domésticos impediam essas mulheres de cuidar da própria saúde. Os resultados do trabalho foram publicados no Journal of Nursing Education and Practice.

Um estudo publicado na revista The Lancet Public Health aponta que mulheres com doenças mentais ou distúrbios psiquiátricos, como ansiedade, depressão, autismos e TDAH (transtorno do déficit de atenção e hiperatividade), por exemplo, são mais propensas a desenvolver a doença.

São previstos, segundo o Instituto Nacional de Câncer, 17 mil novos casos entre os anos 2023 e 2025, garantindo a sexta posição entre os tipos mais comuns de câncer no país. A única diferença é que o tumor poderia ser completamente erradicado. Na região norte brasileira, a doença sobe para o segundo lugar. Em 2020, a falta de tratamento levou uma mulher ao óbito a cada 80 minutos.

Segundo a pesquisadora, a falta de conhecimento está por trás do constrangimento que as pacientes sentem ao irem em consultas médicas. Se sabem da importância do exame e qual o procedimento necessário, Martinovski relata que muitas se sentem mais relaxadas e inclinadas a buscar a prevenção.

Além disso, a busca ativa dessas pacientes é uma forma efetiva para chegar em mulheres que trabalham cuidando da casa e da família. Em zonas rurais, essa parcela da população nem sempre consegue ir sozinha até regiões centrais para fazer consultas e exames. Ter com quem deixar os filhos também é uma preocupação que as entrevistadas relataram.

Martinovski também destaca que muitas pacientes não buscam atendimento porque nunca sentiram sintomas. O câncer de colo do útero é consequência da infecção pelo vírus HPV, que pode demorar até 10 anos para desenvolver uma lesão na região, período que a pessoa fica assintomática. Durante esse tempo, entretanto, o tumor pode evoluir para formas mais agudas e até mesmo entrar em metástase, processos que exigem tratamentos mais complexos.

O estudo publicado na revista científica The Lancet, desenvolvido em parceria por pesquisadores europeus e americanos, mostra que mulheres com doenças mentais, distúrbios psiquiátricos ou com abuso de substâncias têm o dobro de chances de desenvolver câncer do colo do útero.

Os autores da pesquisa defendem que essa parcela da população deve ser considerada como um grupo de risco para a doença e que recebam maior atenção nas campanhas de conscientização. Além disso, a cobertura vacinal contra o HPV e a capacitação de profissionais de saúde no atendimento desse público são obstáculos que levam aos números encontrados.

No estudo, a relação entre o risco de câncer do colo do útero e doenças mentais é complexa. Em primeiro lugar, essas pessoas podem precisar de cuidados especializados. Caso não tenham, as chances de infecção por HPV aumentam de forma considerável. Além disso, o baixo nível socioeconômico, tabagismo, consumo de álcool e falta de acesso a serviços de saúde são outros complicadores.

O médico Fernando Sommacal acrescenta que a doença é prevenível, diferentemente de outros tipos de câncer, porque é visível, tem um agente causador bem definido que pode ser rastreado por testes biomoleculares e uma fase pré-clínica muito longa.

O exame ginecológico responsável pela identificação de lesões ou do vírus HPV é o papanicolau. Uma vez identificado o problema, o especialista responsável pode de eliminar as lesões no colo do útero antes que elas gerem complicações piores. No caso de pacientes que estão em fases precoces do tumor, as chances de cura são maiores. Em quadros mais avançados, porém, ainda que a cura seja possível, a necessidade de procedimentos complexos como cirurgias, radio e quimioterapia pode drenar a qualidade de vida das mulheres afetadas.

EDITAL DE 1º e 2º LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – ONLINE E PRESENCIAL - Local do Leilão - Travessa Comandante Salgado, 75 – Fundação – São Caetano do Sul – SP e online no site www.satoleiloes.com.br. TATIANA HISA SATO, Leiloeira Oficial – mat. Jucesp nº 817, autorizada por **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA – CNPJ: 58.113.812/0001-23**, venderá em 1º e 2º Público Leilão Extrajudicial – art.26, 27 e § da Lei Fed. Nº 9.514/97 e suas alterações, o IMÓVEL: Apartamento duplex nº502, do Edifício Pescara, em Guaratuba-PR, com a área construída exclusiva de 128,31m², área não computável de 65,21m², área comum de 12,22m², área de estacionamento coberto de 48,31m², com vagas de garagem demarcadas com números 03, 04 e 15, área total da unidade 254,05m², com a área total de 560m². Ocupado. **Matrícula nº 45.030 - Registro de Imóveis Comarca de Guaratuba-PR.** 1º LEILÃO 29/03/2023 às 14:00 - VALOR: R$ 1.416.000,00. 2º LEILÃO 30/03/2023 ás 14:00 - VALOR: R$ 1.133.000,00. Caso o mutuário queira exercer o direito de preferência, o valor para arrematação é exatamente o valor de R$ 564.000,00. Somente o mutuário poderá arrematar por este valor à vista. Encargos do arrematante: pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; emissão de matrícula, certidões (inclusive das Credoras) para lavratura e registro da escritura; ITBI e despesas com escritura/registro; despesas a partir da data da arrematação, salvo IPTU e condomínio; desocupação do imóvel. Venda ad corpus. Consolidação da Propriedade em 17/01/2023. Os Fiduciantes – LUIS GUILHERME DE CASTRO CPF 550.309.639-87 – comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital completo, disponível no portal da Sato Leilões - www.satoleiloes.com.br | (11) 4223-4343.** Desta forma, ficam os devedores fiduciantes intimados por meio deste edital público, sem prejuízo das intimações pessoais negativas ou positivas.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
EXTRATO DO EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 015/2023
OBJETO: "CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ANTÁRTICA, SITUADO NA RUA MARIA ROSA CORREIA – BAIRRO ANTÁRTICA",
Tipo: Menor Preço
Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS
Processo Administrativo: 1198/2021
Data e horário da licitação: 04/05/2023 às 10:00 Hs.
Lei Federal N.º 8.666/93, suas alterações e Normas Complementares, Lei Federal 12.844/2013 alterada pela Lei Federal nº 13.161/2015 e lei Federal nº 13.670/2018, Lei Federal N.º 4.320/64, Lei Complementar Federal Nº 101/00, Lei Federal N.º 10.028/00, Lei Federal N.º 11.079/04, Lei federal 12.305/2010, Lei Complementar 1.660/2013, Decreto Municipal Nº 5.919/2015, Lei Complementar Federal Nº 123 De 14/12/06, Lei Complementar nº 147/14, Decreto Federal 7.983/2013, Acórdão 2.622/2013 TCU-Plenário, Lei Complementar Municipal Nº 667/13, Lei Complementar Municipal nº 913/22, Decreto Municipal 3.855/05 e Demais Legislações Pertinentes a matéria.
Os interessados poderão obter o Caderno Integral do Edital através do site www.praiagrande.sp.gov.br a partir do dia 30/03/2023 ou consultar o presente Edital na Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Mirim, Praia Grande - SP no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs. O interessado poderá de forma facultativa remeter por e-mail o Recibo de Retirada de Edital pela Internet (Anexo G) deste edital informando a Razão Social/Nome, CNPJ/CPF, Número de telefone e e-mail em que poderá receber eventuais informações, esclarecimentos ou elementos complementares, na forma do disposto do supracitado Anexo "G".

Praia Grande, 27 de março de 2023.
MARIA APARECIDA CUBÍLIA - Secretária Municipal de Educação

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP RR 4588/22 - Aquisição de reservatório metálico para água para atendimento ao município de Iguape - No Âmbito da Superintendência de Gestão de Empreendimentos Para a UN Vale do Ribeira RR. Edital completo disponível para download a partir de 29/03/23 - www.sabesp.com.br/licitacoes - mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Envio das propostas a partir da 00h00 de 11/04/23 até às 09h30 de 12/04/23 no site acima. As 09h30 será dado início a sessão do Pregão - UN Vale do Ribeira, 29/03/23.

PG SABESP TOQ 00671/23 - Aquisição de 1 agitador mecânico, 1 bomba peristáltica, 2 câmaras frias,1 freezer biomédico vertical e 1 câmera digital para microscópio, para uso dos laboratórios do TOQ. Edital para "download" a partir de 29/03/2023 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "cadastre sua empresa". Envio das Propostas a partir da 00h00 de 10/04/2023 até as 09h30 de 11/04/2023 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores. As 09h30 será dado início a Sessão Pública. SP 29/03/2022 - TOQ. A Diretoria.

CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CNPJ 71.832.679/0001-23

AVISO AOS ACIONISTAS – 3ª PUBLICAÇÃO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que na 357ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, realizada em 20/03/2023, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, foi aprovado o aumento do Capital Social desta Companhia, de acordo com os termos e condições abaixo descritos.

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL
O capital social da Companhia foi aumentado de R$ 18.269.417.927,22 (dezoito bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos) para R$ 19.395.301.578,60 (dezenove bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos), correspondendo a um aumento de R$ 1.125.883.651,38 (um bilhão, cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos), decorrentes da conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC em participação acionária.

QUANTIDADE/ESPÉCIE/CARACTERÍSTICAS DAS NOVAS AÇÕES
O aumento do capital social corresponde a 75.713.089.848 (setenta e cinco bilhões, setecentas e treze milhões, oitenta e nove mil, oitocentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às atualmente existentes.

PREÇO DE EMISSÃO POR AÇÃO
O preço de emissão por ação para subscrição foi de R$ 0,01 (um centavo de real), sendo este valor arredondado, correspondente a R$ 0,0148703963032159.

DIREITO E CESSÃO DO EXERCÍCIO DE PREFERÊNCIA
Em razão deste aumento de capital, nos termos do disposto no §2º do artigo 171 da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), fica assegurado aos demais Acionistas, titulares de ações desta Companhia em 20 de março de 2023, o direito de preferência para a subscrição de novas ações, na proporção do fator de 0,12432758966315 em relação ao total de ações em 20 de março de 2023 e a quantidade de ações decorrente do aumento de capital acima mencionado.

PRAZO E FORMA PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA
Os acionistas que vierem a exercer seu direito de preferência para a subscrição de novas ações deverão fazê-lo no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da primeira publicação deste Aviso, mediante assinatura do respectivo Boletim de Subscrição e depósito em moeda corrente nacional, considerando o preço de R$ 0,0148703963032159/ação, correspondente ao valor arredondado de R$0,01/ação.

ATENDIMENTO
Os acionistas que desejarem exercer seu direito de preferência, devem efetuar prévio contato com o Senhor Luiz Eduardo Ferrucci, pelo telefone (11) 3117-7017, para orientação quanto aos procedimentos a serem adotados, inclusive quanto à documentação.

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Pedro Tegon Moro
Diretor Presidente

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728 | Código CVM nº 14460

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **27 de abril de 2023, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do conselho fiscal, do relatório anual resumido e do parecer do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iv)** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Para participação na AGO por meio da plataforma digital de participação a distância, os senhores acionistas deverão enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do endereço eletrônico ri@cyrela.com.br, impreterivelmente, **até o dia 25 de abril de 2023**, devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGO, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, conforme detalhado abaixo e no Manual e Proposta da Administração para a AGO, divulgado nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.cyrela.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). Os acionistas que não enviarem a solicitação de Cadastro na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGO. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participação na AGO, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia, além da digitalização do documento de identidade e dos atos societários que comprovem a representação legal: (a) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 dias de antecedência da data da realização da AGO; (b) procuração em caso de participação por meio de representante; e/ou (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 3 dias de antecedência da data da realização da AGO. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar via digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, com certificado digital autorizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ("ICP-Brasil"), ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGO deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou tendo sido assinada por certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público e ser traduzidos, sendo dispensado o apostilamento ou a legalização em Consulado Brasileiro, conforme aplicável. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, até 24 horas antes da AGO, as instruções para acesso à plataforma digital "Zoom" para participação na AGO. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da AGO, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@cyrela.com.br, com até, no máximo, 3 horas de antecedência do horário de início da AGO, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos da RCVM 81/22, serão considerados presentes à AGO os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou os acionistas que tenham registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância de acordo com as orientações acima. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGO, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da AGO por sistema eletrônico. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia (https://ri.cyrela.com.br/) e nas páginas eletrônicas da Companhia, da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

São Paulo, 28 de março de 2023.
Elie Horn - Rogério Frota Melzi - Co-Presidentes do Conselho de Administração

O Tribunal Civil e Comercial No 7 da cidade de Mar del Plata, Provincia de Buenos Aires, República Argentina, no Expediente nº 130268, cita a todos os que se considerem com direito aos bens deixados pelos causantes, JODZINSKY ROBERTO DNI 2083195 y SORIA, LUCIA ESTHER DNI 1.370.569, para que dentro do prazo de 30 días o comprovem.
Publique-se por três dias no jornal Folha de São Paulo (Brasil) .-

José Kalil S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 60.937.653/0001-23
Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da José Kalil S/A Participações e Empreendimentos a participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 26 (vinte e seis) de abril de 2023, na sede da empresa, com início às 11 (onze) horas, com a seguinte Ordem do Dia: a) Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria e fixação dos respectivos honorários e deliberação quanto ao Conselho Fiscal; e d) Outros assuntos de interesse social. **João Carlos Piccelli** – Diretor Presidente. (29, 30 e 31/03/2023)

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo: 6018.2022/0053948-9 - Pregão eletrônico nº 118/2023-SMS.G
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CURATIVO, ETILSUFONATO DE CELULOSE E CELULOSE COM PRATA.** A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das **10:00h** do dia **19/04/2023**, a cargo da **15ª CPL.** - O edital deste pregão poderá ser consultado **SEI nº 080620663**
Processo: 6018.2023/0005271-9 - Pregão Eletrônico nº 133/2023-SMS.G
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CURATIVO, HIDROATIVO, POLIPROPILENO, POLIACRILATO, CELULOSE, PHMB.** A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das **09:00h** do dia **11/04/2023**, a cargo da **9ª CPL.** - O edital deste pregão poderá ser consultado **SEI nº 080553378.**
Processo nº 6018.2023/0007031-8 - Pregão eletrônico nº 136/2023-SMS.G.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE TESTE RÁPIDO PARA DENGUE.** A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir **das 09:00h do dia 12/04/2023**, a cargo da **10ª CPL.** - O edital deste pregão poderá ser consultado **SEI nº 080643867.**
Documentação/Retirada do Edital: Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema, www.compras.gov.br, até a data de abertura, conforme especificado nos editais ou http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br.

Processo Digital nº: 1000600-45.2019.8.26.0161 **Classe: Assunto:** Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários **Exequente:** Banco Bradesco S/A **Executado:** Paulu S Graf Embalagens Ltda e outros **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1000600-45.2019.8.26.0161** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Diadema, Estado de São Paulo, Dr(a). Erika Diniz, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a Paulu's Graf Representação Comercial Eireli**, CNPJ/MF 56.064.108/0001-00, que por parte do **Banco Bradesco S/A** lhe foi ajuizada, e **a Mario Luis Delfino**, CPF/MF 811.349.088-49 e Carlos Afonso Delfino, CPF/MF 099.750.988-00, **ação de Execução** para cobrança da quantia de R$ 5.360.867,20 (junho/2020 – fls. 247), oriunda do Contrato nº 385/1511515, firmado em 25/06/2018. Estando a executada em lugar ignorado, foi determinada a citação por edital, para que em 03 dias úteis, após os 20 dias supra, pague o débito atualizado, sob pena de penhora. Em caso de pagamento dentro do tríduo a verba honorária será reduzida pela metade. No prazo para Embargos (15 dias úteis), reconhecendo o crédito do exequente e depositando 30% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, poderá a executada requerer o pagamento do restante em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Ficam ainda a executada e o co-executado Mario Luis Delfino, pelo presente edital, intimados da penhora de 50% do terreno formado pelos lotes nºs 09,10 e 11 da quadra 13, do loteamento denominado Parque Balneário Itanhaém, Gleba 1, com frente para a Rua Luiza Forssell e área total de 813,00m², matriculado sob nº 242.036 no CRI da Comarca de Itanhaém/SP, podendo no prazo de 15 dias úteis, a fluir após os 20 dias supra, oferecer impugnação, ficando também intimadas da penhora as co-proprietárias Dinovar Basso Delfino, CPF/MF 121.474.276-91 e CTM Administração de Bens e Participações Eireli, CNPJ/MF 29.087.249/0001-68. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Diadema, aos 23 de março de 2023.

ROSSI RESIDENCIAL S.A. – Em Recuperação Judicial

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.065.751/0001-80 - NIRE 35.300.108.078 - Código CVM nº 01630-6
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023

O Conselho de Administração da Rossi Residencial S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, 873, 6º andar, conjuntos 601 a 605 – Santo Amaro, CEP 04709-111, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.108.078, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.751/0001-80 ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução 81"), convocar os senhores Acionistas para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária** ("Assembleia Geral") **a ser realizada às 15h do dia 27 de abril de 2023**, **de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital a ser disponibilizada pela Companhia**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **a.** deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2022; **b.** tomar as contas dos administradores consubstanciadas no relatório da administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **c.** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2022; **d.** deliberar sobre a fixação do número de membros do conselho de administração da Companhia; **e.** deliberar sobre a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia; **f.** deliberar sobre a qualificação dos membros independentes do conselho de administração, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3; **g.** deliberar sobre a fixação do número de membros do conselho fiscal da Companhia; **h.** deliberar sobre a eleição dos membros do conselho fiscal da Companhia; e **i.** deliberar sobre a fixação da remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia no exercício de 2023. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a) documento de identidade (RG, CNH, passaporte ou expedidas por conselhos de classe), desde que contenham foto de seu titular; (b) comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato expedido pela Central Depositária de Ativos da B3, ou pelos agentes de custódia, contendo a respectiva participação acionária; e (d) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração com firma reconhecida, ou assinada digitalmente, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, devidamente regularizada na forma da lei. O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada ou certidão emitida pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso, dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) participar da Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos referidos documentos societários acima mencionados, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público, legalizados em Consulado Brasileiro, caso o país no qual o documento foi firmado seja signatário da Convenção de Viena, apostilados, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia, nos termos do § 3.º do artigo 11 do estatuto social, recomenda o depósito na sede social, via correio ou endereço eletrônico com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da realização da Assembleia Geral, dos documentos acima referidos. Ressalta-se que **é facultado aos Acionistas participar da Assembleia Geral via boletim de voto a distância**. Neste caso, até o dia 20 de abril de 2023 (inclusive), o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: (a) ao escriturador das ações de emissão da Companhia; (b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (c) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Resolução 81/2022 e os procedimentos descritos no boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia. A **participação dos Acionistas se dará via Plataforma Digital**, por si ou por procurador devidamente constituído, ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme o disposto no § 2.º do artigo 6º da Resolução 81/2022. Neste caso, o Acionista poderá simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto à distância, observando-se que, caso já tenha enviado o Boletim e deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. Os Acionistas deverão enviar a solicitação do *link* para o e-mail ri@rossiresidencial.com.br, com aviso de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 3 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24 de abril de 2023. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução 81/2022, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral e sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (http://ri.rossiresidencial.com.br), da B3 (http://www.b3.com.br) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da regulamentação aplicável. São Paulo, 27 de março de 2023.
João Paulo Franco Rossi Cuppoloni - Presidente do Conselho de Administração.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

CNPJ/ME nº 33.042.730/0001-04 - NIRE 35.300.396.090 - *Companhia Aberta*
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023

Ficam os senhores acionistas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia") a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 11h, de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Sistema Eletrônico"), cujo link foi disponibilizado pela Companhia aos acionistas no Manual para Participação na Assembleia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o cancelamento de ações aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de maio de 2022; e **(ii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia. O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia e do Conselho Fiscal, o Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, bem como todas as demais informações necessárias para entendimento das matérias acima, estão disponíveis nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csn.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicados na íntegra no jornal Folha de São Paulo em 24 de março de 2023. Nos termos do art. 3ª da Resolução CVM nº 70/22 e do artigo 5º, inciso I da Resolução CVM nº 81/22, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Esta faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à AGOE. **Participação dos Acionistas na AGOE e Apresentação de Documentos:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, por meio do Sistema Eletrônico ou, ainda, via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da AGOE, formas e documentos necessários para participação constam no Manual para Participação na Assembleia e nos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE). **Participação por Meio do Sistema Eletrônico:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, sendo que a participação dos acionistas se dará por meio do Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão acessar o *link* disponibilizado no Manual para Participação na Assembleia, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação na AGOE, conforme indicados abaixo, até o dia 26 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por e-mail a confirmação de que o seu cadastro foi aprovado. No dia da Assembleia, o participante deverá usar como login o seu e-mail/CPF e a senha que escolheu no momento em que efetuou o seu cadastro. **(a)** Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGOE; **(b)** Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; **(c)** Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; **(d)** Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e **(e)** Caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGOE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGOE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. **Participação por Voto a Distância:** Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 81/22, conforme detalhado no Manual para Participação na Assembleia, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGOE, mediante o preenchimento e envio dos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE), cujos modelos foram disponibilizados separadamente, nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csn.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). Tendo em vista a realização de modo exclusivamente digital, a AGOE será considerada como realizada na sede social da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csn.com.br.

São Paulo, 28 de março de 2023.
Benjamin Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração

Fundação Zerbini
CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13
Aviso de Licitações

A Fundação Zerbini torna público os processos abaixo, para a Unidade do Instituto do Coração – InCor-HCFMUSP, a saber: Processo 3191/2022 – P.P. 041/2022 para contratação de empresa para exploração comercial na forma **Mercado de Proximidade** que será realizado em 26/04/2023 às 09:30 hrs. Processo 3192/2022 – P.P. 040/2022 para contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de **Cafeteria e Doceria** que será realizado em 17/04/2023 às 09:30 hrs. Os editais podem ser obtidos na íntegra no site: www.fz.org.br. São Paulo, 28 de Março de 2023. **Edina Almeida** e **Marcel Nascimento**.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
CNPJ/MF nº 33.042.730/0001-04 - NIRE 35300396090
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração
Realizada em 2 de Março de 2023

A Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foi realizada em 02 de março de 2023, às 17h, na sede da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 20º, São Paulo - SP, e teve como assuntos tratados, o conhecimento pelo Conselho da renúncia apresentada pelo Sr. Milton Picinini Filho, ao cargo de Diretor Executivo, responsável pela área de produção do segmento de siderurgia, e, em ato contínuo, a aprovação, por unanimidade, da eleição do Sr. Alexandre de Campos Lyra, para o cargo de Diretor Executivo responsável pela área de produção do segmento de siderurgia, com mandato unificado até 22 de setembro de 2023, ficando desde já estabelecido que o mandato se estende até a investidura de seu substituto, nos termos do artigo 150, §4º da Lei 6.404/76. Registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº 111.148/23-6, em sessão de 17 de março de 2023, e sua versão na íntegra está disponível nos websites: https://ri.csn.com.br e https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE NOVA HIGIENÓPOLIS
CNPJ: 49.721.509/0001-12
COMUNICADO IMPORTANTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL

Nos termos do Estatuto Social da Associação dos Amigos de Nova Higienópolis, ficam convocados todos os associados através do presente edital para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL** a realizar-se **no dia 13/04/2023 (quinta-feira)**, a rua Jaspe, s/nº, na **Sala de Ginástica**, em Nova Higienópolis às **19h30** em primeira chamada com metade mais um dos associados ou as **20h00** em segunda chamada com qualquer número de associados presentes, **a fim de tomarem conhecimento sobre os seguintes assuntos:**
- Apresentação do Laudo de Auditoria sobre a Obra da Nova Portaria.
- Assuntos Diversos.
Solicitamos a presença de todos os Associados, em vista da importância dos assuntos a serem tratados.
Os Associados em débito com a Associação poderão regularizá-lo até o dia **12/04/2023**, no horário Administrativo.
Jandira, 29 de março de 2023.
PEDRO GARCIA BALADO
Presidente do Conselho Deliberativo

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 35300027780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

Processo: 076/2022. OBJETO: Concessão Remunerada de Uso de terreno de aproximadamente 16.203,94m² localizado na Unidade Armazenadora Bauru, objetivando a exploração de atividade de armazém geral/depósito, ou para outras finalidades compatíveis com a estrutura do local, conexos e/ou beneficiamento de mercadorias por pessoa jurídica, conforme quantidades e especificações descritas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 29/03/2023 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.caixa.gov.br. Entrega das propostas: a partir de 29/03/2023 às 08h30, no site www.caixa.gov.br. Visita: 12/04/2023. Abertura das propostas em 14/04/2023 às 09h30, no site www.caixa.gov.br.
Patricia Nihari Arantes
Pregoeira

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91 – NIRE 35.300.159.845
Proposta da Administração – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – 2023

Aos **Acionistas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.** Prezados Senhores, A Administração da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), submete à apreciação de seus acionistas, para aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em **27 de abril de 2023, às 10h00**, as propostas descritas a seguir: **Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas na Companhia, acompanhadas do Relatório da Auditoria Externa Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a Destinação do Resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Deliberar a proposta de Orçamento de Capital para o ano de 2023, para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."); (iv) Reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o biênio 2023/2025; e (v) Deliberar a manutenção do funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia e reeleger seus membros para o exercício de 2023 e fixar sua remuneração. **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023; e (ii) Deliberar sobre o grupamento de ações da Companhia e a consequente alteração e consolidação do Estatuto Social para refletir a quantidade total de ações ordinária da Companhia. **Informações Gerais:** • Poderá participar da Assembleia o acionista da Companhia, diretamente ou por meio de seus procuradores devidamente constituídos, desde que as ações detidas estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Itaú S.A., consoante dispõe o Artigo 126 da Lei das S.A.. • Os acionistas, por si ou por seus representantes, deverão se apresentar no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia no período de 5 (cinco) dias corridos antecedentes à realização da Assembleia, bem como, os seguintes documentos: **(i) Pessoas Físicas:** documento de identificação com foto; **(ii) Pessoas Jurídicas:** cópia autenticada do último Estatuto ou Contrato Social consolidado, da documentação societária que outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores/procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **(iii) Fundos de Investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador/gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). • No caso de representação do acionista por procurador, este deverá apresentar-se no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando documento de identificação com foto e instrumento de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia, outorgados nos termos do art. 126 da Lei das S.A., devendo referido instrumento de mandato ter o reconhecimento de firma do acionista. • Os acionistas encontrarão ainda as instruções para outorga de procuração na Proposta da Administração, no Formulário de Referência e no Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2023, que está disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (www.triunfo.com/ri), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br). • Solicita-se que os documentos necessários à participação dos acionistas na Assembleia, mencionados acima, sejam preferencialmente depositados na sede da Companhia, localizada na Rua Olimpíadas, 205, cj. 143, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-000, aos cuidados do Departamento Jurídico, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos, nos termos do Art. 24 do Estatuto Social da Companhia. • O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("ICVM 81"), enviando o correspondente boletim de voto a distância conforme as orientações constantes no Manual para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. • Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.triunfo.com/ri); na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, incluindo o Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, nos termos do Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e Artigo 7º da ICVM 81, e demais disposições da legislação aplicável. São Paulo, 27 de março de 2023.
***João Villar Garcia** – Presidente do Conselho de Administração.* (27, 28 e 29/03/2023)

PARANAPANEMA S.A.

Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta - CNPJ 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2022

Data, Horário e Local: 29/12/2022, às 14h, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81/22, conforme alterada, considerada como tendo sido realizada na sede social da Paranapanema S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na Via do Cobre, nº 3700, Área Industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari, Dias D'Ávila/BA, CEP 42850-000. **Publicações:** Edital de Convocação publicado nos dias 01, 02 e 03/12/2022, nas versões impressa e digital, no jornal Folha de São Paulo - Edição Nacional, e disponibilizado em 30/11/2022 no website da Comissão de Valores Mobiliários, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da Companhia (www.paranapanema.com.br/ri), e em sua sede social, nos termos da legislação aplicável. **Presença**: Presentes na AGE acionistas representando 47,54% das ações de emissão da Companhia. Presentes, também, integrantes da Diretoria Executiva, os Srs. Marcelo Millet, Diretor Presidente e de Relações com Investidores, e a Sra. Priscilla Versatti, Diretora Jurídica, e integrante do Conselho de Administração, o Sr. Marcelo Adilson Tavarone Torresi. **Mesa**: Na forma do Estatuto Social, assumiu a Presidência dos trabalhos o Sr. Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Presidente do Conselho de Administração, o qual convidou a mim, Priscilla Versatti para secretariar os trabalhos. **Instalação**: Verificado o quórum legal, o Sr. Presidente declarou instalada a AGE. **Ordem do Dia**: **(1)** Ratificar o pedido de recuperação judicial da Companhia e de suas controladas CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. - Em Recuperação Judicial e Paraibuna Agropecuária Ltda. - Em Recuperação Judicial, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30/11/2022 e deferido pelo Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1º RAJ - São Paulo/SP, assim como ratificar todos os atos praticados pela administração relativos ao pedido de recuperação judicial da Companhia e de suas controladas e autorizar a prática de todos os demais atos necessários referentes à esta matéria; e, **(2)** Ratificar a nomeação dos Srs. Bruno Bianco Leal e Marcelo Adilson Tavarone Torresi como membros do Conselho de Administração, nomeados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25/08/2022 e 21/09/2022, em atenção ao disposto no §9º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações**: Instalada a AGE, após exame e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram por unanimidade de votos a lavratura da ata desta AGE em forma de sumário, conforme autoriza o §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76 e, em seguida, deliberaram: **1.** Aprovar, por maioria de votos, sendo 16.105.374 votos favoráveis, 4.527.443 votos contrários e nenhuma abstenção, a ratificação do pedido de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. - Em Recuperação Judicial e Paraibuna Agropecuária Ltda. - Em Recuperação Judicial, ajuizado no dia 30/11/2022, perante a 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ - São Paulo/SP, 24.2022.8.26.0260, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, aprovado, em caráter de urgência, com base no disposto no § único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 30/11/2022, cujo processamento foi deferido pelo juízo competente no dia 13/12/2022, ratificando todos os atos praticados pela administração relativos ao pedido de Recuperação Judicial e autorizando a Diretoria Executiva a praticar todos os demais atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias, incluindo, mas não limitado, a dar continuidade e garantir a efetivação da Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas. **2.** Tendo em vista a renúncia do Sr. Bruno Bianco Leal ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração apresentada à Companhia no dia 16/12/2022, a Secretária, Sra. Priscilla Versatti, informou a todos os presentes que esta deliberação da ordem dia restou prejudicada, e a matéria não foi submetida à votação da AGE. **3.** Aprovar, por maioria de votos, sendo 16.105.174 votos favoráveis, 4.527.643 votos contrários e nenhuma abstenção, a ratificação da nomeação como membro efetivo do Conselho de Administração, conforme disposto no §9º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, do Sr. **Marcelo Adilson Tavarone Torresi**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 10.364.287-0, 117.512.988-76, com endereço na Rua São Jorge, 555, apto. 153, Torre Bianco, CEP 09530-250, São Caetano do Sul/SP, assim como o seu enquadramento como conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O membro efetivo independente do Conselho de Administração, cuja nomeação foi ora ratificada, tomará posse em seu respectivo cargo por meio da assinatura do Termo de Posse, que integrará a presente ata como anexo, e cumprirá o mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2023. Todos os votos contrários em relação às matérias da ordem do dia que foram apresentados à mesa ficarão devidamente arquivados na sede da Companhia. **Encerramento e Lavratura**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém a solicitou, suspendeu os trabalhos para a lavratura e transcrição desta ata no livro próprio. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, achada conforme e aprovada, encerrando-se com a assinatura dos componentes da mesa e dos acionistas presentes, nos termos do §1º do artigo 47 da Resolução da CVM nº 81/22. Dias D'Ávila/BA, 29/12/2022. Mesa: Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Presidente; Priscilla Versatti, Secretária; e Marcelo Milliet, Diretor Presidente e de Relações com Investidores. Acionistas: Caixa Econômica Federal, Luiz Barsi Filho, American Century ETF Trust - Avantis Emerging Mark, Silvio Tini de Araujo, Bonsucex Holding S.A., Fonte Boa Administração de Bens Ltda., Joao Batista Lemes Cruvinel, EWZ Investments LLC - Socopa Soc Corretora Paulista S.A., EWZ Brasil Fia e Mineração Buritirama S.A. Esta cópia é fiel, extraída da ata lavrada no livro próprio. **Priscilla Versatti -** Secretária. JUCEB nº 98340952 em 16/02/2023. Protocolo nº 234109181 de 10/01/2023. Tiana Regila M. G. de Araújo - Secretária Geral. JUCESP nº 89.475/23-9 em 26/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

esporte

Cléber Machado admite surpresa e diz que motivo da dispensa foi financeiro

Narrador que atuou em nove Copas do Mundo foi demitido da Globo após 35 anos na emissora

Cristina Padiglione e Luciano Trindade

SÃO PAULO Cléber Machado, 60, tinha um plano. A vontade do narrador era aposentar-se na TV Globo, mas não antes de narrar a Copa do Mundo de 2026. Seria a décima de sua carreira. Mas, há alguns dias, ele foi surpreendido com a notícia de que seria desligado da empresa em que estava havia 35 anos. "Há um mês, 15, 20 dias, eu não imaginava isso", afirmou à **Folha** o profissional, que recebeu o comunicado sobre sua saída na última quarta-feira (22).

Cléber buscou os executivos da emissora para entender os motivos. Na conversa, ficou claro para ele que a razão era financeira. "Eu perguntei: 'Vocês não me querem mais ou é grana?'. Responderam a opção B", diz o narrador.

Questionado se o salário dele havia se tornado alto demais para o padrão atual estabelecido pela Globo, limitou-se a dizer: "É possível".

O paulistano era um dos profissionais que estavam há mais tempo no esporte da emissora. Existia uma expectativa de que seria o substituto natural de Galvão Bueno, 72, como narrador principal do canal —embora ele negue essa perspectiva, porque "nunca se discutiu uma sucessão para o Galvão".

Sinais de que o prestígio dele já não era o mesmo começaram a surgir no ano passado, quando o narrador foi preterido na escolha da equipe levada pela Globo para cobrir a Copa do Mundo no Qatar. Ele fez parte do time que ficou no Brasil. Cléber nega ter ficado magoado, embora observe: "Quem não quer cobrir uma Copa do Mundo?"

Narrador Cléber Machado que ingressou na TV Globo em 1988 João Miguel Júnior - nov.22/Globo

O profissional assegurou, no entanto, que foi em tom de brincadeira seu comentário ao vivo, durante o Mundial, sobre um vídeo que mostrava homenagem da Fifa a Galvão por ele ter trabalhado em 12 finais.

"Também quero dar parabéns para mim. Eles podiam mandar uma coisinha dessa aí para mim, é a nona Copa do Mundo. Aqui é a nona Copa do Mundo. Não sei se vale a distância, mas...", disse na ocasião. A condecoração valia para profissionais que haviam trabalhado em pelo menos oito mundiais.

Cléber afirmou que os executivos da Globo foram "muito gentis" com ele ao avisá-lo com antecedência sobre o time escalado para viajar ao Qatar. "Quando chegou junho, julho, eles falaram que eu não ia para a Copa."

Apenas Galvão Bueno, que deixou de ser narrador na emissora carioca, e Luís Roberto, que continua no canal, narraram o torneio in loco.

"De uns tempos para cá, o Luís Roberto cresceu, eu não acho que eu diminuí", afirma.

O narrador contou que já tinha planejado férias para maio, antes de saber que sairia da Globo. Ele pretende cumprir o período de descanso da mesma forma, mas não descartou a possibilidade de trabalhar antes disso, sem revelar se diz respeito a um canal tradicional de TV ou a alguma plataforma de streaming.

"Se bobear, acho que vai rolar alguma coisa antes de maio."

A expectativa dele se baseia na nova configuração do mercado de transmissões esportivas, imposta pelas plataformas de streaming desde que elas pulverizaram os direitos de exibição dos campeonatos, algo que Cléber vê com bons olhos. "Pra gente, para o mercado, ter mais transmissões significa que tem mais gente trabalhando, tem mais emprego", afirma.

"Eu entendo que alguém, alguma empresa, queira ter uma exclusividade. Mas eu acho que a competição é saudável."

Ele cita como exemplo o retorno da Libertadores à grade da TV Globo este ano, após três edições no SBT. A emissora carioca havia deixado de exibir o torneio em 2020 depois de fracassar na tentativa de renegociar o contrato com a Conmebol, dona dos direitos de transmissão.

O narrador acredita que a concorrência entre as emissoras afetou o valor do torneio. "Se você tem um comprador que topa pagar, porque não admite perder, é muito mais fácil para quem vende", afirma ele.

Cléber, aliás, tem um carinho especial pela Libertadores. Cita com saudosismo as transmissões que fez do torneio, sobretudo das finais de times brasileiros.

"Não tenho do que me queixar", afirmou sobre a chance de narrar grandes eventos e de ter vivenciado a transformação do status do narrador esportivo no país, mérito que atribui sobretudo à trajetória de Galvão Bueno.

Durante a entrevista à **Folha**, Cléber deixa escapar uma ideia do que gostaria de fazer na TV: um programa que misture esporte com variedades, política e economia. É um sonho antigo. Segundo ele, a proposta é dar voz para as pessoas opinarem sobre áreas distintas das quais atuam.

O narrador diz que os programas atuais investem muito em especialistas e falta "pluralidade em pontos de vista".

Criança levada em invasão do Beira-Rio será periciada

Caue Fonseca

PORTO ALEGRE A Polícia Civil do Rio Grande do Sul detalhou, nesta terça-feira (28), os próximos passos da investigação sobre o caso do torcedor do Internacional que invadiu o gramado do estádio Beira-Rio. O homem entrou no campo com uma criança de três anos no colo e brigou com jogadores do Caxias na noite de domingo (26), após a semifinal entre os dois times pelo Campeonato Gaúcho.

O investigado de 33 anos e sua mulher, na condição de testemunha, prestaram depoimentos no final da tarde de segunda (27), acompanhados da advogada Taiane Paixão. Ele responde a dois inquéritos: pela conduta com a filha e pela invasão de campo e agressão a um cinegrafista.

A **Folha** tentou contato com a advogada nesta terça, sem sucesso. Ao final do depoimento, na segunda, ela falou que o seu cliente agiu "para proteger a filha". A identidade do homem está sendo preservada para não expor a menina.

O Ministério Público de Canoas solicitou uma medida protetiva que pode afastar a menina do pai, mas ainda não houve resposta da Justiça. Também foi solicitada uma audiência junto ao Conselho Tutelar e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Canoas.

De acordo com a delegada Elisa Ferreira de Souza, da 2ª DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente) de Porto Alegre, o casal saiu da delegacia com dois pedidos de perícia para avaliar se a menina teve sequelas físicas ou psicológicas do episódio.

A primeira perícia, de acordo com a Polícia Civil, é rápida e poderá ser feita assim que a mãe comparecer com a criança à delegacia. Já a perícia psíquica envolve uma série de entrevistas, com um resultado que demora mais tempo.

Segundo os policiais, a mãe da criança não estava no estádio no momento da briga. Ela teria visto as imagens ao vivo pela TV e ligado para o marido apavorada. Ele a atendeu após a briga, a caminho de casa, dizendo que estava tudo bem.

Em depoimento, o torcedor negou que tenha invadido o campo. Ele disse que, por ter estar sendo pressionado na confusão por outros torcedores e estar com uma criança no colo, um segurança do Beira-Rio abriu o portão para que ele entrasse no gramado.

Ele afirmou aos policiais que, no campo, sentindo-se ameaçado, desferiu golpes a esmo para proteger a filha. Segundo a polícia, ele não demonstrou arrependimento no seu depoimento.

Para o delegado Fernando Sodré, chefe da Polícia Civil do RS, "há imagens que falam por si", contestando a versão do homem.

ESPORTE AO VIVO

14h Torneio de Miami
Tênis, ESPN 2/STAR+

19h Bragantino x Cruzeiro
Amistoso, YOUTUBE

19h Goiás x Cuiabá
Copa Verde, YOUTUBE

20h Remo x Paysandu
Copa Verde, YOUTUBE

20h30 Sixers x Mavericks
NBA, ESPN 2/STAR+

21h30 Sport x ABC
Copa Nordeste, ONEFOOTBALL

21h30 Fortaleza x Ceará
Copa Nordeste, ESPN/ONEFOOTBALL

23h Suns x Timberwolves
NBA, ESPN 2/STAR+

Os craques iluminam o futebol

França tem o maior número de bons jogadores nos três setores de campo

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

As primeiras partidas das seleções europeias e sul-americanas no pós-Copa já apresentam algumas novidades. Os treinadores vivem a dúvida sobre escalar os melhores do momento ou já iniciar reformulações visando o Mundial de 2026.

Como se esperava, Brasil e Marrocos fizeram uma partida equilibrada. As duas equipes pressionaram no campo adversário, recuperaram com frequência a bola e criaram várias chances de gols. O Brasil sentiu a falta de Marquinhos, Thiago Silva e Neymar. O time, como sempre, teve pouco domínio da bola e trocou poucos passes.

Os estreantes foram discretos. O jovem Andrey não sabia se se posicionava próximo a Casemiro ou se avançava. Rony atuou como no Palmeiras, da direita para o centro. Vitor Roque e Raphael Veiga jogaram por pouco tempo.

Um dos principais motivos da ausência da seleção brasileira nas cinco últimas finais de Copa do Mundo é a falta de mais talento individual.

Discordo do lugar-comum de que o Brasil continua formando um grande número de craques. O país produz muitos bons e excelentes jogadores, mas poucos excepcionais, do nível dos melhores do mundo em suas posições.

Inglaterra e França são hoje as duas seleções mais fortes da Europa. Apesar dos principais times ingleses priorizarem a contratação de grandes jogadores estrangeiros, a seleção inglesa tem evoluído bastante, com a presença cada vez maior de jogadores especiais.

Os atacantes Kane, Saka e Rashford estão entre os melhores do mundo em suas posições. Existem ainda outros bons atacantes, como Sterling, Folden e Grealish. O jovem e brilhante meio-campista Bellinghan, que atua de uma intermediaria à outra, joga no Borussia Dortmund, da Alemanha, e é pretendido pelas principais equipes do mundo.

A França é a seleção com maior número de excelentes jogadores nos três setores de campo. Mesmo assim, sentiu muita falta de Benzema na Copa, que anunciou o fim de sua carreira na seleção. Kanté e Pogba não têm atuado por causa de contusões. Fazem também falta quando jogam o melhor que podem. Griezmann se reinventou na atual seleção. Antes era apenas um meia ofensivo. Agora volta para marcar, constrói jogadas e faz gols.

A Argentina e Messi viveram na Copa o mundo ideal, o esplendor de uma paixão que será eterna, sem data para terminar em campo, já que Messi não dá sinais de que vai encerrar a carreira na seleção. Algo parecido ocorre com Cristiano Ronaldo e Portugal, embora de uma forma menos exuberante e com alguns atritos.

Cristiano, com 38 anos, foi reserva em alguns jogos da Copa, quando parecia ter terminado seu ciclo na seleção. Mudou o treinador e ele voltou a ser titular e a fazer gols, apesar dos fraquíssimos adversários, Luxemburgo e Liechtenstein. A Argentina depende mais de Messi que Portugal depende de Cristiano Ronaldo.

Tenho a impressão, mas posso estar enganado, de que Cristiano Ronaldo, que atua hoje na Arábia Saudita, quer continuar na seleção para manter o prestígio mundial. O treinador, se quiser substituí-lo por um jovem, pensando na Copa de 2026, terá enormes dificuldades.

O tempo passa

Nos últimos 15 anos tive o privilégio de assistir, de desfrutar das presenças de craques como Messi, Cristiano Ronaldo, Neymar e Mbappé.

Vi também durante muitas décadas Pelé, Garrincha, Nilton Santos, Didi, Beckenbauer, Cruyff, Gerson, Zico, Ronaldo, Ronaldinho, Romário e outros. São grandes craques, de várias gerações, que iluminam o futebol.

SÃO PAULO ANTIGA

Douglas Nascimento
folha.com/saopauloantiga

Papelaria Rosário encerrará as atividades após 71 anos

Uma das mais antigas papelarias paulistanas, se não a mais, a Papelaria Rosário decidiu encerrar suas atividades e é mais um estabelecimento tradicional do centro de São Paulo a fechar as portas.

Fundada em 1952 por João Cirenza, junto de seu filho Benvenuto Ítalo Cirenza e do imigrante romeno Hebert de Thoule, a papelaria é muito conhecida em seu segmento, especializada na venda em material artístico e técnico. O nome da loja foi escolhido pelos fundadores devido ao fato de o primeiro endereço da papelaria ser na rua São Bento, nas proximidades do antigo Largo do Rosário, atual praça Antônio Prado.

Com o tempo, Thoule saiu do negócio, e outros filhos de Cirenza entraram na sociedade, tornando-se uma empresa familiar. Em 1962 a papelaria mudou de endereço, sendo transferida para não muito longe dali, na rua Líbero Badaró. Neste local permaneceram por décadas. Em 1979, abriram uma nova unidade na movimentada rua Xavier de Toledo, no térreo do Edifício Império, próximo da rua 7 de abril.

Interior da Papelaria Rosário, localizada na rua Xavier de Toledo, região central Douglas Nascimento

Mesmo com o falecimento de seu fundador, em setembro de 1964, a loja não trocou de mãos e permaneceu com seus descendentes até os dias atuais. Maria Cirenza, filha de João Cirenza, é a atual proprietária da papelaria e está no negócio há décadas. Em 2000 a unidade da rua Líbero Badaró foi fechada e, com isso, a filial da rua Xavier de Toledo passou a ser a única loja.

Em 1998 a papelaria foi palco de uma reportagem da **Folha** sobre a procura por penas de caligrafia, item que já estava em desuso e que era buscado por estudantes, artistas e calígrafos. Na época o gerente Álvaro Oriani informou à reportagem que a loja tinha cerca de 4.000 penas em estoque.

Nos últimos dias de fevereiro os clientes mais antigos do estabelecimento começaram a ser avisados, pelos funcionários, que a loja encerra as atividades no último dia útil deste mês, na próxima sexta-feira (31).

De acordo com o que este blog apurou, a decisão de encerrar o negócio foi de Maria Cirenza. Não foi possível, entretanto, confirmar se o fechamento da papelaria é devido ao distanciamento da clientela, cada vez mais acostumada a comprar online e a visitar menos o centro paulistano —que a cada dia se torna mais hostil— ou se simplesmente chegou a hora de parar e descansar.

Antes de encerrar as atividades a loja está fazendo uma liquidação do seu estoque, tudo com 30% de desconto. A Papelaria Rosário fica quase em frente à saída da rua Xavier de Toledo da estação Anhangabaú do Metrô e a poucos metros da biblioteca Mário de Andrade. Se passar por lá esta semana, não deixe de agradecê-los pelos anos na ativa.

ATIVISTAS PROTESTAM CONTRA COMBUSTÍVEL FÓSSIL EM CONFERÊNCIA EUROPEIA SOBRE ÓLEO E GÁS
Centenas de pessoas se mobilizaram no centro de Viena, capital austrícaca, nesta terça-feira (28); manifestantes pedem fim do uso de fontes de energia poluentes Lisa Leutner/Reuters

Quão confiáveis são as imagens dos cientistas?

As de Adrien-Marie Legendre mostram geralmente outra pessoa

Marcelo Viana
Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Dez anos atrás, estava explicando a Anita, minha filha, quem eram os personagens representados no vitral de um museu quando ela —então com três anos— exclamou orgulhosa: "Esse eu estudei na minha escola; ele saiu da banheira!". Estava se referindo à famosa cena —não se sabe por quem presenciada— do matemático e cientista grego Arquimedes, pulando do banho e gritando "Eureca!".

Na verdade, a representação no vitral se referia ao filósofo Platão, mas a criança não estava errada. Não temos nenhuma ideia de como se parecia qualquer um deles, já que não existe nenhuma imagem realizada por alguém que os tenha conhecido em vida. Anita apenas identificou uma imagem genérica de "pensador grego clássico" (o que, aliás, deixou o pai coruja muito orgulhoso).

É mais surpreendente ainda que não existam imagens confiáveis de cientistas muito mais próximos de nós no tempo. O caso do matemático francês Adrien-Marie Legendre (1752–1833) é particularmente estranho.

Legendre é um dos quatro grandes Ls com que a França brindou o mundo nos séculos 18 e 19, juntamente com Lagrange, Laplace e Leverrier. Fez trabalhos fundamentais em teoria dos números, análise, mecânica celeste e várias aplicações da matemática. Existem diversos conceitos com o seu nome: transformada de Legendre, símbolo de Legendre, relação de Legendre, entre outros.

Em meus cursos, abordo com frequência a equação diferencial de Legendre. E os polinômios de Legendre são usados extensivamente em cálculo numérico, além de terem papel crucial na solução das equações da mecânica quântica para o átomo de hidrogênio (modelo de Bohr-Sommerfeld).

Por essas contribuições, Legendre é um dos 72 cientistas que, como homenagem, tiveram seus nomes inscritos na Torre Eiffel. Além disso, em 1811 foi armado cavaleiro pelo imperador Napoleão Bonaparte, um dos governantes da história que mais priorizavam o mérito e a ciência (com uma queda especial pela matemática).

Apesar de seu enorme prestígio científico, muito pouco se sabe sobre a vida de Legendre. Em particular, não dispomos de nenhuma imagem fidedigna dele. É provável que isso seja exatamente o que ele queria: em seu panegírico, Siméon-Denis Poisson afirmou que "o nosso estimado colega frequentemente exprimiu o desejo de que ao falarmos dele o fizéssemos apenas em relação aos seus trabalhos científicos, que são, de fato, toda a sua vida".

O que é estranho é que imagens supostamente de Adrien-Marie abundam na internet, mas na verdade são de outra pessoa. Pior, são de alguém cujas ações tiveram impacto muito negativo na vida do matemático. O erro só foi descoberto em 2009. Conto na semana que vem.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **29.mar.1923**

Avenida de Lisboa homenageia o aviador Santos Dumont

O aviador e inventor brasileiro Santos Dumont chegou, a bordo do navio Massilia, a Lisboa, em Portugal, onde foi cordialmente saudado nesta quinta-feira (29).

Representantes do município e do país, integrantes da Embaixada do Brasil, os aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho (dupla que realizou em 1922 a primeira travessia aérea do Atlântico Sul da história) e outras pessoas foram até o navio para fazer a recepção.

O brasileiro foi informado sobre a decisão das autoridades de Lisboa em homenageá-lo dando o nome de avenida Santos Dumont a uma importante via pública da cidade.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

A QUESTÃO DO ASPHALTO

Pela Sociedade

ilustrada

'Dinheiro Vivo: Arara', obra de Vik Muniz, artista representado pela Nara Roesler, em exposição na SP-Arte, e com mostra em na galeria paulistana Divulgação

Brasil, qual é o seu negócio?

Eleição de Lula muda a imagem do país no exterior e volta a atrair colecionadores dispostos a gastar na SP-Arte, que começa hoje

João Perassolo

SÃO PAULO Enfim, o velho normal está de volta. Nestes dias que antecedem a SP-Arte, dezenas de galerias e os principais museus paulistanos abrem mostras por toda a cidade, e já não há espaço na agenda para mais uma festa, um jantar, brunch ou coquetel em torno deste ou daquele artista badalado no circuito.

A 19ª edição da feira paulistana, que ocupa o pavilhão da Bienal de São Paulo entre esta quarta-feira, dia 29, e domingo, dia 2, com cem galerias de arte e 45 de design, é a primeira desde o início da pandemia sobre a qual não parece haver nem sombra de coronavírus.

O clima entre público, galeristas, artistas e colecionadores lembra esta mesma época no longínquo ano de 2019 —há um misto de expectativa com ansiedade no ar. Mas não necessariamente porque a pandemia ficou para trás.

"A conjuntura do país está diferente pós-eleições. Do ponto de vista da receptividade da feira no exterior, a gente teve uma receptividade maior —as galerias e o público querendo vir, entendendo que o Brasil está voltando a uma pauta positiva, a pautas que são importantes para o mundo", afirma Fernanda Feitosa, a diretora da SP-Arte. "Isso para a gente faz uma diferença de atmosfera."

"Toda a situação nos últimos anos acabou jogando uma sombra mais escura sobre o Brasil", acrescenta ela.

Enquanto o retorno de Lula ao poder favorece a feira num panorama macro, ao melhorar a imagem do Brasil lá fora, fatores específicos do mundo da arte também contam.

Feitosa lembra que o país voltou a ganhar projeção internacional com a indicação de Adriano Pedrosa, diretor artístico do Masp, ao posto de homem-forte à frente da próxima Bienal de Veneza, a principal mostra de arte contemporânea do mundo. Ela lembra ainda o fato de algumas exposições do Museu de Arte de São Paulo estarem circulando pelos Estados Unidos.

Em termos numéricos, esta SP-Arte está um pouco maior do que a do ano passado, quando havia 133 galerias de arte e design. Há 15 galerias estrangeiras —em relação a nove de 2022—, dentre as quais as francesas Maât e Nil, que representam só artistas africanos e fazem a primeira participação na feira paulistana.

Do Brasil, há o tradicional mix de casas poderosas como A Gentil Carioca, Luisa Strina, Gomide & Co, Mendes Wood DM, Fortes, D'Aloia & Gabriel e Vermelho, com outras menores, como Mitre, Central, Asfalto, Verve e Quadra.

Vale destacar o crescimento do setor de design, que recebe marchands de mobiliário e objetos e pulou de 32 estandes no ano passado para 45 agora. Feitosa atribui o aumento ao boca a boca positivo entre os designers e à mudança dessas galerias para o térreo do pavilhão em 2022, uma área com circulação maior de pessoas do que o terceiro andar, onde elas ficavam anteriormente.

Teo Vilela Gomes, da galeria Teo, afirma que a feira ajuda a equiparar design com obra de arte e que as turmas de um mundo e de outro não estão mais tão distantes como antes. Sua galeria vai mostrar uma seleção de móveis desenvolvidos por artesãos do Liceu de Artes e Ofícios entre as décadas de 1930 e 1980, a prévia de uma exposição a ser inaugurada em abril com mais peças da escola paulistana.

Ainda no quesito móveis do passado que despertam desejo, a Etel vai levar uma mesa lateral dos anos 1930 do modernista Gregori Warchavchik e também exemplares de uma reedição da poltrona Baixíssima, de Oscar Niemeyer.

Dos contemporâneos, Alex Rocca mostra uma série de tapeçarias feitas com seda.

Continua na pág. C2

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

OLHO VIVO

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve aprovar, nesta quarta (29), uma ampla auditoria no sistema de controle de armas e munições do Exército Brasileiro. A devassa abrangerá o período entre 2019 e 2022, quando Jair Bolsonaro (PL) governou o país.

ALERTA Apurações realizadas pela corte de contas no ano passado apontam indícios graves de fragilidade na atuação do Exército como fiscalizador de clubes de tiro, lojas de armas e CACs (caçadores, atiradores e colecionadores).

QUE FIM LEVOU? Segundo o TCU, há casos encontrados durante a fiscalização que se enquadram em crimes previstos no Estatuto do Desarmamento. Os documentos, no entanto, não permitem concluir se as possíveis irregularidades foram encaminhadas à polícia pelos militares.

NEGATIVA O relatório elaborado por técnicos da corte de contas trouxe, ainda, duras críticas à falta de colaboração do Exército para atender às demandas da auditoria.

NEGATIVA 2 "As informações parciais prestadas corroboram o comportamento pouco colaborativo do órgão em relação às atuações deste tribunal, ao adotar postura reativa e não diligente no atendimento às demandas das equipes de auditoria, em ações legitimamente aprovadas pela corte de contas", dizia o relatório.

CONVITE A Aliança Nacional LGBTI+ e a Rede GayLatino, formada por ativistas da América Latina, vão lançar em abril um manual que, segundo um de seus organizadores, tem como objetivo dialogar com pessoas cristãs. "A maioria do discurso contra a nossa comunidade vem, historicamente, de quem se diz cristão", diz Toni Reis, presidente da Aliança Nacional e da Associação Brasileira das Famílias Homotransafetivas.

PAZES Ele conta que a ideia do manual é ajudar os integrantes da população LGBTQIA+ a entenderem o livro sagrado e aproximá-los tanto dos religiosos que já os aceitam quanto de fundamentalistas.

LETRA O livro analisa passagens da Bíblia consideradas discriminatórias e busca fazer uma interpretação que as coloquem dentro de um contexto atual. "Nossa alternativa, para quem o Cristianismo ainda faz algum sentido, é buscar nossas próprias formas de ler não apenas esses textos, mas a mensagem bíblica como um todo", diz um trecho da obra.

ALTO LÁ A Receita Federal reteve 19 vestidos de luxo que foram trazidos ao país pelo estilista libanês Elie Saab, na segunda (27), durante a sua passagem pelo aeroporto de Guarulhos (SP). As peças seriam usadas em um evento com show do cantor Seu Jorge, fechado para 400 convidados.

PRESSA Saab, que já vestiu nomes como Beyoncé e Melania Trump, veio ao Brasil para lançar um empreendimento imobiliário com o seu nome. Os vestidos seriam expostos nesta quarta (29), durante o evento do projeto. Sua defesa, feita pelo pelo advogado Fernando José da Costa, acionou a Justiça.

Federico Barbieri/MKS Milano/Divulgação

A cantora Iza estampará a capa digital da edição de abril da Marie Claire. Fotografada na sede da grife Fendi, em Roma, a artista falou sobre temas como trabalho, machismo e colorismo. "Para uma mulher retinta como eu, ser vista como padrão de beleza era impensável. Quando você não se enxerga nos lugares, é difícil sonhar com este lugar", disse. Iza contou, pela primeira vez, como conheceu o seu namorado, o jogador Yuri Lima, do Mirassol. E não usou meias palavras ao falar sobre sexo: "Não posso desperdiçar minha energia sexual com qualquer pessoa. Se for para gozar, gozo bem sozinha"

LETRA... Expulso do Big Brother Brasil 23 após ter sido acusado de importunação sexual durante uma festa no reality show, MC Guimê é citado em 21 processos na Justiça, em diferentes tribunais do país. A maioria está relacionada a pagamentos de horas extras de funcionários, como segurança e empregada doméstica.

... DA LEI Em um deles, uma profissional de limpeza afirmou ter sido contratada para prestar serviço a uma empresa do artista. No entanto, era obrigada a limpar também sua casa, sem hora de almoço. A Justiça condenou a produtora de Guimê a realizar o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e férias dobradas, além das horas extras.

CUMPRA-SE Em 2018, Guimê teve de pagar a indenização de R$ 10 mil a um fã. O motivo: um dos seus seguranços o agrediu quando ele foi até o camarim pedir um autógrafo. Apesar de o rapper não estar presente, a Justiça decidiu que ele era responsável e o condenou por danos morais. Procurado, Guimê não se manifestou.

CONTAGEM REGRESSIVA Palco recente de eventos variados, o santuário do Cristo Redentor vai receber nesta quarta-feira (29) a tão desejada taça da Copa do Mundo feminina. Depois de passar por nove países, o troféu chega ao Rio de Janeiro para ser exibido em um evento que contará com a presença da ex-craque Formiga e da técnica da seleção brasileira, Pia Sundhage.

REUNIÃO O festival Rio2C promoverá um encontro entre o cantor Gilberto Gil e o diretor Andrucha Waddington para revisitar a parceria de décadas dos dois no audiovisual. A conversa será mediada pela produtora Flora Gil. O evento ocorre entre 11 e 16 de abril, no Rio.

com Cleo Guimarães (interina), Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith; colaborou Bruna Fantti

Obra de JR inspirada nas pinturas rupestres de Chauvet, na França Fotos Divulgação

Pintura de Paulo Pasta, artista da galeria Millan exposto na SP-Arte Ana Pigosso

19ª SP-ARTE EM NÚMEROS

A feira conta com 167 expositores ao todo

Serão 85 galerias de arte nacionais e 15 internacionais

O setor de design tem 45 estandes,o maior número até esta edição

Há ainda 14 editoras de livros e revistas e oito instituições culturais e espaços de arte autônomos representados no pavilhão

Brasil, qual é o seu negócio?

Continuação da pág. C1

Já o Estúdio Guto Requena exibe uma série de vasos.

Quem se deter nas galerias de arte vai encontrar obras monumentais, a exemplo de um penetrável de seis metros de comprimento do venezuelano Jesús Rafael Soto, expoente da arte cinética representado pela Dan, e de um portal de Tunga de quase dois metros de altura no estande da Millan, trabalho na categoria dos mais caros da feira, avaliado em cerca de R$ 1,5 milhão.

A galeria Nara Roesler exibe uma grande instalação de Lucia Koch, uma espécie de cortina com tecido impresso em degradê, o desdobramento de um trabalho que a brasileira mostrou em Paris.

Daniel Roesler, um dos sócios da galeria, concorda com a diretora da feira e diz que tem sentido, na filial deles em Nova York, o aumento da curiosidade do mundo pelo Brasil depois da eleição de Lula. Ele afirma que nem as turbulências na economia, com quebradeira de bancos nos Estados Unidos e os juros altos no Brasil, deve arrefecer o interesse externo pelos artistas locais.

Neste ano, pela primeira vez desde o começo da pandemia, a SP-Arte convidou 70 colecionadores e outros VIPs da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina para uma agenda de visitas a exposições e ateliês em São Paulo nesta semana, com a ideia de que eles espalhem a palavra da arte do Brasil no exterior.

O público também deve esperar ver na feira muitos trabalhos de artistas indígenas agora em alta no circuito.

A Fortes D'Aloia & Gabriel mostra monotipias do yanomami Sheroanawe Hakihiiwe, exposto na Bienal de Veneza do ano passado, com preços que começam em R$ 26 mil. A Central vai pendurar nas paredes pinturas da macuxi Carmézia Emiliano, que tem uma mostra no Masp agora, com valor na casa dos R$ 60 mil por tela. Já Daiara Tukano, que esteve na última Bienal de São Paulo, marca presença pela Millan, com obras entre os R$ 120 mil e os R$ 350 mil.

A SP-Arte inaugura o calendário de feiras no país neste ano, mas a agenda deve ser mais enxuta do que em 2022, dado que a ArtSampa sumiu do mapa após uma única edição.

Gisela Gueiros, que expõe pinturas de Gabriel Botta, diz que é diferente mostrar na SP-Arte e em eventos que só tiveram uma edição, como a Art-Sampa e a ArPa. "A SP-Arte é uma máquina que já está muito lubrificada. O custo [para as galerias] é mais caro, mas você sabe onde está se metendo."

Leia mais nas págs. C4 e C5

19ª SP-Arte

Pavilhão da Bienal - pq. Ibirapuera, portão 3, São Paulo. Qua. (29) e qui. (30), das 14h às 20h; sex. (31) e sáb. (1º), das 12h às 20h; dom. (2), das 11h às 19h. R$ 70

Colagens gigantes e instagramáveis de JR estreiam em São Paulo

Obras inéditas e outras emblemáticas mostram reflexão sobre o fazer do artista e a relação com o espaço urbano

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO Uma mão imensa tenta pinçar os visitantes como se os fosse levantar pela cabeça na entrada da galeria Nara Roesler, na zona oeste de São Paulo. O cenário instagramável recebe as pessoas para a primeira exposição de JR na cidade com obras inéditas e também algumas das mais emblemáticas de sua carreira.

Do Egito ao Brasil, o artista francês ficou famoso pelas suas colagens monumentais em preto e branco, que desafiam a configuração dos espaços urbanos e costumam envolver grande participação local em suas montagens.

O seu estúdio principal são as ruas, mas o homem que nunca tira o chapéu e os óculos escuros em público também leva obras de menor escala, desde os registros fotográficos de suas performances ao ar livre até colagens e litogravuras, às galerias pelo mundo.

Para lembrar alguns destaques, uma impressão enorme no chão da praça do Carrossel, em Paris, estimulou fantasias do que pode haver debaixo da pirâmide do Louvre. Já em frente à Ópera Nacional de Lviv, na Ucrânia, uma fotografia em grande escala da pequena Valeriie, refugiada ucraniana de só cinco anos de idade, expôs os horrores da guerra e ganhou a capa da revista Time.

Em 2017, o artista que não gosta de usar Jean-René, seu nome real, codirigiu o documentário "Visages Villages", ao lado de Agnès Varda. O longametragem foi indicado ao Oscar e venceu o prêmio Olho de Ouro do Festival de Cannes.

Em suas novas obras, criadas especialmente para a exposição em São Paulo, há uma série de colagens de diferentes tamanhos que incorporam fotografias em preto e branco de sua própria mão.

"O grafite é também escrever seu nome nas paredes para dizer 'eu estou aqui, eu existo'", afirma JR, em entrevista na galeria, enquanto lembra o sentimento de urgência em deixar uma marca para atenuar a sensação de "não existir" em meio à enorme periferia da capital francesa.

Algo pouco comum em seus trabalhos, essas obras fazem referência à natureza. A ideia nasceu após uma visita à caverna de Chauvet, na França, um dos sítios arqueológicos mais importantes do planeta.

Junto das pinturas rupestres, as marcas de mãos deixadas há cerca de 30 mil anos nas paredes da caverna relembraram ao francês o desejo de "deixar uma marca".

Foi assim que JR voltou ao estúdio e começou a reproduzir fotos de suas mãos, aplicando as imagens em pedaços de madeira de mesmo formato, para depois retirar o papel e deixar só a tinta na superfície.

Além das mãos, há a repetição de olhos de diferentes pessoas. Os olhos representam um laço importante do artista com o Brasil. Em 2011, depois do assassinato de três meninos da favela da Providência pela polícia carioca, JR colou nos muros das casas da comunidade retratos dos olhos dos moradores dali.

O público faz parte da obra de JR. As pessoas começaram a levar pedaços da obra "O Segredo da Grande Pirâmide", quando ela começou a se despedaçar. E, assim, o simples fato de a montagem ter ocorrido e ter sido vista já significou missão cumprida. "Para mim, a arte está no processo", diz.

JR

Galeria Nara Roesler - av. Europa, 655, São Paulo. Seg. a sex., das 10h às 19h; sáb., das 11h às 15h. Até 20 de maio. Grátis

Colagem do artista francês JR também em exposição na galeria Nara Roesler, em São Paulo

Orixás de Abdias Nascimento da época em exílio vão ao Inhotim

Peças criadas pelo artista no período em que viveu em Nova York dominam mais uma mostra dedicada a ele pelo museu

João Perassolo

BRUMADINHO (MG) Numa pintura de Abdias Nascimento exposta agora em Inhotim, uma mulher negra dança ao vento segurando uma máscara na mão direita, enquanto carrega na dobra do braço uma argola da qual saem flores. Ao lado, um outro quadro mostra o desenho do busto avantajado e do rosto de uma pessoa preta, do nariz de quem desponta uma estrutura de tridentes em direção ao céu.

A representação desses dois orixás —Iansã, a deusa dos raios e da tempestade, e Oxum, a deusa dos rios, nesta ordem—, bem como a incorporação, na segunda pintura, do tridente de Exu, são exemplos de elementos centrais na nova exposição do museu de Brumadinho, em Minas Gerais, dedicada à obra de Nascimento.

"Terceiro Ato: Sortilégio", recém-aberta para o público, apresenta o começo e o posterior desenvolvimento da produção pictórica de Nascimento ligada às tradições afrodiaspóricas. No trabalho desse nome central do movimento negro brasileiro nas artes e na política, as divindades da umbanda e do candomblé são pintadas em cores fortes, em todo o seu esplendor.

Era fundamental resgatar a importância que o pintor dava às religiões de matriz africana, tratando esses cultos como entidades organizadoras da vida e da sociedade, afirma Douglas de Freitas, um dos organizadores da exposição.

"Os orixás são as forças. Iansã é o vento, Oxum é a água do rio, Oxóssi é a mata. Abdias dizia que esses deuses estão vivos. Se você está na rua e sente um vento, não é um vento, é Iansã que está passando por você. É uma maneira de pensar a vida, não uma religião que você entra num templo, ora e se encerra", ele afirma.

A exposição é a penúltima de um ciclo no museu mineiro dedicado a resgatar o projeto do Museu de Arte Negra, criado por Nascimento na década de 1950. É uma instituição sem sede física mas que guarda um acervo considerável de pinturas, desenhos, gravuras, fotografias e esculturas de artistas negros.

"Terceiro Ato: Sortilégio" compreende o período de 1968 a 1981, quando Nascimento ficou exilado em Nova York, cidade para a qual se mudou por ter recebido uma bolsa de estudos e na qual permaneceu por 13 anos para se proteger de uma possível perseguição da ditadura militar no Brasil.

Esse período foi um dos mais férteis na carreira do artista, quando ele produziu grande parte de sua obra. Segundo o organizador, Nascimento contava que não iria aprender inglês para não ser colonizado e, portanto, via na pintura uma forma de comunicação para substituir a fala que ele não tinha por causa da diferença da língua.

Na galeria do museu, o público vê mais de 180 trabalhos, a maioria pinturas de Nascimento, mas há também obras de artistas de suas duas redes, uma formada por criadores negros que o influenciaram, como Mestre Didi, Rubem Valentim, Emanoel Araújo e Melvin Edwards, e outra composta por colegas brasileiros que também moravam em Nova York naquela época, a exemplo de Anna Bella Geiger, Hélio Oiticica e Regina Vater.

Um dos destaques da exposição fica já na entrada. Logo atrás de uma grande foto preto e branca de Nascimento com cara de bravo, segurando um tridente, há um conjunto de pinturas dedicadas a Exu, o orixá da comunicação, presente em muitas obras do artista. Nesse núcleo está também a única Pombagira pintada por ele de que se tem notícia.

Pintura 'Oxum em Êxtase', de 1975, de Abdias Nascimento Museu de Arte Negra/Ipeafro

Para além do universo religioso, a exposição exibe um lado menos conhecido e menos ativista do artista —uma série de pinturas de paisagens de Nova York e de Buffalo, cidade amricana onde deu aula numa universidade sobre cultura negra dos países das Américas. Suas representações das ruas da metrópole e das casas de tijolos do interior americano têm um aspecto tranquilo que não se repete quando ele retrata o universo negro.

Outro núcleo mostra a dedicação do pintor aos "adincras", um antigo sistema de escrita africano composto por ideogramas, cada um com seu significado. Nascimento não só sistematizou num documento as dezenas de símbolos conhecidos como pintou a partir deles, como por exemplo num quadro com a estilização do "sankofa", um pássaro olhando para trás que quer dizer observar o passado para em seguida construir o futuro.

"O Ocidente sempre negava que a África tivesse escrita porque a escrita na África é diferente da escrita no Ocidente. O Ocidente julga que a única forma de escrita que é mesmo escrita é a fonética, em que cada letra corresponde ao som", afirma Elisa Larkin, viúva de Nascimento e fundadora, junto com ele, do Ipeafro, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, responsável pela guarda do acervo do Museu de Arte Negra.

Segundo Larkin, Nascimento não considerava sua obra como arte pela arte, para ser exposta num museu a ser visitado por pessoas ricas. Quando era vivo, ele sofria quando tinha de vender um quadro, porque acreditava que sua produção precisava ficar para o povo negro. Nesse sentido, a exposição vem "em benefício de uma população que sofre racismo e opressão há séculos", diz ela.

Além de se dedicar à arte, Nascimento atuou como escritor, professor e senador, numa vida integralmente voltada à luta contra a opressão do negro na sociedade civil. A realização do Museu de Arte Negra depois de sua morte, em 2011, é uma prova de seu legado. Mas talvez ele achasse pouco. Para sua viúva, "provavelmente ele sentia que o que ele conseguiu fazer pelo povo negro foi muito menos do que o que precisava ser feito".

O jornalista viajou a convite de Inhotim

Abdias Nascimento - Terceiro Ato: Sortilégio

Inhotim - r. B, 20, Fazenda Inhotim, Brumadinho, Minas Gerais. Qua. a sex., das 9h30 às 16h30; sáb., dom. e feriados, das 9h30 às 17h30. Até 6 de agosto. R$ 50

Vik Muniz picota dinheiro e homenageia a Disney em exposições

Caio Delcolli

SÃO PAULO Sem frescuras e com a iniciativa "mãos à obra", Vik Muniz é um dos nomes mais relevantes e inquietos da arte brasileira hoje. Ele inaugura duas novas exposições em São Paulo, "Dinheiro Vivo", na galeria Nara Roesler, no Jardim Europa, e "Gibi", parte da representação de sua galeria na feira SP-Arte.

Para "Dinheiro Vivo" Muniz resgatou cédulas de real que seriam descartadas pela Casa da Moeda e as picotou todinhas. A partir disso, recriou em colagens os animais que estampam as notas.

Muniz recriou obras de outros artistas com colagens, caso do pintor alemão Johann Moritz Rugendas, conhecido pelas paisagens naturais do Brasil, com cinco peças reproduzidas na mostra. Mesmo trabalhando com uma paleta de cores mais complexa, o artista se manteve fiel ao método. Ele usou, por exemplo, o número 20 da nota para compor os trechos em verde.

As peças foram fotografadas, ampliadas e expostas em imensos quadros. É como se o artista estivesse convidando o público a deixar o receio de lado e se aproximar das telas para apreciar as obras de perto.

"O dinheiro é um material carregado de significado. Mesmo quando você o tritura, sabe que tem uma uma memória tátil dele. É um meio de se comunicar com o mundo todo, uma espécie de mídia", diz em entrevista por videoconferência, de seu estúdio em Nova York. "Eu nunca tive muito dinheiro. Nunca me faltou o essencial, mas eu não tinha o que queria."

Se "Dinheiro Vivo" remete ao passado de Muniz como um menino pobre vindo da periferia da capital paulista, "Gibi", uma instalação de 26 metros quadrados, remete ao período por outros motivos.

Quando criança, ele diz, via as bancas de jornais como janelas de acesso ao mundo. O fascínio por histórias em quadrinhos, sustentado desde a infância, em que ele lia histórias da "Turma da Mônica" e do "Tio Patinhas", agora se desdobra na segunda mostra.

Também com colagens, ele recriou cenas da Disney, a convite da própria empresa, para comemorar os cem anos dela. Desta vez, ele usou páginas picotadas das revistinhas, publicadas ao redor do mundo em diversos idiomas.

Obra de Vik Muniz, em exposição na galeria Nara Roesler, em São Paulo Divulgação

O fato de Walt Disney ter circulado entre os ambientes eruditos e populares da arte lembra a obra de Muniz.

"Nos anos 1920, quando o mundo ainda passava por uma realidade muito dura após a Primeira Guerra Mundial, faltava fantasia, havia muita intolerância e tristeza. E o Disney, nos escombros e chagas, fez cachorros, camundongos e patos falantes", diz.

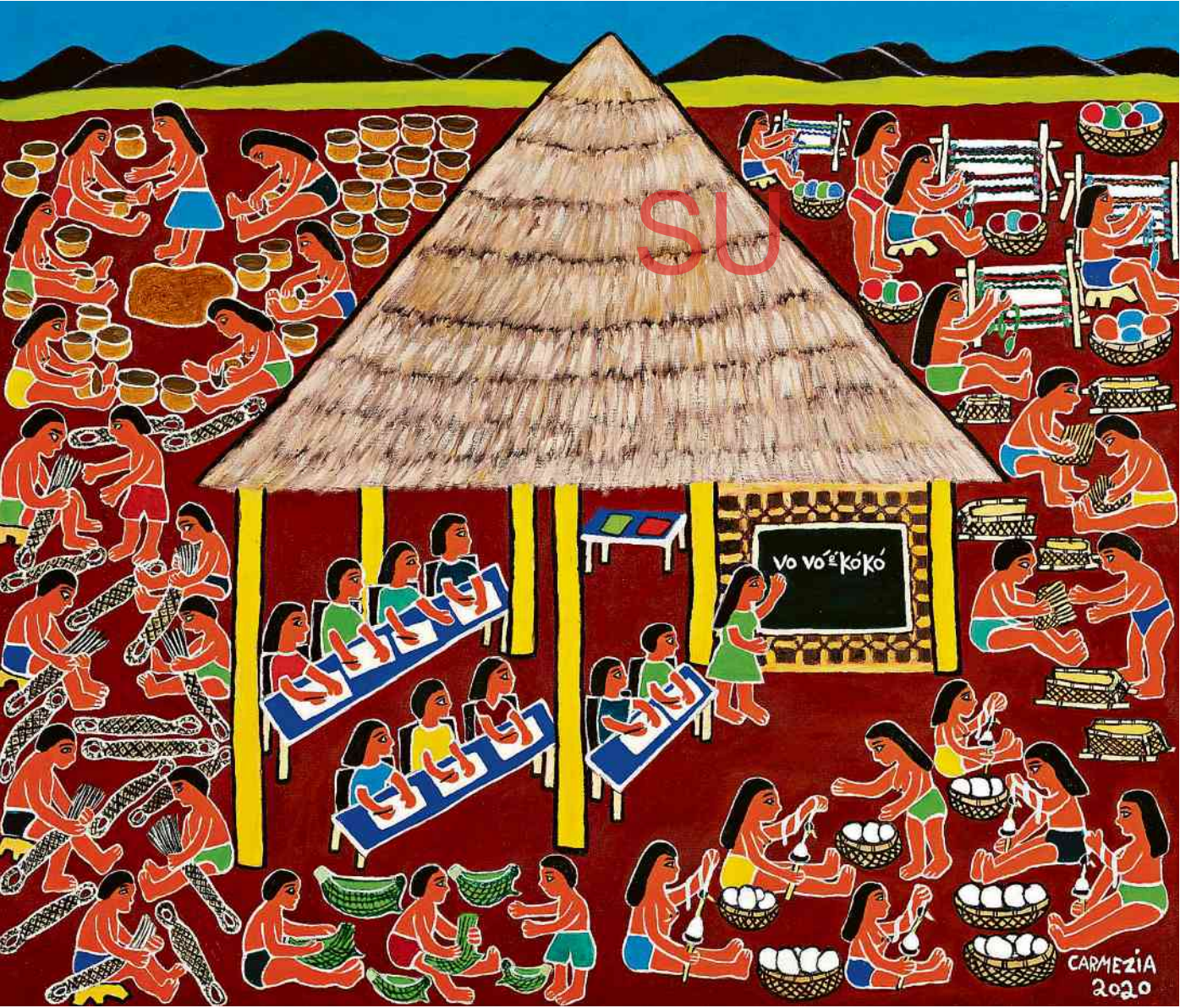
Muniz nos lembra das possibilidades que o papel nos traz. "Ele é o último suporte físico da comunicação e está desaparecendo. A imagem não é mais impressa, é autônoma, a natureza agora é de distanciamento da realidade", afirma. "Elas não dependem mais do físico para serem imagens."

Vik Muniz

Galeria Nara Roesler - av. Europa, 655, São Paulo. Seg. a sex., das 10h às 19h; sáb., das 11h às 15h. Até 20 de maio. Grátis

19ª SP-Arte

Pavilhão da Bienal - pq. Ibirapuera, portão 3, São Paulo. Qua. (29) e qui. (30), das 14h às 20h; sex. (31) e sáb. (1º), das 12h às 20h; dom. (2), das 11h às 19h. R$ 70

Pintura sem título de Ibã Huni Kuin e Bane Huni Kuin, do Movimento dos Artistas Huni Kuin, ou Mahku Fotos Eduardo Ortega/Divulgação

Obra de Carmézia Emiliano, também em exposição agora em cartaz no Masp, em São Paulo

Indígenas ocupam o Masp com sua arte influenciada por chá de ayahuasca

Museu abre mostra do coletivo Mahku e de Carmézia Emiliano em ano que consagra povos originários

João Perassolo

SÃO PAULO Um ícone no imaginário do cenário cultural paulistano está de cara nova. A tradicional rampa vermelha do subsolo do Masp, o Museu de Arte de São Paulo, foi pintada com representações multicoloridas de cobras, folhas, malocas e indígenas —numa das laterais, o desenho de um jacaré imenso liga os dois pavimentos inferiores do museu. Na mitologia huni kuin, o réptil é ponte entre mundos distintos, afirma Ibã Huni Kuin, um dos responsáveis pela pintura, uma metáfora da entrada triunfal da arte dos povos originários no museu da avenida Paulista.

A intervenção na rampa, a primeira desde a década de 1970, faz parte da exposição do coletivo Mahku, o Movimento dos Artistas Huni Kuin —formado por representantes desse povo indígena do Acre—, que ocupa agora o segundo subsolo da instituição.

No primeiro subsolo, o Masp também acaba de inaugurar uma exposição individual de pinturas da indígena macuxi Carmézia Emiliano. Ambas as exposições marcam o início do ano dedicado aos povos originários no museu.

Na mostra do coletivo Mahku, vemos pinturas de grandes dimensões e esculturas em forma de totens, trabalhos criados a partir das visões que os indígenas têm quando bebem chá de ayahuasca.

A ingestão do alucinógeno não é só um ritual, mas uma força organizadora da vida huni kuin, afirma Guilherme Giufrida, organizador da exposição. Ou seja, a arte huni kuin é a tradução em imagens da alteração de consciência gerada pela ingestão da planta. Na exposição, isso aparece em poucas pinturas abstratas, de formas geométricas sobre papel, e muitas obras figurativas.

Um dos elementos que se repetem, seja nos trabalhos sobre tela ou nas esculturas, é a cobra. Ela aparece "enrolada" junto a pinturas corporais aplicadas nos totens de Kássia Huni Kuin. Segundo a artista, a jiboia protege a moradia dos huni kuin originários, que fica dentro do rio Araguaia, de acordo com a mitologia. Os índios que trocaram seu lugar de origem pela terra firme agora não conseguem voltar, justamente porque a cobra vigia a entrada.

"Lá somos imortais. Quando você sai você fica mortal. A cobra nos faz lembrar que somos mortais. E por isso a gente tem que fazer o máximo possível pela natureza e pelo meio ambiente —proteger o rio, proteger a floresta", diz ela.

A busca de harmonia entre humanos e natureza é um tema constante na arte indígena, como se pode ver em boa parte das 35 telas de Carmézia Emiliano, expostas na galeria do primeiro subsolo.

Artista macuxi com mais de 20 anos de carreira, ela tem boa inserção no circuito de Roraima, seu estado de origem, participou de várias bienais de arte naïf do Sesc Piracicaba, no interior paulista, e agora ganha sua primeira individual num museu de grande porte.

Numa das pinturas a óleo, Emiliano representa a dança parixara, um ritual de comemoração da primeira colheita do ano em que várias comunidades agradecem à natureza. Os índios dançam vestidos de roupas de palha, batendo ritmadamente no chão com longos bastões adornados com peixes, corujas e tucanos. Em outra tela, representa mulheres fazendo panelas de barro numa oca.

Com essas mostras, o Masp se enquadra num circuito atento à arte de indígenas, depois de décadas de quase total exclusão dos povos originários das paredes dos museus.

Esse movimento, que inclui galerias comerciais e a Bienal de São Paulo, começou antes da pandemia, mas parece atingir o seu ápice neste ano.

Estão também em cartaz uma mostra de criadores indígenas no Museu da Língua Portuguesa, a primeira exposição solo de Denilson Baniwa na Pinacoteca, e uma mostra de fotos e vídeos feitos por índios do Xingu, no Instituto Moreira Salles, todas em São Paulo. Há poucos meses, a cidade teve a inauguração do Museu das Culturas Indígenas, o primeiro do país feito e conduzido por representantes dos povos originários.

Um dos pontos cruciais desse movimento é que agora os museus abrem espaço para os próprios indígenas se representarem, como vemos no autorretrato de Emiliano posicionado na entrada de sua exposição no Masp. Dessa forma, sai de cena o olhar de exotismo que povos originários receberam de artistas brancos.

O outro é que a produção indígena, alheia ao cânone ocidental da arte, passa a ser apresentada para o público como um ente em si, fora da categoria naïf, ou ingênuo em francês, na qual era encaixada.

Amanda Carneiro, organizadora da exposição de Carmézia Emiliano, lembra que o rótulo ajudou a artista macuxi e tantos outros a ingressarem no circuito de museus e galerias, então não necessariamente ele será visto como pejorativo pelos criadores.

No entanto, ela ressalta que "termos qualificadores, como primitivo e ingênuo ou arte folclórica, podem ser redutores e preconceituosos, porque, em geral, são atribuídos a artistas indígenas, negros ou pobres, e dizem muito pouco sobre seus trabalhos".

Mahku e Carmézia Emiliano

Masp - av. Paulista, 1.578, São Paulo. Ter., das 10h às 20h; qua. a dom,, das 10h às 18h. Até 11 de junho. R$ 60; grátis às terças

ilustrada

Hmmfalemais

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Brasileiro lutador de jiu-jitsu tem a história contada em filme da HBO

O Faixa Preta
HBO Max, 16 anos
Nascido em uma favela carioca, Fernando Tererê superou inúmeras dificuldades para se tornar pentacampeão mundial de jiu-jitsu, mas o vício em drogas quase o destruiu. O lutador é vivido por Raphael Logam neste filme dirigido por Caco Souza, que é uma produção original da plataforma.

3º Santiago Wild Festival
santiagowild.com, grátis
Entre os 20 finalistas deste festival de documentários sobre a natureza e o meio ambiente está o brasileiro "O Entalhador - Aves Migratórias", de Felipe Santa Rosa, sobre um artesão que esculpe réplicas de pássaros em madeira. Até 2 de abril.

O Rei da TV
Star+, 14 anos
A segunda e última temporada da série que dramatiza a vida de Silvio Santos traz momentos como a candidatura do apresentador de televisão à Presidência da República, em 1989, e o sequestro de sua filha Patrícia Abravanel, em 2001. Com José Rubens Chachá e Leona Cavalli.

A Máquina do Destino
Apple TV+, 14 anos
Uma máquina capaz de prever o potencial de cada pessoa causa reboliço em uma pequena cidade. O protagonista da série, até então um homem pacato, começa a se questionar. Três episódios já disponíveis; um novo toda quarta.

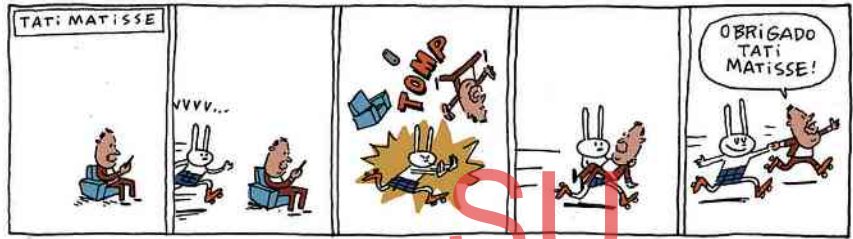
Riverdale
Warner Channel, 22h30, 14 anos
A sétima e última temporada da série traz Archie e os amigos presos nos anos 1950. A estreia no Brasil acontece no mesmo dia que nos Estados Unidos.

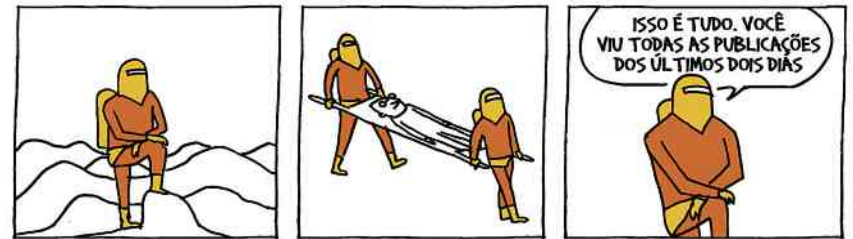
Estrelas Além do Tempo
Globo, 23h20, livre
Na década de 1960, matemáticas negras enfrentam o racismo para trabalhar na Nasa. O longa foi indicado ao Oscar de melhor filme e venceu o SAG de melhor elenco. Com Taraji P. Henson, Janelle Monaé e Kevin Costner.

Diário de Viagem
Canal Brasil, 0h, 14 anos
Depois de fazer um intercâmbio na Irlanda, uma adolescente retorna ao Brasil e desenvolve um sério transtorno alimentar. O drama é semiautobiográfico para a sua diretora, a roteirista Paula Kim, e é inédito na TV brasileira.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

							2	
		6	5					9
4	5					7	6	
3	6			2	4			
		9		8		2		
			1	5			9	6
	9	8					4	5
2					8	6		
	7							

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

9	1	3	8	6	7	5	2	4
7	8	6	5	4	2	1	3	9
4	5	2	3	1	9	7	6	8
3	6	1	9	2	4	8	5	7
5	4	9	7	8	6	2	1	3
8	2	7	1	5	3	4	9	6
6	9	8	2	7	1	3	4	5
2	3	5	4	9	8	6	7	1
1	7	4	6	3	5	9	8	2

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Guerra santa muçulmana / Doença Sexualmente Transmissível **2.** Encosta íngreme, abrupta **3.** Imortalizar **4.** Antigo instrumento de suplício / A atriz Thompson, de "Henrique V" **5.** Banquete **6.** Programa de Integração Social / (Quím.) O elemento de símbolo Br **7.** Luís Nassif, jornalista / Aguardente de cana **8.** Que se executa do mesmo modo / Denominação que acompanha certos cargos eclesiásticos **9.** Que se refere ou assemelha a certo instrumento cortante / Sigla do estado de Imperatriz e Alcântara **10.** Seriedade **11.** Leque **12.** Mindinho ou indicador / O compositor alemão Orff (1895-1982), de "Carmina Burana" **13.** Ão feminino / (dos Fundos) Produtora de vídeos humorísticos.

VERTICAIS
1. Esteira de folhas de palmeira, usada na Amazônia para cobertura de moradas e pequenas embarcações / Diz-se de tecido ou peça do vestuário que tem dobras em toda a sua altura **2.** Pessoa enigmática, que pouco se manifesta e de quem não se sabe o que pensa ou sente / (-Hur) Épico filme de 1959 **3.** Afecção cutânea de vírus, que forma vesículas / (Pop.) Deslealdade, traição **4.** Os sinais " / (San) A mais antiga república do mundo **5.** Reúne alunos / A capital da República europeia da Geórgia **6.** Árvore de frutos saborosos / O músico mineiro pop Lucas **7.** O nome intermediário do escritor mineiro Carlos (1902-1987), de "Sentimento do Mundo" / Conceder **8.** Mensagem eletrônica não solicitada, enviada em massa / Fundador do Islamismo, profeta de Alá e da unidade religiosa e política do povo árabe / Responsável Técnico **9.** (Pop.) Gamado, vidrado / Chaga.

HORIZONTAIS: 1. Jihad, DST, **2.** Escarpa, **3.** Perpetuar, **4.** Aspa, Emma, **5.** Festim, **6.** PIS, Bromo, **7.** LN, Miana, **8.** Igual, Dom, **9.** Serril, MA, **10.** Sisudez, **11.** Abanico, **12.** Dedo, Carl, **13.** Ona, Porta. **VERTICAIS: 1.** Japa, Plissado, **2.** Esfinge, Ben, **3.** Herpes, Ursada, **4.** Aspas, Marino, **5.** DCE, Tbilisi, **6.** Ateira, Lucco, **7.** Drummond, Doar, **8.** Spam, Maomé, RT, **9.** Tarado, Mazela.

Ariel Severino

Conspiração como manipulação

A narrativa de conluio entre PCC e PT é apenas o novo lançamento do gênero

Wilson Gomes

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

Fala-se muito em fake news desde 2016, quando o fenômeno irrompeu no jornalismo e no debate político.

Na conversa pública, no entanto, fala-se pouco das teorias da conspiração, embora na bibliografia científica seja um tema muito frequentado.

As mais devastadoras fake news distribuídas nos últimos anos eram, na verdade, "revelações" de conspirações.

Se fake news são um fenômeno do novo mundo da hiperconexão tecnológica e do surgimento da nova extrema direita, que é digital, boatos de insidiosos complôs e maquinações tenebrosas são fenômeno conatural à política, cujo emprego foi muito estudado, não por acaso, na Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.

Teoria da conspiração é nome pomposo para o que todos reconhecem facilmente, posto que não faltam na política conluio, armação, complô, maracutaia —e a abundância de sinônimos já diz tudo.

Mas uma teoria da conspiração não é a maquinação em si, e sim a "revelação" de que por trás das coisas está rolando, em silêncio, algum esquema.

"Revelação" está entre aspas porque em uma teoria da conspiração não se trata da demonstração de um conluio real, mas da concepção de que há uma maracutaia em curso, que ela não pode ser provada, apenas deduzida, que só as pessoas mais perspicazes ou dotadas de acesso a fontes privilegiadas de conhecimento são capazes de notar, e que, enfim, interesses poderosos trabalham para que ninguém descubra os podres que agora estão sendo desvelados.

Como se pode depreender dessas premissas, é claro que complôs —como preferem os franceses e italianos— ou conspirações —como soem dizer os anglófonos— são fabricações, narrativas feitas de fantasia e —más— intenções.

Fake news são falsos relatos sobre fatos, teorias da conspiração são o resultado da composição de acontecimentos, reais ou imaginários, num único quebra-cabeças que deve ser capaz de explicar tudo sobre uma determinada coisa.

Conspirações não são, contudo, concebidas e distribuídas para deleite intelectual. Na política, "revelações" de maquinações são uma forma engenhosa de exploração em benefício próprio das zonas de ignorância ou de falta de clareza dos cidadãos sobre acontecimentos, presentes ou passados, considerados de alto impacto na vida coletiva.

Estão mais propensos a ouvir boatos de conluios os que estão em estado de grande apreensão coletiva, pois tais boatos reduzem a incerteza e legitimam a angústia sentida.

Estão mais disponíveis a dar ouvidos a relatos de armações os que precisam de alguma luz que lhes permita explicar e fazer prognósticos sobre alguma situação que não compreende.

Ou quando o seu grupo social converge na crença no esquema "revelado", por corresponder às suas expectativas ou temores, por ser plausível considerando o que já se sabe ou se presume saber sobre a realidade e as pessoas envolvidas.

Em suma: radicalize pessoas, construa para elas um bicho papão e um cenário de pesadelo e elas serão terreno fértil para a crença nos complôs e esquemas para os quais você pode oferecer a solução.

O bolsonarismo tem enorme portfólio de teorias da conspiração, usadas sem escrúpulos contra o PT e, depois, contra os esforços de saúde pública durante a pandemia. A narrativa de um conluio entre PCC e PT para abater Sergio Moro, que ganhou nesta semana endossos e sugestões do morobolsonarismo, é apenas o mais novo lançamento do gênero.

Os petistas também tiveram os seus momentos altos, como a famigerada teoria da "fakeada de Juiz de Fora", endossada até hoje por eminentes dignitários do partido. E novamente estão respondendo a uma teoria da conspiração com uma teoria da armação, sugerida nada mais nada menos do que pelo próprio presidente da República.

Mais prudente seria esclarecer que o compló sugerido não passa de sistema de ilações construídos à base de má-fé e fake news, ou esperar que o jornalismo investigativo e as autoridades fizessem o trabalho de examinar a veracidade da conspiração criminosa que a juíza viu "aventada" contra Moro, mas sugerir armação foi uma tentação irresistível.

O fato é que Bolsonaro teve mais atos de divulgação e endosso de conspirações, e alegação de que as acusações de que era objeto eram armações, do que atos de governo.

Pela simples razão de que não existe governo extremista sem paranoia e nada mais alimenta paranoias do que complôs. Virar a página é tudo que necessitamos. Alguém precisa lembrar disso o presidente.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, **Fernanda Torres** | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Veterano da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, que lutou na Itália ao lado das forças dos Aliados em 1944 e 1945 Fabio Pilger/Divulgação

Músico fala da vida do pai na Segunda Guerra

João Barone, do Paralamas do Sucesso, lança 'Soldado Silva', seu terceiro livro sobre participação do Brasil no conflito

LIVROS

Soldado Silva — A Jornada de um Brasileiro na Segunda Guerra Mundial

★★☆☆☆

Autor: João Barone. Ed.: Livros de Guerra/Panda Books. R$ 89,90 (128 págs.)

Igor Gielow

A Segunda Guerra Mundial segue no topo da lista de interesses da historiografia e da indústria cultural. Só no ano passado, 77 anos após o fim dos combates, o agregador de lançamentos da Biblioteca Pública de Chicago contou 28 novos livros sobre o tema, de romances a não ficção.

As plataformas de streaming seguem na mesma linha, com estreias quase semanais.

Dessa forma, segue surpreendente a diminuta produção brasileira sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, como linha auxiliar dos Aliados na campanha da Itália, de 1944 a 1945. Uma exceção notável é o trabalho de João Barone, mais conhecido como o baterista da banda Os Paralamas do Sucesso.

Filho de um dos 25 mil militares brasileiros que estiveram na guerra, Barone é o típico caso de um aficionado que pôs a sua paixão a serviço do público. Depois de escrever dois livros sobre o tema, além de fazer três documentários, lançou a terceira obra, "Soldado Silva - A Jornada de um Brasileiro na Segunda Guerra Mundial", pelo selo Livros de Guerra, da Panda Books.

Barone não tem pretensões de alta historiografia, papel no Brasil que foi ocupado por alguns nomes, como o professor Francisco Cesar Ferraz e pelo jornalista Ricardo Bonalume Neto, morto há cinco anos.

Como em obras anteriores, a informalidade dá o tom, agora de forma ampla —o livro é sobre a trajetória do pai, João de Lavor Reis e Silva, morto em 2000. Pracinha, nome dado aos soldados rasos do país, ostentava o número 1.929.

Em tom de bate-papo, Barone relembra a história do pai e detalha o processo de convocação, treinamento e envio para combate de pessoas sem a menor ideia do que faziam ou do que iriam enfrentar. Ao fim, 462 deles morreriam.

Esse é o mérito maior da obra, que bebe na tradição americana de literatura de guerra de enfocar as árvores para contar a história da floresta, que rendeu um filme nacional respeitável, "Estrada 47", de 2015 —aliás, resenhado por Bonalume Neto.

As condições precárias, os atos isolados de heroísmo, o brutal impacto cultural de soldados muitas vezes semianalfabetos e sem noção alguma de geopolítica ao se verem envolvidos numa guerra que pouco dizia a eles.

Não são pormenorizados os detalhes do processo —a mudança de lado do protofascista Getúlio Vargas para a mais vantajosa aliança com os Estados Unidos ou mesmo a natureza daquele teatro de operações.

Nem é avaliado o contexto político posterior, com a queda do ditador e a instabilidade até o golpe de 1964, e o sumiço da FEB da memória nacional.

Não é um problema, dada a natureza do livro, coalhado de fotografias tiradas por Silva após o fim do conflito e uma seção toda dedicada à memorabilia trazida pelo pai de Barone da Itália —essa de serventia bastante discutível, parecendo uma extensão para um assunto já esgotado.

A participação do Brasil na guerra foi marginalíssima, condizente com sua posição terciária no mundo de 1944, mas nem de longe indigna.

Da mesma forma, a história trazida por Barone, se não adiciona nada ao que já sabe sobre a FEB, tem o condão de manter tal memória viva.

É Tudo Verdade exibe série de Godard e tem filmes sobre a Ucrânia

Festival homenageia Humberto Mauro e tem na abertura produções dedicadas a Maio de 1968 e marcos do gênero

O cineasta franco-suíço Jean-Luc Godard no set de filmagem com uma de suas musas, a atriz francesa Brigitte Bardot, consagrada diva pela nouvelle vague Collection ChristopheL via AFP

DESTAQUES

Humberto Mauro
Dez curtas do diretor, pioneiro do cinema brasileiro, serão exibidos

'História(s) do Cinema'
Série em oito episódios em que Godard realiza um longo ensaio poético sobre fazer filmes

'Liberdade em Chamas'
Continuação de 'Winter on Fire', o filme mostra como uma comemoração em uma praça de Kiev instigou uma guerra na década seguinte

'Subject'
As diretoras Jennifer Tiexiera e Camilla Hall entrevistam pessoas que protagonizaram documentários célebres, em um balanço dos efeitos do cinema na vida real

'1968 - Um Ano na Vida'
Com base em diário da irmã, Eduardo Escorel refaz os eventos de maio de 1968 no Brasil

'Um Espião Compassivo'
O filme de Steve James conta a história de Ted Hall, cientista mais jovem a participar do projeto responsável pela criação da bomba atômica

'Little Richard - Eu Sou Tudo'
O documentário de Lisa Cortes refaz a trajetória de Richard Penniman, artista queer e negro fundamental para o rock

'Still: A Michael J. Fox Movie'
Davis Guggenheim mostra a trajetória do ator, que marcou o imaginário dos anos 1980

Pedro Strazza

SÃO PAULO O É Tudo Verdade divulgou nesta terça a programação deste ano do festival dedicado a documentários.

Em sua 28ª edição, o evento acontece entre 13 e 23 de abril, em salas de cinema de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Entre os destaques, a programação reúne filmes sobre a Guerra da Ucrânia. Está prevista a exibição de "Liberdade em Chamas", sequência do elogiado "Winter on Fire", de 2015, que explora a realidade do conflito a partir das raízes históricas. O ucraniano Sergei Loznitsa, por sua vez, retorna ao festival com "A História Natural da Destruição".

As homenagens são um destaque à parte. Dentre os 72 títulos selecionados, vindos de 39 países, o É Tudo Verdade tem programação extensa dedicada ao pioneiro cineasta brasileiro Humberto Mauro, que terá os 40 anos de sua morte lembrados em novembro deste ano, e a Jean-Luc Godard, morto no ano passado.

O cineasta francês rende programação de luxo na mostra. O evento passa na íntegra o "História(s) do Cinema", série documental feita por Godard nos anos 1980 e 1990 em que ele investiga sua relação sentimental com a arte.

A exibição dos oito episódios é fruto de uma parceria com a embaixada francesa. Há ainda "Godard Cinema", longa de Cyrill Leuthy sobre o diretor, que está na competição.

Segundo Amir Labaki, criador e curador do É Tudo Verdade, a inclusão do seriado é forma de contemplar um dos artistas mais importantes do século 20 por uma faceta que não é tão conhecida do público brasileiro. Ele diz que "História(s) do Cinema" só passou no país em outras duas ocasiões, a última delas há 15 anos.

"Outros documentários sobre cinema têm preocupação histórica muito grande, o que não é o caso com o Godard. Ele não respeita uma cronologia, mas faz leitura poética e política da forma como essa arte o impactou, uma autobiografia muito contemporânea."

No caso de Mauro, serão dez curtas exibidas no circuito do evento, incluindo "Um Apólogo", baseado em Machado de Assis, "Cantos de Trabalho", "Carro de Bois", "O Cysne", "Engenhos e Usinas", "Henrique Oswald", "O João de Barro", "Lagoa Santa", "Manhã na Roça" e "Victoria Regia".

Outros dois filmes sobre o brasileiro estão no evento —"Mauro, Humberto", lançado em 1975, e "Humberto Mauro, Cinema É Cachoeira", de 2018.

A homenagem é sonho antigo de Labaki, mas que só acontece agora graças à normalização das atividades da Cinemateca Brasileira, onde há variedade maior de cópias de boa qualidade do cineasta.

Com o fim do governo Bolsonaro, que ele define como período de terra arrasada para a cultura, o diretor do festival acredita ser oportuno retomar as lições de um dos patronos do cinema nacional, no intuito de fomentar um renascimento da produção.

"O É Tudo Verdade é sobrevivente do governo Bolsonaro. Saímos com cicatrizes, mas conseguimos fazer o festival todos os anos e ganhamos prestígio internacional."

O maior sinal dessa posição fortalecida é o Oscar. O evento brasileiro hoje oferece quatro vagas de elegibilidade para o prêmio da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, dedicadas aos vencedores das mostras competitivas.

Há resultados —"Navalny", atual campeão do Oscar de documentário, esteve na última edição do É Tudo Verdade.

Duas produções abrem a programação no próximo dia 12 de abril. No Rio de Janeiro, a sessão inaugural será "1968 - Um Ano na Vida", dirigido por Eduardo Escorel e que reúne fatos e acontecimentos da época a partir do diário da irmã, a escritora Silvia Escorel.

Já São Paulo sedia a primeira exibição no país de "Subject", de Jennifer Tiexiera e Camilla Hall, sobre as vidas de pessoas que viraram temas de documentários célebres.

Entre os entrevistados, estão protagonistas de "Basquete Blues", filme de Steve James lançado em 1994, e "A Escada", seriado dos anos 2000 considerado o pai do "true crime".

James, aliás, tem filme na competição internacional. "Um Espião Compassivo" conta a história do mais jovem físico a fazer parte do Projeto Manhattan, responsável pela criação da bomba atômica.

Há dois longas biográficos de estrelas —"Little Richard - Eu Sou Tudo", de Lisa Cortes, que também esteve em Sundance, e "Still: A Michael J. Fox Movie", de Davis Guggenheim, sobre o ator hollywoodiano.

A mostra competitiva nacional é outra com nomes conhecidos. Eliza Capai, da minissérie "Elize Matsunaga: Era uma Vez um Crime", estreia "Incompatível com a Vida", dedicada à gravidez. Já Susanna Lira, de "Torre das Donzelas", lança "Nada sobre Meu Pai", sobre o pai que lutou contra a ditadura.

O filme de encerramento é "Proibido para Cães e Italianos", documentário de animação de Alain Ughetto que saiu vencedor no último Festival de Annecy, na França.